

Fórum Valorização e Promoção do Património Regional

Dando continuidade aos Encontros que a ACDR de Freixo de Numão e o Parque Arqueológico do Vale do Côa têm vindo a organizar no âmbito do património arqueológico e sua valorização, em 2007 realizou-se o Fórum Valorização e Promoção do Património Regional. O Fórum decorreu nos dias 28, 29 e 30 de Junho nos concelhos de Figueira de Castelo Rodrigo, Meda, Pinhel e Vila Nova de Foz Côa, integrando quatro sessões coordenadas por diversos investigadores:

Sessões 1 e 2

Duas linhas de investigação regional: estudos cerâmicos e estudos judaicos:

sessão 1. Estudos cerâmicos

Figueira de Castelo Rodrigo, 28 de Junho (manhã)

sessão 2. Estudos judaicos

Pinhel, 28 de Junho (tarde)

Sessão 3

Panorama da investigação regional

Vila Nova de Foz Côa, 29 de Junho

Sessão 4

Arqueologia Experimental

Meda, 30 de Junho

Decorreu uma mesa-redonda no Museu D. Diogo de Sousa em Braga, ainda no âmbito deste Fórum, dedicada ao tema *Sítios Arqueológicos e Visitantes*.

As Câmaras Municipais de Figueira de Castelo Rodrigo, Meda, Pinhel e Vila Nova de Foz Côa apoiaram o Fórum e viabilizaram a edição destas actas. Deixamos expresso o nosso reconhecimento, em nome da organização e de todos os investigadores que tiveram a oportunidade de nele participar.

A realização regular destes Encontros e a publicação atempada das suas actas, contribuem seguramente para que a investigação se mantenha dinâmica nesta região. Todos continuaremos a colaborar, entidades e investigadores, para que os conhecimentos sobre o património se aprofundem e a sua valorização se torne uma realidade cada dia mais presente.

A Organização do Congresso

ACDR PAVC

entidades organizadoras do congresso:



edição das actas:



entidades financiadoras da edição:



Fórum Valorização e Promoção do Património Regional

actas das sessões

volume 1

Cerâmicas no Quotidiano

Estudos sobre Cerâmicas Arqueológicas e Etnográficas

volume 2

Investigar e Valorizar o Património

Estudos Judaicos

Sítios Arqueológicos e Visitantes

volume 3

Do Paleolítico à Contemporaneidade

Estudos sobre a História da Ocupação humana em Trás os Montes,

Alto Douro e Beira Interior

volume 4

Arqueologia Experimental

Recriações do passado em ritmos do nosso tempo

Este volume integra textos relativos à sessão que decorreu em Vila Nova de Foz Côa no dia 29 de Junho de 2007. É um reflexo da qualidade e diversidade da investigação que se vai fazendo por todo o Vale do Côa, abarcando um espectro temporal que vai do Paleolítico superior até à Contemporaneidade. A presença de artigos que abordam temas provenientes de outra regiões é um sinal da credibilidade que estas reuniões e respectivas actas vão, paulatinamente, adquirindo.

entidades organizadoras do congresso:



edição das actas:



entidades financiadoras da edição:



Do Paleolítico à Contemporaneidade

Estudos sobre a História da Ocupação humana em Trás os Montes, Alto Douro e Beira Interior

volume 3



Fórum Valorização e Promoção do Património Regional
actas das sessões

Do Paleolítico à Contemporaneidade

Estudos sobre a História da Ocupação humana em Trás os Montes,
Alto Douro e Beira Interior

volume 3

Índice

4	prefácio
6	introdução
8	acta 01 O Vale do Côa, o Homem que o criou e o Outro que ainda o vive André Tomás Santos
16	acta 02 Aspectos da Arte Magdalenense e Tardi-Glacial no Vale do Côa António Martinho Baptista
32	acta 03 Temporalidades e espacialidades do Castanheiro do Vento (Horta do Douro, V.N. de Foz Côa) Ana Margarida Vale, Sérgio Gomes, Bárbara Carvalho, João Muralha Cardoso, Leonor Sousa Pereira, Gonçalo Leite Velho e Vítor Oliveira Jorge
42	acta 04 As gravuras rupestres do concelho de Macedo de Cavaleiros Sofia Soares de Figueiredo
62	acta 05 Duas peças decoradas “castrejas” do Alto do Castelo (Salto, Montalegre) João Mário Martins da Fonte
80	acta 06 Intervenção arqueológica no perímetro urbano de <i>Aqua Flaviae</i> . Algumas considerações. Pedro Sobral de Carvalho e Rui Filipe Mendes Barbosa
98	acta 07 O casal romano do Relengo (Barragem do Sabugal). Elementos para o estudo do povoamento romano e tardo-romano no Vale do Côa. Marcos Osório, Ricardo Costeira da Silva, Dário Neves e Paulo Pernadas
116	acta 08 APDARC: um ano de diálogos Mafalda Nicolau de Almeida

Do Concelho de Vila Nova de Foz Côa tem irradiado, nestes últimos anos, alguma da produção científica mais relevante do País, na área da Arqueologia. Muitos dirão que outra coisa não seria de esperar de um Concelho mundialmente conhecido pelo seu património arqueológico e, na verdade não podemos deixar de reconhecer a validade da argumentação. Contudo, aqueles que conhecem de perto a realidade deste território compreendem melhor o mérito daqueles que se têm empenhado nesta cruzada pelo desenvolvimento científico-cultural.

Estamos integrados numa região do interior de Portugal, relativamente afastada dos grandes centros académicos e científicos, logo, não estamos tão visíveis. Não possuímos, até ao momento presente, qualquer estrutura universitária de onde possa dinamizar-se a difusão do conhecimento cativando, conseqüentemente, o interesse por novos estudos. Os recursos financeiros são limitados e nem sempre estão disponíveis para serem investidos no apoio à Ciência e Cultura.

Assume, por isso, particular importância, o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, de forma sistemática, por entidades como o Parque Arqueológico do Vale do Côa e a Associação Cultural Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão. São eles os responsáveis por se ter constituído um grupo alargado de investigadores, provenientes das mais diversas latitudes, que optaram por fazer desta região o seu objecto de estudo. Simultaneamente, têm sabido, com grande tenacidade, congregar sensibilidades distintas para a causa cultural que abraçaram com espírito de missão.

Deste modo foi possível conceber e dinamizar eventos como os Congressos Internacionais de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior e este Fórum de Valorização e Promoção do Património Regional, realizado no ano 2007, de que agora se publicam a respectivas actas.

Na qualidade de autarca do Concelho de Vila Nova de Foz Côa e em representação de todos os Fozcoenses não posso deixar de congratular-me por ter a felicidade de dispor de tão ampla e prestigiada colaboração neste esforço conjunto de desenvolvimento colectivo.

Saúdo, por isso, a publicação de mais estas actas que, sem dúvida, contribuem para a afirmação desta região no País e no Mundo. E faço votos para que, com esta acção, se multiplique, ainda mais, o interesse cultural e científico pelo nosso inigualável Património.

O Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa

Emílio António Pessoa Mesquita

Voltamos, com orgulho, a apresentar um volume de actas de mais uma reunião científica realizada no Vale do Côa. No caso preciso, trata-se dos resultados advindos da sessão realizada sob o tema “Panorama da Investigação Regional”. Este volume é um excelente reflexo da qualidade da investigação que se vai fazendo por todo o Vale do Côa, abrangendo um espectro temporal que vai do Paleolítico superior até à Contemporaneidade. A presença de artigos que abordam temas provenientes de outras regiões (o Barroso e Macedo de Cavaleiros) é um claro sinal da credibilidade e idoneidade que estas reuniões e respectivas actas vão paulatinamente adquirindo.

O volume começa por apresentar dois textos que não tiveram a sua contraparte oral durante o congresso. Pensámos, no entanto, que um volume sobre a investigação regional do Côa devia comportar algo sobre os vestígios que levaram com que a UNESCO classificasse o Vale como Património da Humanidade. No primeiro texto, André Tomás Santos traça algumas elocubrações que procuram demonstrar a presença da Arte paleolítica do Côa para a compreensão dos mecanismos que ainda hoje vão conformando as nossas identidades. No segundo artigo, António Martinho Baptista dá-nos a conhecer duas rochas paradigmáticas do Magdalenense do Côa. Trata-se de um contributo essencial para a compreensão da fase final de gravação da arte pleistocénica do Vale.

Seguidamente Ana Margarida Vale e colaboradores apresentam-nos mais uma reflexão que, mais que direccionada sobre um sítio preciso (o Castanheiro do Vento), é um óptimo contributo para um debate sobre como novas e criativas conceptualizações nos podem conduzir a outras vias de interpretação em Arqueologia.

Sofia Figueiredo procura no seu texto sistematizar as manifestações rupestres de uma região do país que só a medo tem sido alvo da atenção dos investigadores portugueses (devendo destacar-se neste ponto a investigadora Maria de Jesus Sanches).

Outro excelente contributo para a qualidade global deste volume é o texto de João Fonte. Neste trabalho, a propósito da publicação de duas peças escultóricas integráveis na chamada “cultura castreja”, o autor procura apresentar-nos outros caminhos e linhas de investigação que enriquecem de sobremaneira um campo “acarinhado” da investigação arqueológica do Noroeste peninsular.

Seguidamente, Marcos Osório e colaboradores apresentam-nos um ousado trabalho que em muito contribuirá para o conhecimento da presença romana da região. E se adjectivámos como ousado o texto, tal deve-se ao investimento intelectual dos autores sobre um tipo de sítio que, como os próprios referem, tem sido descurado na investigação. Mas como todos sabemos, será impossível estudar a fundo a presença romana em Portugal se apenas nos detivermos sobre *villae* e outros tipos de sítios que primam pela espectacularidade.

O volume fecha com chave de ouro. No último texto aqui presente Mafalda Nicolau de Almeida dá-nos conta das actividades que a “Associação para a Promoção da Arte e Cultura do Vale do Côa e Douro Superior”, tem desenvolvido na região, em particular no que toca à valorização do seu património Etnográfico.

André Tomás Santos

O Vale do Côa, o Homem que o criou e o Outro que ainda o vive¹

André Tomás Santos

(Parque Arqueológico do Vale do Côa , a.t.santos@sapo.pt)

Como todas as perguntas que se interrogam sobre algo que é produto disso a que, por falta de melhor expressão, chamamos espírito humano, também a que interpela a Arte do Côa contém em si um labirinto com várias opções de prossecução e do qual não sabemos se alguma vez dele nos libertaremos. Este texto não corresponde portanto a um renovado fio de Ariane. Com ele pretende-se apenas alumiar alguns recantos e corredores mais estreitos na esperança de alcançarmos pelo menos um salão onde possamos repousar um pouco desta jornada que ainda há pouco começou.

Assim, num primeiro vestíbulo encontramos uma paisagem quase intocada pelo Homem, marcada por um frio mais intenso e uma humidade mais reduzida que a actual. Aqui e ali, em determinadas rochas, há cerca de 20.000 anos, num período a que chamamos Paleolítico superior, comunidades nómadas de caçadores-recolectores, que apenas talhavam a pedra, os ossos, as hastes de animais e a madeira, gravaram algumas espécies de animais com os quais partilhavam o Mundo. Estas comunidades foram, no entanto, selectivas em relação às espécies que representaram. Foram retratados apenas auroques (grandes bovídeos primitivos, antepassados do touro actual), cavalos, cabras montesas e em menor medida veados machos. Residualmente, a camurça e o peixe foram também fixados em pedra. Se os animais se seleccionaram, o mesmo se passou em relação aos locais onde se gravou. Tal prática não se deu em todo o lado, e dependendo do sítio onde tal ocorreu, a proporção entre as espécies representadas seria diferente. A título de exemplo podemos referir que na praia da Penascosa o macho da cabra montesa é predominante, enquanto que na ribeira da Quinta da Barca o veado é omnipresente. Se se optou por gravar em diferentes locais, devemos dizer que todos têm em comum o seu carácter público – nenhuma rocha está em algum sítio recôndito ou camuflada na paisagem. Todos estes animais foram gravados com diferentes técnicas: uns foram definidos por incisão (isto é, foram fruto do repassar de um utensílio lítico afiado pela superfície xistosa onde se encontram), outros por picotagem (sulcos resultantes da martelagem contínua da superfície com utensílio lítico denominado percutor) e outros ainda por abrasão (corresponde ao “polimento” do sulco advindo da picotagem), sendo as duas últimas técnicas as mais comuns. Um exemplo do sítio da Faia permite-nos saber que a pintura a vermelho foi também utilizada. Se diversas técnicas foram utilizadas na execução destas figuras, existe algo que é comum à grande maioria delas, a saber – a sua elevada qualidade estética. Algumas delas ombreiam seguramente com as grandes obras de arte que o Homem foi criando ao longo dos tempos. Aí confluem vários critérios que permitem tal afirmação: a originalidade das opções figurativas, a emoção que ainda produzem a quem as observa passados que estão 20.000 anos da sua aposição sobre os xistos.

Quiçá tenha sido esta referência ao Belo que nos permitiu deixar o vestíbulo onde nos arrastávamos. Deva-se ou não tal saída à invocação estética, o certo é que agora penetrámos, após curva apertada nos domínios de Cronos, num outro camarim.

E aqui é o Côa que encontramos outra vez, ainda no Paleolítico superior mas há cerca de 12.000 anos. O clima sendo ainda mais frio e seco que o nosso já não o é tanto como anteriormente. As comunidades de nómadas são ainda caçadoras-recolectoras e tecnologicamente trabalham sobre os mesmos materiais. Continuam a gravar em pontos precisos da paisagem, desta vez mais camuflados nas encostas que bordejam o Côa, sobretudo no seu sector terminal, e as linhas de água que correndo paralelamente àquele, vão morrer também na margem sul do Douro. Continuam-se a gravar animais, destacando-se largamente pelo número o veado. Neste período, contudo, o Homem retrata-se também, se bem que, em clara oposição com as figurações zoomórficas, de uma forma mais caricatural e quase fantástica. Se a localização das rochas torna estas figurações menos acessíveis, a técnica que agora predomina – a incisão – promove a sua discricção, obrigando a uma maior proximidade, e conseqüente intimidade, entre aquelas e quem as observa. Não queremos com isto dizer que não existam já exemplos de arte pública. Aí está o grande veado da rocha 10 da Penascosa que, fruto da técnica utilizada na sua execução – a raspagem (remoção da camada superficial da rocha através da fricção contínua de utensílio lítico de carácter abrasivo) – ainda hoje, com boa luz, é visível a cerca de 100 m de distância. Por outro lado, neste período, a arte impõe-se no quotidiano das pessoas sob outras formas. Referimo-nos à que, por ter sido aposta em pequenas placas e seixos de xisto, é passível de ser transportada. Bons exemplos destas novas formas são as cerca de 60 placas exumadas no Fariseu. Se o Belo nos libertou do vestíbulo inicial, libertar-nos-á também agora, bastando para a sua invocação lembrar o olhar melancólico

¹ Esta é uma adaptação para um público mais vasto de alguns textos que temos vindo a publicar ou que se encontram actualmente no prelo. Apenas no final tecemos umas considerações que naqueles não se encontram. Nos referidos trabalhos pode o leitor encontrar bibliografia mais específica: BAPTISTA, A. M.; SANTOS, A. T.; CORREIA, D. (2006) - Da ambiguidade das margens na Grande Arte de ar livre no Vale do Côa: Reflexões em torno da organização espacial do santuário Gravetto-Solutrense na estação da Penascosa/Quinta da Barca. *Côavisão*. Vila Nova de Foz Côa. 8, p. 156-184. BAPTISTA, A. M.; SANTOS, A. T.; CORREIA, D. (2008) - Estruturação simbólica da arte Gravetto-Solutrense em torno do monte do Fariseu (Vale do Côa). In *Pré-história: Gestos intemporais (Actas do III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior, vol. I)*. Porto: ACDR de Freixo de Numão, p. 38-61. BAPTISTA, A. M., SANTOS, A. T. e CORREIA, D. (no prelo) - O santuário arcaico do Vale do Côa: novas pistas para a compreensão da estruturação do bestiário gravettense e/ou gravetto-solutrense. In Balbín Behrmann, R., ed. - *Arte al aire libre en el Sur de Europa (Curso de Arte Rupestre al Aire Libre: Investigación, Protección, Conservación y Difusión [Salamanca, 15, 16 y 17 de junio de 2006])*.

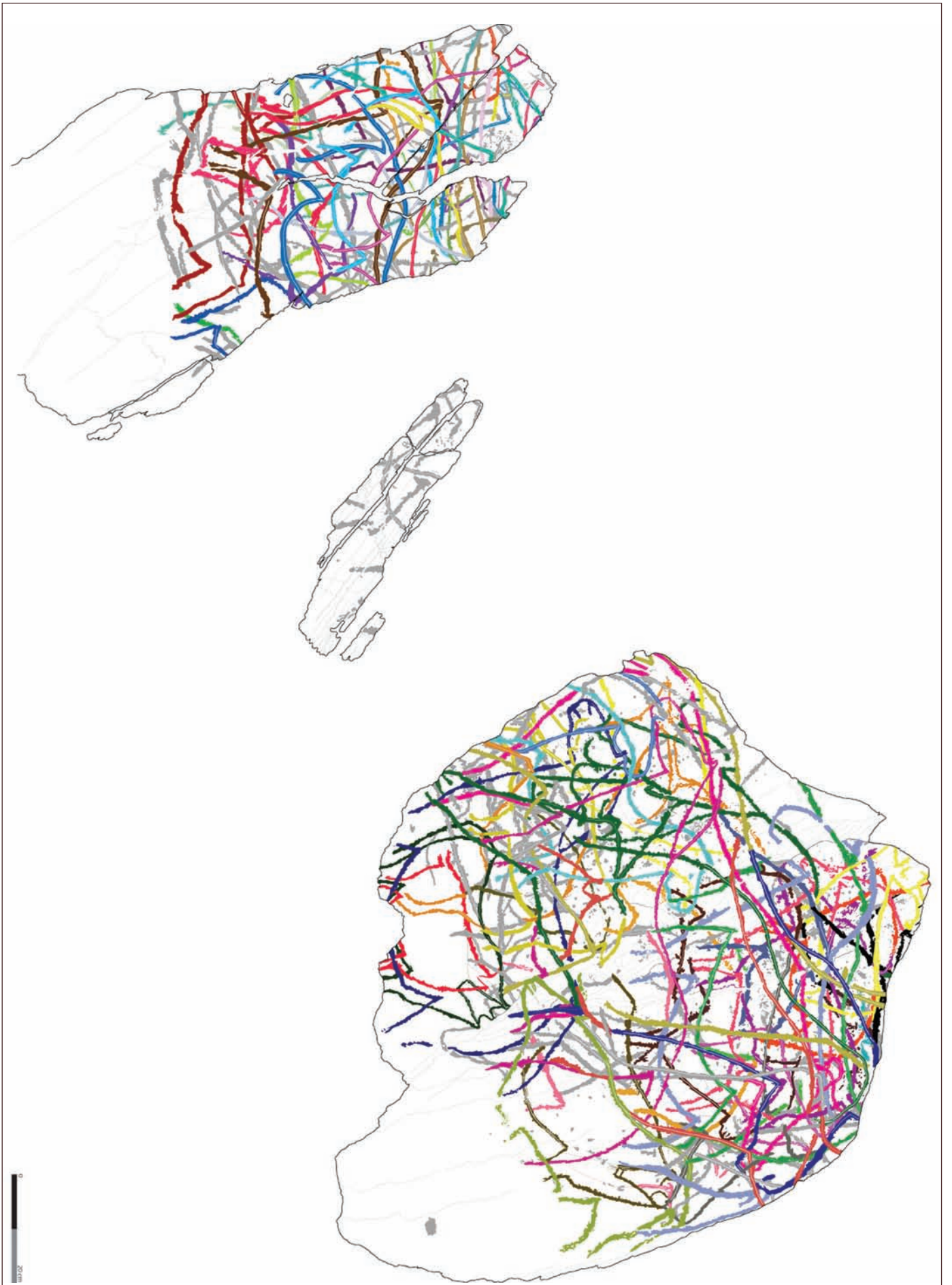


de um dos auroque da rocha 24 de Piscos, trazer à liça o correr livre do grande cavalo da rocha 41 da Canada do Inferno (Fig. 1)...

Mas eis que somos atirados para o sector mais perigoso do percurso que nos propu-
semos fazer. Chegámos ao corredor dos porquês onde toda a atenção é requerida,
porquanto o Minotauro nos pode assaltar ao menor deslize de rigor ou de eficácia
interpretativa.

E o primeiro porquê desta álea por onde caminhamos é aquele que pergunta pela razão da dispersão ordenada dos animais por pontos específicos de uma paisagem de há 20.000 anos. Como referimos linhas atrás, em locais específicos foram gravados diferentes conjuntos de animais – nesta praia predominam os bodes, junto daquela foz os bodes encontram-se em igual número que cavalos e auroques, por esta ribeira encontramos sobretudo veados, se percorrermos esta encosta sobranceira ao Cõa vamos observar quase exclusivamente cavalos, etc. Para além disto, observamos também que a partir da orientação dos animais, existem sítios que se relacionam entre si e outros que se apartam. Por exemplo, para se aceder a uma encosta em que a maioria de animais são cavalos há primeiro que passar junto a uma foz de uma ribeira onde estes animais se encontram em igualdade numérica com bodes e auroques (Fig. 2). Para se aceder a uma outra encosta em que os auroques são predominantes, há que passar também junto àquela foz. Já ambas as encostas são independentes entre si. Queremos com estes exemplos, demonstrar a existência de um ordenamento da paisagem, ou melhor, de uma fixação da interpretação sobre ela. Mas, e eis um outro porquê, qual a relevância desta fixação? Lembremo-nos então que estamos perante sociedades sem escrita mas que têm padrões de conduta, regulações sociais, códigos éticos, etc. Ora, como perpetuar este corpo de regras não as podendo fixar por escrito? A resposta, quanto a nós e tendo em conta contributos da Antropologia, da Sociologia, da História e de outras ciências sociais, é disseminá-las mais ou menos sub-repticiamente pelo quotidiano. Mas – outro porquê! – que têm estes animais a ver com regulações sociais? Bom, exactamente o mesmo que uma esfera armilar tem a ver com essa entidade a que chamamos Portugal. Em ambas as situações lidamos com signos, em ambas as situações conhecemos os significantes, apenas na última conhecemos o significado. É evidente que entre identificar um corpo estruturado de signos e interpretá-lo como um mecanismo de perpetuação de determinado ordenamento social vai um grande passo. Podemos admitir que a estruturação que encontramos no Cõa não passa do paroxismo do diletantismo ao nível da *Land Art*. Mas é aqui que entra a eficácia interpretativa. Enquanto o diletantismo é uma criação do século XIX, a utilização de mecanismos de perpetuação social é comum em todas as sociedades humanas, revestindo-se no seio daquelas sem escrita de formas semelhantes às que encontramos no Cõa. Poderão estas ideias por si só explicar a espantosa concentração de gravuras no Vale do Cõa? Claro que não. Outro factor que, a par dos condicionalismos da conservação, provavelmente terá contribuído para tal é esta região ter funcionado como área de agregação de múltiplos grupos – locais e forâneos – que aqui viriam para trocar materiais (aí estão as matérias-primas cujas fontes, de acordo com os estudos levados a cabo por T. Aubry, J. Sampaio e colaboradores, se encontram em locais que podem

fig. 1 Rocha 41 da Canada do Inferno.



situar-se até cerca de 200 km do Côa), pessoas (não nos esqueçamos dos problemas de consanguinidade em grupos humanos pequenos) e ideias, possivelmente em contextos altamente ritualizados e controlados socialmente. Em abono desta ideia, não devemos descurar a imponência da região enquanto cenário pungente de dramatismo, assim como a sua própria localização, exactamente situada nos limites ocidentais da Meseta Ibérica, sendo que habitualmente este género de práticas intergrupais se dá nas periferias dos territórios explorados por cada um dos grupos, nas chamadas *no man's lands*.

Encontrando-se atravessado metade do corredor que nos impele a perguntar, interrogamo-nos agora sobre as alterações verificadas no registo artístico há cerca de 12.000 anos. Como se referiu previamente, o animal preponderante passa a ser o veado. Se isto se pode dever a alterações climáticas que por então se davam, a alteração mais importante quanto a nós prende-se com a acessibilidade da arte. Se em boa verdade, os locais onde anteriormente se gravou continuariam a ser visitados como se demonstra pela aposição de novas gravuras nas rochas aí existentes, é certo que a maior parte dos painéis se dispersam de forma camuflada pelas encostas. Se a isto juntarmos o facto da técnica predominante ser a incisão, muito menos perceptível que a picotagem e a abrasão, podemos admitir que o acesso à informação contida nas rochas passou a ser muito mais controlado, exigindo provavelmente um intermediário que as conhecesse de antemão. Por outro lado, sabemos que este tipo de informação passou também a circular sob a forma de placas móveis, sendo que algumas delas foram alvo de posteriores processos que poderiam envolver quer o fogo quer a sua utilização como percutores. Todas estas evidências demonstram que, não tendo a arte deixado de servir como um mecanismo de perpetuação social, algo mudou. O mecanismo foi alterado. Isto tanto se pode dever ao esgotamento da eficácia do anterior como a uma mudança efectiva no interior das comunidades de então. Uma coisa é certa, a existência do intermediário referido acima não parece ter sido essencial anteriormente, e isto já é dizer muito...

Relevar o papel activo das manifestações artísticas do Côa enquanto ferramentas de abrangência social não é diminuir-lhes o valor estético, é colocá-las ainda mais próximo de toda a arte ocidental que até ao século XIX não passou disso mesmo. Se o bode de duas cabeças da rocha 3 da Quinta da Barca não é "inocente", o tecto da capela cistina também não o é.

É esta assumption que nos permite entrar finalmente num amplo salão onde podemos por fim descansar e reflectir um pouco. É verdade que atalhámos caminho. Não vislumbrámos a arte da Pré-história Recente, caracterizada pelo seu antropocentrismo e esquematismo fruto talvez do progressivo sedentarismo das comunidades humanas e da gradual adopção das práticas agro-pastoris, saltámos as grafias da Idade do Ferro e as suas narrativas guerreiras e venatórias próprias de uma sociedade viril e heroicizada, não nos detivemos perante os painéis historiados já em épocas modernas e contemporâneas, tão perto e já tão longes de nós. Mas é agora tempo de parar – alumie-se então o salão. E nele, o que encontramos é o Mundo em que vivemos, agora um pouco mais transparente para nós. Porque o que o olhar para um outro tempo nos trouxe foi a capacidade de destapar algo do nosso. Foi o verificar que esta sociedade já não grava nas rochas para se perpetuar, mas também ela se quer eternalizar. Já não observamos auroques a beber nas margens do Côa mas todos os dias olhamos para a televisão, já não percebemos que relação haverá entre uma praia repleta de cabras e uma encosta pontuada por cavalos, mas lemos afanosamente os *opinion makers* do nosso tempo, dizemos não ter uma ideia estruturada do Mundo mas apenas disso não temos consciência, dizemos ser pensadores-livres mas apenas escolhemos o que nos parece ser a gaiola mais dourada para o nosso pensar. Não que tudo isto seja grave. Afinal é isso que é Ser.

E é também por isto que o Côa não é apenas um dos mais antigos testemunhos do génio criativo humano, é também, e sobretudo talvez, a própria condição humana fixada na pedra...

fig. 2 Rocha 1 da Quinta da Barca – Epicentro da concentração de rochas junto à foz da ribeira epónima.

Aspectos da Arte Magdalenense e Tardi-Glacial no Vale do Côa

António Martinho Baptista

(Parque Arqueológico do Vale do Côa, ambaptista1950@sapo.pt)

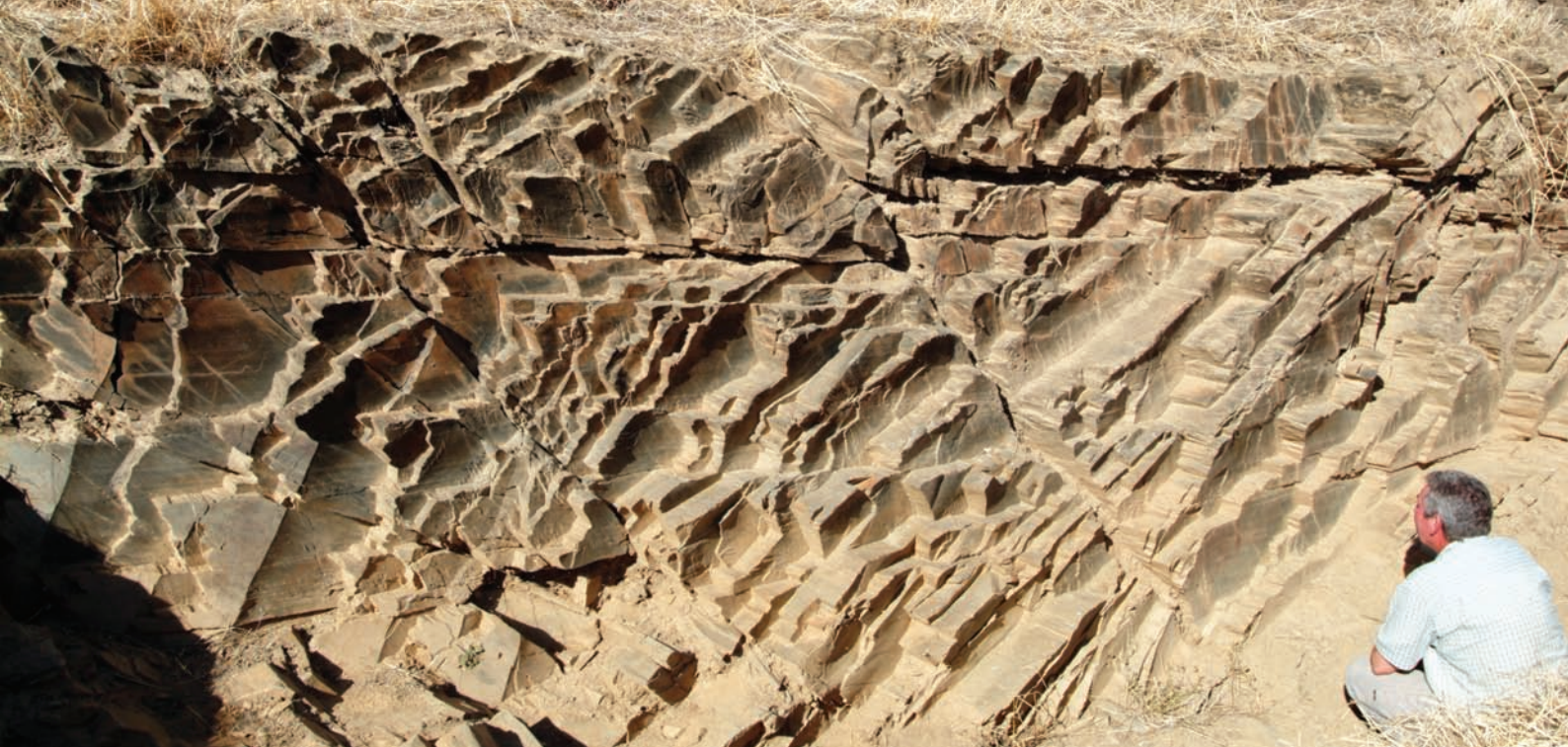


fig. 1 Perspectiva da rocha 24 da foz da Ribeira de Piscos. Repare-se na disposição dos seus inúmeros painéis recortados em diferentes planos, orientados perpendicularmente relativamente ao curso do rio e não frontalmente, como é mais comum na generalidade das rochas historiadas da Arte do Côa. A numeração dos 32 painéis gravados está orientada da esquerda para a direita.

Introdução

Esta nota pretende-se uma reflexão breve a partir da análise de duas rochas profusamente incisas no contexto da arte magdalenense e tardi-glaciária do Vale do Côa. São elas a Rocha 24 da foz da Ribeira de Piscos e a 16 do Vale de José Esteves.

Conhecidas hoje com algum rigor (evidentemente com o rigor possível que as barragens do Douro permitem!), quer a área de expansão do ciclo paleolítico do Baixo Côa/Alto Douro, quer as gramáticas figurativas, as técnicas e estilos das suas duas fases evolutivas fundamentais, à medida que os levantamentos vão avançando é possível ir sistematizando melhor as cronologias relativas do tempo longo. É o que hoje iremos apresentar a partir de duas rochas que consideramos das mais marcantes para a compreensão cronostilística dos períodos magdalenense e tardi-glaciária, que assinalam o final dos tempos paleolíticos no Côa.

As rochas 24 da foz da Ribeira de Piscos e a 16 do Vale de José Esteves são conhecidas já há vários anos, mas o seu minucioso e difícil levantamento tem sido conduzido a espaços desde 2001. Só a rocha decorada de José Esteves está por agora terminada. A rocha da foz de Piscos, muito complexa, não tem o seu levantamento ainda terminado, embora seja já conhecida grande parte da sua admirável e original panóplia figurativa. Este trabalho foi conduzido nos últimos anos pela equipa do então Centro Nacional de Arte Rupestre (abrupta e injustificadamente extinto em Abril de 2007 no âmbito do PRACE) e continuado pela mesma equipa, entretanto integrada no Parque Arqueológico do Vale do Côa.

Síntese da evolução paleolítica da Arte do Côa. Elementos para a sua compreensão

O ciclo paleolítico do Côa começa há ± 25.000 anos. Gravam-se (e pintam-se eventualmente) em especial os grandes paredões de xisto ladeando as antigas praias do curso terminal do Baixo Côa.

Os motivos da fase antiga são gravados por picotagens profundas, com traços por vezes polidos e sempre muito vincados. Este polimento, criando gravuras de belo efeito gráfico, pode processar-se na totalidade das linhas do motivo, ou, preferencialmente, apenas na sua região anterior, a chamada parte nobre do animal. Um bom exemplo deste tipo conjugado de técnicas é a rocha 11 da Canada do Inferno e o seu bem equilibrado conjunto de auroques (esta rocha, infelizmente submersa, será apresentada em réplica no futuro museu do Vale do Côa).

São raras as incisões, a espaços utilizadas como esboços das gravuras que serão em seguida picotadas profundamente. Isto faz com que as gravuras do período mais antigo sejam as que hoje melhor se podem observar em especial pelos visitantes não iniciados do Parque Arqueológico.



fig. 2 Painel 2 da rocha 24. Figura (feminina?) incisa.

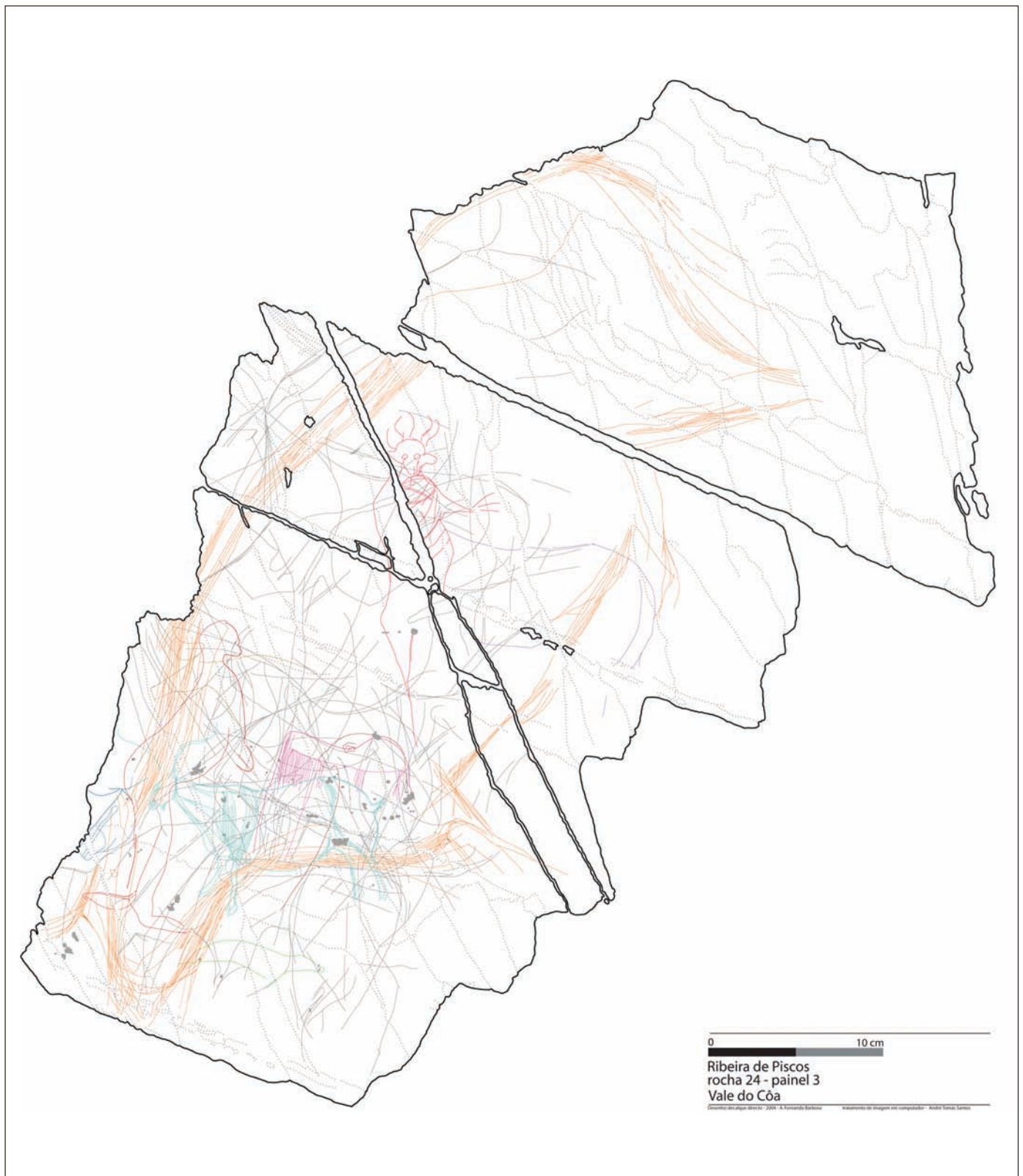


fig. 3 Painel 3 da rocha 24. Complexo conjunto de gravuras incisas, todas inscritas no interior de um auroque virado para a esquerda e que ocupa praticamente todo o espaço operativo da rocha. Aqui destacam-se três representações de carácter humano ou humanóide, duas delas seres compósitos com cabeças zoomórficas figuradas de perfil. O humano na parte superior do painel é figurado em visão frontal, como o da figura anterior. Também ele tem uma cabeça com pormenores intencionalmente zoomórficos. Destaque-se ainda o magnífico bode (a verde), finamente inciso, com uma riqueza de pormenores pouco usual no Côa, mas típico da arte magdalenense: dois pares de pernas e patas bem perspectivados, cauda elaborada, uma esbelta cabeça com dois cornos em perspectiva torcida frontal e simulação de pelagem em traço múltiplo subvertical. Na base do painel (figurado a verde), está o que poderá ser considerado uma rara representação de lontra.



fig. 4 Pormenor do humanóide da painel 3 figurado em visão frontal. Repare-se nas orelhas simiescas e nas linhas curvas que lhe saem da cabeça.

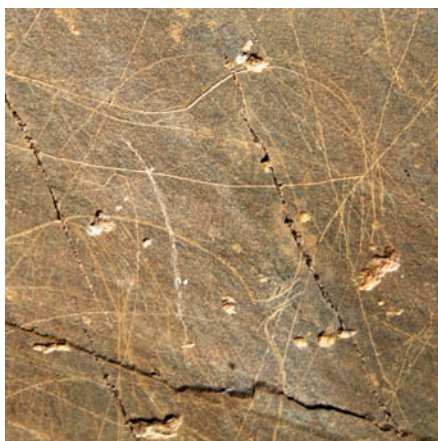


fig. 5 Pormenor no painel 3, do ser composto humanóide com cabeça de felino (à direita no desenho da fig. 03), figurado de perfil.



fig. 6 Painel 4 da rocha 24. Par inciso de humanóides (seres compostos) do tipo “fantasma”.

Nas zonas das antigas praias fluviais, são escolhidos os painéis verticais de xisto, preferencialmente, mas não exclusivamente, junto ao curso de água. Em alguns casos o espaço operativo privilegiado é o sector superior e mais alteado do painel (Rochas 1 da Canada do Inferno e 6 da Penascosa, entre as mais conhecidas). Há uma intencional sobreposição dos motivos, criando por vezes verdadeiros palimpsestos que tornam difícil a sua descodificação. É o caso das rochas 1 da Quinta da Barca e 1 do Fariseu, entre os exemplos extremos. Mas é o que se observa também nas rochas 1 da Canada do Inferno e 3 da Penascosa entre as mais conhecidas do Vale do Côa.

Estas sobreposições intencionais configuram uma acumulação estruturada em dispositivo ilusório. Quer isto dizer que, durante a fase antiga, os espaços operativos previamente escolhidos são (em alguns casos) densamente carregados de motivos, sempre com os mesmos tipos de animais (99% destes animais são as quatro grandes espécies de herbívoros que dominam a Arte do Côa: equídeos, bovídeos, capríneos e cervídeos, estes mais abundantes no último período) que se vão sobrepondo, reaproveitando-se até traços de animais anteriormente gravados. O sentido cénico (o ordenamento estruturado) é dado pela própria acumulação de motivos. Os sinais estão aqui praticamente ausentes, bem como as representações antropomórficas, que só surgem incisas no Magdalenense. A distribuição das gravuras (e pinturas) desta fase antiga está confinada à região envolvente das últimas quatro praias “fósseis” do Baixo Côa, sítios onde o rio alarga, como na Penascosa/Quinta da Barca ou, ainda que mais ou menos encaixado, se espria na foz dos seus tributários como em Piscos/Fariseu e no grande sítio da Canada do Inferno/Foz do Rêgo da Vide. O sítio da Faia, muito a montante e o único em ambiente granítico, é o mais afastado com figurações deste período e o único que conserva restos de pinturas paleolíticas que se conservaram devido às suas especiais condições de jazida. Isto tem-nos levado a defender que muitas outras gravuras paleolíticas do Côa poderiam também ter sido pintadas, mas cujos pigmentos terão desaparecido devido aos agentes erosivos. Seria este o caso, por exemplo, dos grandes auroques em picotado profundo e quase em tamanho natural, da rocha 13 junto à foz da Ribeira de Piscos ?

A atribuição a uma fase antiga deste tipo de motivos/sítios, para além dos aspectos próprios da estilística comparada, foi claramente comprovada a partir dos elementos arqueológicos fornecidos pelas escavações contextuais levadas a cabo pela equipa de Thierry Aubry, quer da área de planalto (Olgas), quer muito especialmente do sítio do Fariseu. Aqui, nomeadamente no corte 1 (sondagens de 1999 e 2005), um painel profusamente decorado com 96 gravuras todas da fase antiga, estava parcialmente coberto por uma significativa camada de depósitos com indústrias arqueológicas atribuíveis a diversos períodos do final do Paleolítico. Entre os seus materiais recolhidos está igualmente a maior e melhor colecção de placas com arte móvel magdalenense do Côa (e de Portugal), um aspecto vital para a compreensão cronológica de muitas das gravuras do período magdalenense e tardi-glaciar do Côa. As diversas datações TL do Fariseu confirmam a frequência paleolítica do sítio entre 18.400 e 11.000 BP, com um referencial *ante quem* mínimo de c. 15.000 BP para a realização das gravuras que recamam a rocha 1 do Fariseu (Aubry e Sampaio, 2008: 7). E estas são, na sua generalidade e estilisticamente, todas do mesmo período de execução. Na ausência de melhores evidências arqueológicas consideramos este primeiro período da Arte do Côa como Gravetto-Solutrense.

Gradualmente as picotagens profundas são abandonadas e impõe-se a técnica da incisão, com traços finos simples ou múltiplos. Esta técnica torna-se quase que a exclusiva do período magdalenense e tardi-glaciar. Os painéis com motivos densamente sobrepostos são também abandonados.

Da mesma maneira, neste segundo grande período, o “santuário” paleolítico desloca-se mais para a região junto à Foz do Côa. Claro que há gravuras deste período nas zonas a montante, como na Penascosa, nomeadamente a excelente rocha 10, na Quinta da Barca (a rocha 23 é o melhor exemplo), na Ribeira de Piscos (quase toda incisa) e até no Fariseu (a excelente rocha 8 é um bom exemplo) e Canada do Inferno (rocha 14, entre outros exemplos). Mas é na Foz do Côa e nos vales adjacentes, alguns já orientados ao Douro, que se distribuem a maior parte das rochas conhecidas com gravuras incisas (Baptista e Reis: 2008, Baptista e Reis, no prelo). E onde, curiosamente, estão praticamente ausentes as gravuras picotadas com traço profundo da fase antiga (menos de 1% dos motivos conhecidos).



fig. 7 Painel 5 da rocha 24. No sector à direita, uma estranha representação humanóide como que expele um auroque pela boca.

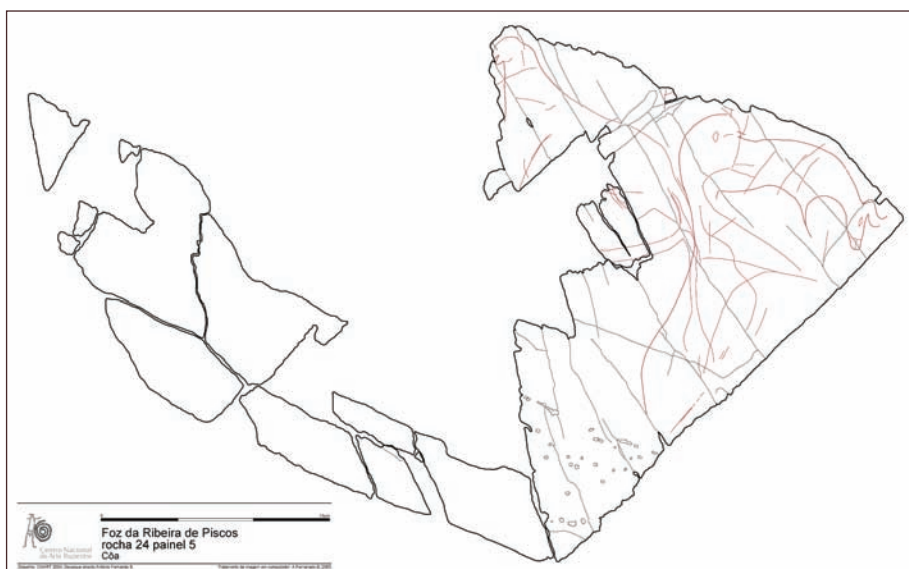


fig. 8 Pormenor da figura anterior acentuada digitalmente.

Por outro lado, a distribuição das gravuras incisas no espaço operativo dos painéis é mais irregular e menos densa. Há painéis com apenas um motivo e tornam-se mais raras as sobreposições que não parecem obedecer já a um programa como o que determinou a anterior acumulação estruturada em dispositivo ilusório. Os painéis historiados, muitos deles de pequenas dimensões (como as próprias gravuras), galgam agora as encostas também dos pequenos vales adjacentes e distribuem-se às vezes por pequenos recantos e zonas de mais difícil acesso. Esta fase é, por tudo isso, um momento em que a arte é aparentemente menos pública do que na fase anterior. O que se deve também à sua menor monumentalidade.

A própria estilística zoomórfica deste período é caracterizada por um menor formalismo naturalista e uma maior criatividade. A estética zoomórfica paleolítica é verdade que há muito tinha decomposto a “maneira” de gravar os animais, mas tornara-os muito estereotipados, como é patente na fase antiga. Agora, os corpos dos animais, particularmente dos cervídeos, gravados em maior abundância neste período, ganham novas volumetrias, tornam-se por vezes quase quadrados e mesmo silhuetados. Há uma espécie de expressionismo das formas, que agora surgem também mais acompanhadas pela carga simbólica de alguns sinais. O melhor exemplo desta evolução pode ver-se precisamente nas duas rochas que agora passarei a apresentar muito sumariamente.





fig. 9 (pág. anterior) Painel 7 da rocha 24. De destacar neste painel muito fragmentado os dois auroques da direita com as cabeças figuradas em visão frontal. E entre os dois, mais um estranho ser compósito, com um corpo com características humanas e cabeça de felino (chacal ?).

fig. 10 Pormenor da cabeça e parte do corpo do ser compósito do desenho da figura anterior.

As rochas 24 da Ribeira de Piscos e 16 de Vale de José Esteves

Face ao exposto, uma análise rápida aos notáveis painéis destas duas rochas permite desde logo a sua inserção dentro do período magdalenense e Tardi-Glacial do Vale do Côa.

Apenas a rocha 24 tem num dos painéis superiores uma gravura picotada em traço profundo, estilisticamente típica da fase antiga. E curiosamente está num dos painéis de topo desta estranha rocha, como é também típico da fase arcaica, uma arte mais topográfica e monumental do que a do período magdalenense.

Mas qualquer destas rochas tem particularismos que as tornam verdadeiramente notáveis no contexto da arte magdalenense e tardi-glacial.

A rocha 24 é um afloramento sito na margem esquerda do Côa, junto ao final da confluência da Ribeira de Piscos com o Côa. Ao invés de ter uma superfície lisa e direita como a generalidade dos painéis historiados do Côa, as partes afloradas da rocha recortam-se numa infinidade de pequenos painéis, 32 dos quais estão decorados com diversos tipos de incisões (só 1 é picotado).

Aqui se guarda a melhor colecção de representações antropomórficas paleolíticas do Côa, o que tornaria por si só esta rocha absolutamente excepcional, pois contámos até ao presente 16 figurações deste tipo. Até agora apenas se conhecia o clássico ictifálico da rocha 2 de Piscos e um outro mais esboçado (humanóide) da Rocha 8 do Fariseu. E um eventual e duvidoso humanóide numa das placas com arte móvel do Fariseu. A estes há agora que acrescentar os 16 distribuídos pelos diversos painéis desta rocha 24.

Todos eles são estranhas representações, alguns com claro carácter antropomórfico, outros menos evidentes (humanóides e/ou seres compósitos, segundo a classificação de Pales e Tassin de Saint-Péreuse, 1976) e que só no contexto desta rocha assim poderão ser classificados.

Um dos aspectos mais curiosos destas representações antropomórficas e humanóides, são as formas estranhas de algumas das cabeças onde se misturam aspectos humanos e zoomórficos (seres compósitos). O que é aliás apanágio de alguns dos conhecidos humanóides paleolíticos da Europa ocidental [por ex. numa gravura sobre osso de Isturitz (MAN 84772), ou o bem conhecido híbrido “Deus” cornudo de Trois-Frères]. Outros são figurados vistos de face, com os olhos assinalados por dois pequenos círculos, como na provável figura feminina de Laugerie-Basse. Todos mantêm o aspecto estranho dos humanos paleolíticos, contrastando com o maior naturalismo convencional da estética zoomórfica. Sabe-se que o homem paleolítico não gostava de se retratar e estas estranhas representações da foz de Piscos provam isso mesmo, contrastando embora com o humano da rocha 2, que lhe está próximo. E este é outro aspecto que merece destaque: todos os humanos paleolíticos conhecidos na Arte do Côa estão concentrados junto à foz de Piscos, sendo o da rocha 8 do Fariseu o mais afastado.

Quanto ao sexo destas representações, ele não é muito claro, pondo-se a hipótese da representação do painel 2 ser uma figura feminina pelo tipo de vestimenta que ostenta. Mas apenas por isso, já que a figura é intencionalmente ambígua, parecendo figurar uma personagem envelhecida. Nela, também como noutras representações de humanos do Côa, há uma série de linhas que lhes rodeiam e saem da cabeça e que não aparentam representar cabelos, antes uma qualquer presença imaterial. Este aspecto está presente quer na figura do painel 2, quer no humano visto de face do painel 3, quer no ictifálico da rocha 2 de Piscos, sendo assim uma característica de estilo que se deverá reter no antropomorfismo pleistocénico do Côa.

Um outro aspecto que merece destaque nesta rocha é a presença de três auroques com as cabeças figuradas em visão frontal, uma característica rara na estética paleolítica. Também no Côa esta forma de representação das cabeças animais é pouco comum. Mas ainda assim, para além destes três originais auroques, há exemplos de representações de animais em visão frontal ou com as cabeças semitorcidas, na rocha 3 da Penascosa (a notável cabra com os cornos e cabeça em V e olhos acentrados como que à maneira picassiana!), dois auroques na rocha 1 da Quinta da Barca e uma outra cabra na rocha 8 da Penascosa. Outros exemplos haverá no Côa, mas é claramente um tipo de representação pouco comum, conhecido já na fase antiga, como o demonstram estes exemplos citados. Nos exemplares da rocha 24, a sua atribuição cronológica deverá ser posterior, devendo pertencer (da mesma maneira que os humanos e humanóides) a um estágio indeterminado do Magdalenense (alguns humanos do mesmo tipo dos do Côa são normalmente atribuíveis ao Magdalenense médio).

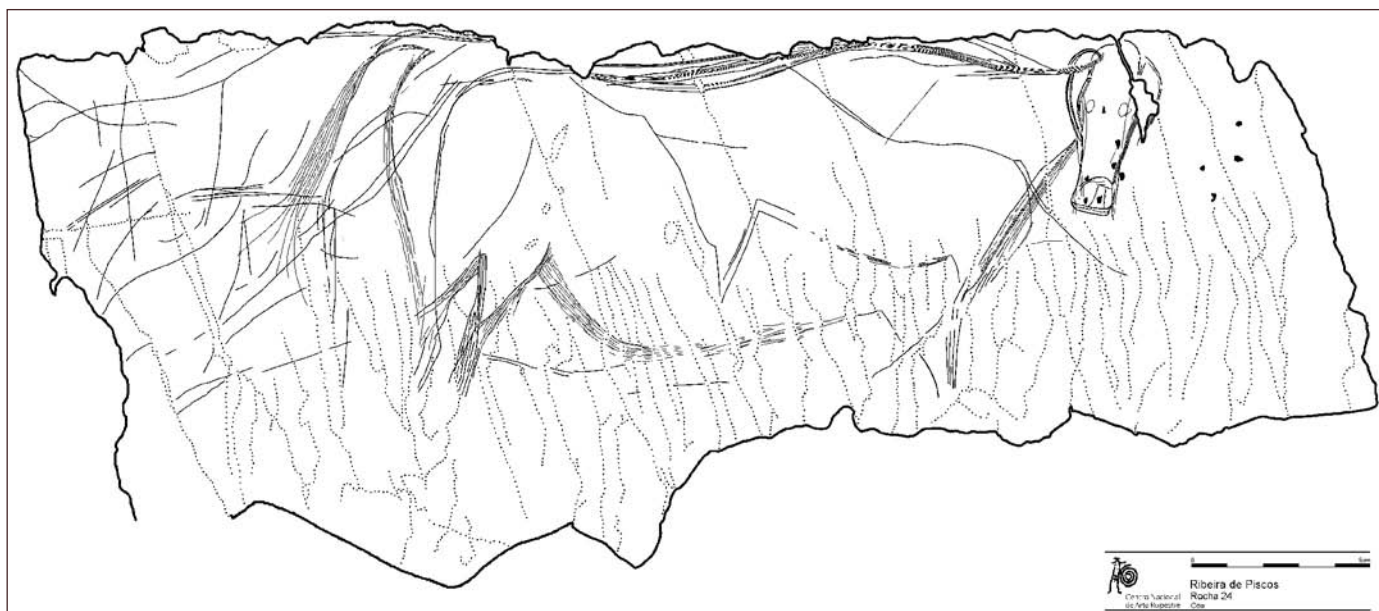


fig. 11 Painel 11 da rocha 24. Magnífico auroque com a cabeça figurada em visão frontal. Contorno em traço múltiplo rebaixado.

Muitos outros aspectos haveria a destacar neste significativo lote de painéis da rocha 24: um auroque com uma dupla cauda em movimento animado; um humanóide como que expelindo um auroque pela boca (!), um apetecível exemplo para insuspeitas teses xamânicas; o adoçamento de algumas figuras aos condicionalismos dos suportes; a notável e realista cabra, em estilo “muito magdalenense” (um dos melhores exemplares no Côa deste período) com estranhos seres compósitos do painel 3... a exigir, no entanto, um estudo muito mais aprofundado.

A Rocha 16 do Vale de José Esteves é um dos mais notáveis painéis com arte magdalenense e tardi-glaciária do Vale do Côa. Sendo bastante bem representativa da arte dos tempos finais do Paleolítico, foi por isso seleccionada para figurar em réplica no futuro Museu do Côa. O sítio poderá também ser objecto de abertura ao público num futuro próximo.

Todas as gravuras desta rocha são incisadas, na sua maioria com traço múltiplo. Destaca-se a cena central do painel central, com um grupo de cervídeos (*Cervus elaphus*) de traço múltiplo. Esta cena, realizada pela mesma mão, pode interpretar-se de duas formas: poderemos estar perante uma família de cervídeos com um juvenil ao centro da composição (é o único que não tem os joanetes destacados), enquadrado pela fêmea na dianteira e o macho possante a fechar o grupo; ou apenas e tão só um macho perseguindo duas fêmeas. E nestas é curioso assinalar os traços de linhas paralelas e divergentes que lhes saem da boca (representação imaterial do cio?). A forma dos corpos pesados, quase quadrangulares, as pernas afiladas, os pescoços longos, são muito característicos da arte magdalenense do Côa, com bons paralelos em muita arte móvel.

Por outro lado, a rede laboriosamente tecida do traçado múltiplo do interior do corpo dos animais justifica alguma reflexão, pois é um importante elemento de estilo no contexto da Arte do Côa. Com efeito, o minucioso levantamento em desenho (por decalque directo) de Fernando Barbosa, permitiu identificar alguns padrões recorrentes no aparentemente caótico conjunto de traços convergentes e divergentes. O artista joga com sequências de linhas paralelas que acompanham o alongamento do corpo dos cervídeos no sentido perpendicular e traçadas da direita para a esquerda, destas saindo outras sequências de menores dimensões e mais subverticais, formando no seu conjunto como que um escamamento. Há pois um claro programa no sistema de gravação do traçado múltiplo. Este padrão morfo-estilístico pôde reconhecer-se em algumas das técnicas de execução de pelo menos dois dos notáveis sinais desta mesma rocha (no painel central do sector direito, o sinal quase circular figurado a verde e o oblongo figurado a castanho, por cima da cabra, junto à base do painel), que é, quase toda ela, da mesma fase de execução. Esta característica de autoria só é possível de compreender após longas sessões de trabalho e é, por isso mesmo, um aspecto que merece ser destacado.

Esta mesma técnica é perceptível no traçado múltiplo dos dois juvenis de cervídeo sobrepostos figurados numa das últimas placas encontradas nas escavações do Fariseu e ainda não publicada.



fig. 12 Pormenor da cabeça e parte do corpo do auroque da figura anterior.



fig. 13 Outro dos auroques da rocha 24 figurado com a cabeça em visão frontal. Pormenor da parte anterior.



fig. 14 Um dos mais impressionantes painéis da rocha 24 da foz da Ribeira de Piscos com um excelente lote de auroques.



fig. 15 Pormenor de um par de auroques do painel anterior. Note-se a tentativa de perspectivar as figuras entre si.

Por outro lado, os paralelos estilísticos, mas também tecno-morfológicos, com algumas das placas com arte móvel da camada 4 do Fariseu levam-nos a considerar ser a quase totalidade das gravuras deste painel atribuíveis aos momentos finais do Paleolítico superior, na transição já do tardi-glacial para o Holoceno. De destacar, por exemplo, o paralelismo entre o animal figurado na placa nº 44 com uma dorsal de traço duplo preenchido interiormente com pequenas linhas subverticais paralelas, como numa das cabras desta rocha. Esta e outras placas estão presentes em toda a espessura da camada 4 (Aubry e Sampaio, 2008: 16) e estão relativamente bem datadas.

Outro aspecto importantíssimo presente nesta rocha é o excelente e bem preservado lote de “sinais” de carácter abstracto-simbólico a apontar já para algumas tipologias dos padrões ritmados da arte azilense, nomeadamente da arte linear-geométrica pré-neolítica. A sinalética deste tipo é muito rara no Côa e esta rocha é o melhor exemplo conhecido num único painel de uma tão profusa coleção de “sinais”. Que curiosamente aqui se distribuem pelas partes superiores dos painéis. E que, com um ordenamento muito próprio (que explicaremos melhor em texto mais desenvolvido) vão muito para além da sua mera classificação como escalariformes, ou tectiformes, ou escutiformes, ou de tipo “feminino” por serem mais ou menos triangulares e “peludos”, mas anunciam já os alvares da arte esquemática que será dominante nos milénios seguintes. Neste caso podem mesmo paralelizar-se com o quase desconhecido linear-geométrico presente, por exemplo, nas placas de La Cocina, uma arte (ou grafismo) pré-neolítica(o) quase desconhecida mas presente na imagética da transição pós-glacial peninsular.

Repare-se também em alguns dos animais desta rocha, já perfeitamente desconstruídos à maneira do azilense antigo, um deles sem cabeça e de pescoço afilado (como um dos que publicámos da Ribeira de Moinhos). É um estilo de transição que eventualmente representará a arte do final do Magdalense e a transição para o azilense ibérico (Epipaleolítico).

Na base deste painel, duas figurações de canídeos da Idade do Ferro sobrepõem-se ao cervídeo fêmea dianteiro. Estão figurados a vermelho no desenho agora publicado. É outro aspecto interessante a presença de muitas figuras da IIª Idade do Ferro sobrepostas a alguma iconografia particularmente do período tardi-glacial, quer na Foz do Côa, quer na sua área envolvente (Vermelhana, Vale de José Esteves, Vale de Cabrões, etc.). Todo um trabalho que está ainda por fazer e que hoje é já bem intuído graças ao minucioso labor de prospecção que aqui foi sendo realizado por Mário Reis. É todo um outro ciclo rupestre ainda em grande parte por conhecer...

Bibliografia citada

AUBRY, T. e SAMPAIO, J. (2008): Fariseu: cronologia e interpretação funcional do sítio. In *Actas do III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior* (2006). Vol. 1. Porto: ACDR de Freixo de Numão, p. 7-30.

BAPTISTA, A. M. e REIS, M. (2008): Prospecção da arte rupestre na Foz do Côa: Da iconografia do Paleolítico superior à do nosso tempo, com passagem pela IIª Idade do Ferro. In *Actas do III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior* (2006), Vol. 01. Porto: ACDR de Freixo de Numão, p. 62-95.

BAPTISTA, A. M. e REIS, M. (no prelo): Prospecção de arte rupestre no Vale do Côa e Alto Douro português: ponto da situação. In BALBÍN BEHRMANN, R. e BAPTISTA, A.M. eds., *Actas do Curso de arte rupestre al aire libre. Investigación, protección, conservación y difusión*, Salamanca (2006).

PALES, L. e TASSIN DE SAINT-PÉREUSE, M. (1976): *Les gravures de La Marche, II: Les humains*. Gap-Paris: Ophrys.

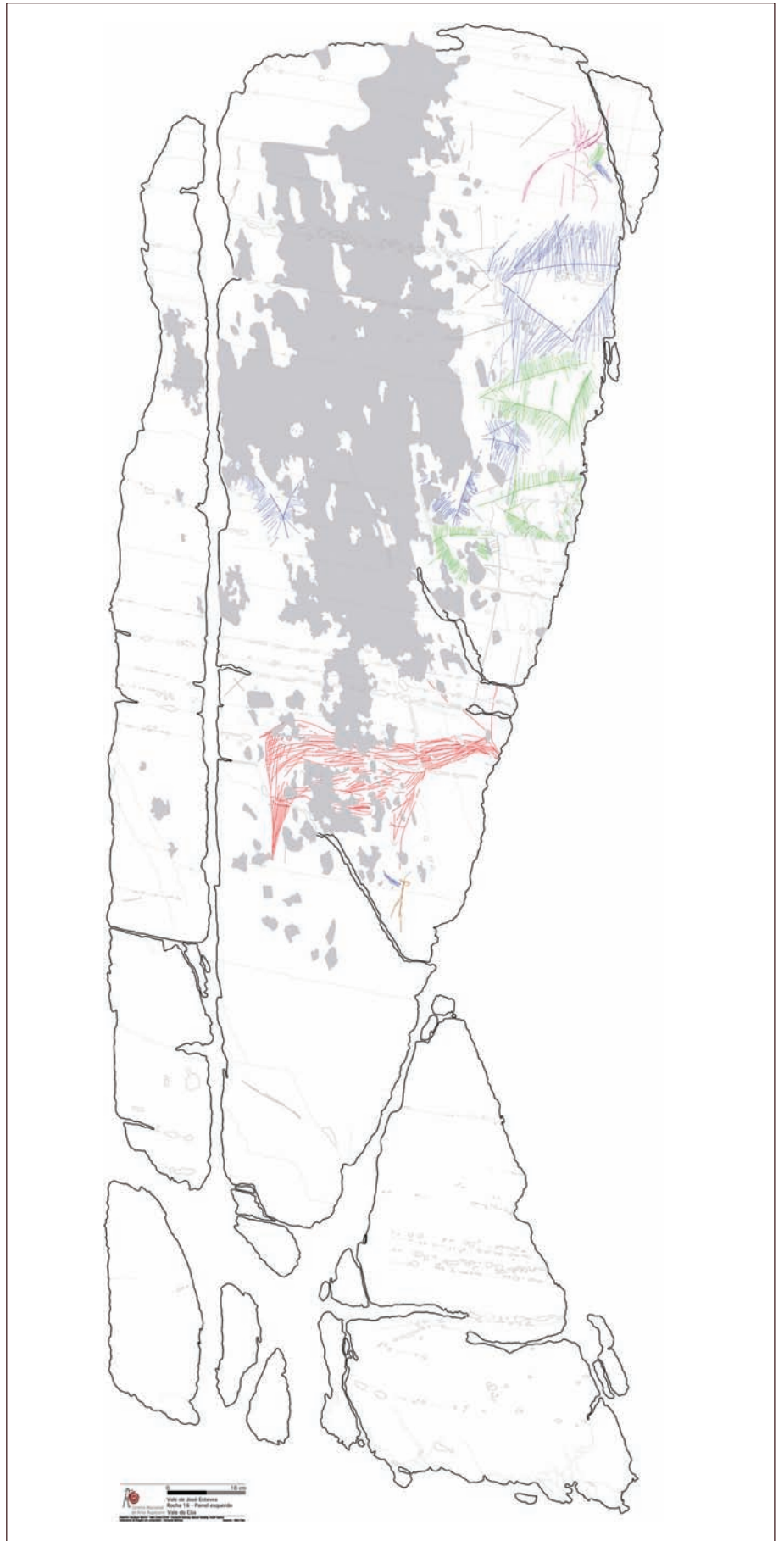


fig. 16 Painel esquerdo da rocha 16 do Vale de José Esteves. De notar os sinais triangulares do sector superior direito.



fig. 17 Sector direito do painel central da rocha 16. De registar a riqueza da sinalética linear-geométrica da parte superior do painel. Estas densas incisões dão continuidade aos sinais da figura anterior e prolongam-se para o painel central, formando como que um friso que ocupa grande parte da zona superior da rocha. Pertencem aparentemente às últimas fases de gravação desta rocha e são o melhor conjunto linear-geométrico conhecido no Vale do Côa, na fronteira entre a o tardi-magdalense e a arte azilense (epipaleolítica).

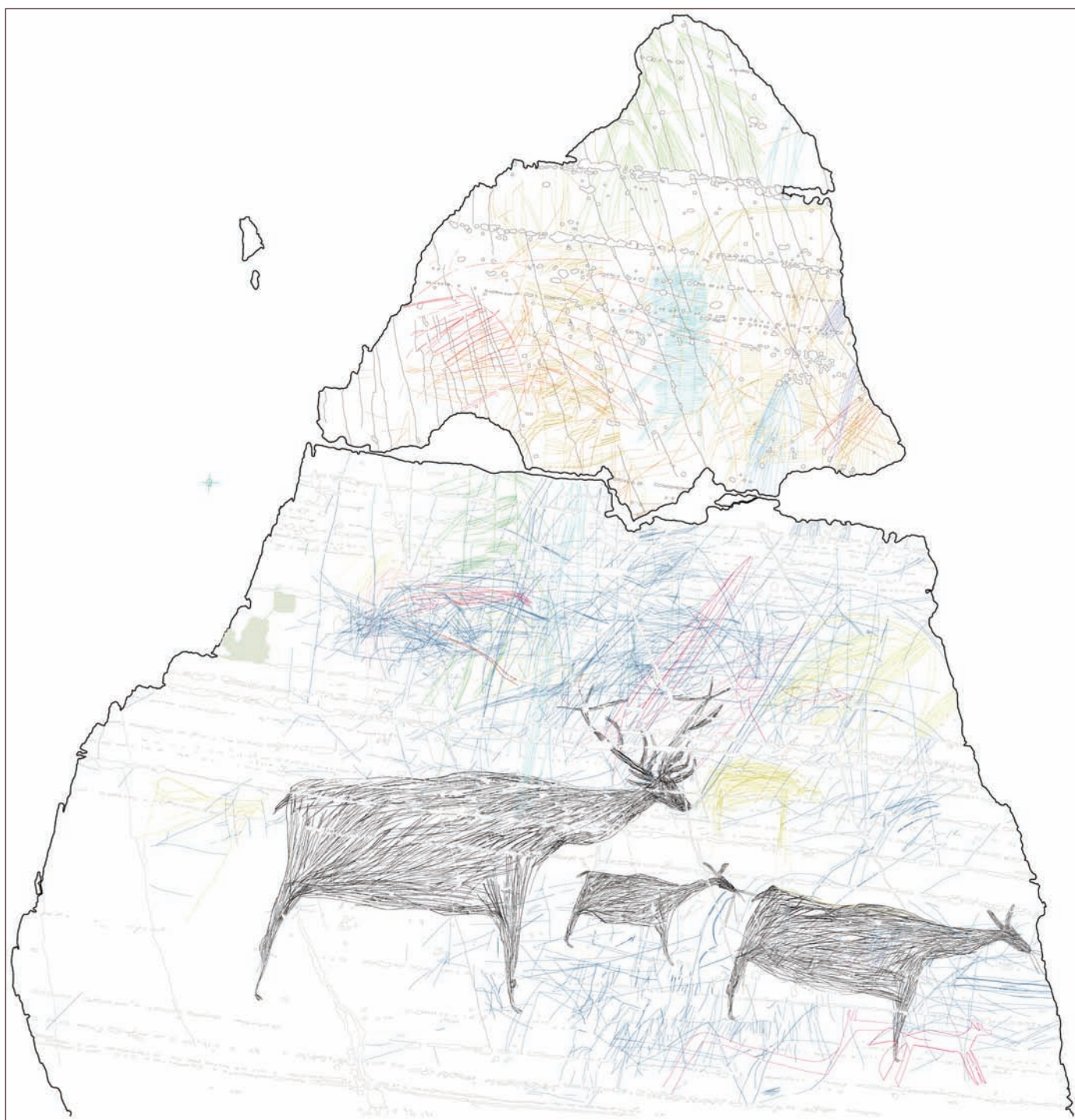


fig. 18 Sector central do painel central da rocha 16. É o painel mais ricamente gravado desta rocha, prolongando as incisões lineares-geométricas das duas figuras anteriores. Mas as representações mais destacadas deste sector são os três cervídeos ao centro do painel (neste desenho eliminámos a parte inferior), inteiramente preenchidos com traço múltiplo. De notar as duas figuras da Idade do Ferro na base à direita no desenho, uma situação comum em muitas outras rochas desta zona do Baixo Côa, onde gravuras deste tipo se sobrepõem à arte paleolítica e tardi-glaciár.

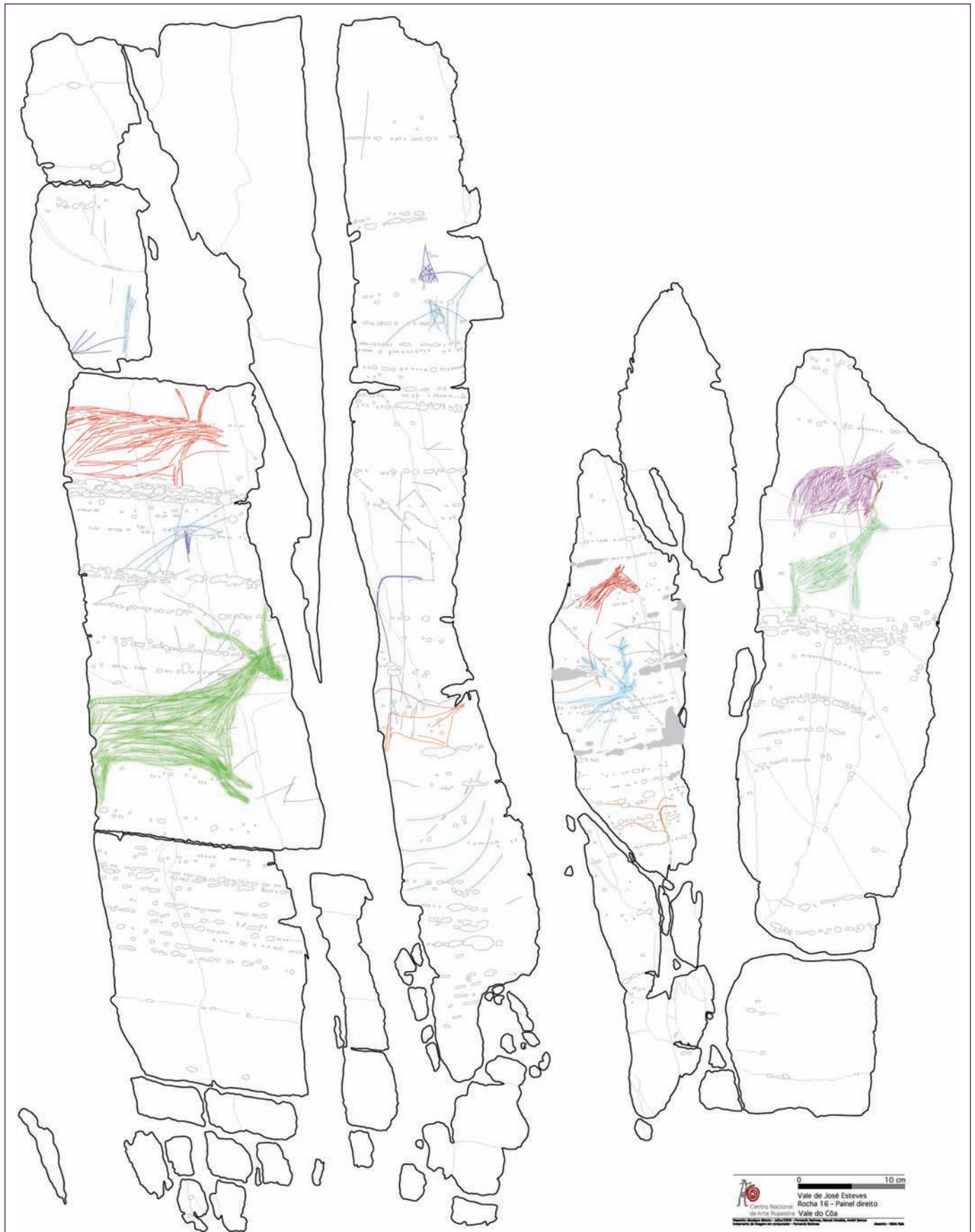


fig. 19 Painel direito da rocha 16. O capríneo à direita, figurado a verde, representa uma camurça, uma subespécie rara na Arte do Côa. De notar os pormenores estilísticos na forma de representação das crinas e de uma cervice-dorsal de uma cabra com pequenos traços múltiplos paralelos, aspectos que apresentaremos em pormenor nas imagens seguintes.



fig. 20 Capríneo do sector direito.



fig. 21 Cabeça de equídeo do sector direito.



fig. 22 Espécie não identificada. O interior em traço múltiplo poderá deixar entender alguma da hipotética evolução das formas para o linear-geométrico.

fig. 23 Signo pisciforme e cabra tardi-glaciár sobreposta por um animal de corpo quadrangular, sem cabeça e com o pescoço afilado terminando em ponta, uma hipotética representação já epipaleolítica (?).



fig. 24 Fêmea de cervídeo do sector central (direita).



fig. 25 Pormenor da cabeça da figura anterior. Notar a técnica de preenchimento do traço múltiplo, conforme o descrito no texto. De notar também os traços rectos que saem da boca do animal.



fig. 26 Pormenor da fêmea de cervídeo de menores dimensões ao centro da composição (sector central).



fig. 27 Pormenor da cabeça do cervídeo macho, a maior figura do conjunto (sector central).



fig. 28 Pormenor da cabeça da cabra do painel direito (conf. fig. 20).





fig. 29 Pormenor da cabeça da cabra do sector inferior do painel central direito.

Temporalidades e espacialidades do Castanheiro do Vento

(Horta do Douro, V.N. de Foz Côa)

Uma discussão acerca da pluralidade de sentidos das materialidades em estudo e do "acesso" ao Passado

Ana Margarida Vale

(doutoranda em Arqueologia pela FLUP, Bolseira da FCT, CEAUCP-CAM)

Sérgio Gomes

(doutorando em Arqueologia pela FLUP, Bolseiro da FCT, CEAUCP-CAM)

Bárbara Carvalho

(Arqueóloga, aluna da pós-graduação, ISCTE)

João Muralha Cardoso

(IGESPAR, CEAUCP-CAM)

Leonor Sousa Pereira

(IGESPAR)

Gonçalo Leite Velho

(doutorando em Arqueologia pela FLUP, IPT)

Vítor Oliveira Jorge

(DCTP - FLUP, CEAUCP-CAM)

Introdução

Neste artigo pretendemos sistematizar alguns aspectos da pesquisa desenvolvida sobre o Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa). Não se trata de uma síntese monográfica, mas de uma tentativa de abordar algumas das problemáticas que residem na pesquisa. Neste sentido, organizamos este texto em dois pontos: espacialidades e temporalidades; tratando-se de conceitos que pretendem superar realidades usualmente abordadas em separado (espaço e tempo), devem aqui ser entendidas enquanto temáticas que valorizam distintos aspectos das materialidades que *compõem* o Castanheiro do Vento. No ponto Espacialidades privilegiamos uma discussão acerca do tipo de abordagem que pretendemos desenvolver sobre a inserção do Castanheiro do Vento no território; e num segundo momento, essa mesma discussão serve-nos para problematizar o estatuto da “planta geral da estação”, alertando para a discrepância entre o seu carácter rígido e a fluidez que pretende representar. No ponto Temporalidades procedemos à análise da cronologia e sequências estratigráficas identificadas, problematizando a sua utilização num inquérito que, além do estabelecimento de uma sequência temporal unidireccional, pretende questionar a biografia dos materiais (Ingold, 2007).

Espacialidades e Temporalidades do Castanheiro do Vento

1. Espacialidades

O Castanheiro do Vento é um morro particularmente imponente quando visto do vale da Ribeira da Teja (Figura 1). Do ponto de vista geomorfológico faz parte dos Planaltos Centrais, uma unidade onde se processa a passagem entre o relevo aplanado da Meseta e a irregularidade das Montanhas Ocidentais. A bacia hidrográfica da Ribeira da Teja é exemplificativa de outro cenário de transição. Na área imediatamente contigua a Castanheiro do Vento, a ribeira corre num vale largo e aplanado, porém, para montante e para jusante vai ficando progressivamente mais estreito, dando lugar a vales encaixados. Esta mudança deve-se à presença de formações litológicas distintas, correspondendo à zona de xisto um vale aberto e à zona de granito um vale mais encaixado e irregular¹. Na sua relação com o Castanheiro do Vento, interessa reter não só a sua proximidade física e, conseqüentemente, as possibilidades de exploração de distintos nichos ecológicos mas a própria diversidade que o curso da ribeira comporta.² O curso da ribeira, na sua diversidade de actividades, de relevos, de trajectos... pode ser tomada como um dispositivo que activa codificações distintas, cuja dinâmica terá definido distintas espacialidades, distintos modos em que a ribeira modela e é modelada pelos intervenientes na espacialidade. Com efeito, decorrendo as espacialidades das vivências de uma comunidade (Ledrut, 1998: 57), a diversidade deste elemento torna-se fundamental no âmbito da discussão das “possibilidade e limites da acção” (Barrett, 1999; [1994]), quer a nossa escala de análise se situe ao nível do sítio ou na sua relação com unidades de trabalho mais amplas ou pormenorizadas.

Esta forma de entender as relações de um lugar dentro de um território, cujos horizontes decorrem das negociações que um determinado conjunto de actividades confere a esse lugar, é proposta por Tim Ingold (2000) quando define o conceito de *taskscape*. O termo é construído com base na palavra inglesa *landscape*; o autor joga com a justaposição entre as palavras “land” e “scape”, substituindo a primeira por “task” (tarefa). Assim, como alternativa à *landscape* (um determinado conjunto de elementos geográficos), Ingold propõe uma conceptualização da paisagem como um conjunto de tarefas, chamando à paisagem (espaço) a dimensão temporal que reside a essas tarefas e, conseqüentemente, todo o conjunto de codificações que conferem sentido a esse contínuo espaço-tempo. A paisagem deixa então de ser um elemento estável, um cenário onde se desenrolam acções, para ser um elemento de acção, na medida em que é na relação entre os agentes e a paisagem, que esses mesmos agentes e essa mesma paisagem se constituem. Tempo, espaço, actores, acções são entendido enquanto categorias de análise de uma realidade densamente entrelaçada e fluida.³

¹ A geografia física da área onde se localiza o Castanheiro do Vento foi sistematizada por um de nós no âmbito de uma tese de doutoramento sobre o sítio. Para um conhecimento mais aprofundado destes aspectos, consultar J. M. Cardoso (2007: 47-72, 82-86).

² Gostaríamos de esclarecer que o ênfase dado à Ribeira da Teja neste texto corresponde apenas a uma tentativa de exemplificar as relações do Castanheiro do Vento no âmbito do território em que se insere; este exercício poderia ser apresentado discutindo outro elemento, como o Rio Torto ou a Senhora do Viso. A este propósito, sugerimos a consulta da Figura 2 onde são representados os uma série de elementos que poderiam ter sido utilizados neste exercício.

³ A aplicação do conceito de *taskscape* e *dwelling* é discutida em vários textos da autoria da equipa de coordenação das escavações referidos na bibliografia.



fig. 1 Castanheiro do Vento visto do vale da Ribeira da Teja.

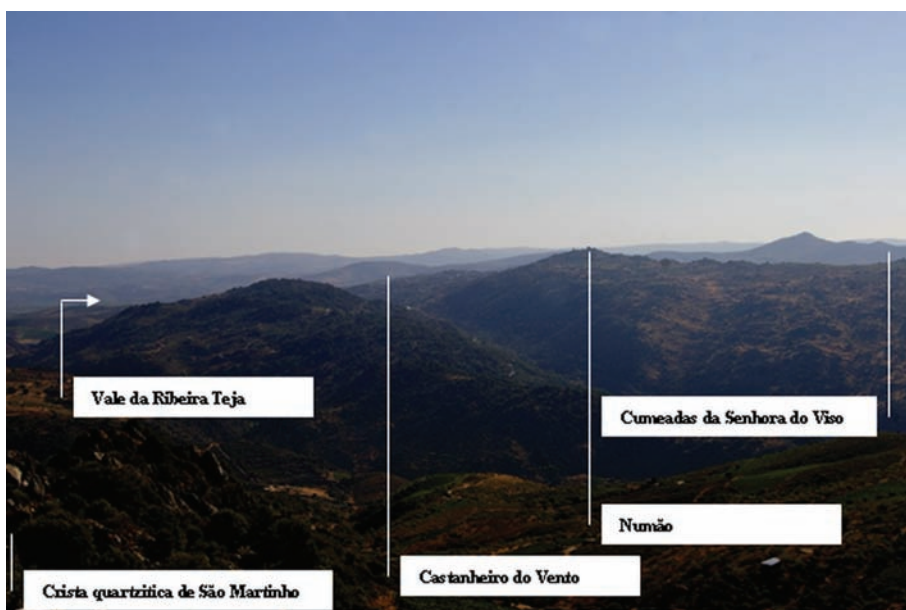


fig. 2 Castanheiro do Vento visto da crista quartzítica de São Martinho. O morro aparece-nos em associação com uma série de elementos que é possível visualizar a partir dele: Senhora do Viso, Numão, o Vale da Ribeira da Teja, por exemplo (consulta a fig. 3).

O conceito *taskscape* pretende assim superar uma série de dicotomias (cultura/natureza, por exemplo) que sustenta a pesquisa arqueológica no quadro da Modernidade (Thomas, 2004: 78-95; 202-222). Ingold propõe uma visão ecológica onde salienta o organicismo das experiências humanas; um organicismo entendido num constante refazer de fluxos de energia em que todos os intervenientes desempenham um papel activo na transformação das coisas. Esta perspectiva é então uma tentativa de inserção no discurso antropológico/arqueológico de um conceito de vida como estratégia de sobrevivência, na qual é maximizado um esquema de *ciclos das coisas* (onde as energias circulam em redes de reciclagem, reformulação ou transformação (Ingold, 2007) que subjazem à actualização das identidades individuais e comunitárias. Apesar de se tratar de um conceito abrangente, que traz à problematização dos materiais uma série de relações tradicionalmente abordadas de modo separado (tempo e espaço, nomeadamente), a tarefa comporta uma rigidez formal que contradiz a fluidez do que pretende representar. Se a vida é tarefa (antecipação e projecto), mais do que um desafio de execução, é um desafio de improviso, um desafio de sobrevivência inovadora que permite a transformação, a actualização. Esta argumentação, foi desenvolvida por um de nós (Jorge, V. O. 2008), sugerindo o conceito de *performancescape* como forma de superação da rigidez que o *taskscape* comporta.⁴ A performance, ao contrário da tarefa, comporta estratégia mas valoriza o improviso; o performer salienta a irrepitibilidade da sua performance; pelo contrário, quem executa a tarefa assegura a sua repetição. A tarefa constitui-se na rede de energias em que se in-

⁴ Esta ideia foi apresentada por Vítor Oliveira Jorge na organização, em conjunto com Julian Thomas (Universidade de Manchester) da sessão “Archaeology and the politics of vision in a post-modern context” no TAG – York/2007; numa comunicação apresentada nesta sessão, o autor problematiza a aplicação do conceito de performance à arqueologia, dando ênfase à performatividade na produção do “registo arqueológico” (Jorge, V. O., no prelo).

serem as coisas, a *performancescape* problematiza a performatividade dessas coisas, ou seja, tenta superar uma visão de agentes que fazem coisas; ainda que imbuídos nessas coisas, reconhecendo nessas coisas uma dimensão performativa habitualmente atribuída apenas aos agentes.

Assim, o conceito de *performancescape* permite multiplicar o número de elementos a considerar nas condições onde se geram as espacialidades que pretendemos pensar através da materialidade em estudo. Nesta ordem de ideias, este conceito permite visitar uma série de elementos do *registo arqueológico*; passamos então a analisar a planta geral da estação (Figura 4), discutindo o seu estatuto enquanto síntese dos trabalhos desenvolvidos desde 1998.⁵ Antes de mais, devemos alertar para o facto desta planta resultar de um trabalho de escavação fundamentalmente dirigido para a remoção dos níveis superficiais no sentido de tentar estabelecer os limites do recinto. Assim, a representação das várias estruturas no mesmo plano não decorre de qualquer sequência crono-estratigráfica⁶ que nos tenha permitido a sua associação; na planta é dado ênfase fundamentalmente aos elementos construídos⁷, sendo que a sua construção contribuiu para uma complexa realidade estratigráfica que os trabalhos de escavação apenas pontualmente tentaram esclarecer.⁸ Nos vários contextos identificados, o que verificamos é um constante refazer dos elementos que representamos nesta planta, como é o caso da condenação de passagens (Figura 5) e de outras estruturas⁹; nestes contextos é nos possível verificar a presença de elementos que, num a primeira análise, nos poderiam parecer *estranhos* à actividade de construção/reconstrução de elementos arquitectónicos, porém, a sua presença (quer seja fragmentos cerâmicos, instrumentos líticos ou diferentes tipos de xisto) remete-nos para uma profusa rede de biografia desses materiais; uma profusa rede de relações com outras actividades, outros lugares... cuja performatividade concorre na definição de uma dada espacialidade que um contexto nos pode sugerir.

O Castanheiro do Vento corresponde então a um grupo de “dispositivos arquitectónicos que modificaram por inteiro troços significativos da paisagem, transformando-os, por afeiçoamento (eliminados volumes, massas e acrescentando outros) em verdadeiros dispositivos comunicacionais à distância, na medida em que ostentavam ao longe, ou espelhavam sobre os vales em que se debruçavam, uma espécie de modelos espaciais ideais do cosmos” (Jorge, V. O., 2002: 25). Tratando-se de elementos identitários de um território, confundem-se nesse território, organizando-o em percursos, em pontos de vista que o põem em contacto com distintos elementos desse território (Figura 5); assim, em contraste com a rigidez da “planta geral da estação”, surge-nos então um Castanheiro do Vento enquanto um lugar permanentemente habitado, concorrendo com distintas performances nas vivências da comunidade.

2. Temporalidades

How do we understand the temporality of a site?
(Lucas, G. 2005:38)

Este ponto pretende abordar as temporalidades equacionadas em Castanheiro do Vento, procurando problematizar os tempos que são evocados na construção de narrativas acerca do sítio. Neste sentido, optou-se por apresentar primeiro os dados referentes à cronologia absoluta e relativa e posteriormente questionar as limitações das sequências temporais que as datas de 14C, a leitura estratigráfica e as tipologias sugerem, assim como se propõe outros tempos na interpretação do sítio. O estudo da temporalidade de Castanheiro do Vento não se resume à soma das datas absolutas e à sua relação com os materiais e com os espaços que providenciam as datações relativas, mas tenta articular estas informações com outros tempos que não são passíveis de serem traduzidos em números, ou seja, os tempos de duração, das práticas, das relações entre as comunidades e o meio.

⁵ Para o conhecimento das distintas estruturas representadas, consultar: Jorge, V. O.; Cardoso, J. M.; Pereira, L. S.; Coixão, A. S. (2002a, b); Jorge, V. O.; Cardoso, J. M.; Pereira, L. S.; Coixão, A. S. (2003a b c d); Vale, A. (2003); Jorge, V. O.; Cardoso, J. M.; Pereira, L. S.; Coixão, A. S.; Vale, A. M. (2004); Jorge, V. O.; Cardoso, J. M.; Pereira, L. S.; Coixão, A. S. (2005); Jorge, V. O.; Cardoso, J. M.; Vale, A. M.; Velho, G. L.; Pereira, L. S. (2006a b c d); Jorge, V. O.; Cardoso, J. M.; Vale, A. M.; Velho, G. L., Carvalho, B., Gomes, S. (2008); Cardoso, J.M. (2007).

⁶ No próximo ponto será desenvolvida a questão da estratigrafia e das datas de 14C, aqui interessa-nos apenas realçar que a planta deve ser entendida apenas como um instrumento de trabalho no estudo do Castanheiro do Vento.

⁷ Relativamente ao uso da imagem (gráfica, fotográfica ou sugerida pelo discurso) por parte dos arqueólogos peninsulares que estudam estes recintos do III/II^o milénios A.C. (Vale, no prelo).

⁸ A este propósito consideramos que, como sugere John Barrett: “Archaeological evidence need not be seen as the “record” of various “meaningful statements” which originated in the past. Instead it may be viewed as the residual remains of a widely diverse range of materialities. These materialities were inhabited and interpreted in light of assumptions and prejudices about the nature of the world. The validity of those assumptions was experienced and monitored through practice, an empirical evaluation carried forward by bodily and sensory dispositions as well as discursively. As archaeologists, we might enquire into how these different materialities could be known, the practices through which those knowledges were realized and monitored, and the consequences of those practices” (1999 [1994] 87-90).

⁹ Sobre as estruturas de condenação, consultar (Jorge, V. O.; Cardoso, J. M.; Pereira, L. S.; Coixão, A. S., (2005).

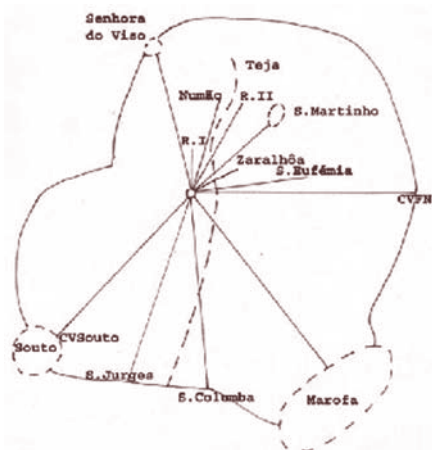


fig. 3 Diagrama da área de paisagem visível do sítio arqueológico de Castanheiro do Vento (Vila Nova de Foz Côa); R.I – Raza I, R.II – Raza II e CVFN – Castelo Velho de Freixo de Numão e CVSouto – Castelo Velho de Souto. (Cardoso, 2008: 345)



fig. 4 Planta Geral da Estação; estão representadas as principais estruturas identificadas até 2005.

3. Cronologia e sequências temporais

As datações absolutas e relativas permitem enquadrar cronologicamente o estudo de uma estação arqueológica. Conferem balizas cronológicas, mais ou menos precisas, e possibilitam a integração de um sítio como Castanheiro do Vento, em redes de análise mais amplas, seja pelas datas de 14C (situando-o no universo de III/1ª metade do II milénios a.C.), seja, por exemplo, pela decoração das cerâmicas (colocando-o sobretudo em relação com o interior norte e centro de Portugal, onde predominam as cerâmicas penteadas). No entanto, apesar de essencial no estudo de um sítio arqueológico, o estudo das datações relativas e absolutas fornece dados que são lidos de forma sequencial e são traduzidos apenas em fases de ocupação e de construção sem equacionar o entrelaçado de tempos que concorrem, por exemplo, na construção de um muro ou na elaboração de um vaso cerâmico. Assim, como referiu Barrett (Barrett, 1999b:22), um artefacto comporta em si diversos “tempos” apesar de os arqueólogos normalmente o situarem em uma só data.

O estudo da estação de Castanheiro do Vento dispõe até ao momento de 65 datas de 14C discutidas recentemente por um de nós (Cardoso, 2007: 494-496). Neste mesmo trabalho propõe-se uma ocupação contínua do sítio durante o III milénio a.C. e primeira metade do II milénio a.C., assim como são equacionados outros intervalos temporais que podem ser lidos na figura 6 (Ibid., 103,104). O primeiro intervalo sugere uma ocupação contínua entre 2875-1519 cal BC; o segundo intervalo está associado a uma fraca probabilidade entre 1496-1412 cal BC (apenas 1,4%); o terceiro relaciona-se com datas que recaem na chamada “Idade do Ferro”, entre 794-399 cal BC; e por fim o quinto intervalo situa-se entre 580-651 cal AD. Atendendo a este quadro, Cardoso sugere que o sítio de Castanheiro do Vento terá sido revisitado ao longo dos anos adquirindo “outros papéis de diferentes significados na paisagem” (Ibid., 104).

Os intervalos sugeridos pela análise das datas de 14C permitem assim enquadrar o estudo de Castanheiro do Vento em grandes balizas cronológicas. No entanto, não inviabilizam a criação de fases sequenciais, se tivermos em consideração a própria natureza das datas de 14C: “All are small samples and derive from widely varying contexts: upper and lower ditch-fills and separate posthole. They thus represent neither sequence nor context.” (Kinnes & Thorpe, 1986: 222). Além disso, em Castanheiro do Vento, sido privilegiada a decapagem das grandes linhas que definem o sítio sem se proceder à escavação em profundidade. Neste sentido, salvo em algumas excepções (Bastião A, B, C, D, E e F), as amostras para datação foram recolhidas em sedimentos contíguos às lajes de xisto que permitiram a identificação das estruturas.

Podemos no entanto afirmar que genericamente o primeiro intervalo (entre 2875-1519 cal BC) se associa à camada 3 de Castanheiro do Vento. Esta camada caracteriza-se por um sedimento de cor amarela, de textura areno-argilosa (em certos contextos revela-se de matriz argilosa), de compactação média (em determinadas áreas detecta-se de forma pouco compacta) e com inclusões ocasionais de blocos irregulares de granito e quartzo e pequenas lajes de xisto. Encontra-se associada a todas as estruturas pétreas detectadas até ao momento e pertencem à camada 3 a maioria dos materiais arqueológicos recolhidos. Como já referiu Susana Jorge em 1986, “A grande questão colocada pela análise estratigráfica e espacial dum escavação é a da interpretação da coexistência ou não dos diversos tipos de testemunhos arqueológicos, por um lado, e o da escala em que essa hipotética coexistência se processa.” (Jorge, S.O., 1986:52).

As camadas 1 e 2 não se relacionam com nenhuma estrutura definida. A camada 1 refere-se ao antigo solo agrícola, caracteriza-se pela presença abundante de raízes, apresenta uma cor castanho acinzentado escuro, de compactação média e de textura areno-argilosa. A camada 2 assemelha-se à camada anterior, de cor castanho avermelhado escuro. Ambas se apresentam revolvidas pelos trabalhos agrícolas. Os materiais arqueológicos detectados enquadram-se no que convencionalmente se designa de Calcolítico/ Idade do Bronze, com um predomínio de decorações cerâmicas associadas à Idade do Bronze na camada 2. Esta observação conduz-nos a colocar a hipótese que a segunda camada se relacionaria com II milénio a.C., pois apesar da ausência de estruturas e de datas de 14C coerentes a, “cultura material” dar-nos-ia um indicador cronológico. E esta observação leva-nos ao próximo ponto: a datação relativa através da leitura de tipologias (essencialmente referentes à cerâmica).



fig. 5 Desenho de campo da condenação de uma entrada. No registo tentou privilegiar-se os vários elementos que concorrem nesta reformulação do elemento arquitectónico no sentido de representar a multiplicidade de elementos que nos foi possível identificar.

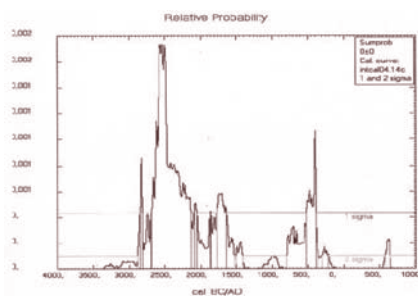


fig. 6 Somatório de probabilidades relativas das datas de Castanheiro do Vento (Cardoso, J.M., 2007:103)

A decoração e a forma de um vaso são geralmente indicadoras de um período cronológico. Permite, como foi avançado anteriormente, não só “encaixar” o sítio arqueológico na barra cronológica, mas também a sua relação com outros sítios. Atendendo ao caso de Castanheiro do Vento poderemos dizer que o predomínio das formas esféricas e da decoração impressa penteada, permitiram estabelecer relações com por exemplo: Castelo Velho, Castelo de Algodres, Abrigo do Buraco da Pala, Castelo de Vila Pouca de Aguiar, Pastoria, Fornos de Algodres e Malhadas (Carneiro, 2008: 247-252). Ainda segundo esta linha, e como já foi referido, a cerâmica detectada na camada 2 de Castanheiro do Vento, com grandes percentagens de decoração plástica e vasos de fundo plano permitiram falar de uma ocupação da Idade do Bronze ainda que de contornos pouco definidos, pois não se encontram em relação com nenhuma estrutura e aparecem numa camada revolvida. Contudo, esta leitura do tempo sequencial o que é que diz do sítio? As cronologias e sequências temporais parecem conceder-nos apenas o enquadramento para o desenvolvimento de outras questões, como: com que tempos se relacionam os materiais com que hoje dialogamos (desde o caco cerâmico à paisagem)?

4. Ciclos de vida, biografias e histórias dos materiais

A atribuição de datas fixas para fases de construção, ocupação e abandono de um sítio, conduz inevitavelmente à elaboração de imagens fixas do passado (Vale, no prelo) e encaixa a chamada cultura material em datas precisas correspondentes às fases definidas. Perde-se assim a duração das estruturas, dos materiais, perde-se o tempo de vivência (da própria construção). Parece-nos necessário problematizar o “tempo” a outras escalas, focando de perto as práticas que poderão estar subjacentes a determinadas associações de materiais e para que entrelaçado de tempos remetem. Só olhando de perto para a relação do caco com o muro, do muro com o sítio, do sítio com a paisagem, e para a multiplicação de redes a partir destas (podemos mesmo equacionar a relação do caco com a paisagem, explorando os tempos de recolha de argila, para dar um exemplo simples). Castanheiro do Vento não pode ser estudado como uma sucessão de eventos, desenrolados no tempo, materializados no espaço e registados pelo arqueólogo em fases. Como referiu McFadyen, “*Temporality is about process and not palimpsest (i.e., the superimposition of events).*” (McFadyen, 2008: 121). E é exactamente no processo de práticas e vivências que concentramos o nosso estudo, e assim, “*A “tectura” de um sítio como Castanheiro do Vento tem que ser compreendida como um conjunto de acções frequentes (não necessariamente contínuas no tempo e espaço)*” (Cardoso, 2007: 299). Também se considerarmos a própria construção em terra crua (já que propomos que a construção das paredes terá sido em terra crua sobre embasamentos pétreos) esta não poderia ser realizada durante todo o ano, mas estaria dependente, por exemplo, das condições climáticas. (Vale et al. 2006: 104), e, tendo em consideração os exemplos etnográficos a manutenção destas construções é geralmente feita anualmente após a época das chuvas. Nesta linha, e mesmo despindo estas práticas da multiplicidade de sentidos que lhe estariam associados e nessa medida potenciais geradoras de outras práticas, de outros gestos, de outros tempos, a construção de Castanheiro do Vento não poderia ser datado com uma data cronológica e depois ocupada, mas a sua continua “ocupação” remete para uma panóplia de tempos. Ainda correlacionado com a “construção” do sítio, têm sido detectados fragmentos cerâmicos talhados “colocados”, junto às faces dos muretes (Cardoso, 2007: 248). A sua “forma” e a maneira como se encontram depositos assemelham-se às cunhas utilizadas na feitura dos muros. Não equacionando aqui os possíveis significados que poderiam ser sugeridos, estes fragmentos cerâmicos remetem para outros tempos, como por exemplo, o do próprio vaso, da sua feitura, da sua vivência, dos indivíduos que o manusearam...

O caso do Bastião A (Vale, 2003: 126-152) de Castanheiro do Vento, situado no Murete 1, parece sugerir deposições intencionais de fragmentos cerâmicos associados a outros materiais que parecem sublinhar um imbricado de tempos, praticas e memórias. Será possível encarar os diversos materiais enquanto “living entities” (Bruck, J. 2001) ou organismos (Ingold, 2000), como detentores de histórias de vida semelhantes às dos indivíduos que com elas viveram? O fragmento cerâmico parece remeter para outros tempos, que vão desde a escolha da argila, à sua feitura, passando pelas inúmeras “utilizações” até à sua fragmentação intencional. Remete para memórias e pode surgir em memória de, como parte de praticas inter-relacionadas no sítio e com o sítio. E mais uma vez chamamos o conceito de *performancescape*, que permite articular diversas variáveis: o tempo das diversas acções, a sua espacialidade, o seu improvisado, o seu carácter de

irrepetibilidade e singularidade. Como referiu Tim Ingold, “*In dwelling in the world, we do not act upon it, or do things to it; rather we move along with it. Our actions do not transform the world; they are part and parcel of the world’s transforming itself. And that is just another way of saying that they belong to time*”. (Ingold, 2000: 200)

Considerações Finais

Neste texto pretendemos partilhar uma discussão acerca do modo como um determinado regime interpretativo salienta a resistência ao estabelecimento de sentidos unívocos sobre uma determinada materialidade. Espacialidades e temporalidades são, deste modo, conceitos que cruzam dimensões espaciais e temporais no sentido de destacar a fluidez do nosso objecto de estudo. O cruzamento do espaço e do tempo pode operar-se de distintos modos, dependendo das sociabilidades em curso nesse processo. Com efeito, considera-se que a experiência do tempo e do espaço depende sempre do que se *está a fazer*; sendo que nesse *fazer*, nessa *tecitura* cruzam-se elementos que a atitude analítica subjacente à pesquisa em Arqueologia tende a abordar em separado. Assim, o Castanheiro do Vento, enquanto dispositivo comunicacional ao serviço da identidade e da territorialização, pode ser entendido enquanto um elemento duma profusa rede de ligações sob as quais as comunidades habitaram um território; enquanto um lugar de transformações de materiais, de recriação dessas ligações, de múltiplas espacialidades e temporalidades.

Bibliografia

- BARRET, J. (1999 [1994]) – Defining Domestic Space In The Bronze Age Of Southern Britain, In PEARSON, M. P.; RICHARDS, C., eds - *Architecture & Order - Approaches To Social Space*. London, New York: Routledge.
- BARRETT, J. (1999) - Chronologies of Landscape. In LAYTON, R.; UCKO, P., eds. - *The Archaeology and Anthropology of Landscape*. (London), p. 21-30.
- BRUCK, J. (2001) - Body metaphors and technologies of transformation in the English Middle and Late Bronze Age. In BRUCK, J., ed. - *Bronze Age Landscapes. Tradition and Transformation*. Oxford: Oxbow Books, p. 149-160.
- CARNEIRO, A. (2008) – Caracterização preliminar da cerâmica do III milénio A.C. de Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa), *Côavisão*. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal. p.247-252.
- CARDOSO, J.M. (2007) - *Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa) – Um Recinto Monumental do IIIº e IIº milénio a.C.: Problemática do Sítio e das suas Estruturas à Escala Regional*. Porto: FLUP (Tese de Doutoramento, policopiada)
- INGOLD, T. (2000) – The Temporality of the Landscape. In *The Perception Of The Environment. Essays In Livelihood, Dwelling And Skill*. London: Routledge, pp. 189-208.
- INGOLD (2007) – Materials Against Materiality. *Archaeological Dialogues*. 14.
- JORGE, S. O. (1986) - *Povoados da Pré-história Recente (IIIº - inícios do IIº milénio a.C.) da Região de Chaves - Vila Pouca de Aguiar (Trás-os-Montes Ocidental)*. Porto: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- JORGE, V. O. (2002) – Arqueologia Dos Monumentos Da Pré-História Recente - Algumas Sugestões Interpretativas. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*. Porto: FLUP. 1, p. 13-26.
- JORGE, V. O. (2008) – Performance e Património. (consultado em 10 de Novembro de 2008). disponível em [www:<URL: http://Trans-Ferir.Blogspot.Com](http://Trans-Ferir.Blogspot.Com).
- JORGE, V. O. (no prelo) – Archaeological Excavation As (“Artistic”) Performance: Dissolving Some Unnecessary Boundaries Between Art And Science For The Sake Of Knowledge, In *Archaeology And The Politics Of Vision In A Post-Modern Context*. New Castle: Cambridge Scholars Publishing.
- JORGE, V. O.; CARDOSO, J. M., PEREIRA, L. S., COIXÃO, A. S. (2003d) – A Propósito Do Recinto Monumental De Castanheiro Do Vento (Vª Nª De Foz Côa). In JORGE, S. O., Coord. – *Recintos Murados Da Pré-História Recente*. Porto/Coimbra: Dctp, Flup/ Ceaup, Fct, p.79-114.
- JORGE, V. O.; CARDOSO, J. M.; PEREIRA, L. S.; COIXÃO, A. S. (2002a) – Castanheiro Do Vento, Um Sítio Monumental Pré-Histórico Do Concelho De Vila Nova De Foz Côa (Horta Do Douro). *Coavisão*. Vila Nova De Foz Côa: Câmara Municipal De Vila Nova De Foz Côa. 4, p. 73-93
- JORGE, V. O.; CARDOSO, J. M.; PEREIRA, L. S.; COIXÃO, A. S. (2002b) – Castanheiro Do Vento And The Significance Of Monumental Copper/Bronze Age Sites In Northern Portugal. In Scarre, C., Ed. – *Monuments And Landscapes In Atlantic Europe*. Londres: Routledge, p. 36-50.
- JORGE, V. O.; CARDOSO, J. M.; PEREIRA, L. S.; COIXÃO, A. S. (2003a) – O Recinto Pré-Histórico De Castanheiro Do Vento (Horta Do Douro, Vila Nova De Foz Côa): Balanço Sucinto Das Pesquisas Realizadas De 1998 A 2003. *Portugália*. Porto: Dctp/Flup. Nova Série, 24, p. 5-24.

JORGE, V. O.; CARDOSO, J. M.; PEREIRA, L. S.; COIXÃO, A. S. (2003b) – Campanha De Escavações Arqueológicas No Ano De 2002 No Sítio De Castanheiro Do Vento, Horta Do Douro, Vila Nova De Foz Côa. *Coavisão*. Vila Nova De Foz Côa: Câmara Municipal De Vila Nova De Foz Côa. 5, p. 143-167.

JORGE, V. O.; CARDOSO, J. M.; PEREIRA, L. S.; COIXÃO, A. S. (2005) – Morfologia Construtiva Do Recinto Pré-Histórico De Castanheiro Do Vento, (Horta Do Douro, Vila Nova De Foz Côa): O Exemplo Das Convencionalmente Designadas De “Estruturas De Condenação”. *Almadan*. Almada: Centro De Arqueologia De Almada. Segunda Série, 13, p. 25-35.

JORGE, V. O.; CARDOSO, J. M.; PEREIRA, L. S.; COIXÃO, A. S.; VALE, A. M. (2004) – O Recinto Monumental Pré-Histórico De Castanheiro Do Vento (Horta Do Douro, Vª Nª De Foz Côa), Após Os Trabalhos De 2003. Breve Relatório. *Coavisão*. Vila Nova De Foz Côa: Câmara Municipal De Vila Nova De Foz Côa. 6, p. 97-139.

JORGE, V. O.; CARDOSO, J. M.; PEREIRA, L. S.; COIXÃO, A. S. (2003c) – Castanheiro Do Vento, A Late Prehistoric Monumental Enclouse In The Foz Côa Region, Portugal – Recent Research (1998 – 2002). *Journal Of Iberian Archaeology*. Porto: Adecap. 5, p. 137-162.

JORGE, V. O.; CARDOSO, J. M.; VALE, A. M.; PEREIRA, L. S.; VELHO, G. L. (2006c) – Problemática Suscitada Pelas Escavações Do Sítio Pré-Histórico De Castanheiro Do Vento (Horta Do Douro, Vila Nova De Foz Côa), Sobretudo Após A Campanha De 2006. *Revista Da Faculdade De Letras. Ciências E Técnicas Do Património*. Porto: Flup. 6.

JORGE, V. O.; CARDOSO, J. M.; VALE, A. M.; PEREIRA, L. S.; VELHO, G. L. (2006d) – Sítio Pré-Histórico De Castanheiro Do Vento (Vila Nova De Foz Côa): Principais Conclusões Das Escavações De 2005. *Portugália*. Porto: Dctp/Flup, Nova Série, Número 29.

JORGE, V. O.; CARDOSO, J. M.; VALE, A. M.; VELHO, G. L.; PEREIRA, L. S. (2006a) – Copper Age “Monumentalized Hills” Of Ibéria: The Shift From Ideas To Interpretative Ones. New Perspectives On Old Techniques Place And Space As Results Of A Research Experience In The Ne Of Portugal. *Approaching “Prehistoric And Protohistoric Architectures” Of Europe From A “Dwelling Perspective”*. Porto: Adecap (*Journal Of Iberian Archaeology*, 8), p. 203-264.

JORGE, V.O., CARDOSO, J.M., PEREIRA, L.S., COIXÃO, A.S., VALE, A.M., VELHO, G.L. (2006b) – Relatório Das Escavações Arqueológicas Do Ano De 2005. Sítio De Castanheiro Do Vento (Horta Do Douro, Vila Nova De Foz Côa). *Actas Do II Congresso De Arqueologia De Trás-Os-Montes, Alto Douro E Beira Interior*. Vila Nova De Foz Côa: Câmara Municipal De Vila Nova De Foz Côa (Coavisão, 8), p. 185-204.

JORGE, V.O., CARDOSO, J.M., VALE, A.M., VELHO, G.L., CARVALHO, B., GOMES, S. (2008) – Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa): Campanha de 2007. *Coavisão*. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa. 10, p. 235-246.

KINNES, I.; THORPE, I. J. (1986) - Radiocarbon Dating: use and abuse. *Antiquity*. York. 60, p.221-223.

LEDROUT, R. (1999) – O Homem e o Espaço, *História dos Costumes – O Homem e o Objecto, volume1*. Lisboa: Editorial Estampa, p. 55-89.

LUCAS, G. (2005) - *The Archaeology of Time*. London: Routledge.

MCFADYEN, L. (2008) – Temporary Spaces in the Mesolithic and Neolithic: Understanding Landscapes. In POLLARD, J., ed. - *Prehistoric Britain*. Massachusetts: Blackwell Publishing, p. 121-134.

THOMAS, J. (2004) – *Archaeology and Modernity*. Londres: Routledge.

Vale, A. M. (no prelo) – Images from the Iberian Copper Age: the case of the so called “fortified settlements”. In JORGE, V. O.; THOMAS, J., eds - *Archaeology and The Politics of Vision in a Post-Modern Context*. New Castle: Cambridge Scholars Publishing.

VALE, A.M. (2003) – *Castanheiro Do Vento (Horta Do Douro, Vª Nª De Foz Côa)*. *Contributo Para O Estudo Dos Resultados Das Primeiras Campanhas De Trabalhos (1998-2000)*. Porto: FLUP (Dissertação De Mestrado, Policopiada).

VALE, A.M., CARDOSO, J. M., JORGE, V. O. (2006) - Recintos Murados e/ou Colinas Monumentalizadas no Nordeste de Portugal? O Caso de Castanheiro do Vento, Vila Nova de Foz Côa. *Terra: Forma de Construir. Arquitectura. Antropologia. Arqueologia*. 10ª Mesa-Redonda de Primavera. Lisboa/Vila Nova de Cerveira: Argumentum/Escola Superior Gallaecia, p. 98-105

As gravuras rupestres do concelho de Macedo de Cavaleiros

Sofia Soares de Figueiredo

(Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. Av. Central, 39, 4710-228 Braga, sofia.csf@gmail.com)

Palavras-Chave:

Arte pós-paleolítica, Gravuras, Trás-os-Montes Oriental.

Resumo

O trabalho que aqui se apresenta procura compreender as manifestações rupestres presentes no concelho de Macedo de Cavaleiros a partir da observação dos seus motivos, características paisagísticas e contextualização arqueológica. A análise individual de cada caso permitiu numa primeira abordagem fazer a distinção entre motivos presentes e ausentes. A discussão seguinte sugeriu a estruturação da arte rupestre deste território em três grupos distintos: o primeiro relacionado com a gravação exclusiva de covinhas numa superfície, o segundo individualizado através do dispositivo iconográfico composto por ferraduras, podomorfos e cruciformes e um terceiro individualizado pelo contexto arqueológico. As conclusões permitiram inferir algumas constantes na implantação paisagística das estações, bem como sublinhar a proximidade geográfica de algumas a povoados da Idade do Ferro. Em relação à cronologia sugere-se que esta possa recuar, nalguns casos, à Pré-história Recente local.

Introdução

O estudo que aqui se apresenta incide nas gravuras pós-paleolíticas, todas realizadas em rochas ao ar livre, numa área específica do Nordeste Transmontano. Nesta região geográfica, para além dos poucos dados existentes, escasseiam também os trabalhos de sistematização e de síntese, necessários para tornar viável uma visão de conjunto destas manifestações. Procura-se assim minimizar o estado problemático do quadro de estudos relativos à arte rupestre pós-glaciar da região transmontana.

Num primeiro ponto definimos e caracterizamos o espaço físico ocupado pelo concelho de Macedo de Cavaleiros. Seguimos fazendo um balanço da historiografia regional e procuramos caracterizar os diferentes momentos de ocupação humana na região. Os últimos anos têm sido singulares em achados de grande interesse para todo o Nordeste Transmontano.

Na análise da arte rupestre realizámos um levantamento exaustivo de todas as referências por nós encontradas. Tivemos assim a oportunidade de organizar toda a informação relativa ao concelho e de confirmar a existência ou não das rochas mencionadas. Uma primeira tentativa de compreender os motivos, as rochas que lhes servem de suporte e os vestígios do passado que lhes estão associados levou-nos a estruturar as estações em três grupos. Cronologicamente as gravuras prolongam-se desde a Pré-história Recente até à Idade Moderna ou mesmo Contemporânea. O carácter universal, tanto no tempo como no espaço, da temática figurativa, dificulta o acesso a conclusões unívocas e aproblemáticas.

Apresentamos assim, ainda que restrito a nível geográfico, uma primeira tentativa de alcançar um conhecimento mais profundo dos gravados rupestres desta região, conscientes da inexistência de receitas interpretativas. Entre diversas cronologias e panoramas iconográficos, tentámos traçar uma visão diacrónica articulada com a paisagem envolvente assim como com os vestígios do passado presentes nesta região.

Ao todo foram reunidas informações sobre quinze sítios, todos discutidos neste trabalho. Para além da Base de Dados do antigo IPA, foram por nós consultadas fontes bibliográficas e cartográficas.

Caracterização física da região

O concelho de Macedo de Cavaleiros situa-se no nordeste de Portugal, pertencendo administrativamente ao distrito de Bragança (fig. 1). Alonga-se dos contrafortes ocidentais da Serra da Nogueira até ao rio Sabor, e do planalto da Quintela até aos contrafortes setentrionais da Serra de Bornes. Com uma altitude média de 600 a 700 metros, encontra-se na transição entre a Terra Quente e a Terra Fria transmontana.

O relevo é dominado por elementos morfológicos planos, embora colocados a diferentes níveis. A superfície da Meseta e o seu aplanamento, bem conservado em Trás-os-Montes oriental, perde aqui a rigidez. Este factor deve-se não só a uma maior dissecação de origem fluvial mas, sobretudo a importantes deslocações tectónicas que se verificam durante o Cenozóico, principalmente ao longo do grande desligamento tardivariânico de Bragança-Manteigas (Ferreira, 2005: 92). Este movimento materializa-se na paisagem do concelho, de Sul para Norte, no semi-*horst* da serra de Bornes, no fosso onde se situa a cidade de Macedo de Cavaleiros e no semi-*horst* da serra da Nogueira. A compartimentação do relevo traduz-se numa grande diversidade climática.

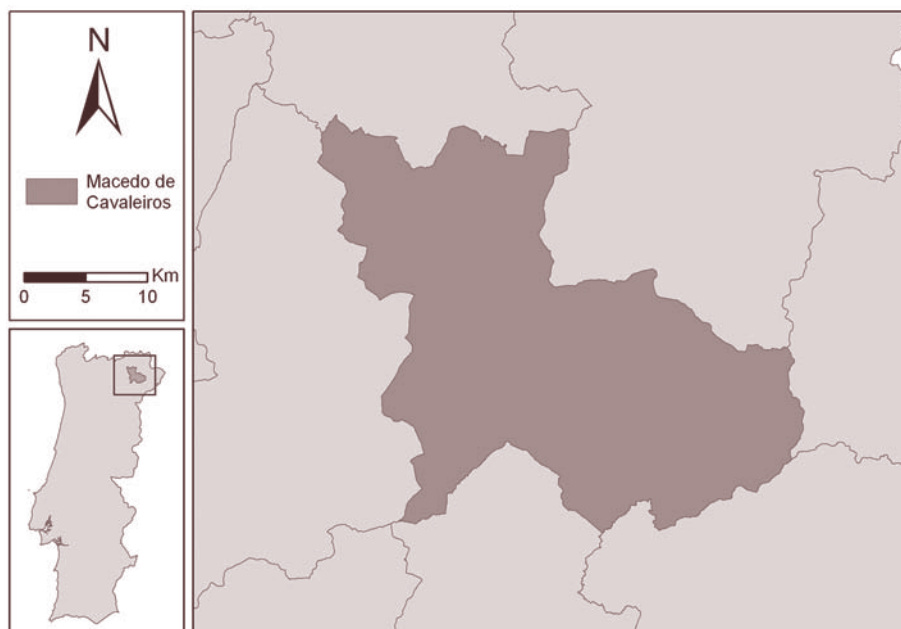


fig. 1 Localização do concelho de Macedo de Cavaleiros.

Macedo de Cavaleiros insere-se no regime térmico continental, marcado por uma forte amplitude térmica anual e, em cada mês, por uma forte diferença entre a média das temperaturas máximas e a média das temperaturas mínimas, o que denuncia a influência da continentalidade (Ferreira, 2005: 338). Apesar de se inserir numa região de fraca precipitação, tanto a serra de Bornes (1200 m) como a serra da Nogueira (1318 m) funcionam como importantes áreas de condensação, com mais chuvas e quedas de neve do que as extensões planálticas vizinhas (Lema, 1996: 128).

A vegetação insere-se na região Mediterrânica e, dentro desta, no território biogeográfico da província Carpetano-Leonesa. Este território é dominado pelos carvalhais de carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*), pelos sobreiros e azinhais típicos de Trás-os-Montes.

Todo este território se enquadra no Maciço hespérico da Península Ibérica, dominando as rochas metamórficas com uma grande variedade de xistos. Encontram-se áreas graníticas de menor extensão e pontuais formações calcárias, em pontos muito concretos como Vale da Porca, que são ainda exploradas (Barranhão e Tereso, 2006: 12). No que respeita a recursos minerais, salienta-se a presença de ouro, prata, cobre e ferro, explorados em diversas épocas históricas (*Idem*).

Retrato histórico do concelho

O concelho de Macedo de Cavaleiros, tal como nos é apontado por diversos autores, esteve afastado do debate científico arqueológico até tempos bastante recentes (Barranhão e Tereso, 2006; Mendes, 2005a; Lemos, 1993).

Tendo acompanhado, no geral, o desenvolvimento dos estudos regionais que se fizeram sentir a partir de inícios do século XX, este concelho surgiu referenciado diversas vezes por Albino Pereira Lobo e pelo conhecido Abade de Baçal. Mas foi a partir dos anos 80 do século XX que o Nordeste Transmontano conheceu uma mudança qualitativa nos estudos de Arqueologia. Investigadores como Maria de Jesus Sanches e Francisco Sande Lemos contribuíram sobremaneira para esta mudança. Na tese que constitui o doutoramento deste último, em relação a Macedo de Cavaleiros lê-se o seguinte:

“O seu património arqueológico continua mal conhecido. Os contributos de Pereira Lobo e do Abade de Baçal, embora significativos, deixaram espaços em branco. O inventário realizado nos anos oitenta por uma equipa da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho permitiu cartografar os pontos já conhecidos. No entanto, o seu trabalho foi parco em novas descobertas. Só futuras prospecções permitirão avaliar toda a riqueza da arqueologia do concelho.”

Em 2003, apoiado pelo então Instituto Português de Arqueologia, surgiu um projecto liderado pelo mestre Carlos Mendes com o título a “Evolução crono-cultural do Concelho de Macedo de Cavaleiros desde a Pré-história Recente”. É a partir de então que são desenvolvidos trabalhos orientados a nível científico e metodológico que procuram colmatar

um vazio que se fazia sentir nos estudos históricos e arqueológicos do concelho. Deste projecto nasceu a associação Terras Quentes que promoveu intervenções arqueológicas e trabalhos de prospecção com a finalidade de construir uma carta arqueológica.

Os vestígios mais antigos no concelho remontam ao Neolítico final/Calcolítico. O fenómeno tumular está representado pela mamoa do Alto do Álvaro Maio (Bornes), pela mamoa de Fonte de Caravelas 1 (Peredo) e pela mamoa de Santo Ambrósio (Vale da Porca). As duas primeiras foram descobertas no decorrer de trabalhos de impacto ambiental e não foram sujeitas a qualquer intervenção arqueológica, carecendo portanto de informações precisas e, diríamos mesmo, de confirmação. Pelo contrário, a mamoa de Santo Ambrósio, foi alvo de sucessivas campanhas arqueológicas que decorreram a partir do ano de 2003. Carvalho refere que este monumento apresenta uma grande fossa de violação sendo que o espólio recolhido é constituído por fragmentos de cerâmica e indústria lítica. O autor menciona ainda que, muito provavelmente, a mamoa sofreu uma reutilização na Idade do Bronze (Carvalho, 2005: 51).

Os espaços habitacionais atribuíveis a este período estão documentados pelos trabalhos efectuados no habitat do Alto da Madorra e no sítio da Urreta das Mós, ambos na freguesia de Carrapatas. Foram alvo de intervenção no ano de 1997, aquando da construção do troço da IP2 Pinhovelo-Vale Benfeito. Do material exumado, no Alto da Madorra destaca-se a cerâmica composta sobretudo por recipientes fechados, esféricos de fundo redondo, sendo que a decoração inclui diversas tipologias de punção, e cerâmica “penteadada” (Carvalho et al. 1997). Apareceram ainda pesos de tear em xisto, fragmentos de mós, polidores e um machado de pedra polida (*idem*). Na Urreta das Mós, para além dos escassos fragmentos de cerâmica encontrados na superfície (com elementos decorativos semelhantes aos do Alto da Madorra), a vala de sondagem aberta não forneceu qualquer elemento arqueológico (*idem*). Estes povoados, situados cronologicamente no III^o mil. AC, teriam características muito semelhantes àqueles escavados noutras regiões transmontanas (Sanches, 2000: 53).

Na freguesia de Morais encontra-se o povoado fortificado da Espondra cuja cronologia remonta possivelmente ao Calcolítico, numa primeira fase de ocupação. Não foram efectuados quaisquer trabalhos no local, tendo este sofrido recentemente uma grande destruição devido a um projecto de florestação. Os únicos vestígios arqueológicos observados no local são fragmentos de cerâmica e um fragmento de mó manual.¹

A Idade do Bronze, de acordo com Senna-Martinez et al. (2004: 34), é uma etapa da Pré-História Recente regionalmente mal conhecida. De facto, poucos são os sítios que poderão ser atribuídos a esse período devido à falta de elementos cronológicos esclarecedores. Mas, a intensidade do povoamento proto-histórico patente no território, indicia um povoamento anterior por revelar (Sanches, 2000: 54). Tal será possivelmente o caso de povoados fortificados como o de Santa Madalena (Amendoeira), Pena Mourisca (Espadanedo) ou Espondra (Morais).

Até à data, o único sítio situado neste horizonte cronológico que foi alvo de trabalhos arqueológicos foi a Fraga dos Corvos na freguesia de Vilar do Monte, tendo sido alvo de campanhas sucessivas desde o ano de 2004. De acordo com Senna-Martinez et al., os materiais aí encontrados denotam a conjugação de decorações de “Tradição Campaniforme” com elementos decorativos e formas cerâmicas típicos do “Mundo Cogeces”, o que constitui um elemento poderoso para enquadrar a Fraga dos Corvos num momento relativamente antigo da 1^a Idade do Bronze (2005:72). No local destaca-se ainda a escavação de uma área de fundição que, segundo Senna-Martinez et al., revelou a primeira instalação do género encontrada em Portugal, para a produção de bronzes binários (2007: 85).

Será ainda importante referir que foi no concelho de Macedo de Cavaleiros, mais precisamente na freguesia de Carrapatas, que foram descobertas as duas alabardas em cobre arsenical que levariam à definição da tipologia das alabardas de tipo Carrapatas ou de tipo Transmontano por H. Schubart (1973). Para além deste achado importante, deve ainda destacar-se o achamento fortuito de quatro alabardas de tipo Carrapatas encontradas no princípio do século XX em Vale Benfeito e ainda o machado de talão de dupla aselha em bronze encontrado sem contexto arqueológico na aldeia dos Cortiços. Apesar de nenhum exemplar ter sido datado directamente, estas alabardas têm sido inseridas cronologicamente e culturalmente no Bronze Antigo (Sanches, 1995: 29).

O período correspondente à Idade do Ferro, e posterior romanização, constitui um ponto de apoio mais seguro na investigação que os anteriormente descritos. Ainda assim, o

¹ Informações retiradas da base de dados do IPA.



fig. 2 Localização dos sítios com arte rupestre no concelho de Macedo (à excepção do ponto 12 e 13). Paisagem regional.

1- Fraga da Pegada; 2- Fraga das Ferraduras; 3- Fonte do Prado; 4- S. Gregório; 5- Fornos de Mouros; 6- Cabeço do Fidalgo; 7- Olminhos; 8- Marco Negro; 9- Rasca; 10- Fonte de Caravelas 2; 11- Forno da Velha; 12- Cabeço da Anta; 13- Levada Velha.

estado actual de conhecimentos acerca destes povos é bastante problemático, sendo que os únicos dados existentes para a grande maioria das jazidas resultam de trabalhos de prospecção (Barranhão e Tereso, 2006). É hoje consensual que os povos que habitaram Trás-os-Montes no período que compreende a Idade do Ferro tinham como base de subsistência uma economia agro-pastoril. Encontrar-se-iam integrados em redes de povoados fortificados, cada um dispondo individualmente de um conjunto de recursos diferenciados que permitiria a sua sobrevivência (Barranhão e Tereso, 2006; Redentor, 2002; Lemos, 1993).

No quadro publicado com a listagem dos sítios arqueológicos da Idade do Ferro e romanos até agora conhecidos no concelho de Macedo de Cavaleiros (onde se exclui referências a troços da via romana e a epigrafia que lhe está associada), contam-se 39 lugares (Barranhão e Tereso, 2006: 14). À Idade do Ferro correspondem 19, à Idade do Ferro e posterior romanização contam-se 3 mais 2 com reservas e, exclusivamente de ocupação romana são em número de 14.

Relativamente à arte rupestre do concelho, as primeiras referências à sua existência devem-se ao Abade de Baçal. O reduzido número de achados deste âmbito de que nos dá conta nos Tomos IX e X das suas Memórias Arqueológico-Históricas permaneceram no entanto praticamente inalterados até ao século presente. A partir de então, um novo fôlego arqueológico dado à região trouxe novas descobertas e dados aos estudos de arte rupestre. Tal deve-se não só aos estudos de impacto ambiental conduzidos por diversas empresas, como também às acções de localização de património dirigidas por arqueólogos da extensão do IPA de Trás-os-Montes e, ainda, aos importantes trabalhos desenvolvidos pela Associação Terras Quentes no âmbito da arqueologia local

Descrição e localização da arte rupestre (fig. 2 e 3)

1. Fraga da Pegada (Santa Combinha)

Apesar de referenciada por diversos autores, como o Abade de Baçal (1934: 652), Joaquim Neto (1975: 240), Mário Varela Gomes e Jorge Pinho Monteiro (1977:158), a Fraga da Pegada foi continuamente descrita como uma rocha que apresentava uma única gravura pediforme. Só nos anos noventa surgiu a primeira descrição sumária do

Legenda

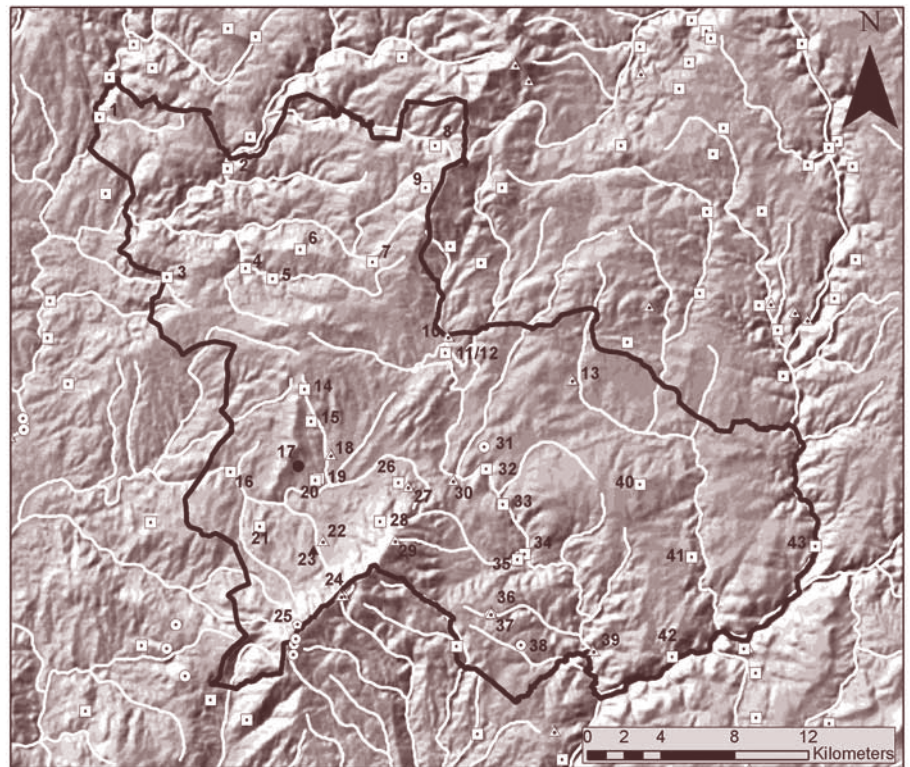


fig. 3 Planta da situação topográfica dos locais mencionados no texto.

1- Cabeço dos Mouros; 2- Castrilhão; 3- Castelo dos Mouros; 4- Cerquinha; 5- Carrascal; 6- Mogrão/Caúinha; 7- Bovinho; 8- Terronha; 9- Pena Mourisca; 10- Fraga da Pegada; 11/12- Cabeço do Fidalgo; 13- S. Gregório; 14- Santa Madalena; 15- Terronha de Pinhovelo; 16- Cramanchão; 17- Fraga da Moura; 18- Fraga das Ferraduras; 20- Urreta das Mós; 21- Calveiro; 22- Fonte do Prado; 23- Lagares; 24- Rasca; 25- Alto do Álvaro Maio; 26- Castelo de São Marcos; 27- Fornos de Mouros; 28- Fraga dos Corvos; 29- Marco Negro; 30- Olminhos; 31- Redondel/Mamao de Sto. Ambrósio; 32- Terronha; 33- Fraga do Castelo; 34- Castelucho de Balsemão; 35- Castelo de Balsemão; 36- Fonte de Caravelas 1; 37- Fonte de Caravelas 2; 38- Labor; 39- Forno da Velha; 40- Cabeço da Paixão; 41- Espondra; 42- Fraga do Castelo; 43- Cercados Mouros/Cabeço do Barão.

sítio na base de dados do então Instituto Português de Arqueologia. Posteriormente, a estação foi alvo de um estudo por nós conduzido, no âmbito de um estágio profissional realizado na Associação Terras Quentes que contou com o apoio da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros. Os trabalhos permitiram detectar várias superfícies gravadas com diversos motivos (figs. 4 e 5).

A Fraga da Pegada é uma rocha de grandes dimensões que apresenta uma morfologia semelhante a uma crista e ocupa um lugar proeminente na paisagem. Está situada numa pequena elevação sobre a parte terminal da albufeira da Barragem do Azibo, que alterou profundamente a topografia do local (Figueiredo, 2007: 51/2). O sítio encontra-se cartografado na Carta Militar de Portugal, escala 1:25 000, folha 64, sendo as suas coordenadas geográficas as seguintes: 6° 53' 56,63" W; 41° 34' 54,92" N. A nível paisagístico insere-se na Meia-Encosta Nordeste sendo a litologia local composta por formações sedimentares e metamórficas do câmbrio ao pré-câmbrio denominadas no seu conjunto como complexo xisto-grauváquico.

No ano de 2004, surge a referência de uma outra rocha nas proximidades desta, gravada com uma pegada e ainda com traços verticais e horizontais. Não nos foi ainda possível identificar tal local.

2. Fraga das Ferraduras (Macedo de Cavaleiros)

A Fraga das Ferraduras é igualmente referida pelo Abade de Baçal (1934: 658-660) merecendo posterior atenção por parte de Santos Júnior que a fotografou (1940: 359/349, Est. VII). A Fraga foi entretanto completamente destruída pelo que actualmente apenas nos resta a informação da sua localização original.

Este sítio, e tal como o nome indica, teria uma morfologia semelhante à fraga anteriormente descrita, isto é, em forma de crista. Implantada no lugar de Chairas, topograficamente encontrar-se-ia numa pequena elevação do terreno. Localizado na Carta Militar de

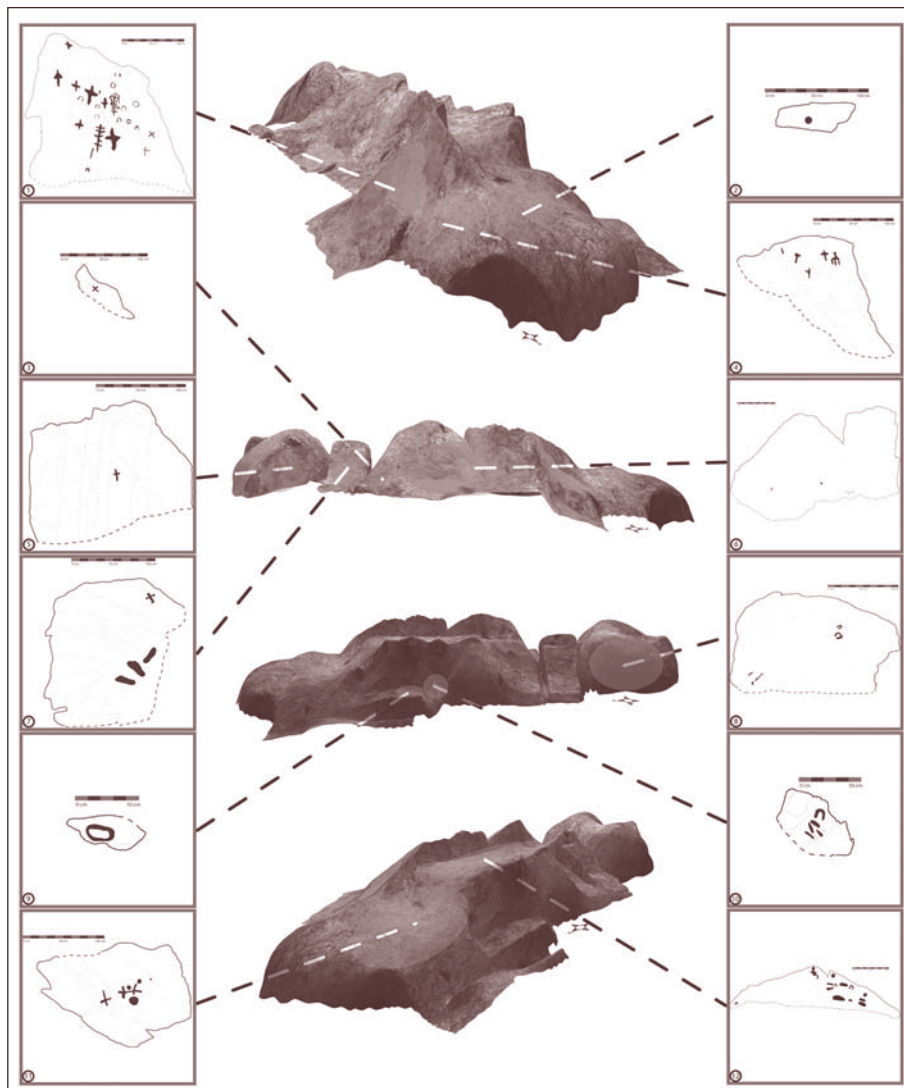


fig. 4 Levantamento 3D da Fraga da Pegada com a respectiva localização dos painéis e gravuras. Levantamento realizado por Pedro Tarroso e Sofia Figueiredo com montagem de Pedro Guimarães.

Portugal, escala 1:25 000, folha 78, o lugar conhece as seguintes coordenadas geográficas: 6° 58' 33,99" W; 41° 31' 30,34" N. A nível paisagístico insere-se na Meia-Encosta Nordesteira sendo a litologia composta por formações sedimentares e metamórficas do Silúrico e Ordovícico.

A descrição de Francisco Manuel Alves aliada à fotografia de J. R. Santos Júnior permitem-nos, no entanto, traçar mais algumas características. O Abade de Baçal descreve-nos a sua implantação topográfica referindo que as rochas “são perfeitamente visíveis à distância, porque não há mais fragas em volta e elevam-se numa pequena eminência circundada por campos planos de lavoura” (1934: 660). Diz ainda que “as insculpturas estão na parte voltada a nascente, dispostas quase com regularidade em linhas horizontais...” (*Idem*). Nas duas fotografias publicadas por Santos Júnior, observamos que os motivos são, na sua maioria, ferraduras, com ou sem covinha central, e círculos. Em número reduzido surgem os cruciformes e, de acordo com a descrição do Abade de Baçal, haveria ainda uma covinha isolada (1934: 660).

3. Fonte do Prado (Vale Benfeito)

Outra referência diz respeito à Fonte do Prado na freguesia de Vale Benfeito. É no tomo X das suas Memórias Arqueológico-Históricas que Francisco Manuel Alves faz a seguinte menção: “... a guarnecer a parede de uma fonte arcada, vi uma pedra granítica cheia de covinhas de carácter arqueológico.” (1938: 277). Na base de dados do IPA encontramos ainda outra descrição mais completa do local, onde se menciona a existência de dois blocos com diversas covinhas e sulcos.

Aquando da nossa deslocação ao local, fomos informados de que estes blocos foram entretanto substituídos. Questionados alguns locais ninguém nos soube informar qual o



fig. 5 Pormenor do painel 3 da Fraga da Pegada. É possível observar motivos de diferentes períodos cronológicos. Fotografia de Pedro Guimarães.



fig. 6 S. Gregório. Dois podomorfos. Fotografia de Pedro Guimarães.

paradeiro dos blocos e/ou se estes haviam sido destruídos. Deste modo, e tal como para a Fraga das Ferraduras, resta-nos a certeza do local onde foram observadas.

A Fonte do Prado localiza-se no centro da aldeia de Vale Benfeito, constando na Carta Militar de Portugal, escala 1:25 000, folha 78. As suas coordenadas geográficas são as seguintes: 6° 58' 56,65" W; 41° 29' 0,59" N. Quanto à litologia, esta é composta por formações sedimentares do período Plio-Plistocénico tais como areias, calhaus rolados, arenitos pouco consolidados e argilas. Implanta-se na Meia-Encosta Nordeste.

4. S. Gregório (Vinhas)

Encontra-se na tese de Sande Lemos uma referência, até então inédita, de outro achado de arte rupestre no concelho de Macedo de Cavaleiros: o sítio rupestre de S. Gregório (1993: 203/4).

O santuário de S. Gregório localiza-se na freguesia de Vinhas, no cimo de um cabeço situado a sul da aldeia com o mesmo nome. O sítio encontra-se cartografado na Carta Militar de Portugal, escala 1:25 000, folha 64. As suas coordenadas são as seguintes: 6° 49' 7,25" W; 41° 33' 35,20" N. Em termos paisagísticos implanta-se na Meia-Encosta Nordeste. Ao nível da geologia local conta com formações sedimentares e metamórficas do período Pré-câmbrico, sendo estas representadas por xistos, anfíbolitos, micaxistos, grauvaques quartzitos, rochas carbonatadas e gnaises.

A escassos metros para o lado Este do santuário, encontra-se um afloramento de pequenas dimensões onde estão representados dois podomorfos (fig. 6). De acordo com a tradição oral teria sido neste local que Jesus Cristo subiu aos céus. Para Oeste do santuário encontra-se uma sepultura, delimitada por um pequeno muro que, também de acordo com a população local, seria a sepultura de Nosso Senhor.

5. Fornos de Mouros (Castelãos)

O sítio de Fornos de Mouros foi conhecido no âmbito de trabalhos levados a cabo pela extensão do IPA de Macedo de Cavaleiros. Situa-se na encosta Norte da Serra de Bornes, no seu extremo mais Nordeste. Na Carta Militar de Portugal, escala 1:25 000, folha 78, tem as seguintes coordenadas geográficas: 6° 55' 34,49" W; 41° 30' 32,988" N. A nível da paisagem integra-se na Meia-Encosta Nordeste. A litologia local é composta por formações sedimentares e metamórficas pertencentes ao Silúrico e Ordovício: xistos e grauvaques.

Fornos de Mouros é constituído por uma laje horizontal com forma sub-circular que assenta num afloramento rochoso (fig. 7). Apresenta gravadas duas ferraduras e um círculo realizadas por picotagem, sendo de visibilidade difícil devido ao desgaste do painel.

6. Cabeço do Fidalgo (Podence)

Os sítios do Cabeço do Fidalgo e Ilha do Fidalgo surgem na base de dados do IPA como locais distintos, o primeiro descoberto pela extensão do IPA e, o segundo, localizado posteriormente pela Associação Terras Quentes. Ambos se referem ao mesmo sítio e às mesmas gravuras pelo que, neste trabalho, as iremos tratar pelo nome da primeira referência que delas consta.

Este sítio encontra-se actualmente em plena barragem do Azibo formando uma pequena ilha. De acordo com as descrições consultadas, as gravuras localizam-se no sopé Oeste do cabeço, num afloramento de xisto sub-horizontal que acompanha o declive da encosta (fig. 8). Devido à albufeira o sítio encontra-se hoje enquadrado numa paisagem de rios, lagoas e albufeiras sendo que, antes da construção da mesma, este local se encontraria implantado em plena Meia-Encosta Nordeste. Também aqui encontramos formações sedimentares e metamórficas, xistos e grauvaques, do período Silúrico e Ordovício. Na Carta Militar de Portugal, escala 1:25 000, folha 64, conhece as seguintes coordenadas geográficas: 6° 53' 59,35" W; 41° 34' 26,90" N.

O painel que ostenta apresenta várias dezenas de covinhas que formam uma densa "nuvem" na zona central superior, com algumas escassas covinhas a surgirem nas zonas periféricas.

fig. 7 Vista geral para a laje de Fornos de Mouros. Nele se encontram duas ferraduras e um círculo. Fotografia de Pedro Guimarães.



fig. 8 Cabeço do Fidalgo. Fotografia de Mário Reis.



fig. 9 Rocha 3 do sítio de Olminhos. Fotografia de Pedro Guimarães.



7. Olminhos (Olmos)

No ano de 2005, deu-se a descoberta de um local designado de Olminhos por parte de arqueólogos da Associação Terras Quentes no quadro da carta arqueológica do concelho. O local encontra-se implantado num pequeno esporão voltado para o rio Azibo que corre a Este. O topónimo do local é Vale Covo e encontra-se na Carta Militar de Portugal, escala 1:25 000, folha 78, com as seguintes coordenadas geográficas: 6° 53' 49,00" W; 41° 30' 42,71" N. A litologia local está representada por formações sedimentares e metamórficas tais como xistos, anfíbolitos, micaxistos, grauvaques quartzitos, rochas carbonatadas e gnaises do período Pré-Câmbrico. Os traços paisagísticos inscrevem o sítio na Meia-Encosta Nordeste.

É constituído por uma série de três pequenas cristas em xisto seguidas. Destas, duas rochas apresentam-se profusamente gravadas com covinhas, o único motivo representado. Na terceira rocha muitas covinhas estão ligadas por sulcos (fig. 9).

8. Marco Negro (Olmos), Rasca (Vale Benfeito), Fonte de Caravelas 2 (Peredo)

Os estudos de Impacto Ambiental, levados a cabo por diferentes empresas, vêm aumentar o número de achados relativos à arte rupestre local. O estudo de impacto para o Parque Eólico de Bornes revelou dois sítios. O primeiro, designado de Marco Negro, localiza-se na freguesia de Chacim e é constituído por duas rochas. Em ambos os afloramentos se observa apenas uma covinha. Topograficamente, situa-se em plena Serra de Bornes, próximo de uma elevação acima dos 1000 metros, sendo que imediatamente a sul se localiza a nascente da Ribeira das Fragas do Santo. As suas coordenadas geográficas são: 6° 56' 7,03" W; 41° 28' 58,66" N, na Carta Militar de Portugal, escala 1:25 000, folha 78. A implantação paisagística corresponde a montanhas de granito e xisto de nível pastoril, sendo que, neste caso, a litologia local corresponde a xistos e grauvaques. O segundo lugar dá pelo nome de Rasca e situa-se na freguesia de Vale Benfeito. Trata-se de uma rocha com painel sub-horizontal onde figuram quatro covinhas. Este sítio situa-se num cume da Serra de Bornes, cerca de 4 km para sudoeste do marco Negro, próximo de uma linha de água que corre no sentido sudeste para Fonte Ribeiro. O local corresponde na Carta Militar de Portugal, escala 1:25 000, folha 92, às seguintes coordenadas: 6° 58' 14,07" W; 41° 27' 21,49" N. Tal como o sítio anterior, também a Rasca se enquadra em termos paisagísticos na montanha de xisto, mas agora, de nível florestal, devido à altitude que conhece. Também aqui a litologia é dominada por xistos e grauvaques do Silúrico e Ordovícico.

Um estudo de impacto ambiental decorrido no ano de 2006 refere ainda o sítio de Fonte de Caravelas 2 onde, de acordo com a descrição, foi encontrado um afloramento de xisto com duas covinhas ligadas por um sulco. Encontra-se num patamar virado para Sul, com um declive suave nesse sentido em direcção ao Ribeiro das Salgueirinhas. Inserido na Meia-Encosta Nordeste, predominam os xistos e os grauvaques.

Para além dos sítios acima referidos, que serão aqueles a ter em conta neste estudo, importa ainda analisar mais três referências relativas à arte rupestre do concelho. Ainda que, voltamos a sublinhar, os casos que seguidamente se expõem não sejam incluídos nem tidos em conta no estudo apresentado, pelos motivos abaixo descritos.

9. Forno da Velha (Lagoa)

No ano de 2005, uma prospecção levada a cabo por membros da Associação Terras Quentes deu a conhecer o Forno da Velha. Este achado, na freguesia de Lagoa, revelou-se um dos mais importantes, se não mesmo o mais importante, no quadro da arte rupestre local. Trata-se de um maciço rochoso de grandes dimensões situado na margem direita da ribeira do Rebolal, a escassos metros antes de esta desaguar na margem esquerda do rio Azibo. Nestas paredes de xisto encontram-se quatro painéis pintados em tons de vermelho (tintas planas). Entre os motivos destaca-se a presença de vários antropomorfos, figuras geométricas e zoomorfos.

Por se tratar de pinturas e não de gravuras o sítio não será incluído neste trabalho, merecendo antes uma publicação própria que se encontra a ser produzida.

10. Cabeço da Anta (Salselas)

O Cabeço da Anta situa-se num cume pouco pronunciado, a Norte da aldeia de Salselas, freguesia a que pertence. De acordo com o Abade de Baçal, no Cabeço da Anta teria existido uma anta da qual apenas teriam restado “dois grandes penedos de xisto” (Alves, 1934: 705/6).

Foi com base neste relato e no topónimo do sítio que membros da Associação Terras Quentes efectuaram uma visita ao local. Dessa vistoria não resultou a identificação de um monumento megalítico, mas antes a observação de “prováveis filiformes inscritos em grandes blocos de xisto” (Mendes, 2004: 8).

No ano de 2005 foi publicado um artigo, pela mão do autor já citado, com o título “Estação de Arte Rupestre do Cabeço da Anta: Freguesia de Salselas, Concelho de Macedo de Cavaleiros – Campanha 1/2003 – CNS 17281” onde se apresentou os resultados dos trabalhos efectuados nesta estação no ano de 2003 e 2004. As gravuras foram aí descritas como apresentando uma “temática homogénea, com figurações bélicas atribuíveis à idade do Bronze final, com técnica de gravação por incisão abrasiva.” (Mendes, 2005c: 83).

Recentemente, teve a primeira autora deste artigo a possibilidade de se confrontar com as estranhas gravuras presentes nas mais de 50 rochas encontradas. O pequeno estudo realizado junto das mesmas permitiu chegar às seguintes conclusões:

- Apesar de alguns traços se cruzarem formando espécies de cruciformes toscos, não há qualquer tipo de padrão, organização ou sequer intencionalidade nos grafismos que as rochas apresentam;
- O xisto local apresenta baixíssima resistência quando riscado por materiais de dureza igual ou superior (ferro, quartzo e o próprio xisto);
- Rochas com o mesmo tipo de marcas encontram-se espalhadas por todo o concelho e, diríamos mesmo, por todo o país.

O local do Cabeço da Anta está actualmente inserido em terrenos agrícolas entre os quais um olival. Como esta é uma área com boas condições agrícolas, antes do referido olival terá conhecido outras práticas, como, por exemplo, o cultivo do centeio, tão característico destas regiões.² Para além do uso do arado radial, (Oliveira et al., 1983: 130-140) eram usados, sobretudo por proprietários pobres, enxadas, enxadões, alviões, alferces e sachos para trabalhar a terra à mão (*idem*, 1983: 231)³. Deste modo pensamos que as marcas tidas como gravuras são o resultado de séculos de trabalhos agrícolas, ora com arados ora com enxadas que, devido à fraca resistência dos xistos, deixaram muitas marcas, algumas das quais com uma pátina forte. Pátina essa facilmente explicada pelos séculos que desde então passaram ou, ainda, devido aos factores físicos fortes que se poderão fazer sentir neste cabeço.

11. Levada Velha (Talhas)

O sítio da Levada Velha, na freguesia de Talhas, foi igualmente descoberto por membros da Associação Terras Quentes no decorrer do ano 2005. De acordo com a descrição, corresponde a um troço de cerca de 750 metros na margem direita do rio Sabor onde foram identificadas doze rochas com gravuras, entre as quais dois antropomorfos, um equídeo ou cervídeo e um bovídeo (Mendes, 2005b: 49). Quando nos deslocamos ao local, não encontramos qualquer tipo de gravura, sendo que a figura que nos foi mostrada como sendo um cavalo, afigurou-se-nos como um conjunto de fissuras naturais da própria rocha. Pensamos, no entanto, ser importante uma nova visita ao local de modo a verificar a existência ou não das restantes gravuras referidas.

² De acordo com V. Taborda, os documentos medievais relativos a Trás-os-Montes não contém, a respeito da oliveira, uma única palavra, pelo que esta cultura não remonta para além do século XVI (1932: 125).

³ Oliveira Marques fala de documentos medievais que mencionam enxadas e enxadões, bem como os cavões que eram usados para preparar a terra por proprietários pobres ou donos de casais e courelas exíguas (Oliveira et al., 1983: 231).

Análise das gravuras rupestres e discussão de ideias

As gravuras rupestres presentes no concelho de Macedo de Cavaleiros apresentam um dispositivo iconográfico pouco variado, apresentando, no entanto, diversidade relativamente à implantação das estações rupestres. Todas as gravuras são ao ar livre, podendo ser distinguidos três grupos.

O primeiro grupo corresponde às rochas gravadas exclusivamente com covinhas, com ou sem sulcos que as ligam entre si. Este grupo está bem representado no concelho sendo a ele que pertencem a maioria das estações. Um segundo grupo distingue-se pelo

uso de motivos abstractos, muito generalizados, como cruciformes, ferraduras, círculos, covinhas, podomorfos, entre outros. O terceiro grupo está representado apenas por uma estação que se distingue das restantes pelo enquadramento cultural imediato e pela própria estética dos motivos apresentados.

Grupo I: Fonte de Prado, Cabeço do Fidalgo, Olminhos, Marco Negro, Rasca e Fonte de Caravelas 2.

As covinhas, ou fossetes, são motivos abstractos de carácter universal. Consistem em pequenos buracos gravados, de forma circular ou elipsóide. Surgem em rochas com todo o tipo de morfologias e, também, em pedras ou lajes soltas. Em número muito variado, podem ir de uma única a mais de uma centena, como acontece na rocha com covinhas da Ribeira do Pracana (Monteiro e Gomes, 1974-77: 96). Este motivo tanto aparece disperso e sem qualquer tipo de ordem na superfície da rocha, como agrupado de forma regular, formando motivos geométricos ou linhas, por vezes ligadas por sulcos.

Na Península Ibérica este tipo de composições está bem documentado. Surgem tanto ao longo da fachada atlântica, por exemplo no grupo galaico (Peña Santos et al., 1996: 97), bem como na zona mediterrânica (Alonso Tejada, 2003: 283). Em Portugal a sua ocorrência é apontada como sendo cada vez mais frequente no Norte e interior do país (Santos et al., 2006:141). Note-se que também no Algarve Oriental encontramos este motivo, por exemplo disposto aleatoriamente na estela-menir nº 2 de Lavajo I, em Alcoutim (Cardoso et al., 2002: 110).

No âmbito dos estudos levados a cabo na Beira Interior (Vila Velha de Rodão, Castelo Branco e Idanha-a-Nova) foram apresentados diversos conjuntos de rochas com covinhas, sendo possível a sua associação a espaços sagrados da pré-história local (Henriques et al., 1995: 191).

No sítio da Cachouça (Idanha-a-Nova), “sobre o talude encontram-se implantados alguns monólitos em bruto ou rudemente desbastados, a que se associam diversos afloramentos com “covinhas”, bem como outros elementos que, conjuntamente, lhe conferem uma assinalável carga simbólica e ritual” (Vilaça e Basílio, 2000: 40). Apesar de o sítio estar mais associado à ocupação do Bronze Final e Idade do Ferro, apresenta também níveis de ocupação do Neolítico Final - Calcolítico Inicial. Santos coloca a hipótese de estas gravuras pertencerem a esta primeira fase de ocupação (2000: 415), apoiando-se para tal nas evidências da estação de Monte do Frade onde as rochas com fossetes se encontravam seladas por uma camada do Bronze Final (2000: 415).

Bueno Ramirez e Balbín Behrmann chamam a atenção para o facto de as covinhas serem um dos temas mais representados nos suportes megalíticos peninsulares, do mesmo modo que nas rochas ao ar livre (2000: 134). Ortóstatos decorados unicamente com covinhas surgem, por exemplo, no dólmen de Santiago de Alcántara em Cáceres (Bueno Ramirez e Balbín Behrmann, 2000: 163), entre outros. Lopez Plaza sugere uma associação entre monumentos megalíticos e rochas decoradas com estes motivos para a província espanhola de Salamanca, vizinha de Trás-os-Montes (2003: 379). Salvo guarda, no entanto, a grande amplitude cronológica que este motivo expressa, referindo-se à evidente relação entre “covinhas”, castros e berrões nesta região (Lopez Plaza, 2003: 384). Neste sentido, também o Abade de Baçal lembra a estreita ligação entre estes motivos e as demarcações de termos, vigentes nalguns casos até aos nossos dias (Alves, 1934). Quando não surgem de forma aparentemente anárquica, as fossetes podem ainda corresponder a tabuleiros de jogos usados em períodos históricos (Peña Santos et al., 1996: 97).

A interpretação destes motivos ramifica-se pelos diferentes significados que lhe são dados através de associações gráficas, contextos e implantações na paisagem. Nas rochas ao ar livre alguns investigadores ligam-nas a práticas ligadas à água (Alonso Tejada, 2003: 285). Outros há que, de forma mais desenvolvida e confinados a uma região específica (Galiza Ocidental), admitem que as rochas gravadas maioritariamente com covinhas, poderiam delimitar áreas de recursos naturais ou assinalar zonas de passagem (Bradley et al. 1994 cit. in Henriques et al., 1995: 202). Para Bueno Ramirez e Balbín Behrmann, relativamente à arte megalítica, as covinhas estão associadas a uma simbologia solar (2000: 134). Outros estudos apontam ainda para a sua função delimitadora entre espaços domésticos e funerários (Peña Santos et al., 1996: 97).

Rochas com covinhas estão presentes por todo o distrito de Bragança, apesar de poucas

terem sido sujeitas a publicação. De acordo com Sanches, e nas palavras da mesma, em relação às rochas exclusivamente com covinhas, “nada de importante se nos afigura referir, além de que a constatação de tais gravuras simples num tão vasto grupo de manifestações artísticas de todas as épocas, arreda, de momento, qualquer hipótese de inserção cultural ou cronológica” (1992: 85).

No concelho de Macedo, a distribuição deste tipo de gravura por diferentes superfícies rochosas, bem como na paisagem, não sugere, à partida, nenhuma regra.

A Fonte do Prado é um caso curioso. A ligação entre a água e este tipo de representação, apontada por diversos autores, poderá encontrar um apoio forte nesta estação onde se encontravam dois blocos de granito com covinhas a guarnecer o tecto de uma fonte arcada. Também na Fonte do Bacio (Baçal, Bragança) se encontra uma grande laje de xisto negro a cobrir um poço da povoação. O bloco ostenta várias covinhas de forma elíptica. Dentro das informações que nos dá do sítio, Abade de Baçal refere o aparecimento de três machados ou enxós em pedra polida, entretanto guardados no museu de Bragança. Outra ocorrência de que nos dá conta é o facto de no termo de Baçal não aparecerem rochas ardósianas, encontrando-se as mais próximas a uma distância de quatro quilómetros (Alves, 1934: 613). Também no caso de Vale Benfeito o granito não é uma rocha local, encontrando-se a região granítica mais próxima a cerca de 2 km no sentido Sudoeste, no lugar do Fojo. Por falta das rochas historiadas no local não pudemos no entanto confirmar se seria esta a proveniência dos blocos. Tanto a Fonte do Prado como a Fonte do Bacio nos levam a questionar se estes blocos fariam parte de algum monumento pré-histórico, entretanto destruído. Infelizmente, os dados de que dispomos são em número demasiado reduzido para avançar com conjecturas mais concretas.

O Cabeço do Fidalgo seria, antes da construção da barragem, um ponto elevado na paisagem, rodeado por pequenas ribeiras, com boas condições defensivas naturais. O painel preenchido de covinhas é, no entanto, pouco proeminente na paisagem, acompanhando o declive da margem oeste do cabeço onde se implanta. Uma característica na morfologia da rocha que chama a atenção é o levantamento que ela exhibe no sopé do painel, até aí liso. Essa será porventura uma especificidade que a torna identificável a alguma distância. As fossetes formam uma nuvem que se concentra, quase na totalidade na parte superior do painel.

Em Miranda do Douro encontramos um paralelo decorativo na rocha do Rebolhão (S. Martinho de Angueira). Esta fraga situa-se numa encosta do vale do rio Angueira e no declive Leste dum pequeno esporão onde se implanta um povoado fortificado - «Castro de pedras fincadas» (Sanches, 1992: 41). No topo do afloramento definem-se 7 conjuntos de covinhas próximos entre si (*idem*).

Sublinhe-se que a implantação de ambas as rochas é análoga e, à semelhança do Rebolhão, também a rocha Cabeço do Fidalgo poderá estar relacionada com o local homónimo, que se localiza no cimo da eminência da actual ilha. Apesar de ainda estar mal caracterizado, as prospecções aí realizadas, tanto por elementos da Associação Terras Quentes como pelos arqueólogos da Extensão do IPA de Macedo de Cavaleiros, situam cronologicamente o sítio no período romano, colocando a hipótese do local também poder ter sido ocupado na Idade do Ferro.

Parece-nos mais provável que este tipo de gravuras, e dado o contexto arqueológico, se possa situar nalgum momento da Idade do Ferro, se não antes. A menos de um quilómetro de distância, no sentido noroeste, encontra-se a Fraga da Pegada, também ela com gravuras e que poderá estar relacionada com este sítio. A fase de gravação mais antiga desta rocha, como será exposto mais à frente, situar-se-ia na Idade do Ferro, apresentando entre o seu dispositivo iconográfico fossestes de variados diâmetros e profundidades. As covinhas do Cabeço do Fidalgo apresentam um desgaste muito maior que o visível na Fraga da Pegada, podendo este facto ser interpretado como uma evidência da sua maior antiguidade. Devemos, no entanto, atender ao facto de as águas da barragem se encontrarem actualmente tão próximas do painel que, em períodos de maior pluviosidade, estas galgam a rocha, desgastando-a rapidamente.

Apesar de apresentar o mesmo tipo de gravados, ou seja, covinhas com ou sem sulcos que as ligam entre si, a estação de Olminhos é composta por três rochas em forma de crista. A sua implantação topográfica, bem como a visibilidade que se tem delas, diferenciam-na claramente da Ilha do Fidalgo. Também situado na margem direita do Azibo, dista da rocha anteriormente descrita cerca de 7 km no sentido Sul. Imediatamente à frente do local, na margem esquerda do Rio Azibo, vem desaguar a Ribeira de Salselas. A Este, numa elevação contígua à mesma margem localiza-se o povoado da Terronha, situado cronologicamente na Idade do Ferro. A morfologia do xisto que serve de suporte às gravuras assemelha-se mais à configuração da Fraga da Pegada ou da Fraga da Ferradura, apesar de apresentar apenas covinhas gravadas. As três pequenas cristas seguem-se na cumeada da elevação designada de Vale Covo.

Para além de obedecer a uma implantação diferente da do Cabeço do Fidalgo, devido à morfologia das rochas, também os motivos se distinguem, sobretudo na terceira rocha, por a maioria das fossetes se encontrarem ligadas por sulcos. Na estação de Valeira Ferradura (Tondela, Viseu), a composição estruturada em torno de covinhas e canais que unem algumas delas corresponde à fase de gravação mais antiga daquela rocha, podendo ser tal composição ser comparada com o grupo IX do Castro de Santa Tecla (Pontevedra, Galiza), sedimentado pelos níveis arqueológicos da estação (Costas, 1988 cit. in Santos et al., 2006: 141), sendo-lhe atribuída uma cronologia que a situa entre o III e o II milénio AC. Registe-se no entanto, que analogamente à anterior, esta rocha se encontra próxima de um povoado da Idade do Ferro o que, ligando o sítio ao contexto arqueológico imediato, coloca dúvidas quanto a recuar tanto a cronologia.

O Marco Negro e a Rasca situam-se no cimo da serra de Bornes na linha de cumeada desta. Tanto uma como a outra apresentam poucas covinhas gravadas e seguem o mesmo padrão de implantação. Quando analisado o mapa actual da divisão do território, observamos que as duas se situam em cima desta. Assim, o Marco Negro marca o sítio entre a freguesia de Olmos (situada a Leste) e de Vilar do Monte (Oeste). A Rasca situa-se na linha que separa a freguesia de Vale Benfeito, do concelho de Macedo de Cavaleiros, da de Soeima, do concelho de Alfândega da Fé. Do lado de Alfândega da Fé, a cerca de 150 metros para Este, situa-se a rocha designada de Tapada dos Espinheiros que também apresenta covinhas gravadas em número de três. Seguindo a cumeada da serra para Sudoeste surgem mais sítios de interesse como o Alto do Álvaro Maio (Bornes), Bornes (Sambade, Alfândega da Fé) e as Fragas da Moura (Sambade, Alfândega da Fé). São todos descritos como sendo pequenas mamoa de um período indeterminado da Pré-história Recente, tendo sido descobertos no ano de 2003 no âmbito de trabalhos de estudo de impacte ambiental. Não temos no entanto elementos suficientes que nos permitam ligar estes sítios de uma forma segura às covinhas descritas, sendo mais evidente, numa primeira análise, a implantação destas sobre linhas divisórias do território.

É ainda de referir que tanto o Marco Negro como a Rasca se localizam a menos de 70 metros de distância de nascentes de linhas de água e Ribeiros. Uma ribeira, no caso da primeira e duas linhas de água no caso da segunda. Para além de um carácter delimitador, não podemos excluir uma função de regular o controle da água das nascentes.

A Fonte de Caravelas 2 partilha com as Rasca e com o Marco Negro o facto de nela se encontrarem esculpidas apenas duas covinhas, neste caso ligadas por um sulco. A sua localização na paisagem destaca-se das anteriores por se encontrar numa encosta voltada para um Ribeiro, na Meia-Encosta Nordestina. Cerca de 70 metros abaixo, na vertente, situa-se uma possível mamoa designada por Fonte de Caravelas 1, descoberta em 2006 na sequência de estudos de impacto ambiental. O mesmo estudo dá ainda conta de uma outra possível mamoa, designada de Labor, afastada da anterior cerca de 2,5 quilómetros no sentido Sudeste. De qualquer forma, estas possíveis mamoa carecem de uma confirmação mais profunda.

Grupo II: Fraga da Pegada, Fraga da Ferradura e Fornos de Mouros

Este grupo apresenta associações entre motivos típicos da arte esquemática ibérica e, do também designado Grupo II, definido por António Martinho Baptista nos anos 80 do século XX (Baptista, 1983-1984; 1986), carecendo este último entretanto de revisão (Figueiredo e Figueiredo, 2008). Assim, surgem representados os antropomorfos (cruci-

formes, em fi grego...), círculos, quadrados e rectângulos segmentados ou não no interior, ferraduras com ou sem covinha central, podomorfos humanos, entre outros motivos. A nível geográfico, estas gravuras conhecem uma grande expressão peninsular, sendo que em Portugal se distribuem por todo o Norte, estendendo-se para as Beiras. Estudos efectuados em rochas com este tipo de temática foram levados a cabo em estações como o Gião no Minho (Baptista, 1981), Tripe e Outeiro Machado em Trás-os-Montes Ocidental (Baptista, 1983-1984). Mais recentemente, foram também conduzidas pesquisas no concelho de Tondela (Viseu), em rochas que abarcam este tipo de temática (Santos, 2003; Santos et al., 2006). Em Espanha, junto à fronteira com Bragança, torna-se expressivo o estudo levado a cabo em El Pedroso (Bradley, R. et al., 2005). Na área de Trás-os-Montes Oriental, o número de rochas que apresenta esta temática é elevado, contrastando com o número de estudos efectuados. O maior número de rochas publicadas, neste âmbito, encontram-se no livro “Património Arqueológico do Concelho de Carrazeda de Ansiães”, editado em 2005 pela câmara desta região (Pereira e Lopes, 2005). Tal como já foi referido, de todo o conjunto de gravuras ao ar livre que aqui se apresenta, a Fraga da Pegada foi a única que conheceu um trabalho de investigação aprofundado. Os trabalhos realizados passaram pela limpeza integral da rocha e pelo levantamento completo das suas gravuras que, ao todo, somaram mais de seis dezenas. O seu dispositivo iconográfico conta com cruciformes, ferraduras, podomorfos e covinhas, entre outros motivos de menor ocorrência todos realizados por picotagem e abrasão. Ao todo foram inventariados 12 painéis distintos que se individualizaram de acordo com as discontinuidades morfológicas do xisto onde se encontram. Assim, os motivos distribuem-se por suportes que assumem diferentes formas, orientações, dimensões e inclinações (Figueiredo, 2007).

A Fraga apresenta fundamentalmente duas fases de gravação, sendo que a última corresponde a um período de divisão concelhia, em meados do século XIX, separando a freguesia de Santa Combinha do distrito de Bragança. Esta fase está representada sobretudo pelas cruces gravadas profundamente no painel 3 da rocha. A fase mais antiga, porém, começou a ser descortinada aquando da limpeza da rocha, distinguindo-se das gravuras mais recentes. Incorporam este grupo os poucos antropomorfos presentes (ver painel 2 e 3), ferraduras com ou sem covinhas interiores (ver painel 8) e, pelo menos uma pegada executada em linha de contorno (ver painel 10) (*idem*). Outros motivos são de difícil inserção, podendo pertencer a esta inicial fase de gravação ou, a uma posterior, situada entre a primeira e a segunda.

Na nossa primeira análise ao sítio, depois dos dados recolhidos, atribuímos à fase mais antiga uma cronologia Proto-histórica. Tal deve-se sobretudo ao contexto cultural onde se encontra, tendo para Norte, na Serra da Nogueira, uma rede de povoados deste período (Terronha - Bragança, Castelo - Bragança, Bovinho e Morgão/Cunha - Macedo de Cavaleiros). Para sul, encontra-se o Cabeço do Fidalgo de que já falámos. Tendo em conta os estudos mais recentes, esta linha de ideias poderá ser contrariada. Assim, por exemplo, Santos et al. definem para estações com motivos similares aos da fase antiga da Fraga da Pegada uma cronologia contemporânea ou pouco posterior ao fenómeno megalítico local, neste caso Tondela (2006: 144). Referem ainda a “reapropriação” destes espaços em tempos Proto-históricos (*idem*). É tentador, à luz deste estudo, trazer a fase mais antiga da Fraga da Pegada para a Pré-história Recente, introduzindo os restantes motivos, entre a primeira e a segunda fase, na Proto-história. Também em El Pedroso se baliza a ocupação do abrigo com gravuras esquemáticas entre os meados e os finais do III mil. AC (Bradley et al., 2005: 125). Voltando à nossa área de estudo, é interessante verificar que no concelho de Carrazeda de Ansiães, trabalhos de prospecção realizados no seu antigo termo permitiram constatar que estas rochas gravadas se encontram de uma forma quase constante nas bermas ou nas proximidades de caminhos que estruturavam a antiga rede viária (Pereira e Lopes, 2005: 10). De facto, a grande vigência que estes motivos têm, tanto no tempo como no espaço, dificultam o seu estudo, que terá necessariamente de ser levado a nível local.

Com uma implantação em tudo semelhante à Fraga da Pegada, a Fraga das Ferraduras distingue-se por ter tido apenas uma face gravada — a virada a poente. É-nos no entanto difícil tecer considerações aprofundadas sobre este sítio pelos motivos já acima citados. Das descrições que nos chegaram, sublinha-se o facto de os motivos se apresentarem organizados no espaço, contrariando algumas concepções que relacionam este tipo de arte com algum caos no aproveitamento do espaço operativo (Baptista, 1983-1984; 1986).

As suas gravuras seriam, no geral, análogas às da Fraga da Pegada, sem os podomorfos, e com um número reduzido de cruces.

A menos de dois quilómetros no sentido Oeste, encontram-se os sítios habitacionais do Alto da Madorra e Urreta das Mós e o abrigo de Fragas da Moura, enquadrados cronologicamente no Calcolítico local. Colocando a hipótese de a Fraga das Ferraduras ter sido começada a gravar numa fase contemporânea destes locais, ganharia mais força a hipótese há pouco colocada para a cronologia da fase antiga da Fraga da Pegada.

O último sítio a ser tratado neste grupo é Fornos de Mouros. Apresenta apenas três motivos gravados numa laje solta — duas ferraduras e um círculo. Do local tem-se uma ampla vista sobre a depressão de Macedo e sobre o Castelo de São Marcos, onde actualmente se encontra uma capela que, de acordo com alguns investigadores, seria um castro na Idade do Ferro. O afloramento onde os motivos se encontram é difícil de distinguir devido ao grande número de xistos que se erguem no local. As diferentes análises não nos forneceram, no entanto, informações que nos permitam arriscar conjecturas em relação à sua cronologia ou significado. O mais óbvio, ainda que com reservas, será ligar o sítio a algum momento da Idade do Ferro.

Grupo III: S. Gregório

O sítio de S. Gregório corresponde a um santuário cuja construção se situa nos anos quarenta do século XX. O mais provável é que existisse neste local uma capela medieval, que terá sido substituída pelo actual edifício.

Quando pesquisada a Base de dados do IPA, a cronologia atribuída ao par de podomorfos aqui presentes é “Indeterminado/Idade Média”. Carlos Mendes avança com outra cronologia, situando-as na Idade do Bronze já que, de acordo com o autor, “os pediformes são próprios desta época” (2005b: 42).

Parece-nos que esta periodização carece de uma explicação mais adequada, não só a nível de contexto, como a nível de paralelos na Península Ibérica.

Os podomorfos aparecem por toda a Península Ibérica apresentando diferentes morfologias, implantações diversificadas e inseridas em vários tipos de contextos, o que se reflecte numa grande variabilidade cronológica.

Um estudo efectuado e publicado por Gomes e Monteiro na estação da Alagoa (Tondela - Viseu), dá-nos conta de oito rochas decoradas com mais de uma centena de pegadas humanas associadas a «ferraduras», círculos e covinhas (1974-1977: 154). Estes autores inserem as figuras de pegadas humanas na última fase da Idade do Bronze prosseguindo pela Idade do Ferro (1974-1977: 162). Outro estudo efectuado na mesma região define o podomorfo como “fóssil director” para a Proto-história antiga (Santos et al., 2006: 144). Ainda no que concerne o estudo desta zona, Santos estabelece uma excepção relativamente aos podomorfos, materializada pela estação de Nossa Senhora do Guardão. De acordo com este autor, deverá ser posta em causa uma cronologia pré-histórica para este par de podomorfos representados em baixo relevo (Santos, 2003: 51). A rocha onde se encontram terá sido removida do seu sítio original, tendo sido no entanto preservada pela população que a integrou na parede sul da igreja que aí se encontra (Santos, 2003: 12). De facto, estes motivos continuam a ser gravados até épocas plenamente históricas, podendo aparecer em épocas medievais, relacionados, por exemplo, com antigas vias de comunicação (Santos, 2003; Baptista, 1986). Podomorfos e ferraduras surgem representados na Pedra d'en Jaume e na Pedra de Rose Marie, na província espanhola de Tarragona, sendo-lhes atribuída uma cronologia histórica, tendo como base estudos de documentos, antigos caminhos e divisões administrativas (Diez e Solé, 2006).

O isolamento iconográfico dos “pezinhos de Vinhas” sem contexto comparativo de outras figuras e o pouco desgaste que apresentam, levam-nos a associar estas gravuras à sepultura atrás referida e a uma eventual capela, anterior ao edifício que agora lá se encontra. Deste modo serão a expressão materializada de um folclore local que deverá remontar à Idade Média.

Conclusão

As conclusões que se apresentam não devem ser entendidas como o resultado de um estudo regional exaustivo, mas antes, como uma primeira tentativa de abordar a arte rupestre de uma área limitada de Trás-os-Montes Oriental, com todos os constrangimentos que tal possa trazer. Deste modo, organizam-se por pontos as ideias mais importantes que foram surgindo na elaboração deste trabalho.

- Ao nível paisagístico, a maioria das estações enquadra-se na Meia-Encosta Nordeste, situando-se próximas de linhas de água.
- Os suportes dos motivos gravados traduzem-se sobretudo em cristas de xisto ou rochas acima do nível do solo, pelo que, em raras situações são de difícil visualização.
- São quatro os locais que se situam próximos de povoados da Idade do Ferro. Apesar de considerarmos este factor como um dado cronológico, colocamos algumas reservas atendendo ao facto de esta região não ter conhecido trabalhos aprofundados relativamente a períodos anteriores.
- Admitindo uma cronologia pré-histórica para algumas das rochas aqui apresentadas, pensamos que estas se enquadrariam, e tendo em conta outros estudos já citados, nalgum período do Calcolítico. Dentro desta categoria entraria a primeira fase de gravação da Fraga da Pegada, eventualmente o Cabeço do Fidalgo e, pelo contexto arqueológico, a Fonte de Caravelas 2. Sem a observação das mesmas, somos também levados a adicionar a este grupo a Fraga das Ferraduras e a Fonte de Prado.
- Dentro da Proto-história cairia a segunda fase de gravação da Fraga da Pegada, Fornos de Mouros e a estação de Olminhos. Estas últimas pelo seu contexto arqueológico imediato.
- Já a pleno período histórico corresponderia o Marco Negro, a Rasca, S. Gregório e, como não podia deixar de ser, a Fraga da Pegada na sua última fase de gravação.
- Os motivos principais da arte rupestre do concelho são motivos de cronologia e dispersão geográfica ampla pelo que a sua interpretação não pode ser unívoca ou de carácter universal.

Agradecimentos

A autora deseja agradecer a Pedro Guimarães, Pedro Tarroso (CIBIO-FC:FP), António Martinho Baptista (PAVC), André Tomás Santos (PAVC), Mário Reis (PAVC) e Sofia Saldanha pela ajuda prestada na realização deste trabalho. Também à Associação Terras Quentes pela possibilidade de aí realizar um estágio no ano de 2006. A autora agradece ainda à Fundação para a Ciência e Tecnologia pela bolsa concedida.

Bibliografia

- Alonso Tejada, A. (2003) - Los grabados parietales postpaleolíticos del sector mediterráneo peninsular. *I Congrès Internacional de Gravats Rupestres e Murals*. Llérida: Institut D'Estudis Ilerdencs, p.273-305.
- Alves, F. M. (1934) - *Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança: arqueologia, etnografia e arte*. Vol. IX. Porto: Emp. Guedes.
- Alves, F. M. (1938) - *Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança: arqueologia, etnografia e arte*. Vol. X. Porto: Emp. Guedes.
- Baptista, A. M. (1983-1984) - Arte rupestre no Norte de Portugal: uma perspectiva. *Portugália*. Porto: Universidade do Porto. 4-5, p. 71-88.
- Baptista, A. M. (1986) - Arte rupestre pós-glaciária: Esquematismo e abstracção. In *História de Arte em Portugal, 1: Do Paleolítico à Arte Visigótica*. Lisboa: Publicações Alfa, p. 31-55.
- Bradley, R.; Fábregas Valcarce, R.; Bacelar Alves, L.; Vilaseco Vásquez, I. (2005) - El Pedroso: A Prehistoric Cave Sanctuary in Castille. *Journal of Iberian Archaeology*. Porto. 7, p. 125-156.
- Barranhão, H.; Tereso, J. (2006) - A Terronha de Pinhovelo na civitas zoelarum: primeira síntese. *Cadernos Terras Quentes*. Macedo de Cavaleiros 3, p. 7-26.
- Bueno Ramirez, P.; Balbín Behrmann, R. (2000) - La grafia megalítica como factor para la definición del territorio. In Cruz, A. R.; Oosterbeek, L., coords. - *Arkeos: Perspectivas em diálogo*. Vol. 10. Tomar: CEIPHAR, p.129-178.
- Cardoso, J. L.; Caninas, J. C.; Gradim, A.; Joaquim, A. do N. (2002) - Menires do Alto Algarve oriental: Lavajo I e Lavajo II (Alcoutim). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 5: 2, p.99-133.
- Carvalho, P.S.; Gomes, F.C.; Francisco, J.P.; Botelho, I.T. (1997) - Os Habitats Pré-Históricos do Alto da Madorra e Urreta das Mós (Macedo de Cavaleiros/Bragança). In *Em Busca do Passado 1994/1997*. Lisboa: Junta Autónoma das Estradas, p. 92-149.
- Carvalho, H. A. A. S. (2005) - Mamoa de Santo Ambrósio, Vale da Porca, Macedo de Cavaleiros, Bragança: Resultados Preliminares. *Cadernos Terras Quentes*. Macedo de Cavaleiros, 2, p. 51-60.
- Diez, M. G.; Sole, J. Z. (2006) - Arte prehistórico y arte histórico: Grafismo y demarcaciones espaciales. In Martínez García, J.; Hernández Pérez, M. S., eds. - *Actas del Congreso de Arte Rupestre Esquemático en la Península Ibérica (Comarca de Los Vélez, 5-6 de Mayo 2004)*. Almería: [s. n.], p.427-440.
- Estévez, M. S.; Quintela, M. V. G. (2000) - Petroglifos podomorfe del Noroeste Peninsular. *Revista de Ciências Históricas*. Porto. 15, p.7-40.
- Ferreira, A. B. (2005) - Geomorfologia do Maciço Antigo. In Medeiros, C. A., dir. - *Geografia de Portugal: O Ambiente Físico*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, p. 75-102.
- Ferreira, D. B. (2005) - As características do clima de Portugal. In Medeiros, C. A., dir. - *Geografia de Portugal: O Ambiente Físico*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, p. 332-370.
- Figueiredo, S. (2007) - As Gravuras Rupestres da Fraga da Pegada: Notícia preliminar. Santa Combinha – Macedo de Cavaleiros. *Cadernos "Terras Quentes"*. Macedo de Cavaleiros. 4, p. 51-64.

- Figueiredo, S.; Figueiredo, M. V. S. (2008) – Novos contributos para o estudo da arte rupestre na bacia do Baixo Paiva. In Santos, A. T.; Sampaio, J., eds. - *Pré-história: Gestos intemporais. (III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior: Actas das sessões; Vol. 1)*. Porto: ACDR de Freixo de Numão, p.151-167.
- Henriques, H.; Caninas, J. C.; Chambino, M. (1995) - Rochas com covinhas na região do Alto Tejo Português. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 35: 4, p.191-206.
- Lema, P. B.; Rebelo, F. (1996) - *Geografia de Portugal: Meio Físico e Recursos Naturais*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Lemos, F. S. (1993) - *O Povoamento romano em Trás-os-Montes Oriental*. [Tese de dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho].
- López Plaza, M. S. (2003) - Grabados de cazoletas en la provincia de Salamanca: datos para establecer su cronología. *I Congrès Internacional de Gravats Rupestres e Murals*. Lérida: Institut D'Estudis Ilerdencs, p.379-305.
- Mendes, C. (2004) - Projecto 'Terras Quentes'. *Cadernos Terras Quentes*. Macedo de Cavaleiros. 1, p.3-20.
- Mendes, C. (2005a) - *Macedo de Cavaleiros: Cultura, Património e Turismo: Contributo para um Programa Integrado*. Macedo de Cavaleiros: Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros.
- Mendes, C. (2005b) - Carta Arqueológica do Concelho de Macedo de Cavaleiros: Campanha 1/2004. *Cadernos Terras Quentes*. Macedo de Cavaleiros. 2, p.5-50.
- Mendes, C. (2005c) - Estação de Arte Rupestre do Cabeço da Anta. *Cadernos Terras Quentes*. Macedo de Cavaleiros. 2, p.83-90.
- Monteiro, J. P.; Gomes, M. V. (1974-77) - Rocha com covinhas na Ribeira do Pracana. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 3ª série. 7-9, p.95-99.
- Neto, J. M. (1975) - *O Leste do Território Bracarense*. A União, Torres Vedras.
- Oliveira, E. V.; Galhano, F.; Pereira, B. (1983) - *Alfaia Agrícola Portuguesa*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Peña Santos, A.; Costas Goberna, F. J.; Hidalgo Cuñarro, J. M. (1996) - Los motivos geométricos en el grupo galaico de Arte Rupestre Prehistórico. In Costas Goberna, F. J. ; Hidalgo Cuñarro, J. M., coords. - *Los Motivos Geométricos en los Grabados Rupestres Prehistóricos del Continente Europeo*. Vigo: Asociación Arqueológica Viguesa (Serie Arqueología Divulgativa; 2), p.83-130.
- Pereira, A. L.; Lopes, I. A. J. (2005) – *Património Arqueológico do Concelho de Carrazeda de Ansiães*. Carrazeda de Ansiães: Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães.
- Redentor, A. (2002) - *Epigrafia Romana na região de Bragança*. *Trabalhos de Arqueologia*, 24, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa.
- Sanches, M. J. (1992) - *Pré-História Recente do Planalto Mirandês (Leste de Trás-os-Montes)*. Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto (Monografias Arqueológicas; 3).
- Sanches, M. J. (1995) - Alabardas de Tipo Carrapatas. In *A Idade do Bronze em Portugal: Discursos de poder*, Lisboa: Instituto Português de Museus; Museu Nacional de Arqueologia, p. 29-34.
- Sanches, M. J. (2000) – Arqueologia. In *Carta Geológica de Portugal na escala de 1/50 000 – 7-D: Macedo de Cavaleiros*. Lisboa: Instituto Geológico e Mineiro, p.52-63.

Santos, A. T. (2000) - O megalitismo da área da barragem Marechal Carmona (Concelho de Idanha-a-Nova): uma análise espacial. In Jorge, V. O., coord. - 3º Congresso de Arqueologia Peninsular. Vol. 3: Neolitização e megalitismo na Península Ibérica. Vila Real: UTAD, p.413-427.

Santos, A. T. (2003) - *Uma abordagem hermenêutica-fenomenológica à arte rupestre da Beira Alta: O caso do Fial (Tondela, Viseu)* [Tese de dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policopiada].

Santos, A. T.; Cheney, A.; Aveleira, A. J. (2006) - A arte rupestre no concelho de Tondela: Uma perspectiva diacrónica. *Coavisão: Cultura e Ciência*. Vila Nova de Foz Côa. 8, p.138-155.

Santos Júnior, J. R. (1940) - Arte rupestre. In *Congresso do Mundo Português, Lisboa, 1940: Memórias e Comunicações Apresentadas ao Congresso de Pré e Proto-História (I Congresso)*, Lisboa: Bertrand; Comissão Executiva dos Centenários: Secção dos Congressos, p.227-376.

Senna-Martinez, J. C.; Ventura, J. M. Q.; Carvalho, H. A. (2004) - A Fraga dos Corvos: Um caso de Arqueologia e Património em Macedo de Cavaleiros. *Cadernos "Terras Quentes"*. Macedo de Cavaleiros. 1, p. 32-58.

Senna-Martinez, J. C.; Ventura, J. M. Q.; Carvalho, H. A. (2005) - A Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de Habitat do "Mundo Carrapatas" da Primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental. *Cadernos "Terras Quentes"*. Macedo de Cavaleiros. 2, p. 61-81.

Senna-Martinez, J. C.; Ventura, J. M. Q.; Carvalho, H. A. (2007) - A Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de Habitat da Primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental. *A Campanha 4 (2006)*. *Cadernos "Terras Quentes"*. Macedo de Cavaleiros., 4, p. 85-110.

Taborda, V. (1932) - *Alto Trás-os-Montes: Estudo Geográfico*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

Vilaça, R.; Basílio, L. (2000) - Contributo para a Caracterização Arqueológica da I Idade do Ferro da Beira Interior: cerâmicas a torno da Cachouça (Idanha-a-Nova). *Al-madan*. Almada. 3ª série. 9, p. 39-47.

Duas peças decoradas "castrejas" do Alto do Castelo (Salto, Montalegre)

João Mário Martins da Fonte
(Arqueólogo, joaofonte@gmail.com)

Resumo: O presente texto pretende dar a conhecer duas peças escultóricas "castrejas" provenientes do Alto do Castelo (Salto, Montalegre). Fazem-se algumas considerações e reflexões acerca do seu contexto arqueológico, relacionado com a emergência dos *oppida*, a complexificação social e a hierarquização territorial da Segunda Idade do Ferro no Noroeste Peninsular.

Palavras-Chave: Alto do Castelo, Peças Escultóricas "Castrejas", *Oppida*, Complexificação e Hierarquização Territorial, Segunda Idade do Ferro.

Introdução

Pretendemos com este artigo dar a conhecer duas peças escultóricas “castrejas” aparecidas recentemente no Alto do Castelo, no âmbito do levantamento arqueológico da freguesia de Salto, concelho de Montalegre, e fazer algumas considerações acerca do povoamento proto-histórico e romano desta região Barrosã, compreendendo genericamente parte dos actuais concelhos de Montalegre e Boticas, no Norte de Portugal.

Antes de mais, faremos uma breve contextualização arqueohistórica do tema a desenvolver, centrando-nos depois especificamente nas duas peças escultóricas e no seu contexto arqueológico, procurando fazer-se algumas reflexões acerca do mesmo, relacionado com a emergência dos *oppida*, a complexificação social e a hierarquização territorial da Segunda Idade do Ferro no Noroeste Peninsular.

Contextualização Arqueohistórica

As características geográficas do Noroeste peninsular, onde o relevo desempenha um papel determinante, tornaram-se condição propícia ao assentamento de povoados em posições elevadas, cuja implantação terá obedecido prioritariamente a critérios estratégicos de defesa, a denotar um período de profunda mudança económica e social, claramente manifesta na construção de inúmeros povoados fortificados no intervalo de alguns séculos (Silva, 1986).

O desenvolvimento social e económico alcançado na época favoreceu uma situação conflituosa e um forte nível de competência entre as povoações, daí que seja compreensível o carácter fortificado e inacessível que os sítios adquiriram. Esta hierarquização social enquadrável no Bronze Final, que se baseava na produção e no controlo de recursos críticos (agro-pecuários e mineiros) e num complexo sistema de intercâmbio, favoreceu o conflito e a fixação das comunidades no território, condições que permitiram o surgimento dos povoados fortificados. A Primeira Idade do Ferro é, em muitos sentidos, uma continuação dos padrões estabelecidos no Bronze final. Na Segunda Idade do Ferro, a partir do século IV a.C., os sentimentos comunitários incrementam-se, assim como o processo de territorialização das comunidades e de conquista dos melhores terrenos agrícolas, a par de um aumento da população e, conseqüentemente, dos próprios povoados, o que provocou um incremento do conflito e das desigualdades sociais e diferenças regionais. Este processo intensifica-se a partir do século II a.C., tendo lugar a emergência dos *oppida*, grandes povoados com funções de lugar central. A conquista romana suporá, desde finais do século I a.C., a criação de uma nova identidade, embora este processo não se desenvolva de forma simples e imediata, advertindo-se claras diferenças regionais.

Este fenómeno característico do Noroeste peninsular tem sido recorrentemente denominado por “Cultura dos Castros”, ou mais usualmente por “Cultura Castreja”, embora sejam denominações bastante redutoras com base apenas no tipo de *habitat* fortificado, devendo-se ter em conta a grande complexidade e a variabilidade regional e temporal que este tema detém.

Tradicionalmente, a “Cultura Castreja” tem sido dividida em três grandes fases, que abrangem globalmente o I milénio a.C.: uma primeira fase, correspondente à primeira metade do I milénio a.C., como sendo da sua formação, no contexto do Bronze Final e da Primeira Idade do Ferro; uma segunda fase de afirmação e desenvolvimento cultural, correspondente à segunda metade do I milénio a.C., atribuível à Segunda Idade do Ferro; e uma 3ª etapa, de proto-urbanização e reordenamento territorial, entre o século II a.C. e o século II d.C., embora o *habitat* castrejo tenha ainda persistido, mas já não se deverá falar de “cultura castreja”. Contudo, será de individualizar o período entre o século II a.C. e o século I a.C., face à singularidade e complexidade assinalada pelo registo arqueológico.

Os castros do Bronze Final/Ferro Inicial implantavam-se em locais bastante proeminentes e inacessíveis, defendidos naturalmente, embora já com defesas artificiais, e com uma grande visibilidade para o entorno. Existe apenas uma modificação relativa do espaço pré-existente, produzindo-se uma coincidência entre a extensão do assentamento e a superfície da forma orográfica no qual se implanta. Há uma adaptação dos povoados ao espaço natural seleccionado (Parcero Oubiña, 2005).

Por sua vez, os castros da Segunda Idade do Ferro passaram a situar-se em pleno vale, visando uma maior proximidade aos melhores terrenos agrícolas, tendo como desvantagem a diminuição das condições naturais de defesa, dada a sua localização em sítios de menor pendente e com uma posição menos dominante na paisagem, pelo que as

defesas artificiais são reforçadas. Há uma modificação significativa do terreno, sendo que agora há uma adaptação do espaço natural aos povoados (Parcero Oubiña, 2005). Multiplicam-se o número de povoados fortificados, que vêm a sua superfície habitável aumentada, embora muitos castros do período anterior permaneçam habitados. A partir do século II a.C. tem lugar um processo de “oppidização” (González-Ruibal, 2006-2007). Estes *oppida* apresentam condições de implantação semelhantes aos castros do Bronze Final/Ferro Inicial, embora já com um maior aparato construtivo. A conquista romana do Noroeste peninsular não supôs, pelo menos numa primeira fase, transformações repentinas na paisagem, pelo que muitos castros se mantiveram. Só a partir do século I d.C. é que a paisagem do Noroeste começa a sofrer profundas alterações com a instalação de novos *habitats* e o abandono de muitos castros. O século II d.C. marca o triunfo definitivo do novo modo de vida e de produção.

A célula base da sociedade castreja era a família, no sentido de família extensa e alargada, sendo o seu nível mais elevado unidades suprafamiliares como os *populi*, com um cariz marcadamente étnico, e as *civitates*, de cariz mais político-administrativo já no quadro da romanização. A um outro nível, integrando um *populus*, estavam unidades inferiores, os *castella*, representados nas inscrições epigráficas por um C invertido, e que englobavam vários grupos familiares.

A última etapa da chamada Cultura Castreja que se desenvolve a partir de finais do século II a.C., reflecte um forte incremento demográfico, tendo alguns povoados sido aparentemente abandonados em favor da concentração populacional em outros, que têm sido classificados como *oppida*, lugares centrais ou proto-cidades, podendo este processo estar na origem dos *populi*. O imediato desenvolvimento destes povoados durante o início da ocupação Romana deverá ter consequência de dinâmicas internas anteriores. A pressão Romana poderá ter apenas acelerado o processo de centralização e de hierarquização (Queiroga, 2003).

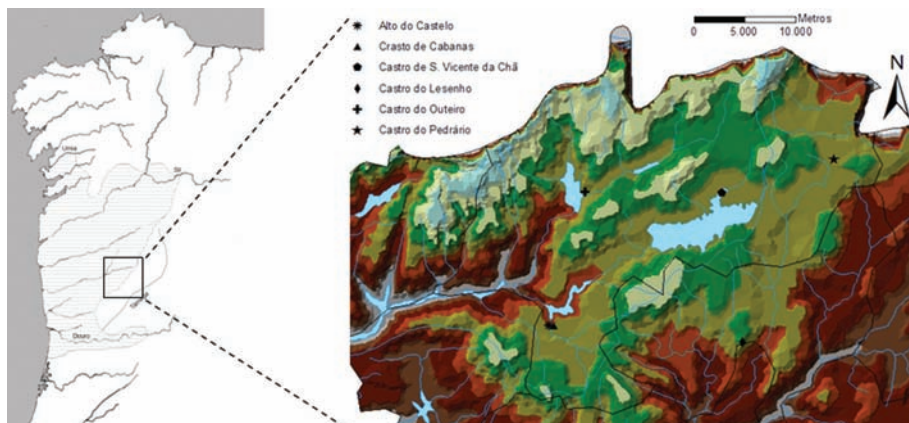
A chamada “Cultura Castreja” do Noroeste Peninsular atinge um maior grau de desenvolvimento na sua etapa final (séculos II a.C./I d.C.), gerando grandes *oppida* proto-urbanos, que seguramente funcionaram como núcleos centrais de alguns *populi*, embora alguns deles não tenham sido já capitais das subseqüentes *civitates* flavianas (Pérez Losada 1998). Deste modo, o *habitat* castrejo tradicional inicia um processo progressivo e paulatino de abandono a partir de finais do século I d.C., inversamente proporcional à criação de novos núcleos romanos (Pérez Losada, 1998).

Vários autores sugerem que a ulterior divisão administrativa romana resultou em grande medida de certos particularismos territoriais, culturais, étnicos e políticos das comunidades indígenas, parecendo encerrar uma determinada realidade pré-existente, e não apenas uma divisão administrativa arbitrária. Alguns autores defendem mesmo que os *populi* indígenas estiveram na base das posteriores *civitates* romanas.

A conquista e integração do Noroeste Peninsular no império romano insere-se no quadro do progressivo controlo militar da Hispânia, tendo este processo sido iniciado em 218 a.C., com o desembarque em *Emporion* das tropas romanas, chefiadas por Cneio Cornélio Cipião, no contexto da II Guerra Púnica entre Roma e Cartago. A conquista definitiva do Noroeste peninsular está tradicionalmente associada à data de 19 a.C., data que marca o fim das guerras cantábricas (29-19 a.C.), ficando assim submetido ao poder político e militar romano.

É actualmente aceite pela maioria dos investigadores que as populações indígenas da região meridional da *Gallaecia* não ofereceram mais do que uma resistência simbólica ao poder romano, mantendo-se esta região afastada dos últimos confrontos militares, as Guerras Cantábrica, pelo que, beneficiando desse afastamento, conheceu uma precoce influência romana, embora com diferentes estímulos segundo as regiões (Martins et alii 2005). A *Gallaecia* passou a formar parte efectiva do Império a partir das Guerras Cantábricas. Alguns autores (González-Ruibal, 2006-2007) sustentam que a romanização é, antes de tudo, um questão cultural e ontológica, uma transformação do ser, a construção de uma nova identidade entre as comunidades do Noroeste da Península Ibérica. É um processo complexo e polimorfo em contínua negociação, em que as comunidades indígenas têm um papel preponderante, não se limitando à mera emulação e absorção da cultura romana, podendo-se estabelecer uma analogia com a adopção de pautas modernas pelas sociedades pré-industriais (González-Ruibal, 2006-2007). As tesseras *hospitalis*, particularmente as mais antigas, que mantêm alguns símbolos indígenas, constituem um testemunho eloquente acerca da negociação identitária nos inícios da

fig. 1 Área de estudo e limite da arte dos oppida (González Ruibal, 2006-2007) (à esquerda) e localização dos castros mencionados no texto (à direita).



ocupação romana do noroeste (González-Ruibal, 2006-2007). No século II d.C., quando já se tinha formado uma verdadeira identidade imperial romana, as *tesseras hospitalis* já se identificam com os típicos documentos jurídicos romanos (González-Ruibal, 2006-2007). A maior parte dos castros que se encontravam habitados no cambio da era verão surgir, desde finais do século I d.C., pequenas aldeias abertas a seus pés (*vici*), inaugurando-se uma nova forma de ocupação do espaço, enquadrando-se nesta mudança ontológica e cultural que supôs a romanização (González-Ruibal, 2006-2007). Assim, o período entre Augusto e Tibério constitui o último momento de ocupação intensiva dos castros, embora esta forma de *habitat* não tenha desaparecido por completo. Não será em vão que as referências a *castella* na epigrafia tenham desaparecido nesta época.

Todavia, é importante realçar que esta organização segundo um povoamento hierarquizado, através da integração de povoados menores sob o domínio de lugares centrais poderá ter sido despoletada por razões político-militares, talvez originada pela necessidade de uma estratégia defensiva subsequente à campanha punitiva de *Decimus Iunius Brutus*, que atinge o Noroeste peninsular em 138 a.C. (Silva, 1996), a primeira de uma série de operações de reconhecimento que precederam as campanhas de Augusto, onde foram lançadas as bases do processo de conquista. Esta expedição não parece ter sido seguida de ocupação efectiva, sendo agora o risco de novos ataques bastante evidente, pelo que a necessidade de se organizar a defesa tenha sido o motor da integração política de certos povoados sob a égide de alguns lugares centrais (Alarcão, 1992). Deste modo, por força dos contactos cada vez mais sistemáticos com os romanos, por motivo das etapas da conquista peninsular, esta região terá assistido a profundas alterações da organização espacial, originando um surto de novas aglomerações proto-urbanas, com polarização do conjunto das actividades de ordem defensiva, político-administrativa, económica e religiosa em lugares centrais com territórios demarcados (Silva, 1986).

A construção de complexos sistemas defensivos, as remodelações de espaços habitacionais e a organização proto-urbana de alguns castros são fenómenos atribuíveis a este período (Silva, 1986).

Por outro lado, esta hierarquia de povoamento poderá também ter sido determinada por factores endógenos, com base num processo de intensificação económica de longa duração e de acumulação de capital simbólico a partir dos excedentes agro-pecuários e dos bens de prestígio, embora enquadrado e condicionado pelo desenvolvimento e influência das regiões vizinhas.

Alguns autores (Alarcão, 1992: 63, 2003b: 116) defendem que após a conquista definitiva do noroeste peninsular e conseqüente reorganização administrativa, Augusto não instituiu verdadeiras *civitates* no Noroeste peninsular, aproveitando antes a organização pré-existente dos *populi* indígenas, atribuindo o poder a elites indígenas imortalizadas nas estátuas de guerreiros galaicos, e só com os Flávios é que foram instituídas verdadeiras *civitates*, originando uma reorganização e uma nova estruturação do território (Alarcão, 2003b). O próprio desaparecimento do C invertido, interpretado como *castellum* (Albertos Firmat 1975), nas inscrições epigráficas e a utilização das *civitates* que tem lugar a continuação supõe uma mudança na organização das comunidades indígenas, provavelmente resultante da concessão do *ius Latii* em 73/74 pelos Flávios (Pereira Menaut, 1983). No entanto, esta questão poderá estar antes relacionado com o progressivo declínio dos *oppida* indígenas no âmbito do novo quadro organizativo romano (González-Ruibal, 2006-2007).

Referem também que os lugares centrais que funcionaram como capitais das circunscri-

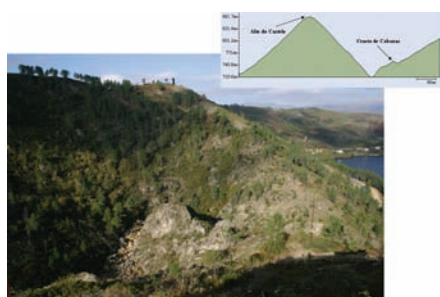


fig. 2 Relação entre o Alto do Castelo (1) e o Crasto de Cabanas (2) e Perfil Topográfico (Lusiglob).



fig. 3 Modelo 3D do Baixo Rabagão.

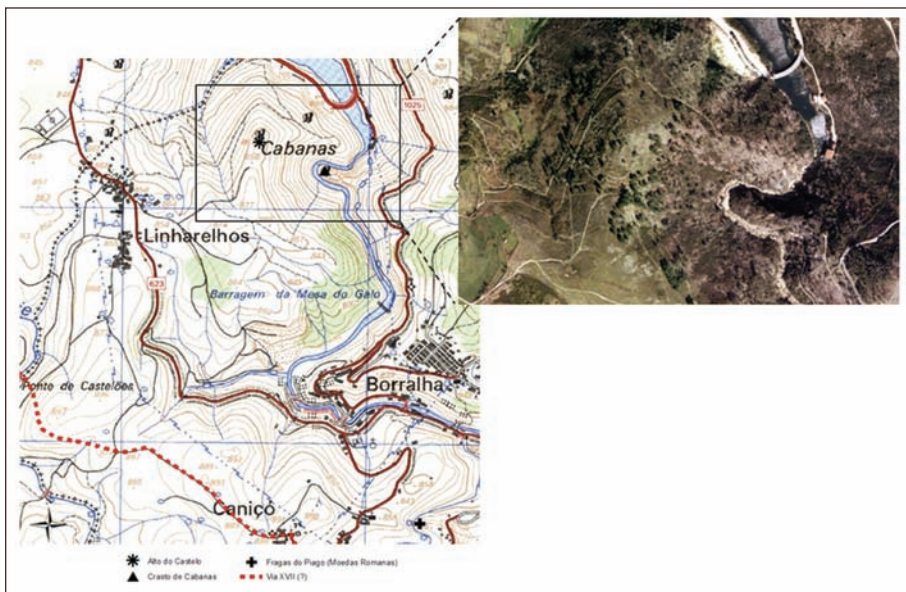


fig. 4 Pormenor da área de estudo.

ções administrativas augustanas poderão, eventualmente, ser determinados com base nos povoados onde se encontraram estátuas de guerreiros galaicos que são, provavelmente, representações de chefes ou *princeps* indígenas, atribuíveis ao século I d.C., mas pré-flavianas. Outros (González-Ruibal, 2006-2007, 2004a) defendem uma cronologia pré-romana para estas estátuas, em consonância com o estilo artístico “bracarense”, e associam-nas ao processo de opidização indígena, podendo talvez ser representações entronizadas e idealizadas de aristocratas guerreiros com um carácter apotropaico, que simbolicamente protegiam a entrada dos povoados, ao mesmo tempo que ostentavam o poder da elite dominante.

Contudo, tanto o Edicto do Bierzo (15 a.C.) (Sánchez-Palencia et al., 2000) como a *Tabula Lougeiorum* (1 d.C.) (Rodríguez Colmenero 1996; Dopico Cainzos, 1988) apontam para uma implementação precoce do sistema de *civitates* no *conventus Asturum*, ainda em época de Augusto.

Uma coisa é inegável, pelo menos a partir do período flaviano, as *civitates*, enquanto efectivo sistema administrativo romano, já se encontravam verdadeiramente estabelecidas no Noroeste. Será que as *civitates* só terão sido realmente instituídas em época flaviana, ou foram logo constituídas em época de Augusto, ou, por outro lado, foram sendo instituídas em determinados territórios de acordo com os próprios interesses romanos e os condicionalismos dessas mesmas zonas?

Em época pré-romana, na área do *conventus Asturum*, não existiam entidades de funcionamento político por encima do castro, não podendo sustentar-se o modelo de lugares centrais, além de a exploração aurífera nesta zona ter começado logo após a conquista da Hispânia, daí que a intervenção administrativa romana neste território tenha sido muito mais profunda e prematura (Sanchez-Palencia, et al., 2000; Sastre Prats, 2001). Pelo contrário, na área do *conventus Bracarum* parece notar-se em época pré-romana uma hierarquização do povoamento, que terá originado algum tipo de organização indí-

gena, na qual os Romanos se poderão ter baseado e apoiado, pelo menos numa primeira instância, para o estabelecimento das ulteriores *civitates*.

Augusto talvez tenha criado circunscrições territoriais correspondentes ao anterior quadro dos *populi* pré-romanos, escolhendo os antigos lugares centrais como capitais das novas unidades administrativas, confiando o governo a *princeps* indígenas, tutelados pelos emergentes centros urbanos e conventuais: *Bracara Augusta*, *Asturica Augusta* e *Lucus Augusti* (Alarcão, 1992). Com as reformas administrativas flavianas, foi atribuída a *Aquae Flaviae* um papel de tutela sobre as demais *civitates* referidas no “Padrão dos Povos” (Alarcão, 2004).

Porém, alguns autores (Sastre Prats, 2001) duvidam de uma verdadeira estruturação político-territorial pré-romana, atribuindo tal fenómeno à chegada dos Romanos. Outros autores (González-Ruibal, 2006-2007) consideram que o momento de apogeu dos *oppida*, fruto do sinecismo indígena, está compreendido entre o século II a.C. e o século I a.C.. Depois da conquista e reorganização do Noroeste por Augusto, talvez quando se possa realmente falar de romanização, começa o lento declínio dos *oppida* indígenas, pelo que a maior parte destes núcleos desaparecem em meados do século I d.C., e os que persistem vêm alterada a sua morfologia (González-Ruibal, 2006-2007).

Uma parte dos castros manteve-se, ou por razões de ordem político-estratégica ou porque se especializaram num segmento específico do novo quadro económico, como a pastoreira ou a produção de bens agrícolas e metalíferos, conforme o espaço em que estavam inseridos, passando agora a estar integrados numa nova ordem imperial (Lemos, 2004). Deste modo, muitos castros persistem devido à sua localização geo-estratégica, que serviu diferentes necessidades no quadro do povoamento romano, fossem elas o controlo da rede viária, dos interflúvios, ou das regiões mineiras (Martins et al., 2005). Por outro lado, outros castros foram abandonados porque os seus territórios coincidiam com os melhores solos agrícolas que justificavam novas formas de exploração da terra, favorecendo a implantação dos estabelecimentos rurais (Martins et al., 2005).

A atribuição do *ius Latii* a toda a Hispânia por Vespasiano a partir de 73/74 d.C., e consequente reorganização político-administrativa do Noroeste, é o corolário desta mudança, pelo que, a partir desta altura, essa nova organização deixa de ser feita através dos *castella*, passando as populações a estar integradas em *civitates*. A partir de então, se bem que os castros não tenham sido despovoados, os indivíduos que antes se identificavam pelos seus *castella* de origem, passam agora a identificar-se pela *civitas* em que esses *castella* se inserem, daí que o C invertido desapareça das inscrições epigráficas nos finais do século I d.C. (Alarcão, 1999). Deste modo, alguns castros são abandonados, enquanto que outros são organizados à maneira administrativa romana, pelo que esta forma de povoamento continua ainda a estruturar o espaço, compartilhando agora o território com núcleos urbanos e habitats abertos de superfície.

A concessão do *ius Latii* por Vespasiano permitiu às comunidades indígenas organizarem-se e estruturarem-se de forma romana, embora as *civitates* não tenham que reflectir fisicamente, a nível de *habitat*, o novo modelo, daí que as soluções adoptadas variem consoante a área geográfica em que se inserem, pelo que, no Noroeste peninsular predomina claramente a continuidade do *habitat* tradicional em *castella* (Pérez Losada, 1998), embora no último quartel do século I d.C. esteja em regressão a ocupação dos castros. *Aquae Flaviae*, verdadeiro *caput viae*, acede à categoria de *municipium Latinum* entre 74 e 79 d.C., aquando da atribuição do *ius Latii* pelos Flávios à Hispânia, tornando-se num verdadeiro epicentro romanizador, capital da *Gallaecia* meridional interior, estruturando e vertebrando a parte oriental do *conventus Bracarenensis*.

Aquae Flaviae foi uma verdadeira capital regional, particularmente da parte oriental do *conventus Bracarenensis*, exercendo domínio indirecto sobre as dez *civitates* inscritas no “Padrão dos Povos”, que se incluíam no seu âmbito territorial.

A cadeia montanhosa do Oriente da Galiza e de Trás-os-Montes poderá ter constituído uma barreira não apenas geográfica mas também cultural. Este espaço parece ter funcionado na Proto-História como uma zona de transição, com determinados particularismos e permeável a diversos elementos culturais. Poderá também estabelecer-se uma diferenciação norte-sul, o norte com um cariz mais rural e o sul mais urbano, fronteira definida pela dorsal galega (Carballo Arceo, 2003).

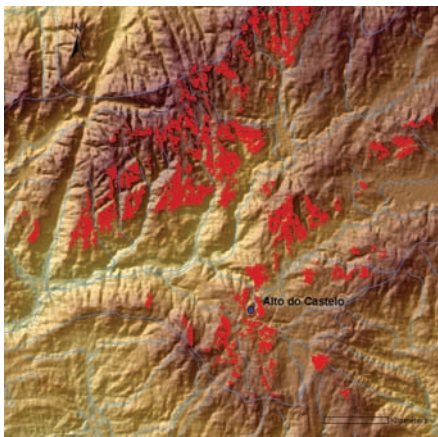


fig. 5 Visibilidade Alto do Castelo.

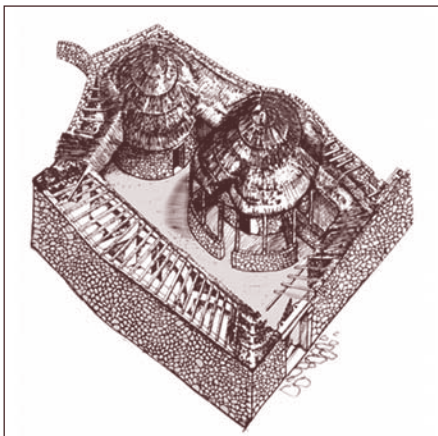


fig. 6 Unidade Habitacional reconstruída da Citânia de Sanfins (Silva, 1986).

Peças Escultóricas “Castrejas” e seu Contexto Arqueológico

As pedras apresentadas foram encontradas em casa de um particular na aldeia de Linharelhos, freguesia de Salto, concelho de Montalegre. O próprio senhor informou-nos que o seu pai as tinha encontrado no Alto do Castelo enquanto prospectava volfrâmio, já que este castro se encontra nas proximidades das Minas da Borralha (couto mineiro de exploração de volfrâmio que funcionou nos séculos XIX e XX) e foi, por isso, também explorado.

O Alto do Castelo implanta-se num imponente outeiro sobranceiro ao vale do rio Rabagão, possuindo duas linhas de muralha a circundar o povoado e um triplo fosso intercalado por taludes na zona de mais fácil acesso a sudoeste. Localiza-se na Carta Militar de Portugal (1997), esc. 1:25 000, fl. 44, nas seguintes coordenadas geográficas: latitude: 41° 39' 58,3" N; longitude: 7° 59' 04,5" W; altitude máxima: 867 metros. O castro encontra-se bastante alterado, por aí terem sido realizadas sucessivas explorações de volfrâmio. Não são visíveis quaisquer materiais romanos. Tem a particularidade de praticamente no seu sopé existir um outro povoado, o Crasto de Cabanas, implantado num pequeno morro sobranceiro à ribeira de Amiar, que formalmente se aparenta com um diminuto castro. Possui três exíguas linhas de muralha a circundar o povoado a noroeste e um pequeno fosso, e por informação oral foi-nos dito que no topo se encontra escavada no afloramento uma pia rectangular, além de arte rupestre na encosta a norte, embora não tenha ainda sido possível confirmar estes dados devido à vegetação intensa. Localiza-se na Carta Militar de Portugal (1997), esc. 1:25 000, fl. 44, nas seguintes coordenadas geográficas: latitude: 41° 39' 53,7" N; longitude: 7° 58' 50,8" W; altitude máxima: 720 metros. Ambos os povoados inserem-se dentro da área do macrotopónimo Cabanas. Estará certamente correlacionado com o Alto do Castelo, sendo provável que se trate de um santuário pré-romano, embora falte ainda a comprovação arqueológica. A confirmar-se esta hipótese, este santuário tem a singularidade de se localizar no exterior do Alto do Castelo, embora em aparente estreita ligação com o mesmo, podendo servir as necessidades imediatas da comunidade, bem a nível local ou mesmo comarcal, localizando-se no limite SO deste *populus* (delimitador territorial?). Tem uma implantação semelhante ao Castelo do Mau Vizinho, também interpretado como um santuário pré-romano, embora este último não se encontre directamente relacionado com nenhum povoado (Santos Júnior et al., 1989). Porém, não excluímos a possibilidade de se tratar de um povoado com um outro tipo de função especializada, eventualmente relacionado com a actividade mineira e/ou metalúrgica, dada a sua localização numa zona de potencial mineiro.

É provável que esta zona se inserisse num território mais vasto centrado em torno do vale do Rabagão, cujo povoado central poderá ser o próprio Alto do Castelo, ou o Castelo de S. Vicente da Chã, no alto Rabagão, freguesia de S. Vicente da Chã, concelho de Montalegre (Santos Júnior, 1963; Santos Júnior et al., 1963; Santos Júnior et al., 1964, Freire, 1968; Carvalho, 2006). Será também possível que esta zona se dividisse em duas sub-unidades: uma controlada pelo Alto do Castelo, e outra pela Castro de S. Vicente da Chã, eventualmente constituindo dois *castella*. Esta zona fazia fronteira a sul pela serra do Barroso com um outro território, que ainda se incluía na actual região do Barroso, cujo núcleo central poderá ser o Outeiro Lesenho, freguesia de S. Salvador de Viveiro, concelho de Boticas, onde apareceram quatro estátuas de guerreiros galaicos (Silva 1986). Estes territórios ter-se-ão eventualmente formado ainda na Idade do Ferro, tendo persistido mais ou menos definidos em época romana, pelo menos numa fase inicial da organização administrativa romana em *civitates*, que certamente se terá baseado em determinadas pré-existências indígenas. Estes territórios em época romana inseriam-se seguramente na zona de influência de *Aquae Flaviae*, pelo que os nomes destas *civitates* deverão estar inscritas no “Padrão dos Povos”. A norte faziam fronteira com os *Limici* e os *Quarquerni*, estes já localizados em solo galego (Pérez Losada, 2002).

Na região do Barroso é possível supor-se um outro território no vale do Búbal, o dos *Caladuni*, que se encontram referidos numa série de inscrições epigráficas, com provável centro capital no Castelo do Pedrário, freguesia de Sarraquinhos, concelho de Montalegre. Em época romana este território poderá ter sido convertido num *territorium metallorum*, tendo por base a recente descoberta de significativos vestígios de mineração aurífera nesta zona (Carvalho et al., 2006), à qual se poderá agregar a zona mineira do Poço das Freitas, interligadas pela Via XVII. Os *Caladuni* não se encontram referidos no Padrão dos



fig. 7 (em cima) Ombreiras decoradas do Alto do Castelo 64x33x15 (imagem da esquerda) e 90x33x15 (imagem da direita).

fig. 8 (em baixo) Estado actual de umas das ombreiras exposta na Casa do Capitão em Salto.

Povos exactamente por esse motivo. As zonas mineiras que estavam submetidas a um tipo de exploração estatal (*agri publici*) não estavam administrativamente enquadradas dentro do território de uma civitas (*agri stipendiarii*) (Sastre Prats, 2001). É possível que a serra do Larouco e sua envolvente constituíssem, pelo menos desde a Pré-História recente, um espaço sagrado e simbólico fronteiro entre várias comunidades proto-históricas, um *locus consecratus*, sendo também um território neutral.

É também admissível que em época romana tenha havido exploração mineira de estanho na zona das actuais Minas da Borralha, passando nas proximidades o ramal sul da Via XVII do Itinerário de Antonino entre *Bracara Augusta* e *Asturica Augusta*, por *Aquae Flaviae*. Além disso, nas Fragas do Piago (perto da exploração mineira e da via) apareceu na década de 50 do século XX um tesouro monetário, possivelmente em contexto de ocultação, com cerca de 2820 antoninianos datados de finais do século III d.C. (Ramires 1955). Do mesmo modo, perto de Xinzo de Limia, mais propriamente em Nocelo da Pena, foram identificadas várias jazidas de estanho exploradas em época romana e retomadas no século XX, devido à exploração de volfrâmio, passando nas imediações a via secundária *Aquae Flaviae-Auria* (Pérez Losada, 2002). Dentro da mesma freguesia (Salto), existem referências no século VI d.C., no Paroquial Suevo, à paróquia de *Ad Saltum* (nome de origem latina) inscrita da diocese de *Bracara* (Alarcão 2001). Não será de estranhar, pegando no exemplo de *Ad Aquas*, *mansio* da *Via XVII*, que Salto tenha tido origem num povoado romano, provavelmente de cariz viário. Em época pré-romana, Salto poderia eventualmente tratar-se de uma *no men's land*, uma zona de transição e de passagem, onde se reuniam diversas comunidades para fins variados. Até há relativamente pouco tempo, Salto era ainda um ponto de reunião e mercado. Por algum motivo não possui nenhum castro a controlar todo este planalto.

Esta zona enquadra-se ainda actualmente numa paisagem rural do interior transmontano, caracterizada por um povoamento concentrado em pequenos núcleos, onde a arquitectura em pedra persistiu até aos nossos dias e a organização do território tem por base uma economia campesina.

Desde meados do século II a.C., surge no Noroeste da Península Ibérica, particularmente no seu sector meridional, um novo modelo de casa, evolucionada da casa em material perecível aparecida nos inícios do primeiro milénio a.C., e tipificada na mais que característica estrutura circular com átrio em forma de patas de caranguejo, com cobertura cônica de colmo. Além desta estrutura principal existem outras de tipo agro-pecuário, formando uma unidade habitacional, podendo todas as estruturas dispor-se em torno de um pátio central, muitas vezes lajeado, delimitadas por um muro que as separa das demais, ou apenas pela própria disposição das estruturas, que se situam muito juntas, voltando as costas aos vizinhos. Cada casa com átrio correspondia possivelmente a uma família nuclear, e um conjunto com várias casas com átrio a uma família extensa (González-Ruibal, 2006-2007). Deste modo, tem lugar não só uma monumentalização do espaço doméstico, como também uma maior privatização e compartimentação do mesmo, havendo um claro predomínio da família sobre a própria comunidade.

As referidas esculturas são, presumivelmente, ombreiras de porta de uma casa "castreja", embora não seja de excluir a possibilidade de se concernirem a um outro tipo de construção. São dois monólitos graníticos fracturados (as dimensões semelhantes apontam a que pertenceriam a uma mesma estrutura, embora não seja evidente se fariam parte do mesmo bloco granítico) e decorados com motivo cordado, bem executado em alto-relevo e ainda bem conservado em ambas as pedras. Enquanto elementos de excepção, poderão corroborar e associar-se a uma complexificação social e hierarquização territorial na Segunda Idade do Ferro, plasmada num amplo processo de "oppidização" no Noroeste Peninsular, particularmente visível na área do futuro *conventus Bracarum*. Poderá apontar-se para as mesmas uma cronologia entre os séculos II e I a.C., ou seja, pré-romana, paralela à emergência e desenvolvimento dos *oppida*. Outros autores (Calo Lourido, 1994) incluem este tipo de plástica no século I d.C., embora não nos pareça que se possam associar a contextos romanos. Este tipo de arte terá chegado ao fim com a conquista romana do Noroeste peninsular.

Numa região como o Barroso, onde na Proto-História o gado possuía seguramente uma acrescida importância a nível sócio-económico, tal como ainda sucede hoje em dia, o sal revelava-se como um elemento fundamental na preservação das carnes. Assim, será de supor contactos e intercâmbios com o litoral, onde os povoados costeiros actuavam como intermediários entre os Púnicos e, por sua vez, os povoados perillitoriais actuavam como intermediários com os povoados do interior, que proviam o estanho e o ouro, entre outras

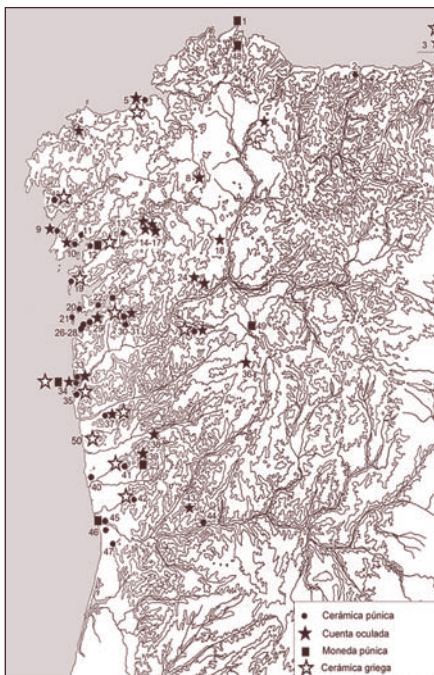


fig. 9 Materiais de origem Mediterrânica (séculos V-II a.C.) no Noroeste da Península Ibérica (González Ruibal, 2006-2007).

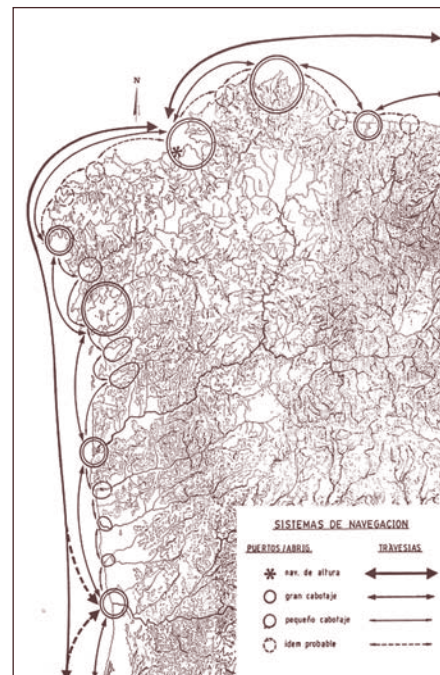


fig. 10 Sistemas de navegação em época antiga (Naveiro López, 1991).

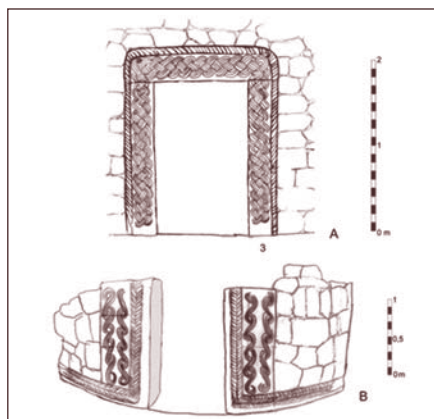


fig. 11 Exemplos de portas ornamentadas, Cividade de Âncora (em cima) e Castro de Sabroso (em baixo) (Silva, 1986).



fig. 12 Torques de Paradela do Rio (MNA) e Castro do Outeiro.



fig. 13 Estátuas de Guerreiros Galaicos (MNA) e Outeiro Lesenho.

coisas (González-Ruibal, 2006-2007, 2004b). Estrabão (3, 5, 11) refere que “Além disso têm minas de estanho e chumbo e peles que trocam com os comerciantes por cerâmica, sal e objectos de bronze”. Certamente foram as riquezas minerais do Noroeste peninsular que, desde épocas bastante remotas, atraíram a atenção dos povos mediterrânicos. Naveiro López (1991) considera que os materiais chegados por via terrestre são produtos de prestígio que circulavam de mão em mão sem seguir uma rota determinada. O Alto do Castelo implanta-se numa zona estanífera, além de estar comunicada naturalmente com a costa, primeiro através do vale do Rabagão e depois pelo vale do Cávado, e também através do vale do Ave, e dando também acesso ao interior transmontano. A própria plástica decorativa das duas pedras poderá revelar esta influência e contacto com a zona litoral e, conseqüentemente, com o mediterrâneo. A grande concentração de povoados fortificados ao longo destes corredores sugere que estes eixos seriam fulcrais na ligação das comunidades do litoral com as do interior. É interessante analisar que a rede viária romana se sobrepôs a prováveis caminhos pré-existentes, como parece verificar-se com a *Via XVII*.

Muito perto da zona do Alto do Castelo, mais propriamente em Vila da Ponte apareceu uma conta polícroma de pasta vítrea, de clara procedência ou pelo menos influência mediterrânica (Cardozo, 1943).

Este género de plástica aparece num grande número de *oppida* do sudoeste da Galiza e do noroeste de Portugal, pelo que se poderá propor uma relação entre os lugares centrais e as próprias manifestações escultóricas. A ornamentação em pedra, de carácter pré-romano, poderá ser considerada como um elemento de distinção indígena, não compatível com a ideologia imperial romana. Muitos elementos indígenas aparecem frequentemente em contexto de reaproveitamento em níveis romanos. A origem desta forma de arte poderá remontar ao século IV a.C., num quadro de influências mediterrâneas.

Certamente não se poderá aludir apenas uma função estética para este tipo de arte, mas também um claro simbolismo social para a mesma. Estes elementos decorativos devem ser percebidos enquanto símbolos de distinção, próprios das elites, particularmente os mais elaborados e exuberantemente trabalhados. Outros tipos de motivos, como as suásticas, poderão ter um sentido mais apotropaico, enquanto elementos cosmológicos usados para repelir diversos tipos de males.

Claro que nem todas as edificações castrejas deviam possuir elementos decorativos, senão que provavelmente a ornamentação se restringia a um número limitado de construções, para destacar e ostentar o prestígio social dos seus donos (Carballo Arceo et al., 2006). Poderá eventualmente estabelecer-se um paralelo etnoarqueológico entre este tipo de construções proto-históricas e as chamadas “casas de lavrador” do Barroso, que emergem pelo menos a partir do século XVI, senão mesmo antes, pertencentes às famílias mais importantes e abastadas, distinguindo-se das demais casas não só pela sua dimensão e aparelho cuidado, mas também pelos motivos decorativos que ostentavam (Castanheira, 1989).

Posto isto, será de considerar que o espaço doméstico, em particular na zona litoral, detinha na fase final da Idade do Ferro uma crescente importância social. A família era a célula social básica.

Poderá conceber-se um sistema de tipo territorial e espacial como forma de organização socio-política e referente identitário para a Idade do Ferro do noroeste peninsular. O território, o povoado e a própria casa são três elementos chave na criação da identidade dos indivíduos e dos grupos, frente aos gentílicos que imperaram em outras zonas.

Para o território onde se desenvolveu o típico modelo de casa “castreja” e da arte “bracarense”, e genericamente também dos *oppida*, mais evidente na zona litoral do actual Entre-Douro-e-Minho, poderá afirmar-se que as sociedades pré-romanas eram “*sociétés à maison*”, segundo o conceito expresso por Lévi Strauss (González-Ruibal, 2006-2007, 2006). O espaço doméstico, e particularmente a casa, detinha um papel extremamente importante na estruturação e regulação das relações sociais, sendo também a unidade de produção fundamental (Fernández-Posse et al., 1998), daí o grande ênfase e elaboração que se verifica no espaço doméstico. Não será por acaso que aqui se verificam referências a *castella*, representados na epigrafia com o C invertido, em vez de *gentilitates* e gentes, a corroborar a importância dos vínculos territoriais e espaciais em detrimento dos de parentesco, baseados em linhagens e famílias, clãs e tribos. Isto será enquadrável numa fase final da Idade do Ferro e nas primeiras décadas após a conquista Romana, ou seja, entre os séculos II a.C. e a primeira metade do século I d.C.. É provável que

numa primeira etapa do domínio Romano a situação se tivesse mantido relativamente à fase imediatamente anterior, tendo sido depois “romanizada”, facto comprovado pelo desaparecimento do C invertido nas inscrições epigráficas na segunda metade do século I d.C.. O *castellum* talvez não se possa identificar apenas com a entidade arqueológica “castro”, mas antes com um *oppidum* e respectivo *territorium*, que poderia abarcar diversos castros, ou seja uma mesma unidade territorial (García Quintela, 2004). Não seria de estranhar, por exemplo, que o *castellum* do Alto do Castelo agregasse também outros povoados.

A zona que estamos a abordar insere-se num vasto território caracterizado por castros com imponentes e monumentais muralhas que, como já referiu Sande Lemos (1993), “(...) a importância do aparelho defensivo seria um efeito de prestígio eventualmente relacionável com a acumulação de bens obtidos por uma economia pastoril e da produção de ouro”, sendo determinantes para o efeito os contactos com outras regiões, em particular com a zona litoral e com o comércio mediterrânico e também com a Meseta. É uma região com uma especificidade própria, bem comunicada e bem definida em termos orográficos, caracterizando-se como sendo periférica e liminal, para onde confluem vários elementos culturais de procedência diversa.

Neste mesmo território, embora já no vale do Alto Cávado, foram encontrados na década de 50 do século XX três torques em ouro ornamentados, possivelmente relacionados com um depósito votivo. São conhecidos como os torques de Paradela do Rio, provavelmente associados com o Castro do Outeiro, freguesia de Outeiro, concelho de Montalegre, incluídos no grupo de torques denominado flaviense ou de Chaves, caracterizados pelos remates em dupla escócia decorados na base (Silva, 1986). Os torques são elementos de adorno pessoal de grande simbolismo e ostentação social associados ao sexo masculino, devendo ser itens exclusivos das elites. O contexto de aparecimento dos torques poderá estar relacionado com um depósito votivo, e não com um âmbito de esconderijo ou abandono. Enquadram-se na Segunda Idade do Ferro, entre os séculos II e I a.C..

Os torques, as estátuas de guerreiros galaicos provenientes do castro do Lesenho e as duas peças escultóricas que apresentamos são, assim, elementos iconográficos de uma vasta simbologia associada a uma determinada ideologia de poder, corroborando a complexificação social e hierarquização territorial que teve lugar nesta região na fase final da Idade do Ferro, associadas à emergência dos *oppida*. A própria escolha de locais com bastante proeminência para a implantação dos povoados, assim como a complexidade e aparato das estruturas defensivas, inserem-se nesta lógica.

Considerações Finais

A parte meridional da *Gallaecia* na Segunda Idade do Ferro, particularmente na sua etapa final, era uma região onde existiam grandes desigualdades sociais, expressas numa complexa cultura material, onde predominavam, como verificamos, elementos de prestígio e de ostentação do poder.

Ao espaço doméstico era atribuído nesta área, no termo da Idade do Ferro, uma acrescida importância social, tendo em conta a grande elaboração e destaque que detém. As casas eram encaradas como símbolos de distinção social, uma tecnologia de poder, no seio de uma sociedade desigual e hierarquizada, permitindo a superação dos vínculos de parentesco.

Os bens de prestígio, demandados pelas elites sociais, têm uma distribuição geográfica diferente da dos restantes elementos, e a sua variação tem um significado essencialmente socio-político.

Será de salientar a presença das peças escultóricas apresentadas, elementos inéditos e únicos nesta região transmontana, no limite oriental do território dos *oppida*. Esta zona revela-se como de transição, uma vez que aparentemente recebe influências sul-norte e oeste-este, ao longo da fachada atlântica e do mediterrâneo, e também beneficia de contactos leste-oeste, através da meseta espanhola.

O Alto do Castelo evidencia-se como um verdadeiro *oppidum* desta região barrosã, um povoado sentinela que controlava uma importante zona de passagem que ligava o litoral com o interior, localizando-se no limite sudoeste do *populus* do vale do Rabagão. Será também bastante interessante clarificar-se a relação entre o Alto do Castelo e o Crasto de Cabanas.

Bibliografia

- ALARCÃO, J. de (1988a) – *Roman Portugal, II, 1: Porto, Bragança e Viseu*. Warminster.
- ALARCÃO, J. de (1988b) – *O Domínio Romano em Portugal*. Lisboa.
- ALARCÃO, J. de (1992) – A Evolução da Cultura Castreja. *Conímbriga*. Coimbra: IAFLUC. 31, p. 39-71.
- ALARCÃO, J. de (1995-1996) – As *Civitates* do Norte de Portugal. *Cadernos de Arqueologia*. Braga: UAUM. II série, 12-13, p. 25-30. Braga.
- ALARCÃO, J. de (1998a) – As Cidades Capitais do Norte de Portugal na Época Romana. *Actas del Congreso Internacional: Los orígenes de la Ciudad en el Noroeste Hispánico*. 2 vol.. Lugo.
- ALARCÃO, J. de (1998b) – Ainda sobre a Localização dos *Populi* do *Conventus Bracaraugustanus*. *Anales de Arqueología Cordobesa*. Córdoba: Diputación de Córdoba. 9, p. 51-56.
- ALARCÃO, J. de (1999) – *Populli, Castella e Gentilitates*. *Actas do Congresso de Proto-História Europeia*. Guimarães: Fundação Martins Sarmiento (Volume Especial da Revista de Guimarães), p. 133-150.
- ALARCÃO, J. de (2001) – As Paróquias Suélicas no Território actualmente Português. In VILLAR, F.; FERNÁNDEZ, M^a. P., eds. - *Religión, Lengua e Cultura Preromanas de Hispania*. p. 29-59.
- ALARCÃO, J. de (2003a) – A Organização Social dos Povos do Noroeste Norte da Península Ibérica nas Época Pré-Romana e Romana. *Conímbriga*. Coimbra: IAFLUC. 42. p. 5-115.
- ALARCÃO, J. de (2003b) – As Estátuas de Guerreiros Galaicos como representações de Príncipes no contexto da organização político-administrativa do Noroeste pré-flaviano. *Madridier Mitteilungen*. Madrid: Deutches Archaeological Institut. 44, p. 116-126.
- ALARCÃO, J. de (2004a) – Sobre *Caladunum* e a Via de *Bracara Augusta* a *Aquae Flaviae*. *Au Jardin des Hespérides: Histoire, Societé et Épigraphie des Mondes Anciens*. Mélanges Offerts à Alain Tranoy. Rennes: PUR. p. 437-455.
- ALBERTOS FIRMAT, M. (1975) – Organizaciones Suprafamiliares en la Hispania Antigua. *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*. 40-41. p. 5-56.
- AMARAL, P. (1993) – *O Povoamento Romano no Vale Superior do Tâmega*. Porto: FLUP (Dissertação de Mestrado, policopiada).
- ÁLVAREZ SANCHIS, J. (1999) – *Los Vettones*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- ARIZAGA CASTRO, A. R.; FÁBREGA ÁLVAREZ, P.; AYÁN VILA, X. M.; RODRÍGUEZ PAZ, A. (2006) – A Apropiação Simbólica da Cultura Material Castreja na Paisaxe Cultural dos Chaos de Amoeiro (Ourense, Galícia). *Cuadernos de Estudios Galegos*. Santiago de Compostela: IEGPS, CSIC. 53: 119. p. 87-129.
- BAPTISTA, J. D. (1989) – Os Castros do Concelho de Montalegre. *Revista Aquae Flaviae* 2. Chaves: Grupo Cultural Aquae Flaviae.
- BAPTISTA, J. D. (1990) – Via Prima: a Via Imperial Romana de Braga/Astorga. *Revista Aquae Flaviae* 3. Chaves: Grupo Cultural Aquae Flaviae. p. 135-182.
- BAPTISTA, J. D. (1992) – *Ubi Caladunum et Praesidium?*. *Revista Aquae Flaviae* 7. Chaves: Grupo Cultural Aquae Flaviae. p. 69-79.

- BARANDELA RIVERO, I.; CASTRO PÉREZ, L.; MANUEL LORENZO, J.; OTERO, R. (2005) – Notas sobre los Santuarios Rupestres de la Gallaecia. *Minius*. Vigo: Universidade de Vigo pp. 47-68.
- BARRADAS, L. (1956) – Vias Romanas nas Regiões de Chaves e Bragança. *Revista de Guimarães*. Guimarães: Fundação Martins Sarmiento. 66: (1-2), p. 159-241.
- BARREIROS, F. B. (1915) – Ensaio de inventário dos castros do concelho de Montalegre. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: MNA. 20, p. 211-3.
- BARREIROS, F. B. (1920) – Materiais para a Arqueologia do concelho de Montalegre. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: MNA. 24, p. 58-87.
- BORRALHEIRO, R. (2005) – *Montalegre. Memórias e História*. Montalegre: Câmara Municipal de Montalegre.
- BORRALHEIRO, R. (2006) – *Preservação dos Hábitos Comunitários na Aldeias do Concelho de Boticas*. Boticas: Câmara Municipal de Boticas.
- BRAÑAS ABAD, R. (1995) – *Indíxenas e Romanos na Galicia Céltica*. Santiago de Compostela: Follas Novas.
- BRAÑAS ABAD, R. (2000) – *Deuses, Héroes e Lugares Sagrados na Galicia Castrexa*. Santiago de Compostela: Sotelo Blanco.
- CALO LOURIDO, F. (1994) – *A Plástica da Cultura Castrexa Galego-Portuguesa*. 2 vols. A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenosa, Catalogación Arqueolóxica y Artística del Museo de Pontevedra.
- CAPELA, J. V.; Borralheiro, R.; Matos, H. (2006) – *As Freguesias do Distrito de Vila Real nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, História e Património*. Braga.
- CARBALLO ARCEO, X. (1990) – Los Castros de la Cuenca Media del Río Ulla e sus relaciones con el Medio Físico. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid: CSIC. 47, p. 161-199.
- CARBALLO ARCEO, X. (2002) – *A Cultura Castrexa na Bacía Media do Río Ulla*. Lalín: Concello de Lalín.
- CARBALLO ARCEO, X. (2003) – La Dorsal Gallega como Barrera Intracultural durante la Edad del Hierro. *Madrider Mitteilungen*. Madrid: Deutsches Archaeological Institut. 44, p. 333-345.
- CARBALLO ARCEO, X.; GONZÁLEZ-RUIBAL, A. (2003) – A Cultura Castrexa do NW da Península Ibérica en Galicia. *Boletín Auriense*. Ourense. 33 p. 37-75.
- CARBALLO ARCEO, X.; FÁBREGAS VALCARCE, R. (2006) – “Variacións Rexionais nas Sociedades Pre e Protohistóricas Galaicas”, in R. Álvarez, F. Dubert, X. Sousa (eds), *Lingua e Territorio*, pp 67-91. Santiago de Compostela.
- CARDOZO, M. (1943) – Antiguidades transmontanas. *Revista de Guimarães*. Guimarães: Fundação Martins Sarmiento 53: 1-2, p. 109-116.
- CARVALHO, C. (2006) – O Povoamento Proto-Histórico e Romano do Alto Rabagão – Montalegre. *Actas das XVI Jornadas sobre a Função Social do Museu. Ecomuseu de Barroso – Identidade e Desenvolvimento*. Montalegre: Ecomuseu do Barroso. p. 147-156.
- CARVALHO, C.; LEMOS, F. S.; MEIRELES, C. (2006) – Conjunto Mineiro Romano em Montalegre. *Actas das XVI Jornadas sobre a Função Social do Museu. Ecomuseu de Barroso – Identidade e Desenvolvimento*. Montalegre: Ecomuseu do Barroso p. 125-134.

- CARVALHO, C.; ENCARNAÇÃO, J. D' (2006) – Duas Epígrafes de Montalegre (Conventus Bracarugustanus). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra: IAFLUC 83.
- CASTANHEIRA, A. M. (1989) – *Transmissão do Património e Reprodução Social: a Devolução dos Bens e a Preservação das Casas de Lavoura de Salto, no Barroso*. Lisboa: FCSHUNL (Dissertação de Mestrado, policopiada).
- CENTENO, R. (1987) – *Circulação Monetária no Noroeste da Hispânia até 192*. Porto: Sociedade Portuguesa de Numismática.
- COSTA, J. G. (1987) – *Montalegre e Terras de Barroso*. Montalegre: Câmara Municipal de Montalegre.
- DOPICO CAÍNZOS, D. (1988) – *La Tabula Lougeiorum. Estudios sobre la Implantación Romana en Hispania*. Vitoria.
- DOPICO CAINZOS, D. E RODRÍGUEZ ALVAREZ, P. (1992) – Paleoetnografia de Gallaecia. *Complutum*. Madrid: Universidad Complutense 2-3, p. 395-398.
- FÁBREGA ALVAREZ, P. (2004) – *Poblamiento y Territorio de la Cultura Castreña en la Comarca de Ortegá*. Santiago de Compostela: LPPP (CAPA 19).
- FERNÁNDEZ-POSSE, M^a. D. (1998) – *La Investigación Protohistórica en la Meseta y Galicia*. Madrid: Síntesis.
- FERNÁNDEZ-POSSE, M^a. D.; SÁNCHEZ-PALENCIA, F. J. (1998) – Las Comunidades Campesinas en la Cultura Castreña. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid: CSIC. 55: 2, p. 127-150.
- FONTE, J. (2006a) – O “Padrão dos Povos” de *Aquae Flaviae*. *Al-madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. 2^a série, 14, adenda eletrónica.
- FONTE, J. (2006b) – Em torno de *Aquae Flaviae* e Chaves: algumas considerações. *Revista Aquae Flaviae*. Chaves: Grupo Cultural de Aquae Flaviae. 35, p. 181-255.
- FONTE, J.; SANDE LEMOS, F.; CRUZ, G.; CARVALHO, C. (2008) – Segunda Idade do Ferro em Trás-os-Montes Ocidental. *Actas do I Congresso Internacional de Arqueologia de Vilalba*. Vilalba: Museo de Prehistoria e Arqueologia de Vilalba (Férvedes, 5). p. 309-317.
- FONTES, A. L. (1980) – Culto ao Deus Larouco, a Júpiter e Atégina. *Seminário Arqueologia do Noroeste Peninsular*. Guimarães: Fundação Martins Sarmiento. p. 5-20.
- FONTES, A. L. (1987) – *Aras Romanas em Terras de Barroso desaparecidas*. Montalegre.
- FONTES, A. L.; Barroso, F. da (2005) – *Usos e Costumes do Barroso*. Lisboa: Âncora Editora.
- FONTES, L. (1992) – *Sítios e achados arqueológicos do concelho de Montalegre*. Porto: CCDR-N.
- FREIRE, O. (1968) – O Castro de S. Vicente da Chã (Montalegre). Campanhas de Escavações de 1965 e 1966”. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto: SPAE. 20: 3-4, p. 368-375.
- FREITAS, A. M. (1980) – As Pias dos Mouros. Argeriz – Carrzedo de Montenegro. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto: SPAE. 23: 2-3, p. 253-266.
- GARCÍA QUINTELA, M. (2004) - *La organización sociopolítica de los populi del NW de la Península Ibérica*. Santiago de Compostela: Laboratorio de Patrimonio, Paleoambiente e Paisaxe (Col. TAPA, 24).

- GONZÁLEZ GARCIA, F. J. (2003) – *Os Ártabros. Estudo Xeográfico e Etnohistórico*. Ourense: Deputación Provincial de Ourense.
- GONZÁLEZ GARCIA, F. J. (coord.) (2007) – *Los Pueblos de la Galicia Céltica*. Madrid: Akal.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, A. (2003) – Restoring Ontological Security: Roman and Native Objects in Early Roman Gallaecia (Northwest Ibeira). In CARR, G.; SWIFT, E.; WEEKS, J., eds. - *Trac 2002. Proceedings of the 12th Theoretical Roman Archaeological Congress*. Oxford p. 30-47.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, A. (2004a) – Artistic Expression and Material Culture in Celtic Gallaecia. In ALBERRO, M.; ARNOLD, B., eds. - *The Celts in Iberia, E-Keltoi 6, Journal of Interdisciplinary Celtic Studies*. p. 112-166. (consultado em 7 de Novembro de 2008). disponível em: <http://www.uwm.edu/dept/celtic/ekeltoi/>.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, A. (2004b) – Facing Two Seas: Mediterranean and Atlantic Contacts in the North-West of Iberia in the First Millennium BC. *Oxford Journal of Archaeology*. Oxford. 23: 3, p. 287-317.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, A. (2005) – El Castro de Saceda y la Jerarquización Territorial de la Segunda Edad del Hierro en el Noroeste Ibérico. *Zephyrus*. Salamanca: Universidad de Salamanca, p. 267-284.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, A. (2006) – House Societies vs. Kinship-Based Societies: An Archaeological Case from Iron Age Europe. *Journal of Anthropological Archaeology*. Elseviere. 25, p. 144-173.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, A. (2006-2007) – Galaicos. Poder y Comunidad en el Noroeste de la Península Ibérica (1200 a.C. – 50 d.C.). *Brigantium*. A Coruña: Museo Arqueológico e Histórico da Coruña. 18-19.
- GUERRA, AMÍLCAR M. R. (1998) – *Nomes Pré-Romanos de Povos e Lugares do Ocidente Peninsular*. Lisboa: FLUL. (Dissertação de Doutoramento, policopiada).
- GUERRA, L. F. (1982) – *Notícias Históricas do Concelho e Vila de Boticas*. Boticas.
- HUBNER, Ae. (1869) – *Corpus Inscriptionum Latinarum. Inscriptiones Hispaniae Latinae, II*. Berlin.
- LADRA-GONZÁLEZ, X. L. (2003) – *Ourivesaria, Arqueología e Paleoetnología: a distribuição territorial dos Torques Áureos da Segunda Idade do Ferro do Noroeste Peninsular e a sua relação com as Unidades Étnicas Indígenas*. Porto: FLUP (Dissertação de Mestrado, policopiada).
- LEMOS, F.S. (1993) – *Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental*. Braga: UAUM (Dissertação de Doutoramento, policopiada).
- LEMOS, F. S. (2004) – *O Poder Romano e a Reorganização Territorial do Noroeste Peninsular: Observações Pontuais. O Passado em Cena. Narrativas e Fragmentos. Livro de Homenagem ao Professor Jorge Alarcão*. Coimbra: IAFLUC. p. 225-246.
- LEMOS, F. S.; Morais, P. (2005) – Vias Augustas e Mineração Aurífera. *Fórum*, 36, p. 15-56.
- LEMOS, F. S.; Cruz, G. (no prelo) – Muralhas e Guerreiros na Proto-História do Norte de Portugal e Beira Interior Norte. *Actas do III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes e Alto Douro e Beira Interior*. Porto: ACDR. 3, p. 8-28.
- LEMOS, F. S.; Meireles, C. (2006) – Mineração Aurífera no Conventus Bracaugustanus. *Actas do 3º Simpósio sobre Mineração e Metalurgia Históricas no Sudoeste Europeu*. Porto: IPPAR. p. 155-165.

- MARCO SIMÓN, F. (1996) – Romanización y Aculturación Religiosa: Los Santuarios Rurales. . In REBORDA MORILLO; LÓPEZ BARJA, eds. - A Cidade e o Mundo: Romanización y Cambio Social. Xinzo de Limia. p. 83-100.
- MARTINS, C. (2005) – *A Exploração Aurífera Mineira Romana e a Metalurgia do Ouro em Portugal*. Porto: FLUP (Dissertação de Doutoramento, policopiada).
- MARTINS, J. B. (1992) – *Concelho de Boticas e a sua História*. Boticas: Câmara Municipal de Boticas.
- MARTINS, M. (1990) – *O Povoamento Proto-Histórico e a Romanização da Bacia do Curso Médio do Cavado*. Braga: UAUM (Cadernos de Arqueologia – Monografias, 5).
- MARTINS, M. (1996) – Povoamento e Habitat no NO Português durante o 1º milénio a.C.. In *De Ulisses a Viriato – O Primeiro Milénio a.C.*. Lisboa: Instituto Português de Museus.
- MARTINS, M. e Jorge, S. O. (1992) – Substrato Cultural das Etnias Pré-Romanas do Norte de Portugal. *Complutum*. Madrid: Universidad Complutense 2-3, p. 347-372. Madrid.
- MARTINS, M.; LEMOS, F. S. E PÉREZ LOSADA, F. (2005) – “O Povoamento Romano no Território dos Galaicos Bracarenses”, in III Colóquio Internacional de Arqueologia en Gijón: Unidade y Diversidad en el Arco Atlântico en Época Romana, pp. 279-296. BAR International Series 1371.
- MIRANDA JÚNIOR, A.; SANTOS, J. N. E SANTOS JÚNIOR, J. R. (1983a) – Castros do Concelho de Boticas. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto: SPAE. 24: 3, p. 401-451.
- MIRANDA JÚNIOR, A.; SANTOS, J. N. E SANTOS JÚNIOR, J. R. (1983b) – Castros do Concelho de Boticas – II. *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*. Porto: FCUP. 66: 1-4, p. 5-96.
- MONTALVÃO, A. (1971) – *Visitas a Castros nos arredores de Chaves*. Chaves.
- NAVEIRO LÓPEZ, J. (1991) – *El Comercio Antiguo em el NW Peninsular*. A Coruña: Museo Arqueológico e Histórico da Coruña (Monografias Urxentes do Museu, 5).
- OLIVARES PEDREÑO, J. (2002) – *Los Dioses en la Hispania Céltica*. Madrid: Real Academia de la Historia (Biblioteca Archaeológica Hispana, 15).
- OREJAS SACO DEL VALLE, A. (1996) – Estructura Social y Territorio. El Impacto Romano en la Cuenca Noroccidental del Duero. Anejos de AespA. Madrid: CSIC.
- PARCERO OUBIÑA, C. (2000) – Tres para Dos. Las Formas de Poblamiento en la Edad del Hierro del Noroeste Ibérico. *Trabajos de Prehistoria*. 57. Madrid: CSIC, p. 75-95.
- PARCERO OUBIÑA, C. (2002) – *La Construcción del Paisaje Social en la Edad del Hierro del Noroeste Ibérico*. Ortigueira: Ortegalia (Monografias de Arqueoloxía, Historia e Patrimonio).
- PARCERO OUBIÑA, C. (2004) – Looking Forward in Anger: Social and Political Transformations in the Iron Age of the Northwest Iberian Peninsula. *European Journal of Archaeology*. EAA. 6: 3, p. 267-299.
- PARCERO OUBIÑA, C. (2005) – Variaciones en la Función y el Sentido de la Fortificación a lo largo de la Edad del Hierro en el NO de la Península Ibérica. *Encuentro de Jóvenes Investigadores sobre Bronce Final y Edad del Hierro en la Península Ibérica*. Salamanca: Universidad de Salamanca, p. 11-33 (publicado em cd).
- PARCERO OUBIÑA, C.; Cobas Fernández, I. (2004) – “Iron Age Archaeology of the Northwest of the Iberian Peninsula. In ALBERRO, M.; ARNOLD, B., eds. - The Celts in Iberia, E-Keltoi 6, Journal of Interdisciplinary Celtic Studies, p. 1-72. (consultado em 7 de Novembro de 2008). Disponível em: <http://www.uwm.edu/dept/celtic/ekeltoi/>.

- PEREA, A. (2003) – Los Torques Castreños en Perspectiva. *Brigantium*. A Coruña: Museo Arqueolóxico e Histórico da Coruña. 13, pp. 139-150.
- PEREIRA MENAUT, G. (1983) – Los Castella y las Comunidades de Gallaecia. *Actas del II Seminario de Arqueología del Noroeste*. Madrid, p. 169-192.
- PEREIRA MENAUT, G. (1992) – Aproximación Crítica al Estudio de Etnogénesis: la Experiencia de Callaecia. *Complutum*. Madrid: CSIC. 2-3, p. 35-44.
- PÉREZ LOSADA, F. (1998) – Cidades e Aldeias na Galiza Romana. *O Arqueólogo Português*. 4ª série, 16. Lisboa: MNA, p. 159-174.
- PÉREZ LOSADA, F. (2002) – Entre a Cidade e Aldea. Estudio Arqueohistorico dos “Aglomerados Secundarios” Romanos en Galicia. *Brigantium*. 13. A Coruña: Museo Arqueolóxico e Histórico da Coruña.
- PONTE, S. da (1984) – Fíbulas de Sítios a Norte do Rio Douro. *Lucerna*. Porto, p. 111-144.
- PRIETO MOLINA, S. (1996) – Los Torques Castreños del Noroeste de la Península Ibérica. *Complutum*. Madrid: Universidad Complutense. 7, p. 195-223.
- QUEIROGA, F. R. (2003) – *War and Castros. New Approaches to the Northwestern Portuguese Iron Age*. BAR International Series 1198.
- RAMIRES, M. (1955) – Um Tesouro de “antonianos” das Fragas do Piago. *Nummus*. Porto. 3:9, p. 75-93.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A. (1972) – Sobre los Pueblos Prerromanos del Sur de Galicia. *Boletín Auriense. Ourense*. 2, p. 193-240.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A. (1977) – *Galicia Meridional Romana*. Deusto-Bilbao.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A. (coord.) (1996) – *Lucus Augusti*. I. El Amanecer de una Ciudad. *Catalogación Arqueológica e Artística de Galicia del Museo de Pontevedra*. A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A. (1997a) – *Aquae Flaviae I. Fontes Epigráficas da Gallaecia Meridional Interior*. Chaves: Câmara Municipal de Chaves.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A. (1997b) – *Aquae Flaviae II. O Tecido Urbanístico da Cidade Romana*. Chaves: Câmara Municipal de Chaves.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A. (1999) – *O Santuário Rupestre Galaico-Romano de Panóias (Vila Real, Portugal)*. Vila Real: Câmara Municipal de Vila Real.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A.; FERRER SIERRA, S. E ALVAREZ ASOREY, R. (2004) – *Miliarios e Outras Inscricións Viárias Romanas do Noroestes Hispánico (Conventos Bracarense, Lucense e Asturicense)*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega.
- ROMERO MASIÁ, A. (1976) – *El Habitat Castreño*. Santiago de Compostela: Colégio de Arquitectos de Galicia.
- SÁNCHEZ-PALENCIA, F. J. E MANGAS, J. coords. (2000) – *El Edicto del Bierzo. Augusto y el Noroeste de Hispania*. Ponferrada.
- SÁNCHEZ-PALENCIA, F. J. (2000) – *Las Médulas (Léon). Un Paisaje Cultural en la Asturia Augustana*. Léon: Instituto Leonés de Cultura.
- SANTOS ESTÉVEZ, M.; GARCÍA QUINTELA, M. (2002) – Arte Rupestre y Santuarios. CASTIÑEIRAS GONZÁLEZ, M. Y DÍEZ PLATA, F. ed. - *Profano y Pagano en el Arte Gallego*, (Semata, 14), pp. 37-149. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.

- SANTOS JÚNIOR, J. R. (1963) – Escavações no Castro de S. Vicente da Chã. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto: SPAE. 19: p. 79-80.
- SANTOS JÚNIOR, J. R. (1973) – As Notáveis Condições de Defesa do Castro de Carvalhelhos. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto: SPAE. 22: p. 207-219.
- SANTOS JÚNIOR, J. R. (1984) – Trinta Anos de Escavações no Castro de Carvalhelhos (Boticas - Vila Real). *Revista de Guimarães*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. 94, p. 411-424.
- SANTOS JÚNIOR, J. R.; Freire, O. (1964) – O Castro de S. Vicente da Chã (Barroso). Campanha de Escavações de 1964. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto: SPAE. 19: 3-4, p. 366-371.
- SANTOS JÚNIOR, J. R.; Isidoro, A. F. (1963) – Escavações no Castro de S. Vicente da Chã (Barroso). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto: SPAE. 19: 2, p. 178-186.
- SANTOS JÚNIOR, J. R.; Freitas, A. M.; Costa, A.; Santos Júnior, N. (1989) – O Santuário do Castelo do Mau Vizinho. *Revista de Guimarães*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. 99, p. 368-410.
- SANTOS, M. C. (1969) – Subsídios para o estudo arqueológico de Montalegre, Mealhada e Viseu. *Ethnos*. Porto. 6.
- SASTRE PRATS, I. (1998) – *Formas de Dependência Social en el Noroeste Peninsular. Transición del Mundo Prerromano al Romano y Época Altoimperial*. Ponferrada: Instituto de Estudios Bercianos.
- SASTRE PRATS, I. (2001) – *Las Formaciones Sociales Rurales de la Asturia Romana*. Madrid.
- SASTRE PRATS, I. (2002) – Forms of Social Inequality in the Castro Culture. *European Journal of Archaeology*. 5: 2, p. 213-248.
- SASTRE PRATS, I. (2002) – Los Procesos de la Complejidad Social en el Noroeste Peninsular: Arqueología y Fuentes Literarias. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid: CSIC. 61, p. 99-110.
- SILVA, A. C. F. da (1981-82) – Novos dados sobre a Organização Social Castreja. *Portugália*. Porto: IAFLUP. Nova Série, 2-3, p. 83-94.
- SILVA, A. C. F. da (1986) – *A Cultura Castreja do Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins.
- SILVA, A. C. F. da (2003) – As Expressões Guerreiras da Sociedade Castreja. *Madrider Mitteilungen*. Madrid: Deutches Archaeological Institut. 44, p. 41-50.
- SILVA, A. C. F. da (2005) – Cultura Castreja – Arte Castreja. *Arte e Cultura na Galiza e Norte de Portugal – Arqueologia II*. Vigo: Marina Editores, p. 11-57.
- Tabula Imperii Romani* (1991)- Hoja K-29: Porto, Conimbriga, Bracara, Lucus, Asturica. Unión Académica Internacional.
- TEIXEIRA, Ricardo (1996) – *De Aquae Flaviae a Chaves. Povoamento e organização do território entre a Antiguidade e a Idade Média*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Dissertação de Mestrado, policopiada).
- TRANOY, A. (1981) – *La Galice Romaine. Recherches sur le Nord-Ouest de la Peninsule Ibérique*. Paris : Diffusion de Boccard.

Intervenção arqueológica no perímetro urbano de *Aqua Flaviae*.

Algumas considerações

Pedro Sobral de Carvalho

Rui Filipe Mendes Barbosa

Introdução

Os resultados que agora se apresentam resultam de um conjunto de sondagens arqueológicas desenvolvidas pela Arqueohoje, Lda entre Maio e Julho de 2006 promovidas pela Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Chaves, S.A., no âmbito do “Estudo de Caracterização Histórico/Arqueológico e Musealização da Cintura Muralhada de Chaves”.

A coordenação dos trabalhos foi da responsabilidade de Pedro Manuel Sobral de Carvalho e de Rui Filipe Mendes Barbosa, contando ainda com a colaboração permanente de João Mário Fonte e de dois operários indiferenciados.

A consultoria científica foi feita pelo Professor Doutor João Pedro Bernardes.

Neste texto apresentam-se apenas os principais resultados obtidos podendo ser consultado o relatório final da intervenção para a leitura dos restantes dados aprovado pelo Instituto Português de Arqueologia através do processo 2002/1(142), ofício 4286 datado de 13.03.2007.

Os trabalhos foram superiormente autorizados pelo Instituto Português de Arqueologia através do processo 2002/1, ofício 04971, datado de 05.04.2006, complementado pelo processo 2002/1(2), ofício 07136, datado de 15.05.2006 e pelo IPPAR através do processo DRP-DS/2004/17-03/12396/POP/14942 (C.S: 64203), ofº S-2006/144417 (C.S: 409686), datado de 24-04-2006.

Descrição dos trabalhos

Metodologia aplicada

O espaço alvo dos trabalhos encontra-se localizado no Centro Histórico da Cidade de Chaves, concelho de Chaves, distrito de Vila Real.

De acordo com o preconizado no Caderno de Encargos, a metodologia usada para a realização dos trabalhos arqueológicos foi a decapagem manual dos níveis arqueológicos segundo o denominado método de Harris.

A apresentação gráfica da matriz/diagrama foi inspirada na abordagem elaborada por Steve Roskams (Roskams, 2003). No diagrama é feita uma representação gráfica com três símbolos, cada um destes correspondente a um item padrão. Os sedimentos encontram-se representados através de uma circunferência, as estruturas através de um rectângulo e os interfaces através de um triângulo. Esta opção prende-se com simplificação da leitura do diagnóstico.

Foram abertos quatro sectores de escavação:

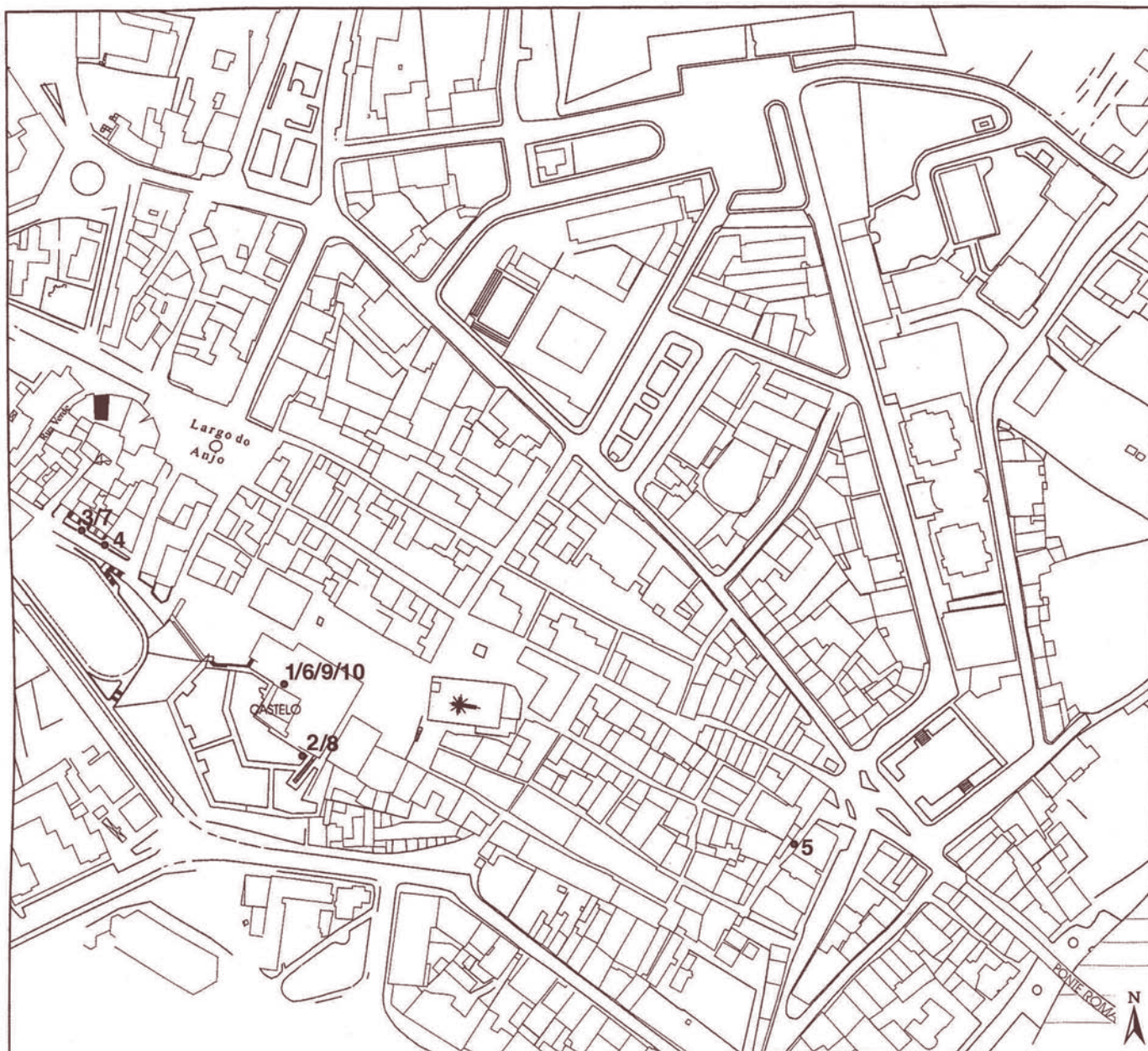
. **O Sector 1**, inicialmente composto pela Sondagem 1 e posteriormente alargado para as sondagens 6, 9 e 10, localizado junto da Torre de Menagem.

. **O Sector 2**, inicialmente composto pela Sondagem 2 e posteriormente alargado à Sondagem 8, implantou-se no Baluarte do Castelo.

. **O Sector 3**, composto inicialmente pela Sondagem 3 e posteriormente acrescido pela Sondagem 7, situou-se na Rua da Muralha.

. **O Sector 4**, composto pela Sondagem 4, localizou-se na Rua da Muralha.

. **O Sector 5**, definido pela Sondagem 5, situou-se na Rua do Postigo dos Manos.




CINTURA MURALHADA DE CHAVES
 Implantação das sondagens arqueológicas
 1/6/9/10 - Torre de Menagem; 2/8 - Baluarte do Castelo; 3/4/7 - Rua da Muralha; 5- Rua Postigo dos Manos

Sector 1

O sector 1 é composto pelas sondagens 1, 6, 9 e 10.

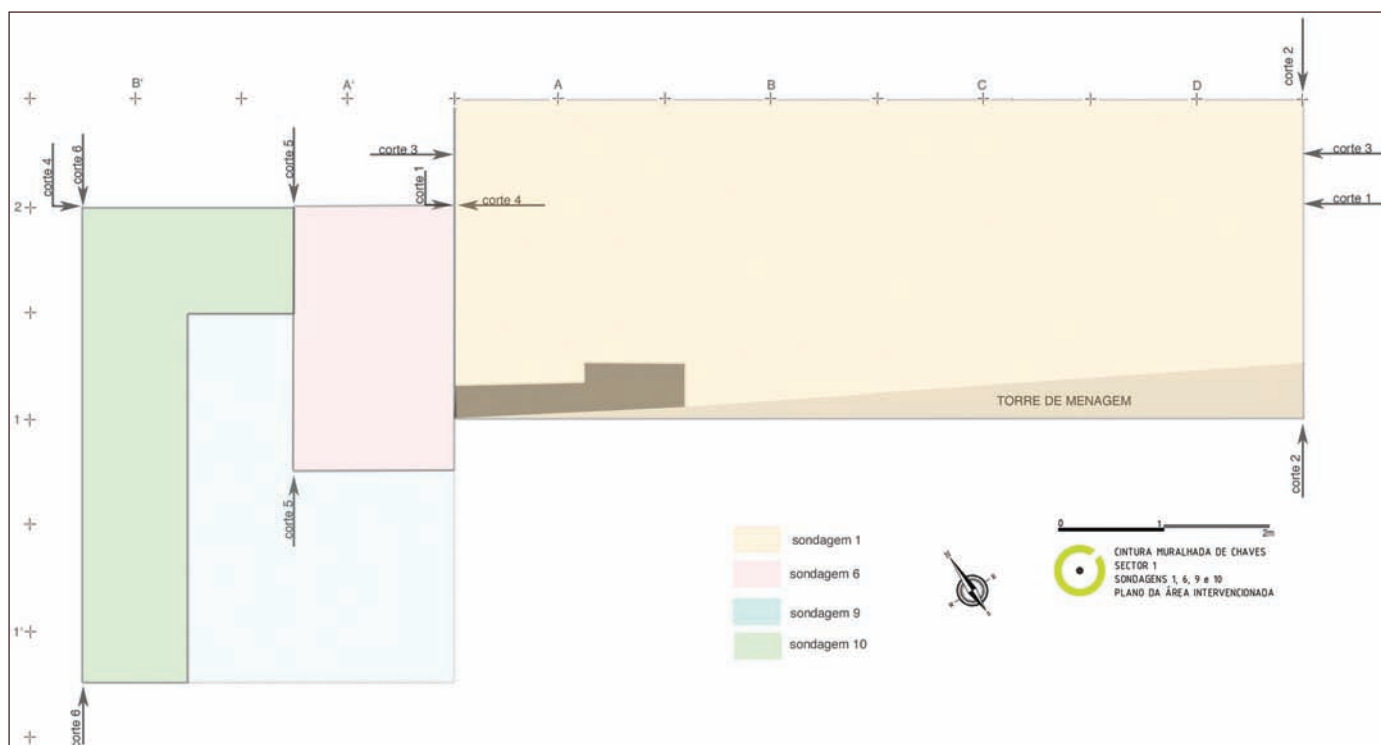
Sondagem 1

A sondagem 1 localizada junto à fachada Norte da Torre de Menagem apresenta as dimensões de 8 x 2,5 m.

Depois de retiradas as u.e.s correspondentes aos aterros e estruturas de épocas recentes, passamos a descrever as principais u.e.s do período medieval: u.e.[106], [108], [130] [138], [168] e [170].

A u.e. [106] corresponde à Torre de Menagem, edificada no reinado de D. Dinis. Esta fortificação foi implantada na zona mais alta da urbe, em espaço isolado, permitindo aos seus defensores o tiro para o exterior por cima das muralhas.

Apresenta planta quadrangular, com cerca de 12 metros de lado e uma altura de cerca de 26 m. O rés-do-chão, possui na entrada um escudo com as armas reais e uma grande cisterna, e quatro pisos. É encimada por ameias e quatro balcões de ângulo em forma de cubelo, com matacães nos respectivos intervalos, encontrando-se circundada por uma muralha e uma barbacã interior. Nos paramentos da Torre de Menagem encontra-se gravado um amplo conjunto de siglas características da construção gótica.



Desta forma podemos afirmar que a sua construção obedeceu a um padrão da época (Monteiro; 1999: 58). Uma vez acedido por uma escadaria exterior, o primeiro piso alberga uma cisterna e possivelmente serviria de armazém ou aljube. Os pisos superiores apresentam uma série de seteiras e de troneiras inscritas no paramento que permitiam ao defensor alvejar o invasor, enquanto os restantes andares serviriam como alojamento e estruturas de armazenamento militar, para além de continuarem a permitir alguns pontos de tiro.

Mais difícil de interpretar e datar foram as u.e.s. [108] e [168]. Efectivamente, a primeira sobrepõe-se à segunda, sendo por isso cronologicamente posterior.

A u.e. [108] corresponderá à linha amuralhada que delimitava o Pátio Principal. Sabemos que o castelo ibérico podia possuir vários pátios, sendo o que estava situado junto à Torre de Menagem o mais importante, constituindo o último reduto defensivo do castelo. De notar que numa época muito posterior, talvez no séc. XVIII, com a construção do Palácio do Duques, foi truncada a u.e. [108], ficando esta restringida à esquina da parede Norte com a parede Oeste da Torre de Menagem. Colocamos igualmente a hipótese de esta acção ter ocorrido em meados do séc. XIX, quando todo este espaço começou a ser usado como quartel.

O facto de em planta este recinto se apresentar enfiado em relação à Torre de Menagem é justificado pelo reaproveitamento de uma possante estrutura anterior que lhe serviu de alicerce: a u.e. [168]. A inexistência de espólio medieval nas valas de fundação tanto da Torre de Menagem, como da muralha definida pela u.e. [168] não nos permite adiantar uma cronologia segura e obsta igualmente a uma interpretação segura. A verdade é que a u.e. [168] é uma estrutura de carácter defensivo, de tipo muralha, uma estrutura possante com 2,80 m de largura, elaborada com grandes silhares almofadados com marcas de fórfex, alguns com forma trapezoidal que indiciam serem elementos arquitectónicos primitivamente pertencentes a um grande arco romano. Julgamos que se pode tratar da muralha baixo imperial que, tal como em tantas outras cidades romanas desse período, terá reduzido o seu perímetro urbano.

A u.e. [125] aparece-nos após a unidade [118], contendo materiais de enquadramento cronológico romano, datável do período Alto Imperial. O espólio exumado aponta para o século II d.C. e finais do século I d.C. e caracteriza-se por fragmentos de *sigillatas* hispânicas de produção local do norte da Hispânia. Os centros produtores regionais destas cerâmicas ainda não se encontram devidamente identificados. O espólio caracteriza-se também por cerâmica comum, a maioria cerâmica cinzenta. A fraca percentagem de espólio cerâmico na u.e. [125] não permitiu obter uma cronologia clara para a u.e. [142] que corresponde a um muro de construção aparentemente romana baixo imperial. A estrutura em si é composta por uma fiada de pedras, tendo sido seccionada longitudinalmente pela u.e. [168], restando apenas um paramento.



Sondagem 1 Aspecto final da intervenção.

Na consecutiva decapagem da u.e.[125] detectou-se a u.e.[146], um sedimento acastanhado que continha cerâmica comum cinzenta e cinzenta polida da época romana que corresponde a uma camada de destruição de abandono. Neste sedimento aparece-nos o derrube do muro romano u.e.[134].

A u.e.[146] é um nível que sela os níveis estratigráficos preservados do século I d.C., que passaremos a descrever.

No que concerne a sedimentos e estruturas preservados do século I d.C., detectou-se um muro - u.e. [134] - que corresponderá a uma estrutura alto-imperial, talvez de uma edificação pública, que integraria provavelmente o fórum. Esta suposição tem como base o achado de um conjunto artefactual relacionado com o mesmo. A u.e.[134] caracteriza-se por um muro de aparelho construtivo romano com 0,80m de largura e 1,30m de comprimento.

A u.e. [150] é um nível de caliza branca com cerca de 0,02 m de espessura que deve ter sofrido a acção de altas temperaturas selando um sedimento carbonoso - u.e.[154]. Este apresentava-se completamente repleto de artefactos do século I d.C. tendo-se recolhido 3 fragmentos de *sigillata* hispânica e um fragmento provavelmente sud-gálico ambos datáveis do séc.I/inícios do séc. II d.C.. Contudo, tratam-se de fragmentos de reduzidas dimensões, que não nos permitem obter forma e tipologia. Neste sedimento em termos de espólio cerâmico foram também detectados inúmeros fragmentos de cerâmica comum, comum cinzenta e cinzenta fina polida. O espólio cerâmico exumado é nomeadamente de uso comum de cozinha.

No que concerne a espólio de constituição vítrea foram encontrados cerca de 15 fragmentos de prováveis recipientes e 1800 fragmentos de vidro de janela. É um conjunto verdadeiramente excepcional que nos permite relacionar este facto com a existência de um edifício extremamente importante, pois a utilização de vidros de janela no período romano era extremamente rara em habitações comuns.



Sondagem 1 Pormenor da u.e.[168].

No que diz respeito a espólio metálico, apareceram-nos nesta unidade estratigráfica cerca de 6 pregos de média dimensão. A u.e [154] é, assim, um nível de destruição por incêndio, negro, extremamente carbonoso encontrando-se o espólio associado bastante fragmentado. Esta unidade estratigráfica sela uma estrutura de ocupação que corresponde a um piso de constituição argilosa avermelhada designado por u.e. [158]. Esta estrutura corresponde a um piso de circulação interior doméstica assentando no substrato geológico, o qual lhe confere uma maior solidez. No decorrer da decapagem e definição desta estrutura detectou-se um artefacto numismático englobado no topo do piso. Trata-se de um sestércio de Domiciano cunhado em Roma entre 83/84 e 96 d.C., balizando a fase de ocupação desta estrutura no século I e II d.C.

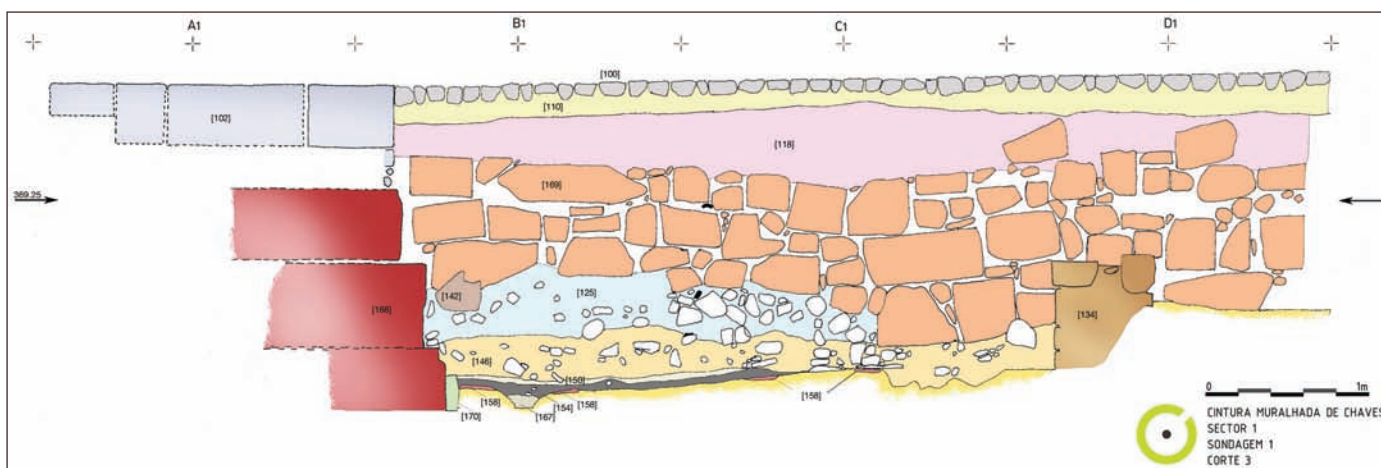
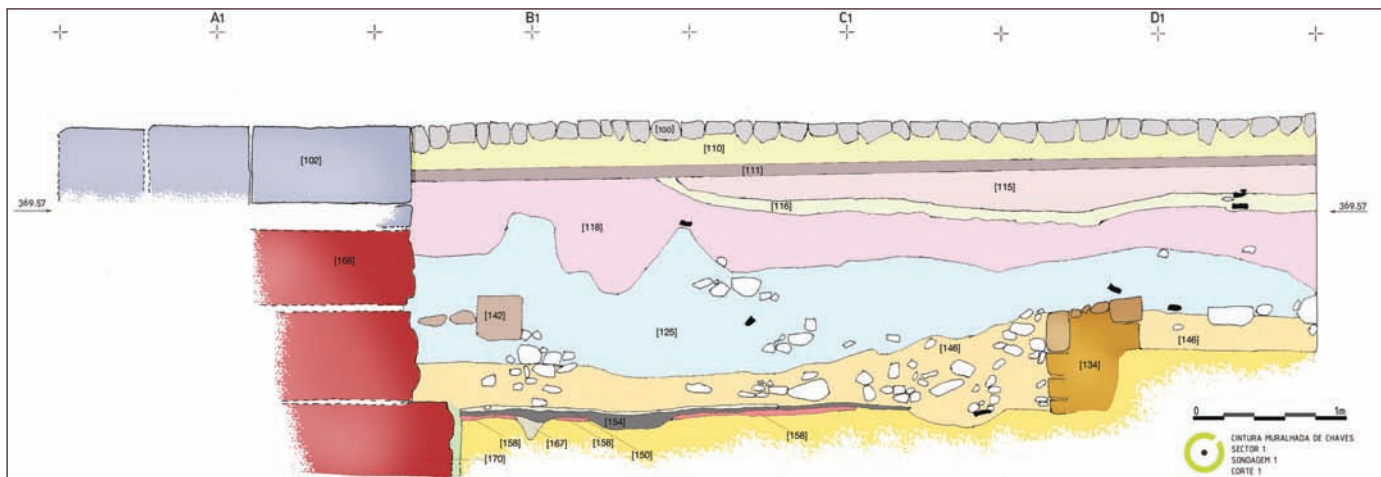
A u.e.[158] foi também interceptada por várias estruturas, correspondentes às u.e.s [163], [164], [165] e [166]. Referimo-nos a 4 buracos de poste estruturados que perfuram o piso e o substrato geológico, três deles formando em planta um semicírculo junto à vala de fundação da torre de menagem, que inclusivamente cortou um destes.

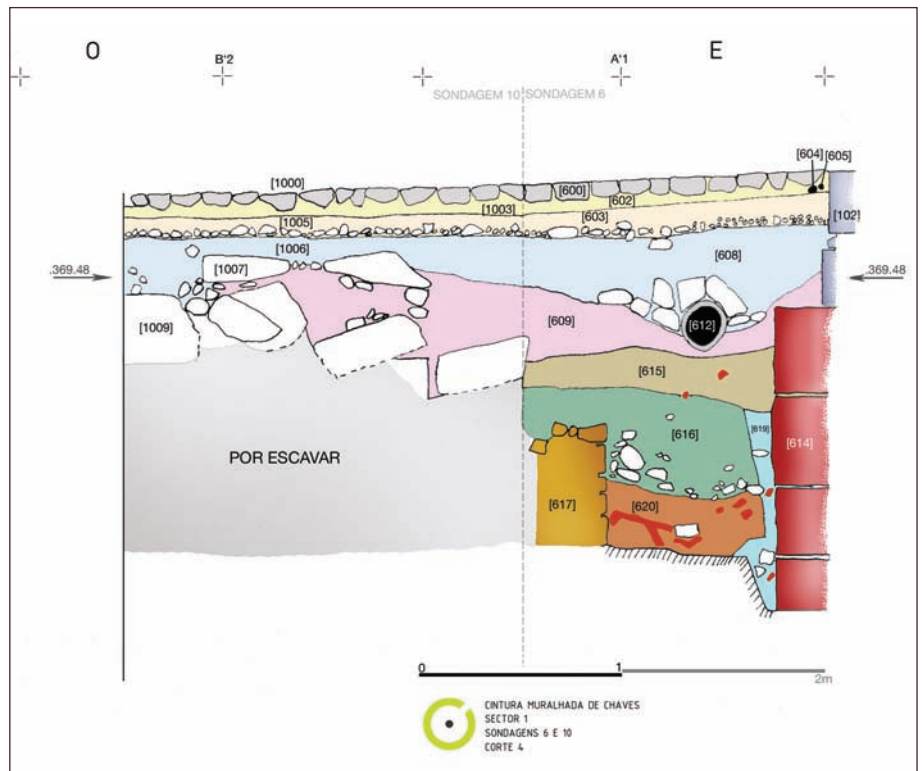
Os buracos de poste foram feitos num momento posterior ao piso, pois perfuram-no. No entanto, e tendo em conta que o seu enchimento não continha qualquer elemento carbonoso, cremos que sejam estruturas feitas ainda no período romano, numa fase ligeiramente mais tardia de ocupação e de diferente utilização do próprio espaço. Efectivamente, é de sublinhar que o interior dos buracos de poste não possuía vestígios do nível de destruição carbonoso.

Na decorrente limpeza da u.e.[158] detectou-se ainda uma depressão em meia-cana com cerca de 1m de comprimento e 0,20m de largura - u.e.[167] -, assemelhando-se a uma conduta de água escavada no piso e no próprio substrato rochoso. O sedimento que preenchia esta conduta era arenoso e estéril com uma granulagem idêntica aos inertes fluviais.

Na u.e.[158] encontra-se ainda outra depressão - u.e. [174] - feita no próprio piso com 0,60m de largura e 0,84m de comprimento, muito provavelmente contemporânea dos buracos de poste descritos.

A fase mais antiga detectada nesta sondagem corresponde ao período de ocupação cronologicamente balizado no séc. I d.C., correspondente à época Flaviana.





Sondagem 6

A sondagem 6, com 2,50m x 1,50m encontrava-se localizada junto ao paramento externo da estrutura de grandes dimensões detectada na sondagem 1 correspondente à u.e.[168].

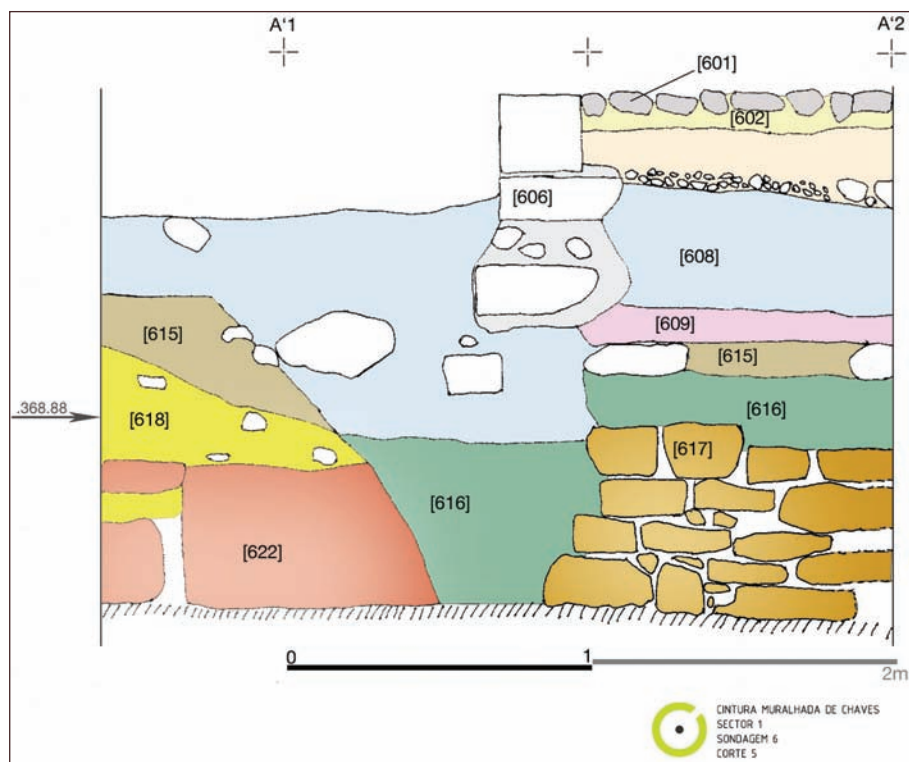
Depois de retiradas as u.e.s correspondentes a sedimentos e estruturas de períodos recentes, foi identificada uma estrutura medieval extremamente importante - u.e. [614]. É a mesma estrutura identificada na sondagem 1 e designada como u.e. [168]. A face exterior agora observada contém também os mesmos elementos arquitectónicos romanos: silhares de grande dimensão, alguns com forma trapezoidal pertencentes a um grande arco e marcas de fórfex.

A u.e.[622] é uma estrutura que poderá estar cronologicamente associada ao Baixo Império. É um muro orientado a NE que terá cortado uma estrutura alto imperial, a u.e.[617], resultando numa camada de derrube com pedras de média dimensão. Em termos de espólio arqueológico apareceram 21 fragmentos de vidro de janela e alguns fragmentos de *tegulae*, tijolo, e 1 fragmento em cerâmica comum.

A u.e.[616] corresponde a um nível de terra amarelada saibrosa de grão fino, que equivale à u.e. [146] da sondagem 1. Esta é estéril em termos de espólio arqueológico correspondendo a um nível de abandono pós-destruição.

A u.e. [617] é um muro alto-imperial constituído por blocos de granito de média dimensão aparelhado em *opus incertum*. Esta estrutura encontra-se relacionada com a u.e.[134] da sondagem 1. Estas duas estruturas delimitavam um espaço de grandes dimensões.

A unidade estratigráfica [620] corresponde ao nível de destruição por incêndio já identificado na sondagem 1 através da u.e.[154] caracterizando-se por um sedimento de coloração negra com imenso espólio arqueológico. Este sedimento contém cerca de 3 fragmentos de terra *sigillata* hispânica do séc.II. No que diz respeito a espólio vítreo é de referir um fragmento de frasco em vidro azul esverdeado similar à forma Isings 82 (sécs.I e II) e cerca de 102 fragmentos de vidro de janela romana. Na crivagem desta u.e. detectou-se uma pedra de anel vermelha. O pacote artefactual deste sedimento correspondente à u.e.[620] e [154] demonstra-se riquíssimo no seu conjunto e em termos de enquadramento cronológico deste sedimento.



Sondagem 9

No que concerne a níveis de cronologia de época romana detectou-se a u.e.[909] de coloração amarelada com inclusão de *tegulae* e alguns fragmentos cerâmicos de cronologia romana. Após a remoção desta camada verificou-se um nível estratigráfico [915] de coloração negra provavelmente correspondente ao nível romano com elementos carbonosos de destruição correspondente às u.e.s. [620] e [154]. No entanto, este sedimento não forneceu qualquer tipo de espólio arqueológico. Após a decapagem deste sedimento com cerca de 2 cm de espessura detecta-se o substrato geológico.

Foi também identificado o muro, provavelmente datável do período Baixo-Imperial - u.e.[914] -, já observado na sondagem 6 como u.e.[622]. Nesta sondagem só mantém um dos paramentos, pois foi parcialmente destruído pela vala da manilha. A intervenção na sondagem 9 permitiu-nos detectar o prolongamento desta estrutura Baixo Imperial que assenta no substrato rochoso.

Sondagem 10

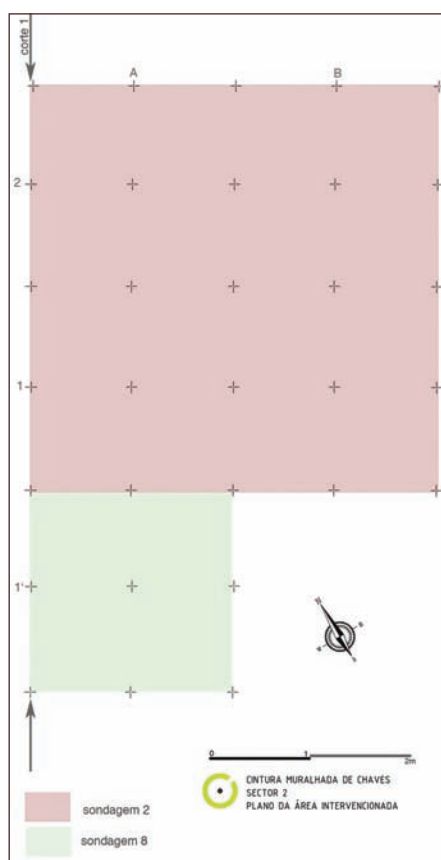
A intervenção na sondagem 10 prendeu-se com a necessidade de compreender e contextualizar a estrutura de construção tosca - u.e. [908] - e a realidade das estruturas existentes na sondagem 9.

No entanto, a exiguidade do espaço intervencionado, não nos permitiu a compreensão desta estrutura que julgamos estar relacionada com um talude talvez do séc. XVI que criaria mais um obstáculo ao progresso das máquinas de guerra.

A compreensão desta estrutura só será possível com uma intervenção em área.



Sector 2 Aspecto do local nos anos 60 do séc. XX (foto da DGMEN).



Sector 2

O sector 2 é constituído pelas sondagens 2 e 8 localizadas no baluarte do Castelo.

Sondagem 2

A sondagem 2 com 4m x 4m encontra-se implantada na intersecção da muralha medieval com a da muralha do séc. XVII.

A u.e.[223] é uma estrutura que assenta sobre um nível romano, constituída por um nível de pedras argamassadas entre si. Esta unidade estratigráfica de difícil interpretação poderá pertencer a um alicerce de algum edifício de Época Moderna ou Contemporânea.

Os níveis de ocupação moderna traduzem-se na u.e.[201] que corresponde à muralha do baluarte do século XVII e na u.e.[222] que corresponde à vala de fundação da muralha da Época Moderna, na qual se encontrava cerâmica comum e comum acinzentada e 1 fragmento de bordo de vidro incolor de taça ou copa aparentado à forma Isings 87 do período romano.

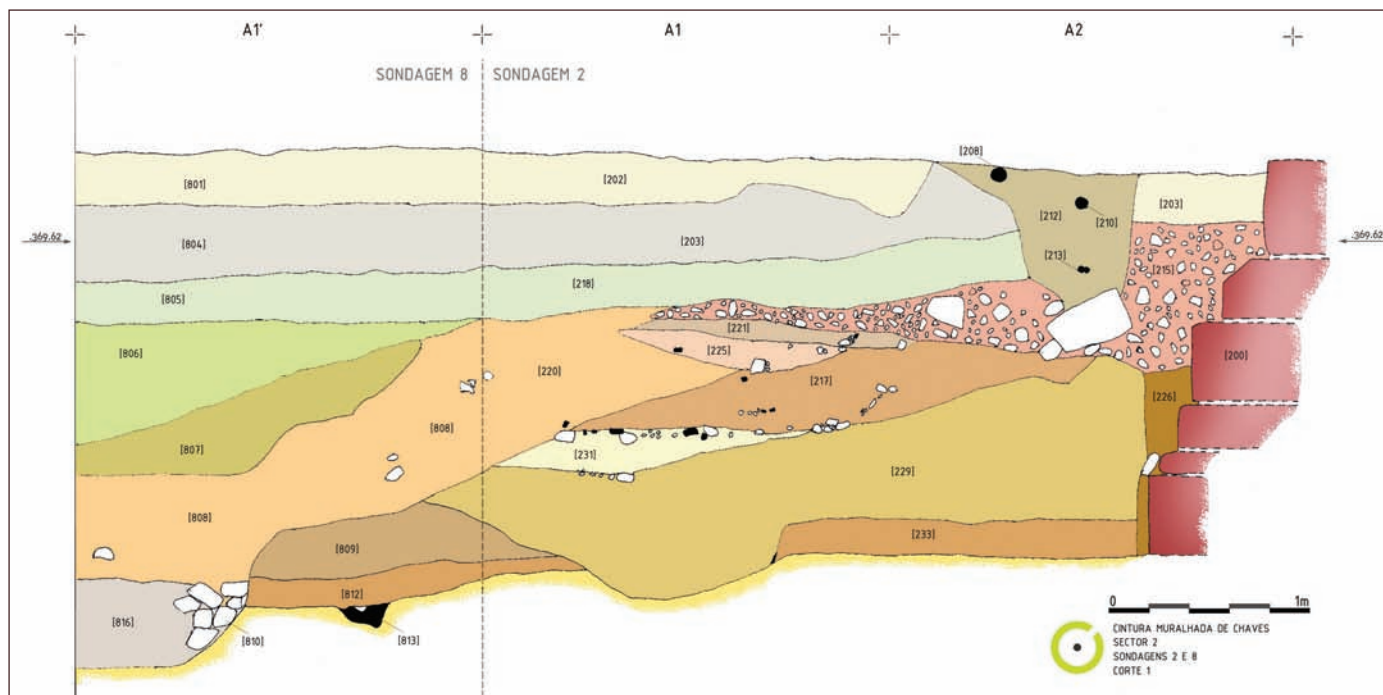
A u.e.[200] corresponde ao tramo de muralha do século XIII, edificada com silhares rectangulares bem trabalhados e por elementos arquitectónicos romanos reaproveitados, nomeadamente um fragmento de coluna e diversos silhares com marcas de fórfex.

Esta estrutura foi reaproveitada como parede inferior do actual Lar da Terceira Idade.

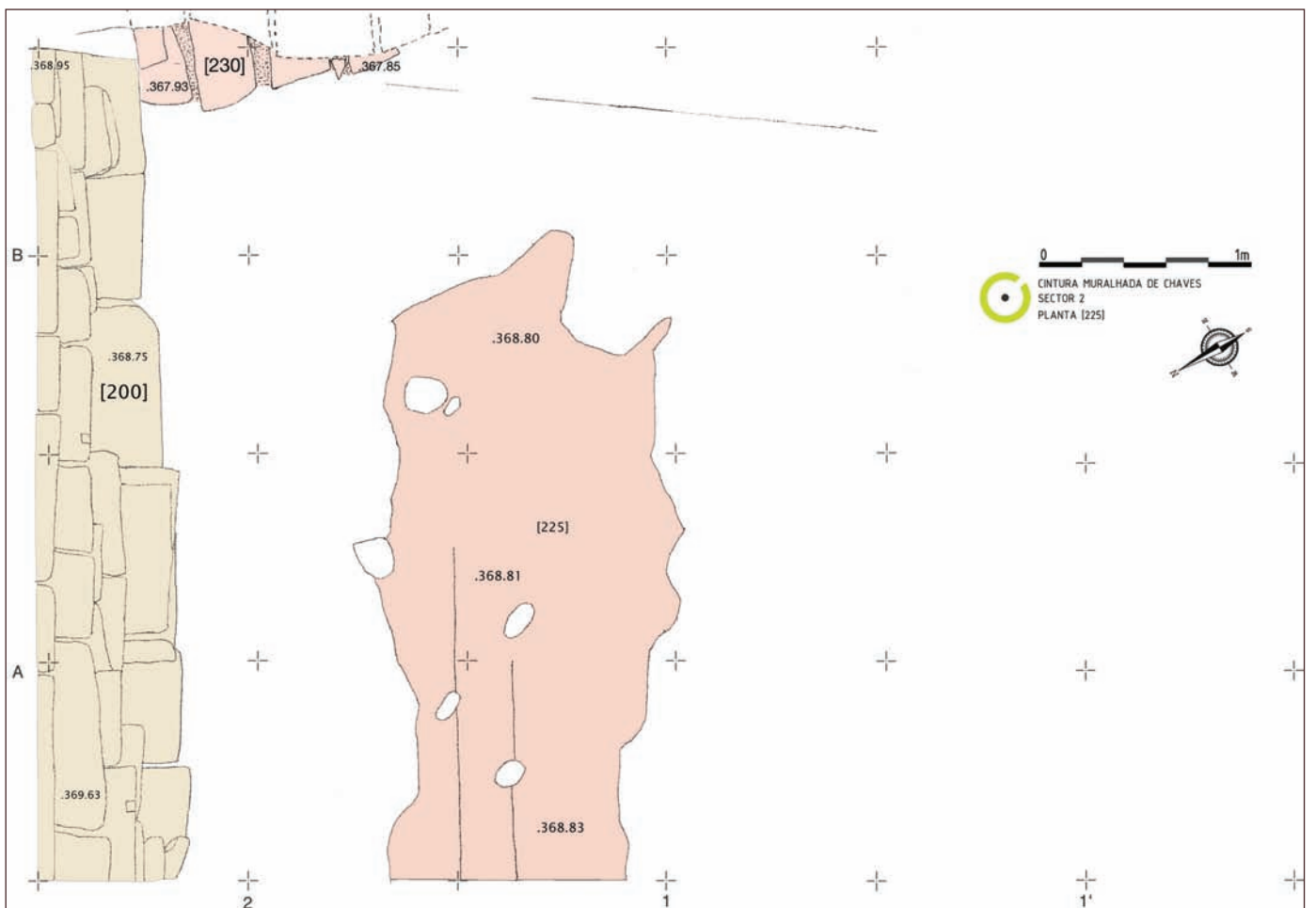
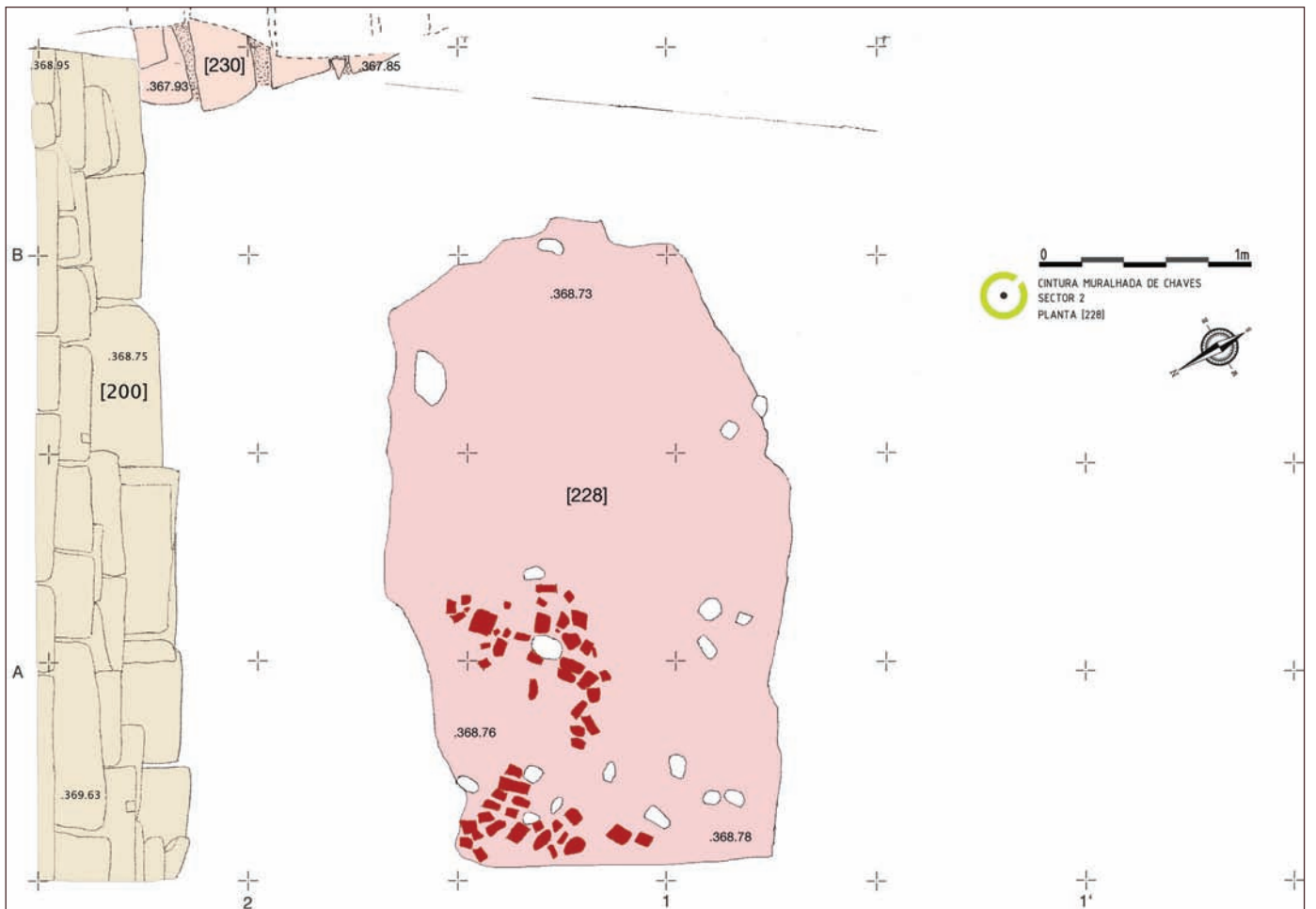
A u.e.[226] corresponde à vala de fundação da muralha medieval, com uma dimensão exígua, tendo fornecido um número muito reduzido e fragmentado de espólio cerâmico, composto por alguns fragmentos em cerâmica comum avermelhada e acinzentada, um fragmento de vidro de recipiente romano e um fragmento de anel em bronze.

A unidade estratigráfica detectada como correspondente ao período romano designada por [221], caracteriza-se por um sedimento de coloração cinzenta esverdeada não muito compacto com materiais de cronologia romana (nomeadamente um fragmento de *terra sigillata* sud-gálica datável da segunda metade do séc. I). No que concerne ao restante espólio cerâmico proveniente desta u.e., resume-se a fragmentos em cerâmica comum, comum cinzenta e cerâmica fina polida. Quanto ao espólio metálico de referir o aparecimento de 4 pregos em ferro. Esta unidade estratigráfica contém inúmero espólio romano e corresponderá provavelmente a um nível de abandono e degradação da estrutura que sela.

A unidade estratigráfica que se segue corresponde à u.e.[225], um piso de cronologia romana que se encontra seccionado pela vala de fundação da muralha do período moderno. Esta estrutura é um piso constituído por fragmentos de cerâmica moída e pequenos seixos concrecionados por uma camada de concreto. A estrutura tem no seu eixo uma pequena depressão ao centro, em meia-cana, que serviria para drenar as águas pluviais. Em termos de espólio arqueológico encontrado nesta estrutura de grande relevância, detectou-se um fragmento de anel em bronze e um fragmento de prego em bronze. Este primeiro nível de piso, foi desmontado com o intuito da detecção de outros níveis arqueológicos. No desmonte da u.e.[225] detectou-se a u.e.[227] que corresponde a um nível de arenoso esverdeado de granulagem muito fina semelhante ao nível estratigráfico [221]. Este nível estratigráfico trata-se de um sedimento de inertes que possibilitam uma drenagem eficaz das águas acumuladas no topo da estrutura. Os materiais arqueológicos associados são de cronologia romana. É o caso do aparecimento de um pequeno fragmento em bronze de adorno de mulher. Esta peça de joalheria encontrava-se neste sedimento mesmo por cima do 2º nível do piso. O espólio cerâmico encontra-se extremamente fragmentado sendo constituído por cerâmica cinzenta fina polida do séc. I e cerâmica comum.



Com a decapagem deste nível estratigráfico detectou-se um segundo nível de piso a u.e.[228] constituída por pequenos fragmentos de *imbrex* moídos e *tegulae*, elementos pétreos de pequena dimensão e alguns seixos de quartzito minúsculos, encontrando-se todos estes elementos pétreos envolvidos numa argamassa arenosa. Este 2º nível de piso encontra-se em melhor estado de conservação do que o primeiro. No entanto, também se encontra destruído pela vala de fundação da muralha moderna e por uma violação de Época Contemporânea. No âmbito de uma melhor análise e percepção da realidade, optou-se pelo desmonte parcial deste piso. No decorrer desta acção detectou-se um nível estratigráfico - u.e. [231] - semelhante às u.e.s[221] e [227]. A u.e.[231] era extremamente rica em espólio arqueológico (cerâmica fina de uso comum). Nesta unidade estratigráfica, para além de terem sido exumados fragmentos em cerâmica comum e cinzenta fina polida, foram recolhidos 7 fragmentos de *terra sigillata* sud-gálica pertencentes a um prato Drag. 15/17 (segunda metade do séc.I) e 3 fragmentos de *terra sigillata* hispânica pertencente a um recipiente Drag 18 do séc.I/inícios do II, bem como 3 fragmentos de um recipiente de vidro romano. Embora esta unidade contenha materiais arqueológicos enquadrados cronologicamente no período Alto-Imperial, é de reter que se tratam de materiais de aterro do período Baixo Imperial para a elaboração desta estrutura.



A u.e.[229] é um nível semelhante à u.e.[231], mas de composição saibrosa e coloração amarelada. Corresponde a um nível saibroso com inclusões de materiais de construção nomeadamente *tegulae* e alguns fragmentos de cerâmica cinzenta polida enquadrados cronologicamente no séc. I. Na u.e. [229] verifica-se a existência de 6 fragmentos de *terra sigillata* hispânica e 1 fragmento de *terra sigillata* hispânica decorada (Drag 37), todos dos finais do séc.I/inícios do II. O enquadramento cronológico e funcional deste sedimento remete-nos para o mesmo período das u.e.s [227] e [231], tratando-se de uma camada de nivelamento para consolidação dos vários níveis de piso.

Na remoção da u.e.[231] detectou-se um pequeno troço de piso com a mesma constituição dos níveis anteriores com cerca de 0,80 m de largura e 1 m de comprimento - u.e.[232]. Em termos de espólio cerâmico só foi detectado 1 fragmento de *terra sigillata* hispânica provavelmente de um prato Drag 15/17 ou 18/31 datado do final séc.I/II. Este piso poderia ter sido feito para vencer o desnível do terreno permitindo uma melhor drenagem naquele local. No decorrer dos trabalhos optou-se pelo desmonte desta estrutura com o intuito de verificar a existência de um outro nível de piso. Todavia só se verificou um nível estratigráfico [233] de coloração acinzentada escura estéril em termos de espólio arqueológico. O substrato geológico de mica-xisto estava a 0,15 m abaixo.

A construção de um piso a céu aberto na época romana obedecia a um processo construtivo faseado. Primeiro eram removidos os sedimentos até se atingir uma base sólida. De seguida, colocavam-se alternadamente camadas de areia lixiviada e carvões bem compactadas e niveladas e camadas com pedras e cerâmica de construção moída, consolidada por *opus caementicium*. O número destas camadas variava consoante a necessidade ditada pela morfologia do terreno.

A última camada a ser colocada em *opus caementicium* possuía uma ou mais caleiras ao centro do piso sendo este coberto com uma camada aplanada de areão com elementos carbonosos. A inserção de carvões nas camadas tinha como função a drenagem dos pisos devido à elevada porosidade do carvão, mantendo os passeios sempre secos e não lodosos.

Deste modo, cremos que as u.e.s [221], [225], [227], [228], [229], [231] e [233] fazem parte de uma só e única estrutura definida como piso de circulação a céu aberto construído talvez durante o Alto-Imperio. Este podia acompanhar um espaço ajardinado ou, quiçá, um troço de passeio que circundasse o fórum.

Ao período alto-imperial, pertencerá também o pequeno troço de muro com duas fiadas pétreas que se prolonga por debaixo das muralhas medieval e moderna - u.e.[230], constituído por 4 lajes em granito com cerca de 1,50 m.

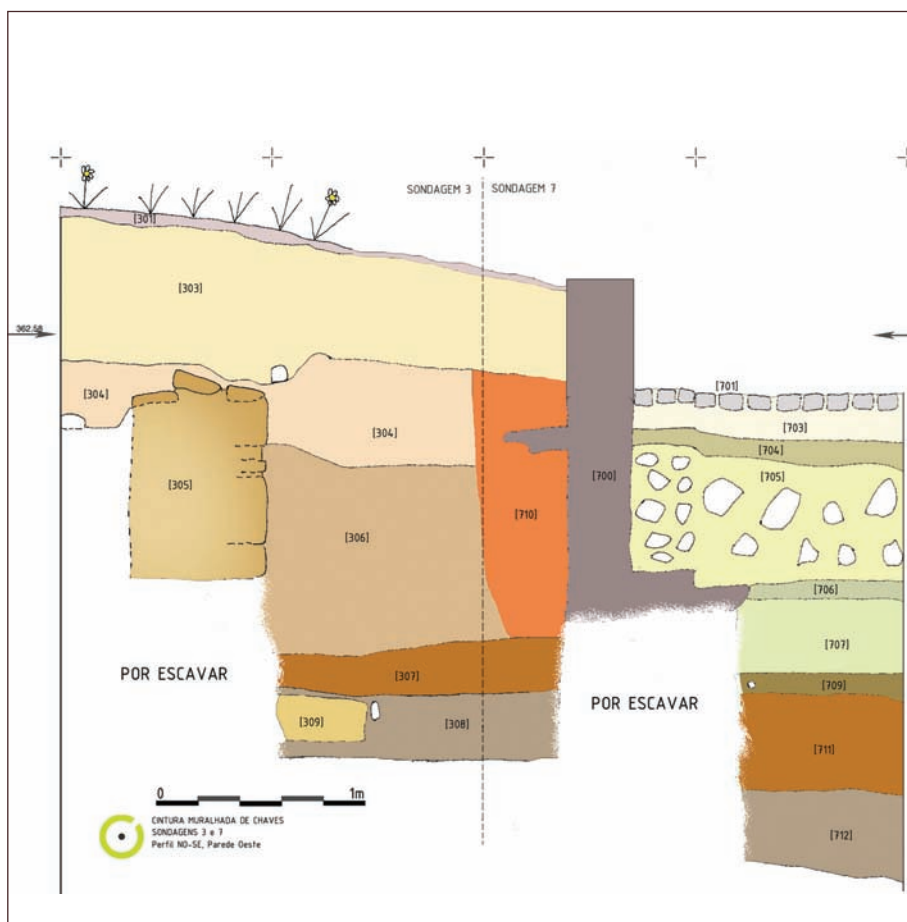
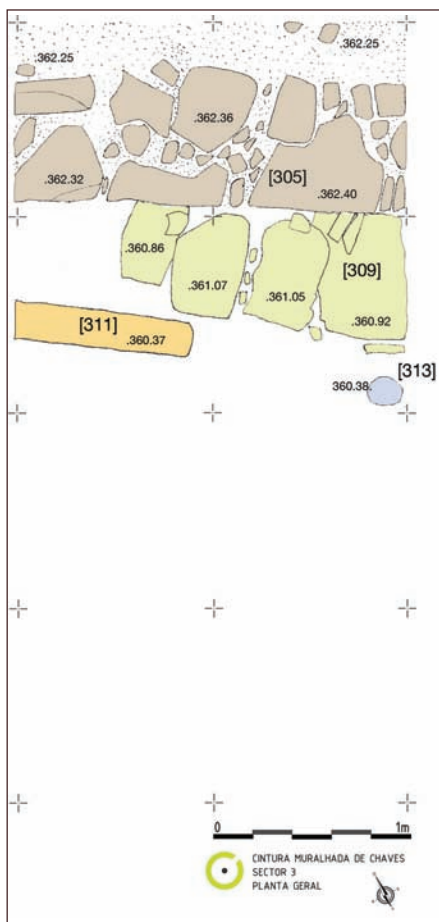
O espólio cerâmico correspondente aos níveis romanos são enquadrados cronologicamente na segunda metade do séc.I/inícios do séc.II.

Sondagem 8

A sondagem 8 com 2m x 2m enquadrou-se na necessidade da compreensão da extensão do piso romano detectado na sondagem 2.

A sondagem 8 não revelou níveis estratigráficos e estruturas preservadas de ocupação medieval e romana, pois verifica-se uma profunda intrusão de níveis Moderno/Contemporâneos.

A abertura desta sondagem não permitiu detectar a extensão total do piso romano da sondagem 2 devido à grande violação existente nos níveis estratigráficos. Esta violação comprova-nos a existência de um grande desaterro efectuado na época Moderna e Contemporânea. Tal situação também nos é comprovada por um registo fotográfico da DGMEN dos anos 60 no qual aparece um edifício naquele local.



Sector 3

O sector 3 é constituído pelas sondagens 3 e 7 localizadas no canteiro do jardim da Rua da Muralha.

Sondagem 3

A sondagem 3 foi implantada no interior do canteiro do jardim da Rua da Muralha com o intuito da detecção do alinhamento da muralha Moderna.

A possível muralha de época Moderna corresponde à u.e.[305] tratando-se de um muro com cerca de 1 m de largura, com 2 m de comprimento e cerca de 0,90 m de altura. Esta estrutura corresponderá provavelmente à base dos alicerces da muralha ou talvez aos alicerces de um de edifício de época Moderna ou Contemporânea. O método construtivo desta estrutura é rude e tosco com lajes de média e grande dimensão contendo nos interstícios pedra miúda e terra.

Durante a remoção da u.e.[306] aparece-nos o nível estratigráfico [307] com 0,20 m de espessura que continha fragmentos cerâmicos tipo Vilar de Nantes. Na consequente escavação da u.e.[307] apareceu um sedimento de coloração anegrada designado por u.e.[308]. Este sedimento contém materiais datáveis do século XVIII e XIX, sendo na sua maioria cerâmica comum negra tipo Vilar de Nantes e fragmentos de faiança do século XVIII. Todavia, encontramos espólio datável do período romano - 3 fragmentos de *sigillata* hispânica - balizado cronologicamente entre o século II e provavelmente o III. A proveniência destes fragmentos será resultante provavelmente de escorrências ou de uma violação deste tipo de contexto feita durante os sécs. XVIII e XIX. Associado a este nível encontra-se a u.e.[309] uma estrutura composta por 4 lajes pouco afeioadas de média dimensão em granito, assentando no substrato geológico. No contexto da estrutura não foi encontrado qualquer tipo de espólio.

Após a remoção da u.e.[308] detectaram-se duas estruturas em negativo no substrato geológico sendo - u.e. [311] e [313]. A u.e.[311] é um rasgo efectuado no afloramento rochoso com cerca de 0,90 m de comprimento por 0,20 m de largura e a u.e.[313] corresponde a uma fossa com 0,20 m de diâmetro. Estas duas estruturas encontram-se preenchidas pela u.e.[308]. A sua interpretação e cronologia é extremamente difícil de esclarecer tendo em conta as diminutas dimensões da sondagem.



Sector 3 Aspecto da sondagem após os trabalhos arqueológicos.

Sondagem 7

A sondagem 7 corresponde ao alargamento da sondagem 3 com 2 m x 2 m. Este alargamento pretendia clarificar algumas questões levantadas na sondagem 3 nomeadamente relativamente à estrutura [309].

Os resultados obtidos na sondagem 7 não foram os esperados, pois não permitiram a contextualização da estrutura referente à u.e.[309], uma vez que esta não se prolongava neste sentido.

Sector 4

O sector 4 é composto pela sondagem 4.

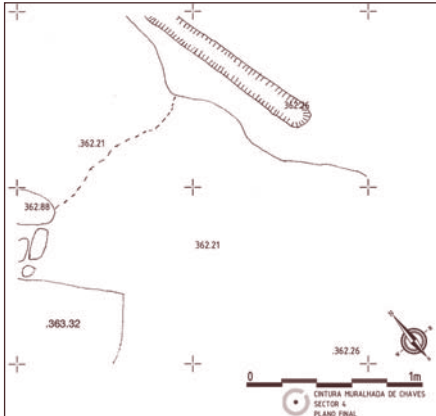
Sondagem 4

A sondagem 4 (2 m x 2 m) localiza-se no jardim da Rua da Muralha. A implantação desta sondagem tinha como objectivo primordial a detecção do tramo de muralha de Época Moderna.

A perspectiva da detecção de um tramo de muralha preservado, esbateu-se quando detectámos a u.e. [408], um sedimento acastanhado escuro composto por elementos pétreos de pequena e média dimensão, na qual se encontrava um grande silhar deslocado, o que nos comprova a sua adulteração. Este silhar deveria ser um elemento constituinte da referida estrutura de fortificação. O espólio artefactual deste nível estratigráfico caracteriza-se por cerâmicas de produção tipo Vilar de Nantes. Este nível estratigráfico terá sido resultante da intervenção da abertura da Rua da Muralha na década dos anos 30 do séc.XX.

No final da decapagem da u.e.[409] detectou-se o substrato geológico, no qual foi detectada uma possível conduta escavada na rocha com cerca de 1m de comprimento por 0,16m de largura.

A sondagem 4 em termos de resultados estruturais e estratigráficos preservados não se demonstrou relevante. Os resultados obtidos através da abertura desta sondagem só serviram para confirmar a destruição do tramo de muralha de Época Moderna e a detecção de uma pequena conduta escavada no substrato rochoso. De salientar que todos os níveis estratigráficos são relativos à Época Contemporânea, com a excepção do nível estratigráfico [409] que deverá corresponder à Época Moderna.



Sector 5 Aspecto final dos trabalhos.

Sector 5

O sector 5 é constituído pela sondagem 5.

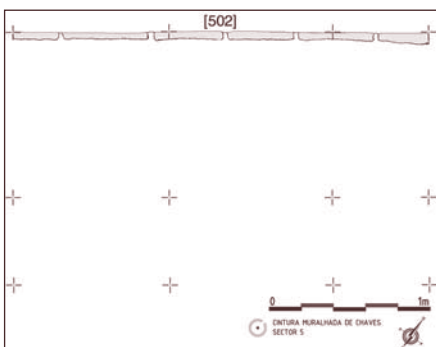
Sondagem 5

A sondagem 5 com 2,50m por 1,50 m foi implantada na Rua Postigo dos Manos junto ao tramo de muralha.

No decorrer da intervenção detectou-se uma vala de fundação - u.e.[507] - da u.e. [502], um sedimento de coloração acastanhada com inclusões de pequenos elementos pétreos e cimento, demonstrando-se também estéril em espólio arqueológico.

A decapagem desta vala de fundação permitiu uma melhor visualização do tramo de muralha até então datado do período Alto-Imperial reaproveitado na época medieval - u.e.[502]. Este tramo de muralha foi completamente reconstituído pela intervenção da DGMEN na década de 60 do séc. XX. Este facto encontra-se fundamentado pelo aparecimento de cimento na base da muralha - u.e.[509].

Os resultados obtidos através desta intervenção traduzem-se numa clarificação do estado de conservação da muralha e nas alterações sofridas, quer pelas condições climáticas, quer pela acção humana.





Rua Postigo dos Manos. Aspecto das obras realizadas pela DGMEN.

Conclusões

O programa de sondagens arqueológicas a que se reporta este texto teve como objectivo a obtenção de informação “fundamentada e integrada” que permitisse caracterizar a cintura muralhada de Chaves, estudo este que irá servir de suporte técnico das acções a implementar no âmbito do Programa Polis em Chaves.

Em jeito de conclusão, gostaríamos desde já salientar que este é um objectivo demasiado ambicioso para um programa de sondagens tão diminuto. Obviamente que a abertura de 49,50 m² não permitiu esclarecer todas as dúvidas que existem sobre a cintura muralhada de Chaves. Bem pelo contrário. Como era de esperar, estas sondagens vieram trazer novas questões. Ficariamos muito desgostosos se assim não fosse. cremos que estes trabalhos, mais do que resultados, abriram algumas linhas de abordagem que há que investigar em futuros projectos.

Uma vez que estes trabalhos arqueológicos foram concebidos para ajudar a contar uma história, a história da cintura muralhada de Chaves, vamos de seguida enumerar os principais resultados obtidos.

A história das cidades faz-se de dinamismo, de transformações, de destruições e de reconstruções. Os registos no tempo desses processos surgem frequentemente miscigenados. Cumpre-nos, a nós, arqueólogos, tentar distinguir e interpretar os achados face ao processo histórico.

Sabemos que a cidade de Chaves foi uma importante urbe que terá sido promovida a nível administrativo e urbanístico no período flaviano entre 74 e 79 d.C., tendo-lhe sido atribuído o *ius Latii*, ascendendo então à categoria de *municipium Latinum*. A este período pertencem algumas estruturas do sector 1 (u.e.s [134], [617], [158], (163), [164], (165) e (166), [167]) relacionadas com um amplo compartimento definido pelos muros [134] e [617]. cremos tratar-se de um espaço com alguma importância tendo em conta a quantidade de vidros de janela que surgiram associados, perfeitamente datado pelo sestércio de Domiciano (83/84 e 96 d.C.). Efectivamente, é comumente aceite que apenas os edifícios com algum prestígio sócio-político ou pertença de uma pessoa com posses possuíam janelas vidradas, sendo usual as janelas revestidas a gesso. As evidências arqueológicas apontam para um espaço aberto, ou parcialmente telhado. Foram igualmente identificadas algumas estruturas negativas (vala de escoamento de águas e buracos de poste) que se poderão relacionar com alguma actividade artesanal que por ora não conseguimos definir.

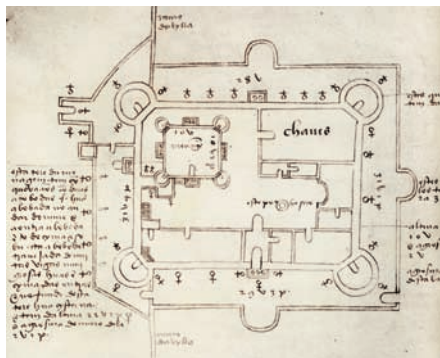
Mais tarde, talvez nos finais do séc.II/inícios do III, terão sido construídos os muros [142] e [622]. Esta nossa ilação é fundamentada, não nos materiais recolhidos, escassos e incaracterísticos, mas sim na leitura estratigráfica. De facto, ambos se encontram praticamente à mesma cota e apresentam semelhanças ao nível construtivo.

Ainda ao período alto-imperial pertencem um muro e um piso de ar livre identificado no sector 2. A construção de um piso a céu aberto na época romana obedecia, conforme foi já referido, a um processo construtivo faseado. Primeiro eram removidos os sedimentos o mais profundo possível até se atingir uma base sólida. De seguida, colocavam-se alternadamente camadas de areia lixiviada e carvões bem compactadas e niveladas e camadas com pedras e cerâmica de construção moída, consolidada por *opus caementicium*. O número destas camadas variava consoante a necessidade ditada pela morfologia do terreno.

A última camada a ser colocada em *opus caementicium* possuía uma ou mais caleiras ao centro do piso sendo este coberto com uma camada aplanada de areão com elementos carbonosos. A inserção de carvões nas camadas tinha como função a drenagem dos pisos devido à elevada porosidade do carvão, mantendo os passeios sempre secos e não lodosos.

Por volta dos finais do séc. III/inícios do IV, terá sido edificada a muralha descrita com as u.e.s [168] e [614]. Trata-se de uma imponente estrutura com 2,80m de largura máxima edificada quase exclusivamente com blocos paralelepípedicos almofadados. Estes teriam pertencido primitivamente a um arco quiçá do pórtico do fórum.

Os dados sobre a ocupação medieval, do período dionisino, resumem-se à observação dos alicerces da Torre de Menagem no sector 1 e do “muro da vyla” - termo utilizado por Duarte de Armas - no sector 2. Ambos transmitem um cuidado extremo na sua construção. Estas eram feitas pela sobreposição de fiadas de silhares em patamares colocados em valas previamente abertas no substrato rochoso.



Planta da fortaleza de Chaves, segundo Duarte de Armas.

Ainda da Idade Média, mas muito provavelmente construída durante o reinado de D. Fernando, será uma muralha por nós designada com a u.e.[108]. Esta corresponderá à linha que define o Pátio Principal. Deve ter sido edificada com o intuito de servir de linha de defesa da Torre de Menagem, bem como para albergar as inovações bélicas da época – os trons. Encontra-se adossada à Torre de Menagem, partindo do extremo Sul desta. Contudo, neste caso concreto, o dado mais importante obtido com estas sondagens, foi o termos percebido que esta estrutura assenta directamente na u.e.[168], por nós classificada como muralha Baixo Imperial. Deste modo, podemos adiantar, como hipótese de trabalho, que esta linha amuralhada que cria, no fundo, um apêndice à Torre de Menagem, reaproveitou como alicerce o traçado da muralha do Baixo Império. Este dado explica, quanto a nós, o facto de esta linha amuralhada fernandina não se encontrar paralela à Torre de Menagem. Tal aspecto é tão invulgar que o próprio Duarte de Armas representa-o em planta perfeitamente paralelo à Torre de Menagem.

De um período indeterminado, mas provavelmente dos finais do séc. XV, surgiu nas sondagens 9 e 10 do sector 1, uma possante estrutura pétrea, não totalmente escavada u.e.s[908], [912] e [916]. O facto de não possuir face interna e não podermos falar de aparelho, uma vez que esta é composta por um aglomerado algo caótico de pedras e lajes, faz-nos colocar a hipótese de se tratar do suporte de um talude que era comum construir-se para dificultar a aproximação dos trons. Esta hipótese interpretativa carece de mais dados e a sua correcta avaliação só será feita com o alargamento desta sondagem para Oeste.

Ao período Moderno pertencem os tramos de muralha do Baluarte do Castelo, no sector 2 e os parcos vestígios do alinhamento da muralha que liga o Baluarte do Castelo com o Forte de S. Francisco no sector 3 muito adulterado e destruído nos anos 30 do séc. XX pela abertura da artéria de circulação.

Queremos igualmente sublinhar os dados obtidos no sector 5, pois colocam em causa a interpretação cronológica que tem sido proposta [Rodríguez Colmenero, 1997b) ao tramo de muralha da Rua Postigo dos Manos. Conseguimos registar a existência de cimento na base da muralha, facto que vem comprovar a profunda acção feita pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais nos anos 60 do séc. XX. Deste modo, cremos que a imagem que hoje temos do tramo, com silhares romanos reaproveitados, poderá ser fruto do trabalho da DGMEN.

Bibliografia

ADAM, J. P. (1984) - *La construction romaine*. Paris: Grands Manuels Picard.

AIRES. (1990) - *Toponímia Flaviense*. Chaves.

ALARCÃO, J. de (1992) - A cidade romana em Portugal: Renovação urbana em Portugal na Época Romana. In *Cidades e História*.

ALARCÃO, J. de (1998) - A paisagem rural romana e alto-medieval em Portugal, *ConimbrigaXXXVII*, Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 37, p. 89-119

ALARCÃO, J. de (2001) - As Paróquias Suélicas no Território actualmente Português, In *Religião, Lengua e Cultura Preromanas de Hispania*, p. 29-59.

ALMEIDA, C. A. F. de (1978) - *Castelologia Medieval de Entre-Douro e Minho*. Porto.

ALMEIDA, C. A. F. de (1992) - Muralhas Românicas e Cercas Góticas de algumas Cidades do Centro e Norte de Portugal. In *Cidades e História*, p. 137-141. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

AMARAL, P. (1993) - *O Povoamento Romano no Vale Superior do Tâmega*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Dissertação de Mestrado, policopiada).

ARMAS, D. de (1990) - *Livro das Fortalezas*. Introdução de Manuel da Silva Castelo Branco. Lisboa.

- AZEVEDO, P. A. de (1901) - Extractos Archeológicos das Memorias Parochiaes de 1758. In *O Archeólogo Português*. Lisboa. 6: 3, p. 105.
- BARROCA, M. J. (1990) - Do castelo da reconquista ao castelo românico (sécs. IX aXIII), "Revista Portugália. Porto: DCTPUP. Nova Série, 11-12, p. 89-136.
- BARROCA, M. J. (2003) – *Nova História Militar de Portugal*. Casais de Mem Martins/Rio de Mouro: Círculo de Leitores.
- BARBOSA, J. P. (2004) - *Relatório Final – Sondagens Arqueológicas em Chaves (AQUAE FLAVIAE) – Rua de Santo António, 8/ Largo do Arrabalde (relatório depositado no IPA, policopiado)*.
- BARROS, E. da G. (1945-1954) - *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*. Lisboa: Livraria Sá da Costa. 11 vols.
- BORRALHEIRO, R. (1997) - *O Município de Chaves entre o Absolutismo e o Liberalismo (1790-1834)*. Braga.
- CARNEIRO, M. G. (1952) - *Urbanização de Chaves*. Braga: Oficinas Gráficas Pax.
- CARNEIRO, M. G. (1989) - As Caldas de Chaves e os Militares. In *Revista Aquae Flaviae*, Chaves. 2, p. 77-84.
- CARNEIRO, S. (2003) - Excavations in the County Gaol of Chaves. In AYÁN VILA, X. M.; BLANCO ROTEÁ, R.; MAÑANA BORRAZÁS, P. coord. (BAR International Series, 1175). - *Archaeotecture – Archaeology of Architecture*. Oxford.
- CARNEIRO, S. (2005) - Intervenções arqueológicas de emergência no centro históricode Chaves (1999-2000), Chaves. *Revista Aqvae Flaviae*. Chaves.
- CARVALHO, C. A. A. de (2005) - *Relatório de Trabalhos Arqueológicos de Arte Sacra – Chaves, Rua da Ordem e Rua de Santa Maria Maior (relatório depositado no IPA, policopiado)*.
- FERREIRA, F. E. R. (2002) - *Relatório de Intervenção Arqueológica na Rua de Santo António, nº43, Chaves*.
- LARRAZABAL GALARZA, J.; ARGUELLO MENÉNDEZ, J. J.; GARCÍA, MENÉNDEZ, M. (2000) - *Relatório Preliminar / Rua Direita, Santa Maria Maior, Chaves (relatório depositado no IPA, policopiado)*.
- GOMES, P. D. (1993), "O Povoamento Medieval em Trás-os-Montes e no Alto-Douro. Primeiras impressões e hipóteses de trabalho". *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. 2, p. 171-190.
- GOMES, P. D. (1993), *Arqueologia das Vilas Urbanas de Trás-os-Montes e Alto Douro: a reorganização do povoamento e dos territórios na Baixa Idade Média: séculos XII-XV*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Dissertação de Mestrado, policopiada).
- GOMES, R. C. (2003) - *Castelos da Raia. Volume II: Trás-os-Montes*. Lisboa: IPPAR.
- HARRIS, E. C. (1991)– *Princípios de Estratigrafia Arqueológica*. Barcelona: Crítica.
- MACIEL, M. J. (2006) - *Vitrúvio – Tratado de Arquitectura*. Lisboa: IST Press.

MARQUES, F. (2004) - *Relatório Preliminar das Sondagens Arqueológicas prévias de avaliação realizadas no âmbito do projecto “ Remodelação Urbanística e Tecnológica da Área Termal de Chaves”* (relatório depositado no IPA, policopiado).

MARQUES, F. (2005), *Relatório Preliminar – “Remodelação Urbanística e Tecnológica da Área Termal de Chaves – Sondagens Arqueológicas”*.

MARQUES, M. (2004) - *Relatório Preliminar das Sondagens Arqueológicas prévias de avaliação realizadas no âmbito do projecto de “ Reabilitação da área Envolvente ao Forte de S. Francisco”*.

MENÉNDEZ, J. J. A. ; MENÉNDEZ, M. G. (2003) - *Relatório Preliminar das Sondagens de Avaliação Arqueológica na Rua dos Ferradores Chaves, nº36*.

MENÉNDEZ, M. G. (2001) - *Relatório dos Trabalhos Arqueológicos no Largo do Arrabalde, nº61, Chaves*.

MENÉNDEZ, M. G. (2006) - *Relatório Preliminar dos Trabalhos de Avaliação Arqueológica na Rua de Santa Maria, nº19*.

Monteiro, J. G. ; Pontes, M. P. (2002) – *Castelos Portugueses*. IPPAR, Lisboa.

MORENO, H. B. (1986) - *Os municípios Portugueses nos Séculos XII a XVI*. Estudos de História. Editorial Presença, Lisboa.

RODRÍGUEZ COLMENERO, A. (1997a) - *Aquae Flaviae I. Fontes Epigráficas da Gallaecia Meridional Interior*. Câmara Municipal de Chaves, Chaves.

RODRÍGUEZ COLMENERO, A. (1997b) - *Aquae Flaviae II. O Tecido Urbanístico da Cidade Romana*. Câmara Municipal de Chaves, Chaves.

Roskams, S. (2003) - *Teoría y Práctica de la Excavación, Crítica Arqueologia*, Barcelona.

TEIXEIRA, R. (1996) - *De Aquae Flaviae Chaves*. Povoamento e organização do território entre a Antiguidade e a Idade Média. Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

TEIXEIRA, M.; VALLA, M.(1999) – *O Urbanismo Português, séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil*. Livros Horizonte, Lisboa.

TEIXEIRA, R. (2001) - *Castelos e Fortificações da Região de Chaves entre a “Reconquista” e a Baixa Idade Média*. In *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular, Vol. VII: Arqueologia da Idade Média da Península Ibérica*. ADECAP, Porto.

O casal romano do Relengo (Barragem do Sabugal)

Elementos para o estudo do povoamento romano
e tardo-romano no Vale do Cãa.

Marcos Osório

Ricardo Costeira da Silva

Dário Neves

Paulo Pernadas

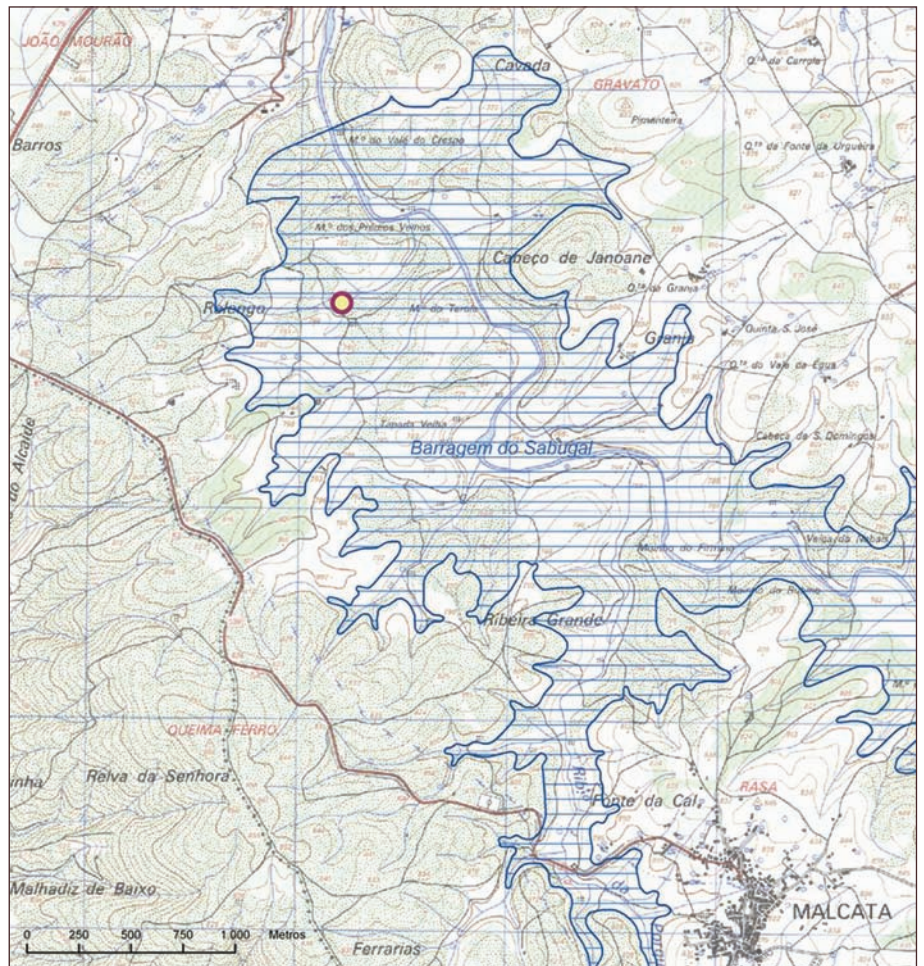


fig. 1 Localização do sítio arqueológico do Relengo, no interior da albufeira, na Carta Militar de Portugal, folha n.º 226 (escala 1: 25.000).

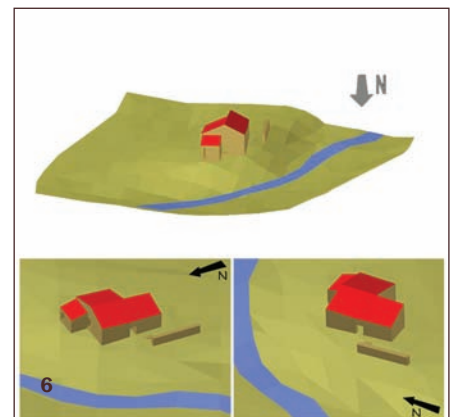
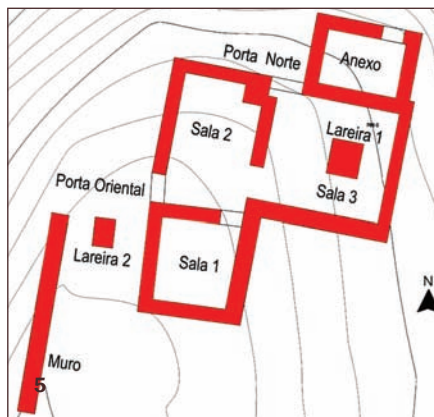
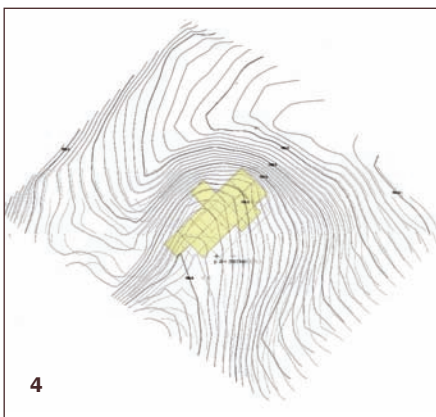
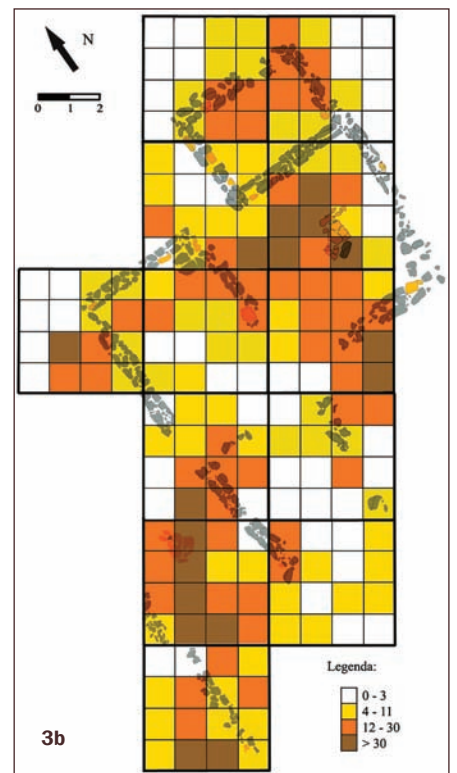
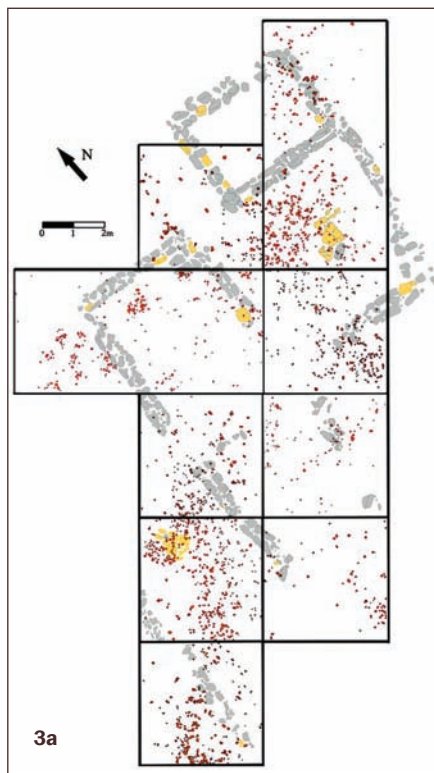
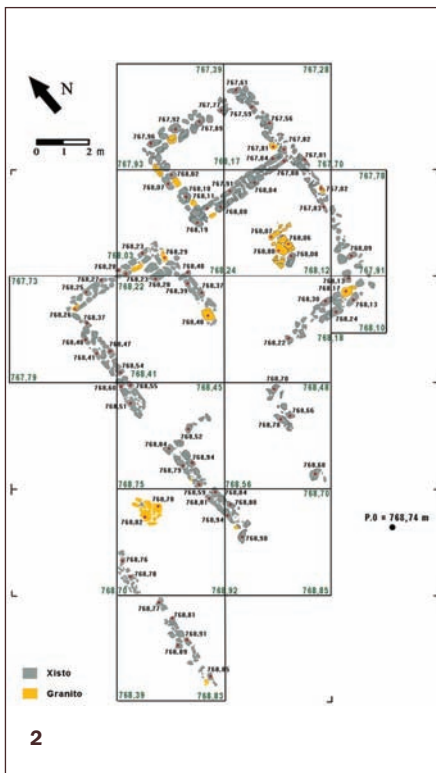
e 2006, proporcionando relevantes elementos para o conhecimento dos pequenos sítios rurais romanos e tardo-romanos na Beira Interior.

A estação arqueológica do Relengo foi descoberta, ocasionalmente, no interior da albufeira vazia da Barragem do Sabugal (Figura 1), durante o rebaixamento temporário da cota máxima para realização de obras. O sítio estava inédito, pois não se conheciam no vale do rio Côa, para montante da cidade do Sabugal, quaisquer estações arqueológicas (Osório, 2006). Estes vestígios também não foram identificados durante o acompanhamento arqueológico da construção da barragem, sendo apenas detectados nesta fase, após o esvaziamento da albufeira – devido à limpeza da cobertura vegetal pela acção da água, dando maior visibilidade aos materiais à superfície.

O Relengo fica localizado a 3 km para sul da cidade do Sabugal, na margem esquerda do vale do rio Côa, a 768 metros de altitude (Figura 1). É uma região drenada por várias linhas de água que alimentavam o rio Côa e que irrigavam toda a área. A mancha de materiais foi detectada numa pequena plataforma entre duas linhas de água, em zona de solos xistosos, barrentos e de escasso potencial estratigráfico. No topo desse relevo foi observada uma concentração, mais ou menos regular, de fragmentos de cerâmica de construção, com cerca de 350 m² de dispersão, onde pontualmente se adivinhavam algumas pedras do derrube e dos alinhamentos das paredes da construção.

Foi elaborado, de seguida, um plano de intervenção rápida na área arqueológica, para minimizar o impacto negativo da nova submersão pelo reenchimento da albufeira. De início, procedeu-se apenas à abertura de 5 sondagens de diagnóstico. Posteriormente, em conformidade com os resultados obtidos, procedemos ao alargamento da área de escavação, para abarcar a totalidade da construção e recolher indicadores funcionais e cronológicos do sítio.

Para implantação da malha quadrícula, foram definidos dois eixos de coordenadas de acordo com a topografia local e não orientados a norte (Figura 4). As quadrículas, com uma dimensão média de 4 X 4 metros, foram abertas a partir destes eixos, sendo designadas por coordenadas alfabéticas e numéricas.



Aspectos construtivos e organização do espaço

Devido não só aos processos erosivos, como também aos trabalhos agrícolas e à desmatação da barragem, o potencial estratigráfico era muito reduzido, restando apenas os derrubes da cobertura, das paredes e os entulhamentos posteriores, assentes sobre os níveis de ocupação, relativamente estreitos (Figuras 7 a 9). O afloramento rochoso apareceu, em determinados pontos, a escassa profundidade.

O material construtivo era predominantemente de xisto, tal como o substrato rochoso local, embora se tenham detectado alguns exemplares de granito nos derrubes e nas lareiras (Figura 2). De realçar o facto de não ter sido encontrado nenhum exemplar de soleira, lintel ou cunhal. Suspeitamos, pelo grau de destruição de todas as esquinas do edifício, que os cunhais, talvez em granito, tenham sido removidos e reutilizados em construções posteriores na região. O mesmo deve ter sucedido com os portados, sendo esta a explicação para a fraca definição e qualidade de acabamento dos vãos.

Concluimos que o aparelho construtivo era de pequena/média dimensão, disforme e aplicado a seco. Os alicerces estavam assentes em rasgos abertos no solo, ficando a face exterior encostada ao afloramento não escavado, permitindo que o nível interior do edifício estivesse a uma cota inferior em relação ao nível de circulação exterior. Quando não foram detectados os alinhamentos dos muros, eram estes rasgos no afloramento que permitiam localizar os mesmos.

A nível estrutural, podemos concluir que se trata de uma habitação com três compartimentos, de planta em “L” e com as paredes orientadas a norte. A fachada setentrional apresenta 11 metros, tendo uma abertura que define dois compartimentos para sul (Figura 5). Foi nesta fachada que se detectou um pequeno anexo com funções de apoio agrícola ou para arrumos. Do lado poente existe uma outra abertura, dando acesso a um pátio, delimitado a ocidente por um muro de suporte de terras em socalco, onde foi detectada uma lareira (Figuras 5, 11 e 12).

No interior do edifício, imediatamente acima do substrato rochoso, foi possível detectar um frágil nível de terra pisada e compacta que pode corresponder a um pavimento. Já no exterior, o afloramento aplanado constituía o nível de circulação, bastante alisado e nivelado, principalmente no lado sul e no pátio.

De salientar a existência de duas lareiras estruturadas em granito, uma no interior e outra no exterior da habitação (Figuras 2 e 5). A interior deveria ter funções de cariz doméstico - alimentar e de aquecimento (Figura 10), enquanto a do exterior, no pátio, serviria para o apoio das diversas actividades do casal (Figura 12).

A sua localização numa zona irrigada por diversas linhas de água e sobranceira ao rio Côa (Figura 1) terá favorecido a sua ocupação. Poderia, pois, tratar-se de um casal rústico, habitado por gente ligada à actividade agrícola, aproveitando o potencial hídrico das ribeiras anexas, podendo transaccionar os produtos da terra no aglomerado urbano

fig. 2 Planta das estruturas exumadas.

fig. 3 Confronto do desenho dos *imbrices* recolhidos à superfície e do esquema quantitativo da sua mancha de dispersão, com a planta da construção.

fig. 4 Localização das sondagens no levantamento topográfico.

fig. 5 Planta interpretativa das estruturas exumadas.

fig. 6 Reconstituição topográfica e arquitectónica do casal romano do Relengo.



fig. 7 e 8 Vista geral da sala 1 e da sala 2.

fig. 9 e 10 Vista geral da sala 3, no nível de circulação interno, e pormenor da Lareira 1 existente no centro desse compartimento.

fig. 11 e 12 Vista geral do pátio, do lado poente do edifício, definido pelo muro externo, e pormenor da Lareira 2 aí localizada.

romano do Sabugal, a 3 km para norte, onde se conhecem ricos testemunhos relativos a uma forte presença romana: quatro epígrafes, cantaria almofadada, fustes de coluna, cerâmica de construção e moedas (Osório, 2006: 66). Acredita-se, em função dos materiais recolhidos e de outros dados de análise de povoamento romano, que aqui existiria um aglomerado urbano (*vicus* ou *mansio*), talvez de nome *Equotule*. Por aí passava uma importante via romana, ligando a Cova da Beira à Meseta, atravessando o rio Côa nesse exacto ponto. Mas, desconhecia-se o povoamento rural envolvente, que naturalmente devia ser importante.

O telhado seria composto por duas águas, viradas para nascente e para poente, cobrindo respectivamente a sala 3 de um lado e as salas 1 e 2 do outro (Figura 6). A empena central parece adivinhar-se no intrincado e reforçado arranque da parede que separa a sala 2 da 3, que só seria explicado pela necessidade de colocar aí um pilar ou poste de suporte de uma viga no sentido norte-sul. O anexo também era coberto, não se verificando o mesmo com o pátio, apesar de aí ter sido detectada uma grande concentração de pequenos fragmentos de telha, muito rolados (Figura 3), talvez devido à inclinação do terreno – não estando caídos *in situ*.

Como dormitório ou espaço de trabalhos artesanais deviam ser utilizadas as salas 1 e 2, enquanto a presença de uma lareira na sala 3 faz-nos classificar este espaço como cozinha (Figura 5).

O espólio

Num sítio onde os contextos estratigráficos se apresentam bastante debilitados e as estruturas apenas se conservaram ao nível dos alicerces, a análise do espólio recolhido revela-se, por si só, fundamental para a percepção do panorama cronológico e das influências culturais deste casal rústico.

O lote de materiais recolhido caracteriza-se por ser relativamente escasso e por apresentar um conjunto de fabricos e um repertório formal pouco diversificado.¹ Não obstante, o conjunto de peças identificado parece-nos constituir uma amostragem suficientemente representativa para que dele possamos realizar algumas inferências cronológicas. Com efeito, conseguimos isolar dois grupos de materiais de diferente datação.

Um primeiro grupo, muito residual, é composto por materiais que se inserem nos finais do século I d.C. Entre estes destacam-se dois fragmentos de *terra sigillata* hispânica correspondentes aos fundos de uma taça (de forma indeterminada) e de um prato tipo Dragendorff 18, de cronologia mais antiga (Figura 25). Outro elemento que nos auxiliou como indicador cronológico para esta primeira fase de ocupação do assentamento foi a recolha de um denário de prata de Vespasiano² (Figura 13a). O numisma data de cerca de 74 d.C. (Osório, 2008: 93)

Poderemos também aqui incluir facilmente alguns fragmentos de cerâmica doméstica comum característicos desta época. Tratam-se de cerâmicas de pastas alaranjadas ou cremes, depuradas e finas, por vezes porosas, produzidas ao torno, onde se destaca um gargalo de uma pequena bilha e o fundo de uma pequena taça (Figuras 28 e 30).

O perfil técnico-morfológico bem como o repertório decorativo permitiram-nos individualizar um segundo lote cerâmico.

Neste, a observação das características tecnológicas das peças aponta para um registo global constituído por pastas com abundantes desengordurantes e de má qualidade e superfícies rugosas, o que sugere um claro predomínio dos fabricos locais/regionais. Estes artefactos são predominantemente modelados a torno lento e cozidos a temperaturas médias/baixas, assistindo-se a uma preponderância das atmosferas redutoras sobre as oxidantes.

¹ Este facto, poderá resultar do contexto socio-económico onde este casal se insere, mas também dos processos pós-deposicionais de vária ordem que terá sofrido desde a data do seu abandono.

² No anverso apresenta a cabeça do imperador laureada voltada à direita e em redor a legenda *IMP CAESAR VESPASIANVS AVG*. No reverso observa-se um caduceu com asas e em redor a legenda *TR P CC PON MAX*.

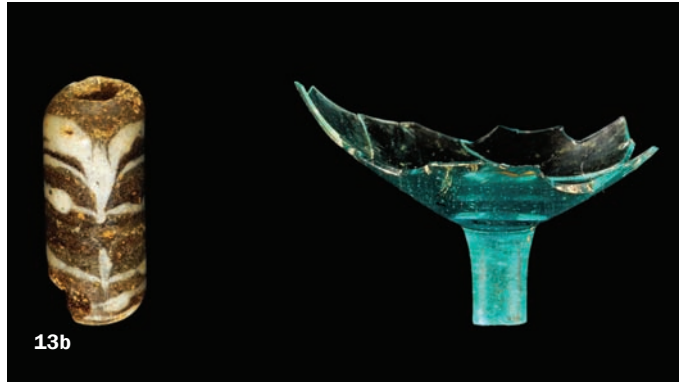


fig. 13a Anverso e reverso do Denário de Vespasiano.

fig. 13b Conta de colar de pasta vítrea e fragmento de cálice de vidro (Isings 111).

fig. 14 Alguns exemplares de imbrices decorados com motivos digitados e penteados.

Em relação ao espectro formal e funcional denota-se uma supremacia ou quase exclusividade de recipientes de armazenamento e de cozinha sobre formas de servir à mesa. A loiça de cozinha é constituída por painéis de colo pouco expressivo, consistindo num estrangulamento do bojo do qual parte directamente o bordo extrovertido ou em aba soerguida de lábio boleado (Figuras 20 a 24, 26 e 29). Os fundos são planos e as asas em fita com secção sub-rectangular apresentando uma ligeira depressão longitudinal (Figura 27). Relativamente aos contentores de armazenamento, realça-se a presença de grandes potes de bordos extrovertidos (por vezes com ressalto interno) e lábios boleados. (Figuras 18 e 19)

Independentemente da sua tipologia e forma, muitos destes recipientes apresentam-se decorados. A técnica decorativa utilizada é a incisão, destacando-se os meandros e as sequências de ondas penteadas isoladas ou em alternância com bandas de caneluras horizontais (Figuras 15 a 19). Estes motivos surgem frequentemente em produções cerâmicas desde o século IV ao século VIII d.C. (Gutiérrez Lloret et al., 2003; Azkarate et al., 2003). De facto, com relativa facilidade encontramos paralelos para estas cerâmicas junto das produções tardo-romanas e hispano-visigóticas do vale do Douro (Larrén et al., 2003: 292), Meseta (Vigil-Escalera Guirado, 2003: fig. 2 a 4; Ancien Almansa, 1991: fig. 5 e 8) e Região Asturiana (Azkarate et al., 2003: 382).

No entanto, quando falamos de cerâmica comum proveniente de um pequeno casal rústico em terras do interior deveremos ter em conta que as técnicas e formas cerâmicas têm uma ampla perduração no tempo, ou seja, o registo material é pobre e de escassa originalidade e muitos modelos cerâmicos apenas se alteram com o decurso dos séculos. Não obstante, chamamos à colação um outro elemento que nos auxiliou a balizar ou afinar esta cronologia. Trata-se de um cálice de vidro com pé maciço cilíndrico e copa tulipiforme de cor verde gelo de tipo Isings 111 (Isings, 1957: 139), perfeitamente datável do século IV-V (Osório, 2008: 92) (Figuras 13b e 31).

Para além destes dois grupos, gostaríamos ainda de enunciar a presença de alguns materiais que pela ampla diacronia de produção ou pela ausência de características distintivas, resultam de difícil atribuição cronológica. Referimo-nos aos grandes recipientes de armazenamento pertencentes a *dolia*, a uma conta de colar cilíndrica de pasta vítrea de cor branca e negra (Osório, 2008: 85) (Figuras 13b e 32), um fragmento de bracelete ou fíbula de prata, um fragmento de escopro ou espigão, um cossoiro em xisto, uma tampa circular em xisto, dois pequenos fragmentos de mós manuais giratórias e duas pedras de afiar.

Resumindo, poderemos constatar a presença de dois grupos de materiais de cronologia distinta: um de finais do século I d.C. outro dos séculos IV-V d.C.. Este facto, aliado à aparente ausência de materiais datáveis de uma fase intermédia a estes dois momentos, deixa-nos tentados a propor a existência de dois períodos de ocupação distinta.

Embora se ressalve o facto desta interpretação advir exclusivamente da análise isolada dos materiais e não participada pelos índices estratigráficos, parece-nos plausível adiantar-se a hipótese deste casal rústico, após uma primeira ocupação datada de finais do século I d.C., ter sido reocupado entre os séculos IV e V d.C. Assim, os dados disponíveis neste local parecem apontar para uma reocupação ou reabilitação em finais do Império Romano dos habitats outrora ocupados. Desta forma, a paisagem tardo-romana (e possivelmente dos períodos imediatamente sucessivos) poderá não contemplar uma ruptura das antigas redes de povoamento, mas antes a recuperação ou manutenção dos padrões ocupacionais manifestados no Alto-Império.

Ainda no âmbito desta última ocupação do sítio, insere-se a grande quantidade de *imbrices* decorados exumados, testemunho do segundo momento de reabilitação do imóvel, talvez já devoluto.

No início dos trabalhos arqueológicos, a forte presença destes vestígios materiais, fazia crer estarmos perante um sítio de cronologia avançada. Contudo no decorrer da escavação, a identificação de materiais romanos veio alterar esta primeira impressão. A elevada quantidade de *imbrices*, face à presença das *tegulae*, e a sua assinalável diversidade justificava uma análise mais pormenorizada destes artefactos. Como a amostra de

imbrices era considerável e variada, seleccionou-se um universo de 60 *imbrices* entre os maiores, mais bem conservados e com motivos decorativos legíveis. Contudo, não foi possível reconstituir integralmente um único *imbrex*. O comprimento máximo dos fragmentos de *imbrices* estudados atingiu apenas os 35 cm a 45 cm. Já a largura, variou entre 20 a 30 cm, dependendo de se tratar da extremidade superior ou inferior. A espessura era regular, registando-se valores entre os 2 e 2,5 cm. - uma das características mais homogêneas da amostra.

Relativamente às características técnicas estes *imbrices* apresentam pastas grosseiras, com abundantes elementos não plásticos e superfícies variando entre os tons de creme, alaranjado, vermelho e castanho. Nem todos os fragmentos possuem uma cor uniforme, a maioria mostra nuances de cor e queimaduras, devido à cozedura e à forma como estiveram expostos no forno.

Os *imbrices* de pastas mais claras aduzem características únicas na sua composição: são mais finos, frágeis e quebradiços, e denotam uma produção em ambientes oxidantes. Em termos decorativos, apresentam motivos fundamentalmente penteados:



a) Fixos



b) Circulares

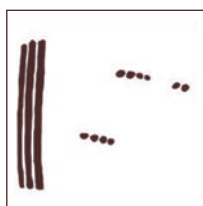


d) Ondulados



e) Lineares

Apesar do elevado índice de fragmentação foi ainda possível detectar as seguintes combinações de motivos penteados:



a) Fixos e lineares



b) Lineares tipo "espiga"

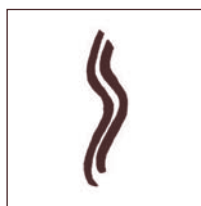


c) Circulares e ondulados

Os *imbrices* de pastas mais escuras revelam maior compacticidade, resistência e um perfil mais grosseiro, tendo sido produzidos em ambientes mais redutores. A decoração destes é maioritariamente digitada:



a) Em "S"



b) Ondulados



c) Lineares



d) Fixos

Alguns *imbrices* apresentam, na sua extremidade, duas impressões digitais profundas, que depois deslizam pelo resto da face em zig-zag ou ondulados superficiais. Tal como na categoria anterior, também estes materiais ostentam combinações de motivos:



a) Fixos e em zig-zag

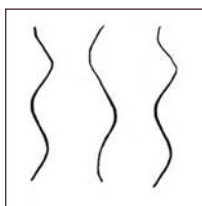


b) Lineares e ondulados



c) Pluralidade de dedos

Foi ainda detectado um *imbrex* com uma decoração distinta e única, face aos restantes exemplares, com decoração incisa ondulada:



Perante estes dois principais grupos de *imbrices* recolhidos, distintos quanto à decoração e ao fabrico, colocamos a questão de se seriam produto de uma mesma olaria e fabricados na mesma época, ou se eles correspondem a diferentes produções oleiras e a diversas cronologias. Esta questão torna-se mais evidente quando comparamos as pastas, as espessuras e as cozeduras das telhas de motivos digitados com as telhas de motivos penteados. Serão estas últimas mais antigas como parece sugerir o maior grau de fragmentação que apresentam? Ou serão, pelo contrário, mais recentes, devido à menor espessura que têm?

Infelizmente, os diferentes tipos decorativos não são cronologicamente possíveis de enquadrar. Decorações penteadas e digitadas podem ser contemporâneas ou espaçadas no tempo, ao sabor das tendências e dos gostos estilísticos. Mas, é notório que, pelo menos ao nível do fabrico, existem diferenças entre os dois grandes tipos de *imbrices* decorados. Serão apenas reflexo de duas oficinas de olaria?

Análises em torno da dispersão superficial de materiais.

Embora modesto, esta intervenção representa um contributo para o conhecimento da fisionomia dos pequenos assentamentos rústicos isolados, em época romana e tardo-romana.

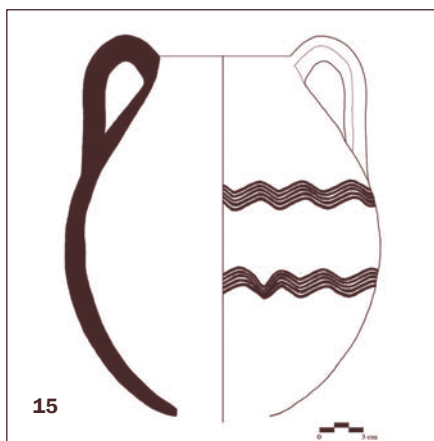
Na primeira avaliação à estação arqueológica, anterior à escavação, ficou a noção de que se tratava dum edifício de pequena dimensão, dada a reduzida área de dispersão do derrube do telhado (sensivelmente 350 m²) e os alinhamentos dos derrubes dos muros. Muito provavelmente um casal e seguramente de datação medieval.

Dado que o sítio seria escavado integralmente, aproveitou-se a oportunidade para aplicar algumas metodologias de análise, não intrusivas, nomeadamente o levantamento rigoroso e exaustivo da mancha de dispersão/concentração dos fragmentos de *imbrices* observáveis à superfície (Figura 3), de forma a confrontá-lo a *posteriori*, com a planta de estruturas.

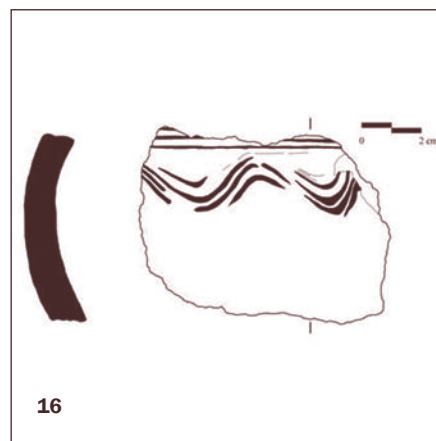
São poucos os trabalhos que analisam detalhadamente as manchas de dispersão da cerâmica de construção. Apesar do seu interesse relativo (em termos informativos), o facto de ser facilmente detectável à superfície faz da cerâmica de construção um bom indício da presença de sítios históricos, em trabalhos de prospecção.

Por outro lado, a análise dessas manchas de dispersão superficial permite-nos adivinhar também a provável localização das estruturas soterradas e constitui um indicador da

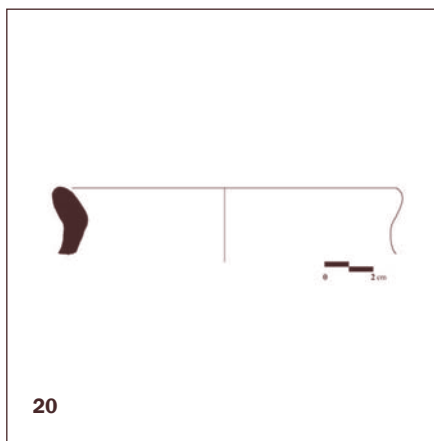
fig. 15 a 33 (pág. seguintes) Desenhos de materiais recolhidos no sítio do Relengo.



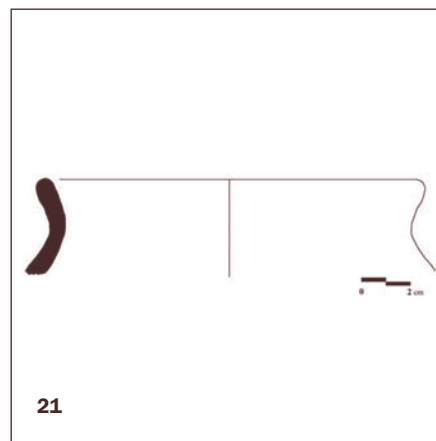
Relengo 2006	Descrição
Desenho Nº de Inventário Estratigrafia Tipo e funções	Paulo Pernadas & Marcos Osório. 204 D.4.7 Panela ou pote - Loiça de cozinha.
Morfologia	Bojo de formato ovóide, com bordo ligeiramente extrovertido e lábio arredondado. Duas asas de fita.
Dimensões Decoração Técnica	10 cm. de diâmetro de boca e cerca de 30 cm de altura. Duas bandas penteadas horizontais e onduladas. Cerâmica a torno lento ou manual, de pasta medianamente fina, de cor alaranjada, com cerne negro, de superfície pouco alisada, com nuances escuras de fuligem.



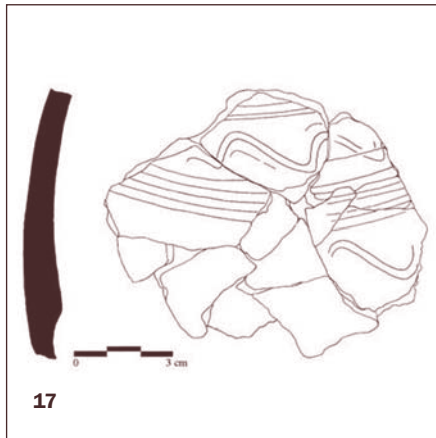
Relengo 2006	Descrição
Desenho Nº de Inventário Estratigrafia Morfologia	Paulo Pernadas & Marcos Osório. 203 D.4.9 Bojo
Decoração Técnica	Bandas penteadas horizontais, direitas e onduladas. Cerâmica a torno lento, de pasta grosseira, com abundante desengordurante, de cor acinzentada, de superfície rugosa e cor negra em ambas superfícies.



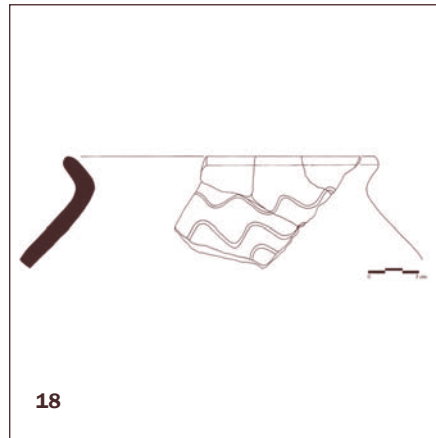
Relengo 2006	Descrição
Desenho Nº de Inventário Estratigrafia Tipo e funções	Paulo Pernadas. 199 D.3.8 Panela - Loiça de cozinha.
Morfologia	Colo direito, bordo extrovertido e lábio arredondado.
Dimensões Decoração Técnica	13 cm. de diâmetro de boca. Cerâmica a torno lento, de pasta grosseira, de cor negra, de superfície rugosa bastante enegrecida.



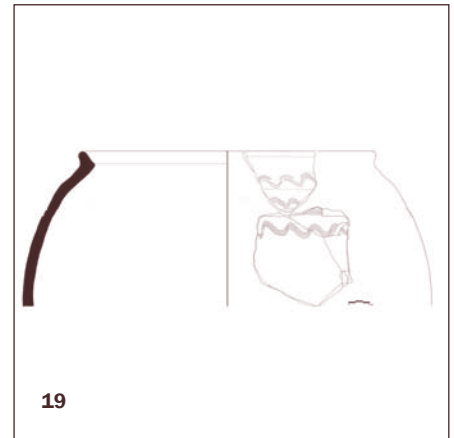
Relengo 2006	Descrição
Desenho Nº de Inventário Estratigrafia Tipo e funções	Paulo Pernadas. 200 B.3.7 Panela - Loiça de cozinha.
Morfologia	Colo introvertido, bordo extrovertido e lábio arredondado.
Dimensões Decoração Técnica	14 cm. de diâmetro de boca. Cerâmica a torno lento, de pasta grosseira, com abundante desengordurante, de cor castanha escura, de superfície grosseira e enegrecida no exterior.



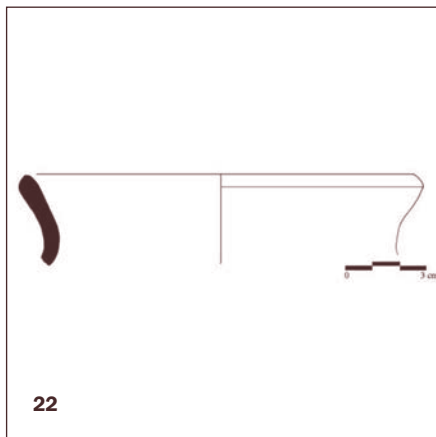
Relengo 2006	Descrição
Desenho Nº de Inventário Estratigrafia Morfologia	Sara Almeida. 148 D.4.2 Bojo
Decoração Técnica	Bandas penteadas horizontais direitas, intercaladas com penteados ondulados. Cerâmica a torno lento, de pasta grosseira, de cor castanha avermelhada, com abundante desgordurante, de superfície rugosa de cor negra no interior.



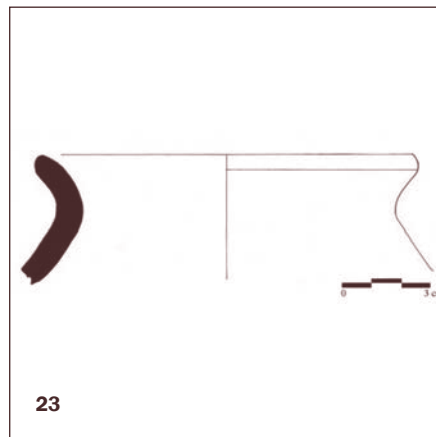
Relengo 2006	Descrição
Desenho Nº de Inventário Estratigrafia Tipo e funções	Sara Almeida. 187 D.4.7 Panela ou pote – Loiça de cozinha.
Morfologia	Colo introvertido e estrangulado, bordo bastante extrovertido e lábio arredondado.
Dimensões Decoração Técnica	24 cm. de diâmetro de boca. Várias linhas incisas, horizontais e onduladas. Cerâmica a torno lento, de pasta medianamente fina, micácea, de cor cinzenta clara, de superfície rugosa, e enegrecida no exterior.



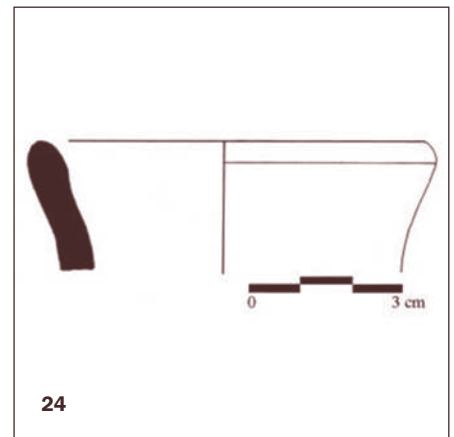
Relengo 2006	Descrição
Desenho Nº de Inventário Estratigrafia Tipo e funções	Sara Almeida & Marcos Osório. 181-182 C.4.5 e E.4.7 Grande pote – Armazenamento de alimentos.
Morfologia	Bojo esférico, colo introvertido, bordo extrovertido, com ressalto interno e lábio arredondado.
Dimensões Decoração Técnica	42 cm. de diâmetro de boca. Bandas penteadas horizontais, direitas e onduladas. Cerâmica a torno, de pasta fina, mas com desgordurante grosseiro, de cor creme/alaranjada, de cerne cinza claro. Superfície rugosa e porosa, com paredes espessas.



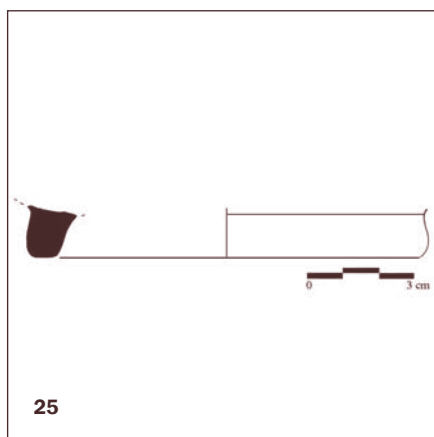
Relengo 2006	Descrição
Desenho Nº de Inventário Estratigrafia Tipo e funções	Sara Almeida. 190 B.3.7 Panela – Loiça de cozinha.
Morfologia	Bordo extrovertido e lábio biselado exteriormente.
Dimensões Decoração Técnica	14 cm. de diâmetro de boca. Cerâmica a torno lento, de pasta grosseira, de cor castanha, de superfície pouco alisada, com abundantes marcas de fuligem.



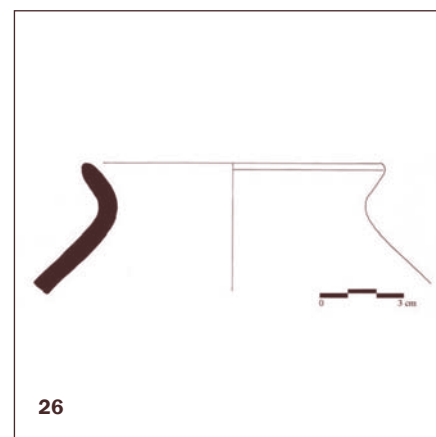
Relengo 2006	Descrição
Desenho Nº de Inventário Estratigrafia Tipo e funções	Sara Almeida. 146 D.4.2 Panela – Loiça de cozinha.
Morfologia	Colo introvertido, bordo extrovertido e lábio arredondado.
Dimensões Decoração Técnica	14 cm. de diâmetro de boca. Cerâmica a torno lento, de pasta muito grosseira, com abundante desgordurante, de cor castanha, de superfície bastante rugosa e erodida.



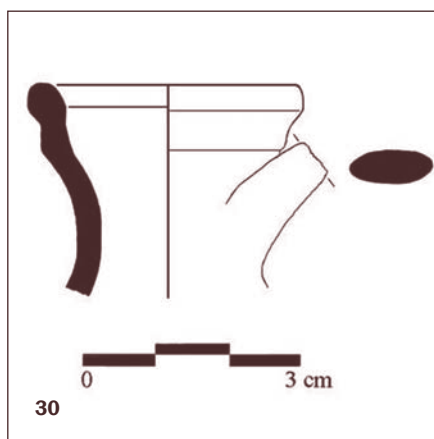
Relengo 2006	Descrição
Desenho Nº de Inventário Estratigrafia Tipo e funções	Sara Almeida. 191 E.4.7 Cântaro ou jarra – Conter ou transportar líquidos.
Morfologia	Bordo ligeiramente extrovertido e lábio arredondado.
Dimensões Decoração Técnica	7,5 cm. de diâmetro de boca. Cerâmica a torno, de pasta medianamente grosseira, de cor creme, e de superfície rugosa.



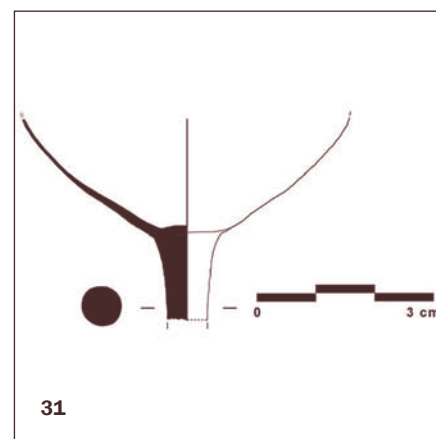
Relengo 2006	Descrição
Desenho Nº de Inventário Estratigrafia Tipo e funções	Sara Almeida. 180 F.3.7 Prato de Terra Sigillata Hispânica, tipo Draggendorf 18 - Loiça de mesa.
Morfologia	Fundo anelar, com pé ligeiramente extrovertido e espesso.
Dimensões Decoração Técnica	11 cm. de diâmetro de fundo. Cerâmica de pasta finíssima e verniz avermelhado.



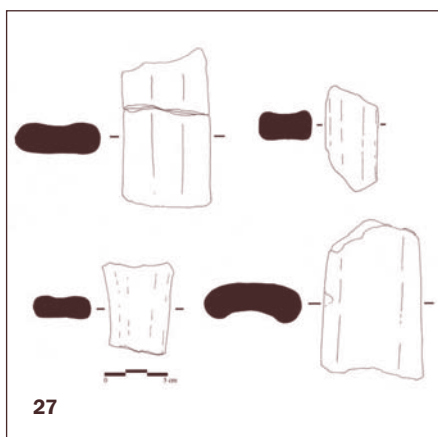
Relengo 2006	Descrição
Desenho Nº de Inventário Estratigrafia Tipo e funções	Sara Almeida. 198 E.4.9 Panela - Loiça de cozinha.
Morfologia	Colo introvertido e estrangulado, bordo extrovertido e lábio arredondado.
Dimensões Decoração Técnica	10 cm. de diâmetro de boca. Cerâmica a torno lento, de pasta negra com abundante desengordurante, de superfície rugosa, com paredes de espessura média.



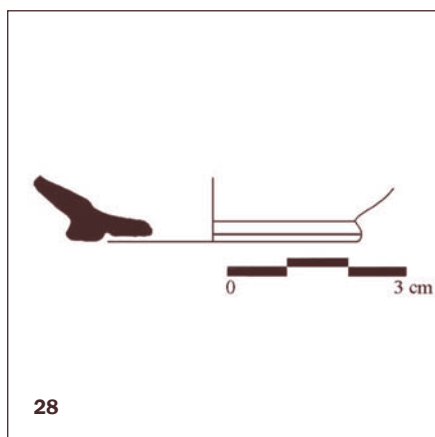
Relengo 2006	Descrição
Desenho Nº de Inventário Estratigrafia Tipo e funções	Paulo Pernadas & Marcos Osório. 197 À superfície. Bilha - Conter ou transportar líquidos.
Morfologia	Gargalo de lábio boleado e bordo com ressalto. Colo côncavo e extrovertido, com arranque de uma asa de secção oval.
Dimensões Decoração Técnica	3 cm. de diâmetro de boca. Cerâmica a torno, de pasta creme alaranjada, de superfície lisa e compacta, com paredes finas.



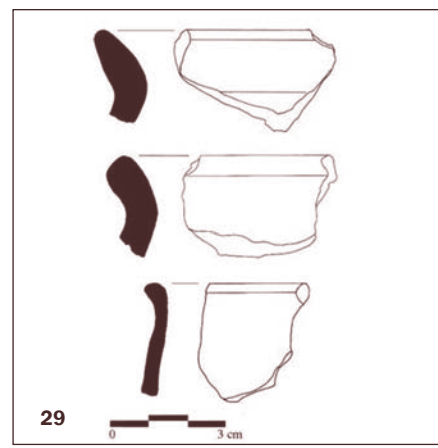
Relengo 2006	Descrição
Desenho Nº de Inventário Estratigrafia Tipo e funções	Marcos Osório. 196 C.4.7 Cálice - Vasilhame de mesa.
Morfologia	Pé maciço cilíndrico e copa tulipiforme.
Dimensões Decoração Técnica	Vidro de cor verde gelo.



Relengo 2006	Descrição
Desenho Nº de Inventário Estratigrafia	Sara Almeida. C.4.1 (183), E.3.11 (184), D.3.1 (185) e E.3.11 (186)
Morfologia	Asas de fita de secção subrectangular planas e côncavas, com ligeira depressão central e longitudinal.
Técnica	Cerâmica de pastas medianamente grosseiras, de cores creme-acastanhadas ou acinzentadas, de superfície razoavelmente alisada.



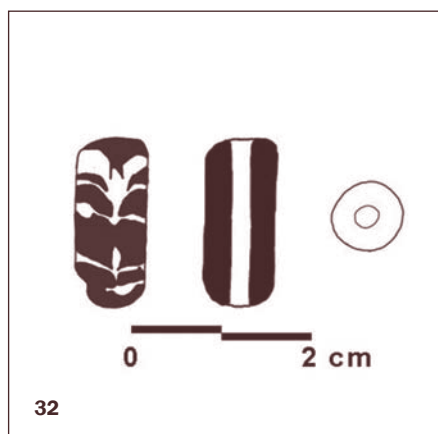
Relengo 2006	Descrição
Desenho Nº de Inventário Estratigrafia Tipo e funções	Sara Almeida. 101 E2/E3.1 Taça – Loiça de mesa.
Morfologia	Fundo com ligeiro ressalto, de paredes esvasadas e de pouca espessura
Dimensões Decoração Técnica	4,9 cm. de diâmetro de fundo. Cerâmica a torno, de pasta fina de cor alaranjada, de superfície alisada e engobe cinza esverdeado, com paredes muito finas.



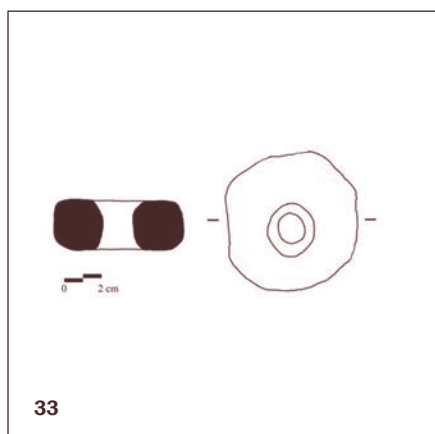
Relengo 2006	Descrição
Desenho Nº de Inventário Estratigrafia Tipo e funções	Sara Almeida. 192 B.3.7 Panela (?) – Loiça de cozinha.
Morfologia	Bordo extrovertido e lábio apontado.
Dimensões Decoração Técnica	Cerâmica a torno lento ou manual, de pasta muito grosseira de cor cinzenta, com desengordurante de grande calibre, e com superfície muito rugosa.

Relengo 2006	Descrição
Desenho Nº de Inventário Estratigrafia Tipo e funções	Sara Almeida. 193 E.3.12 Panela (?) – Loiça de cozinha.
Morfologia	Bordo extrovertido e lábio biselado exteriormente.
Dimensões Decoração Técnica	Cerâmica a torno ou manual, de pasta grosseira, de cor castanha clara. Superfície pouco alisada.

Relengo 2006	Descrição
Desenho Nº de Inventário Estratigrafia Tipo e funções	Sara Almeida. 122 E.2.2 Panela (?) – Loiça de cozinha.
Morfologia	Colo direito, bordo ligeiramente extrovertido e lábio biselado interiormente.
Dimensões Decoração Técnica	Cerâmica a torno, de pasta medianamente fina, micácea, de cor cinzenta escura, de superfície ligeiramente alisada e porosa.



Relengo 2006	Descrição
Desenho Nº de Inventário Estratigrafia Tipo e funções	Paulo Pernadas & Marcos Osório. 195 D.4.3 Conta de colar – Objecto decorativo.
Morfologia	Pequena peça cilíndrica, feita de pasta de vidro de cor branca e negra.
Dimensões Decoração Técnica	1 cm. de diâmetro e 2,2 cm de comprimento.



Relengo 2006	Descrição
Desenho Nº de Inventário Estratigrafia Tipo e funções	Paulo Pernadas & Marcos Osório. 194 C.4.8 Cossoiro – objecto ligado à fiação.
Morfologia	Disco de xisto de contorno irregular e orifício circular central.
Dimensões Decoração Técnica	3,4 - 3,8 cm. de diâmetro.

natureza do assentamento (Carvalho et al., 2002: 134). Verificamos que as classificações atribuídas apenas com base nestas observações de terreno não são, muitas vezes, condizentes com a realidade observada após a escavação. Tínhamos aqui uma oportunidade única de abordar estas e outras problemáticas e testar posteriormente os seus resultados.

Convertemos então o desenho exaustivo dos fragmentos superficiais, em gráfico percentual, a partir do cálculo do número de *imbrices* recolhidos por m². O desenho obtido (Figura 3) permitiu constatar que a mancha era marcada por algumas concentrações e alinhamentos, sobretudo no sentido NO/SE, de acordo com a topografia da plataforma e a orientação dos trabalhos agrícolas. Convinha avaliar se estas concentrações coincidiam com áreas edificadas cobertas, em oposição a outros espaços descobertos.

Confrontando o esquema de distribuição das telhas com a planta final da escavação (Figura 3), tarefa poucas vezes realizada nas intervenções arqueológicas em estações romanas, pudemos retirar algumas ilações:

a) O declive do terreno foi, naturalmente, decisivo para a dispersão dos materiais, sobretudo nas encostas NE e SO da plataforma.

b) A área dos alicerces da edificação revelou menor quantidade de *imbrices* à superfície, simplesmente porque os derrubes da cobertura não se acumulam, naturalmente, nas áreas dos alicerces construtivos, o que apenas ocorre graças a factores pós-depositivos. É lógico que nos pontos de passagem dos muros, mesmo após a sua ruína, não se verifique a queda da cobertura, que lhe é sempre anterior cronológica e estratigraficamente. Neste sentido e por factores relacionados com os mecanismos físicos de ruína a maior concentração de fragmentos de cerâmica de cobertura verifica-se no exterior e interior das paredes.

c) As salas 1 e 2 denotam menor quantidade de cerâmica de construção à superfície. Não seriam cobertas? Os resultados da escavação revelaram, porém, incidência razoável destes elementos nos estratos inferiores, permitindo supor que esta escassez se deve apenas aos próprios processos de revolvimento do solo, que não incidiram nos níveis selados sob os derrubes, com maior volume de telhas, escasseando à superfície.

d) A sala 3 tem maior quantidade de telhas *in situ* e pouco revolvidas. Isto não significa que só este compartimento fosse coberto, mas que os processos erosivos foram aqui menos evidentes e que os derrubes, pela inclinação do terreno, ruíram para o exterior do edificado, deixando o telhado derrubado praticamente à superfície.

e) Constatou-se também que o anexo existente na fachada norte terá sido coberto com telha e não com qualquer revestimento de matérias perecíveis.

f) Por fim, a concentração de telhas existente no espaço entre a casa e o muro exterior poente deve ser explicada pelo arrastamento e remeximento do solo, porque este amontoado de *imbrices* não parece estar *in situ* e encontra-se bastante mais rolado.

O derrube da cobertura do edificado, composto exclusivamente de *imbrices* (apesar do aparecimento de alguns escassos fragmentos de *tegulae*), foi um dos aspectos mais interessantes da escavação desta estação arqueológica, causando alguma indefinição inicial na atribuição da cronologia.

Se o achado quase exclusivo de telhas de canudo neste local nos induziu a datá-lo da época medieval, a presença da decoração parecia confirmá-lo. Com o abandono da utilização das *tegulae* na cobertura dos edifícios é frequente o achado em sítios de datação alto-medieval de telhas de canudo habilmente decoradas, sobretudo em ambientes islâmicos (por exemplo em Varela Gomes, 2004: 519, 522, 544, 551 e 563; Vieira, 2004: 130 e 153; Silva e Silva, 2005: 66). Contudo, talvez estas marcas também ocorram em ambientes romanos, embora de forma menos expressiva e, por isso mesmo, esquecidas. Com a descoberta do denário de Vespasiano e dos fragmentos de *sigillatas* hispânicas (Figura 13 e Desenho 17), que permitiram datar a ocupação mais antiga deste edifício do séc. I d.C., tornou-se necessário rever as considerações iniciais. Logo, a existência de pequenos edifícios rurais cobertos apenas com *imbrices* decorados com motivos digitados e penteados parecia admissível no Alto Império. No entanto, tendo-se balizado a ocupação do sítio, a partir dos materiais, entre o séc. I e o séc. V d.C., este derrube de *imbrices* decorados corresponderá, até pela sua inserção estratigráfica, à última fase de ocupação (explicando também a raridade das *tegulae* recolhidas, sobreviventes de primitivas coberturas do edifício).

Esta constatação leva a que se equacione com maior precaução a ideia de que só, na Alta Idade Média, se verifica o recurso exclusivo ao *imbrex*/telha de canudo conjuntamente com incremento da preocupação decorativa, pois como se atesta neste caso este padrão pode recuar a cronologias tardo-romanas.

Perante estas circunstâncias, podemos aventar algumas hipóteses explicativas dos critérios de selecção deste tipo de material de construção, no decurso da última fase de ocupação do sítio (Figura 6):

Por um lado, por questões técnicas, pois um telhado feito apenas com telha de canudo é mais leve e mais fácil de colocar/substituir; por outro, por questões de produção, se na época em que o proprietário fez a cobertura deste edifício se sentisse já um abandono produtivo das *tegulae*, com escassez de fornecimento ou quebra no abastecimento comercial a esta região interiorizada. Por fim, talvez por motivos económicos, se o proprietário não tivesse capacidade financeira para adquirir peças duplas de cerâmica de construção (o que não seria expectável para alguém que tem sigillatas, vidro, artefactos de prata e contas de pasta vítrea).

Reflexões finais sobre os casais rurais.

Apesar de constarem em grande quantidade nos inventários de povoamento romano decorrentes de trabalhos de prospecção (Perestrelo, 2003: 148; Osório, 2006: 103; Carvalho, 2007: 289), constituindo uma das categorias de ocupação mais frequente na região da Beira Interior, são raros os casais integralmente escavados e publicados. Segundo Jorge de Alarcão, o casal é a unidade menor do mundo rural, com óbvia identidade unifamiliar, distinguindo-se dos sítios maiores pela menor área de dispersão dos vestígios à superfície, pela fraca qualidade dos materiais, pela modesta posição em relação aos recursos naturais e pela menor superfície cultivada (Alarcão, 1990: 417 e 421). Para este investigador, os indícios materiais reveladores de um casal podem encontrar-se dispersos por uma área de apenas 100 m² a um máximo de 1000 m² (Alarcão, 1995: 390), rondando em média os 400 a 600 m² (Alarcão, 1998: 95). Já para a região da Cova da Beira, Pedro Carvalho propôs os valores médios de 900 a 1500 m² (Carvalho, 2007: 295 e 412). No Alto Côa foram definidos como casais 8 sítios com uma dispersão à superfície de 1000 a 4000 m² (Osório, 2006: 109). No casal do Relengo os valores registados ficaram aquém dos apresentados, devendo-se ao facto do pequeno outeiro onde foi edificado este casal não ter sofrido trabalhos agrícolas intensos e sucessivos que provocassem uma grande dispersão dos materiais, aproximando-se mais dos valores indicados por Jorge de Alarcão. É natural que em terrenos inclinados ou bastante lavrados os valores de dispersão possam ascender a 3000 ou 4000 m².

Ao contrário do que ocorre em outras regiões portuguesas (Lopes, Carvalho e Gomes, 1997: 137), os casais romanos da Beira Interior, detectados em prospecção, revelam também menor qualidade do espólio, podendo resumir-se os vestígios superficiais apenas à cerâmica de construção e à cerâmica comum doméstica (Carvalho, 2007: 409). No inventário dos casais do Alto Côa, apenas em duas situações foram também recolhidos pesos de tear e mós manuais à superfície (Osório, 2006: 104). Se no momento da descoberta e limpeza do terreno, o sítio do Relengo apenas proporcionou os *imbrices* e a cerâmica doméstica, com a escavação foi possível exumar espólio de grande qualidade, talvez inesperado para um assentamento rural menor: os objectos de vidro, o denário de prata, o artefacto de prata, a conta de colar e as *sigillatas*, assemelhando-se ao espólio geralmente identificado, por exemplo, no Alentejo (Lopes, Carvalho e Gomes, 1997: 137). Na região do Alto Côa, verifica-se que os casais situam-se sobretudo no topo ou na encosta de relevos (tal como na região da Cova da Beira: Carvalho, 2007: 404), embora haja algumas situações em zonas planálticas, mas sempre em pontos de elevada altitude: quatro deles acima dos 850 m de altitude (Osório, 2006: 110). Encontram-se geralmente em áreas de solos mais pobres, expostos à erosão e às más condições climáticas, onde escasseiam as *villae* (como ocorre por exemplo na região de Serpa: Lopes, Carvalho e Gomes, 1997: 138) e abundam as aldeias, às quais podiam, em determinadas situações, estar associados (Alarcão, 1998: 94). O contexto natural do casal do Relengo enquadra-se perfeitamente neste panorama.

Ainda hoje perdura no interior do país a denominação de casal aplicado às tradicionais habitações isoladas, de planta rectangular, feitas em alvenaria de xisto e de granito (Dias, 1951: 108). Estes edifícios, quando são de xisto, possuem nos cunhais, nas portas e nas janelas, pedra aparelhada de granito. A cobertura tem duas a quatro águas e o telhado é feito com telha mourisca (*imbrices*) (Marques, 1936: 188). Este tipo de habitação adapta-se melhor às necessidades agrícolas e, por isso, tem sido mantido até aos nossos dias, com poucas alterações (Dias, 1951: 109-110). Jorge de Alarcão apresentou uma proposta gráfica de um típico casal romano, bastante coincidente com esta descrição das casas tradicionais da Beira Interior (Alarcão, 1998: Est. V). Contudo, actualmente,

este investigador considera que a figura está subdimensionada para o período romano (*apud* Carvalho et al., 2002: 134, nota 13), como se comprova em função dos resultados obtidos com o estudo do casal do Relengo (Figura 6).

Concluindo, com o Relengo ficámos a conhecer um casal agrícola rústico de três compartimentos, coberto apenas com telha de canudo e ocupado desde finais do séc. I até ao século IV-V, de forma continuada ou interrompida, em pleno vale do rio Côa, tornando-se numa referência para a compreensão do povoamento rural destas terras interiores da Lusitânia.

Bibliografia

ALARCÃO, J. de (1988) - *Roman Portugal: Gazetteer*. Warminster . 2: 1, p. 69, 4/350.

ALARCÃO, J. de (1990) - A produção e a circulação dos produtos. In ALARCÃO, J. de, coord. - *Portugal: das origens à romanização*. Lisboa: Presença (Nova História de Portugal; 1), p. 409-441.

ALARCÃO, J. de (1995) - Aglomerados urbanos secundários romanos de entre Douro e Minho. *Biblos*. Coimbra. 71, p. 387-401.

ALARCÃO, J. de (1998) - A paisagem rural romana e alto-medieval em Portugal. *Conimbriga*. Coimbra. 37, p. 89-119.

ANCIEN ALMANSA, M.; ALVAREZ DELGADO, Y.; BOHIGAS ROLDAN, R.; CABALLERO ZOREDA L.; GUTIÉRREZ LLORET, S.; LARREN IZQUIERDO, H.; OLMO ENCISO, L.; RETUERCE VELASCO, M.; TUSSET, F. (1991) - Cerámicas de época visigoda en la Península Ibérica. Precedentes y perduraciones. *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*. Campo Arqueológico de Mértola, fig. 5 e 8.

AZKARATE, A.; NÚÑEZ, J.; LUIS SOLAUN, J. (2003) - Materiales y contextos cerámicos de los siglos VI al X en el País Vasco. In CABALLERO, L., MATEOS, P. E RETUERCE M., eds. - *Cerámicas tardorromanas y altomedievales en la Península Ibérica – ruptura y continuidad*. Madrid: 28 (Anejos de AEspa, 28).

CARVALHO, P. C. (2004) - Sobre o processo de identificação e classificação de sítios rurais no Portugal romano. In LOPES, M. C.; VILAÇA, R., eds. - *O Passado em cena: Narrativas e fragmentos*. Coimbra / Porto: CEAUCP, p. 299-327.

CARVALHO, P. C. (2007) - *Cova da Beira. Ocupação e exploração do território na época romana*. Fundão/Coimbra (Conimbriga: anexos 4).

CARVALHO, P. C. (2008) - Por terras do Sabugal na época romana. *Museu do Sabugal. Coleção arqueológica*. Sabugal: Pró-Raia e Município do Sabugal, p. 73-83.

CARVALHO, P. C.; RIBEIRO, C. A.; SILVA, R. C. da; ALMEIDA, S. O. (2002) - Povoamento rural romano ao longo da Ribeira da Meimoa – Fundão (1.ª campanha de prospecção intensiva). *Conimbriga*. Coimbra. 41, p. 127-152.

CURADO, F. P. (1984) - Monumento votivo a Arentia, de Sabugal. *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 7:27, p. 6-7.

DIAS, A. J. (1951) - Contribution to the study of primitive habitation. In *Comptes rendues du 16ème Congrès International de Géographie (Lisbonne, 1949)*. Lisboa: [s.n.]. p. 107-111.

GUTIÉRREZ LLORET, S.; GAMO PARRAS, B.; AMORÓS RUIZ, V. (2003) - Los contextos cerámicos altomedievales del Tolmo de Minateda y la cerámica altomedieval en el Sudeste de la Península Ibérica. In Caballero, L., Mateos, P. e Retuerce M. eds. - *Cerámicas tardorromanas y altomedievales en la Península Ibérica – ruptura y continuidad*. Madrid (Anejos de AEspa, 28), p.

- ISINGS, C. (1957) - *Roman Glass from Dated Finds*. Groningen/Djakarta: J.B. Wolters.
- LARRÉN, H.; FRANCISCO BLANCO, J.; VILLANUEVA, O.; CABALLERO, J.; DOMINGUEZ, A.; NUÑO, J.; JAVIER SANZ, F.; J. MARCOS, G.; ÁNGEL MARTÍN, M.; MISIEGO, J. (2003) - Ensayo de sistematización de la cerámica tardoantigua en la Cuenca del Duero. In CABALLERO, L., MATEOS, P. E RETUERCE M. eds. - *Cerámicas tardorromanas y altomedievales en la Península Ibérica – ruptura y continuidad*. Madrid (Anejos de AEspa, 28)
- LOPES, M. C.; CARVALHO, P.; GOMES, S. M. (1997) - *Arqueologia do Concelho de Serpa*. [Serpa]: Câmara Municipal.
- MARQUES, C. A. (1936) - A bacia hidrográfica do Côa. *Biblos*. Coimbra. 12, p. 173-211.
- OSÓRIO, M. (2006) - *O povoamento romano do Alto Côa*. Guarda: Câmara Municipal (Territoria, 1).
- OSÓRIO, M. (2008) - “Catálogo”. *Museu do Sabugal. Catálogo arqueológico*. Sabugal: Sabugal+ e Câmara Municipal do Sabugal, p. 52-69.
- PERESTRELO, M. S. (2003) - *A romanização na bacia do rio Côa*. Ed. Parque Arqueológico do Vale do Côa.
- SILVA, A.; SILVA, R. C. (2005) – Resultados da intervenção no sítio arqueológico de Barradas (Odiáxere, Lagos). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 8:2, p. 55-106.
- GOMES, R.V.; GOMES, M. V. (2004) – O Ribat da Arrifana (Aljezur, Algarve). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 7:1, p. 483-573.
- VIEIRA, M. A. (2004) – *Alto Paiva. Povoamento nas épocas romana e alto-medieval*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia, 36).
- VIGIL-ESCALERA GUIRADO, A. (2003) - Cerámicas tardorromanas y altomedievales de Madrid. In Caballero, L., Mateos, P. e Retuerce M. eds. - *Cerámicas tardorromanas y altomedievales en la Península Ibérica – ruptura y continuidad*. Madrid (Anejos de AEspa, 28), fig. 2 a 4.

APDARC^{*}: um ano de diálogos

Mafalda Nicolau de Almeida

(APDARC , www.apdarc.org, apdarc@gmail.com)



fig. 1 Aspecto da exposição “Louceiros de Santa Comba: Histórias que o barro escreve”.

Introdução

A APDARC (Associação para a Promoção da Arte e Cultura do Vale do Côa e Douro Superior), legalmente formada a 16 de Novembro de 2006 como uma Associação privada sem fins lucrativos, foi criada por um grupo de pessoas, da região e de várias localidades do país, com uma característica em comum – o fascínio pelo Vale do Côa e Douro Superior, considerando-os locais de uma enorme riqueza e potencialidade paisagística, cultural e patrimonial. Vários encontros descomprometidos, onde discutíamos ideias e possíveis projectos, acabaram por levar à criação de uma entidade que tem como objectivo principal a contribuição para o desenvolvimento desta região com base em conceitos e paradigmas tais como a comunicação, o diálogo entre diferentes perspectivas, a diversificação cultural ou a potencialidade de um futuro nascido do contínuo confronto dialéctico entre o Passado e o Presente. Julgamos, enfim, essencial a criação de condições para que locais e “estrangeiros” comuniquem de uma forma livre, promovendo-se assim a inovação e o progresso através da cultura local e da interpretação artística da mesma. É nosso objectivo criar um espaço de convivência entre o tradicional e o contemporâneo. Para a aplicação do conceito acima apresentado e concretização dos objectivos descritos, a APDARC tem desenvolvido vários projectos de âmbito cultural, dos quais destacaríamos:

- . “Memórias e Espaços de Ruralidade num Cenário de Metamorfose Identitária do Território”
- . Exposição “Louceiros de Santa Comba: Histórias que o barro escreve”
- . Exposição “A Arte dos Ofícios”
- . *Workshop* de Muxagata
- . Núcleo Museológico do Sumagre e da Amêndoa



fig. 2 Uma das fotos presentes na exposição “A Arte dos Ofícios”.

Memórias e Espaços de Ruralidade num Cenário de Metamorfose Identitária do Território

Com o título acima referido, este projecto correspondeu a um estudo preliminar que visou a pesquisa e recolha dos valores etnográficos da bacia terminal do rio Côa. O levantamento do património material foi orientado por Xosé Lois Ladra-Fernández, sendo o imaterial por Maria da Graça Pereira Araújo. O projecto obteve um subsídio do “Concurso para apoio a trabalhos de investigação” instituído pelo Centro de Estudos Ibéricos, inserido na Linha de acção II – Sociedades de fronteira, fronteiras da sociedade: tradição, modernidade, identidades.

Concluído em Maio de 2008, procuraremos adquirir apoio para a sua publicação, considerando-o como uma base para futuros projectos de raiz cultural que permitam a valorização de um património ancestral num contexto prenhe de (pós)modernidade.

Exposição “Louceiros de Santa Comba: Histórias que o barro escreve”

Integrado no projecto anterior, surge a exposição “Oleiros de Santa Comba: Histórias que o Barro Escreve” organizada pela APADARC, Fozcoactiva E.M. e o Museu de Olaria de Barcelos comissariada por Graça Araújo Pereira, inaugurada a 21 de Maio de 2007 na Sala de Exposições do Centro Cultural de Vila Nova de Foz Côa. De 13 de Julho de 2007 a 26 de Junho de 2008 esteve patente no Museu de Olaria de Barcelos. Foi também editado um roteiro da exposição em Junho de 2007 pela Fozcoactiva E.M. e em Julho de 2007 foi dado à estampa um catálogo pelo Museu de Olaria de Barcelos.

Deveu-se tal acção ao facto da produção oleira na freguesia de Santa Comba ter sido uma importante e activa indústria local. Por outro lado, havia todo um produto de um trabalho de recolhas desenvolvido por uma equipa do Museu de Olaria nos anos 80 que permanecia por estudar. Com base neste material procedeu-se não só ao levantamento da exposição como à edição de um estudo monográfico da colecção exposta.

A Arte dos Ofícios ou como a Arte pode ser um Ofício também

A exposição “A Arte dos Ofícios ou como a Arte pode ser um Ofício também”, patente no Centro Cultural de Vila Nova de Foz Côa nos meses de Setembro e Agosto de 2008, surge de uma necessidade que a Fozcoactiva E.M. nos apresentou. Tendo ao seu dispor um espólio de objectos relacionados com as actividades tradicionais da região tinha-se como objectivo dá-lo a conhecer à comunidade local. A APDARC propôs então fazê-lo a partir

da perspectiva de três artistas plásticas da cidade do Porto – Maria Sottomayor, Dalila Gonçalves e Cláudia Rocha. Foi-lhes lançado o desafio de reinterpretarem os ofícios relacionados com os objectos, tendo aquelas acabado por seleccionar a albardaria, latoaria, olaria e o ferrador.

Proporcionámos-lhes uma série de visitas a artesãos. Como resultado destes contactos e experiências, procuraram por intermédio da exposição, incitar-nos à reflexão. Os objectos e ofícios sofreram um processo de recontextualização que permitiu numa exposição/ instalação que se afigurava como um grande caderno de apontamentos de uma viagem fugaz a esta realidade, acompanhada de um vídeo documental com depoimentos dos artesãos. Com esta recontextualização contemporânea de objectos que parecem não ter qualquer utilidade nos dias de hoje, procurou-se responder a uma pergunta provocatória que perpassou por toda a exposição: “Terão os objectos prazo de validade?”

Foi nosso objectivo com este projecto ir um pouco além de uma mostra etnográfica regional, procurando expor diferentes perspectivas que permitissem ao público local pensar sobre questões como a pertinência da memória ou a identidade cultural no actual contexto social. A Arte é um ofício e o ofícios serão uma arte também? Porque serão os ofícios desta região tão utilitários? E referindo as palavras das artistas “E à procura dos ofícios, encontrámos a memória de um modo de vida que nos fez repensar o nosso”. Terão mesmo prazo de validade?...

Workshop de Muxagata

Shin Egashira, arquitecto e artista plástico, é professor da AA “Architectural Association” – Escola de Arquitectura de Londres, conhecida por gerar nomes importantes no mundo da Arquitectura, tais como Rem Koolhaas (Casa da Música), Daniel Libeskind (Ground Zero - New York), Bernard Tshumi e Zaha Hadid. Nos tempos extra curriculares, Shin Egashira dedica-se a promover viagens de investigação a contextos rurais onde se verificam fenómenos tais como o envelhecimento da população e o conseqüente empobrecimento da sua vida social e activa. Esta última situação é algo que se pretende atenuar através da realização de *workshops* (oficinas) que permitam criar a longo prazo uma relação forte entre a equipa visitante e os locais; Procura-se que anualmente haja um diálogo entre cosmogonias urbanas e rurais capaz de originar novas expressões construtivas e renovadas soluções técnicas. Deste modo, todos os encontros passam pela revitalização de um espaço local através de uma intervenção que seja fruto de uma dialéctica entre a cultura da região e a criatividade dos intervenientes.

Através de Pedro Jervell (antigo aluno da AA) e da APDARC surgiu a iniciativa de convidar Shin Egashira a realizar uma série de *Workshops* na região; após a visita deste último realizada em Novembro de 2006, concluiu-se que a aldeia de Muxagata seria um local com potencial para tal. Em Setembro de 2007 foi levado a cabo o primeiro. Ao longo do mesmo, um grupo de 13 jovens, na sua maioria arquitectos, experimentou algumas actividades locais (como a vindima ou a pisa das uvas), visitou o Parque Arqueológico e, essencialmente, conviveu com a população de Muxagata. Realizaram um levantamento dos edifícios em estado de abandono desta povoação que se traduziu na forma de desenhos, esboços, fotografias, vídeo e na elaboração de um mapa com aqueles elementos assinalados. Esta base cartográfica guiará as actividades a desenvolver nos próximos workshops, garantindo-se desta forma a coerência de um projecto que é um *work in progress* cujos resultados vão aparecendo gradualmente ao longo de um prazo dilatado. Neste primeiro ano interviu-se já num lagar abandonado, transformando-os num jardim para usufruto da população.

Em suma, é objecto deste *Workshop* revitalizar a vida social e comunitária da aldeia de Muxagata potenciando o seu património vernacular reestruturando espaços passíveis de realizar eventos de cariz cultural, direccionados em primeiro lugar para a população local mas com vista também a atrair outros públicos que contribuam para a promoção turístico-cultural da aldeia.

Sumagre

A recolha e transformação do sumagre foi um elemento importantíssimo no contexto sócio-económico das populações do concelho de Vila Nova de Foz Côa, pelo menos desde o século XVI (Trabulo, 1982). Na verdade, sabemos pelo foral de Numão concedido por D. Manuel I em 1512 que esta planta era já explorada nessa altura na referida povoação (Trabulo, 1982: 6). Já no século XVIII a cultura do sumagre é referida nas memórias paroquiais das seguintes povoações: Custóias do Douro, Freixo de Numão, Mós do Douro, Murça do Douro, Muxagata, Santo Amaro e Seixas do Douro (Coixão e Trabulo, 1999:

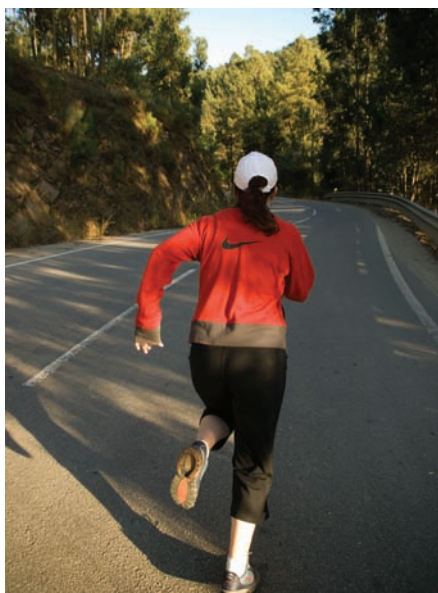


fig. 3 Outra foto presente nessa mesma exposição.



fig. 4 Aspecto final da intervenção realizada em edifício da Muxagata no âmbito do Workshop.



fig. 5 Audiência durante a apresentação pública do filme realizado ao longo o workshop.

232, 248, 288, 300, 316, 367, 394). Não sendo referida a exploração do sumagre nas memórias da paróquia de Vila Nova de Foz Côa, sabe-se por outras fontes que esta prática era também levada a cabo na referida circunscrição (Coixão e Trabulo, 1995, 200, 201). Tal relevância é ainda hoje evidente quando se observa a toponímia de algumas povoações do concelho, abundando topónimos tais como Atafona, Sumagral ou Sumagreira (Coixão, 1998).

Esta planta de nome científico *Rhus coriaria* (Lin.) crescia de forma espontânea nas encostas, sendo no entanto também plantada de estaca nos terrenos mais pobres de sedimentos (Ferreira, 1890: vol. XI). Era recolhido durante todo o mês de Agosto sendo nesta altura levado para as eiras onde ficava a secar. Aí era batida por mangoais e posteriormente transportada para as atafonas onde era moída até ficar reduzida a pó. Este produto era então adquirido por sapateiros e fábricas de curtumes tanto da região como fora dela, destacando Pedro Augusto Ferreira no seu volume XI do Portugal Antigo e Moderno os centros receptores do Porto e Alverca.

A cultura do sumagre começou a decair com a sua gradual substituição pela oliveira, amendoeira e vinha a partir do século XVIII. No entanto, a extinção desta prática deveu-se essencialmente ao aparecimento desde os inícios do séculos XX de substâncias mais baratas que permitiam a obtenção dos mesmos resultados na indústria dos curtumes, registando-se o período da I Guerra Mundial (1914-1918) como o último pico de vendas deste produto. Tal facto deveu-se ao cancelamento das importações de anilina que então se verificaram no país (Trabulo, 1982: 8).

A importância do sumagre não se ficava pelas suas valências económicas. Ainda hoje é perceptível o impacto que esta actividade de antanho exerceu sobre as pessoas que a praticaram ou viram praticar, desempenhando assim uma influência decisiva na construção das suas identidades. Este aspecto, verificável através de qualquer conversa com os habitantes locais mais idosos, terá sido em muito condicionado quer pela impressão visual que o processo de transformação do sumagre em si consistia – é recorrente as pessoas mais idosas falarem com uma certa melancolia aliada a uma certa saudade da beleza que emanava das ruas e das eiras quando as folhas aí estavam a secar – quer da relevância da cultura no seu quotidiano. Se tivermos em conta a importância dos horizontes na construção identitária de quem por eles está envolvido (v. g. Feld e Basso, 1996), então o sumagre ainda antes de ser colhido já estava a influir sobre ela, tal era o seu impacto no olhar e no dia-a-dia das pessoas.

Em parceria com a Fundação do Museu do Douro, pretende-se musealizar uma atafona de Sumagre na aldeia de Muxagata, concelho de Vila Nova de Foz Côa, projecto integrado na estratégia de Museu de Território do Museu do Douro que prevê um série de núcleos museológicos ao longo da Região Demarcada do Douro. Neste edifício encontrará o público não só o engenho responsável pelo final da cadeia operatória de transformação do sumagre como a informação relativa à pertinência histórica, antropológica e paisagística dessa cultura. Para tal, para além do trabalho no edifício, será necessário proceder-se a estudos de carácter histórico-etnográfico que permitam uma rigorosa e eficaz veiculação das ideias que muito sumariamente expusemos acima. Desta pesquisa resultarão duas edições que se debruçarão sobre o tema, edições essas que, paralelamente à abertura do núcleo museológico, resgatarão o sumagre para a contemporaneidade.

Amêndoa

A amendoeira é hoje em dia, uma das marcas identitárias do Douro Superior, em particular no que concerne ao seu território mais oriental. Tendo a sua exploração decaído a partir dos anos 80 do século passado (Rebanda, 2003: 292), tem-se nos últimos anos assistido a um lento mas franco recrudescimento desta cultura, fruto não só das suas valências económicas como, e sobretudo, das sua potencialidades turísticas, devendo destacar-se as múltiplas festas da amendoeira que se realizam por vários pontos do Douro Superior na época da sua floração. Entre estas festas releva-se, pela afluência de turistas, a de Vila Nova de Foz Côa.

Não se sabe com segurança a altura em que a exploração da amêndoa terá começado. Certo é que o topónimo Almendra (sede de freguesia do concelho de Vila Nova de Foz Côa) remonta, pelo menos, ao século X, como se sabe a partir da referência ao castelo de Amindula no testamento de D. Flâmula (Rebanda, 2003, 260). Contudo, uma vez que esta espécie nasce na região espontaneamente não é possível aferir se o topónimo se deve à exploração da espécie ou somente à variante bravia da mesma. João de Barros, na sua Geografia de Entre Douro e Minho e Trallosmontes escrita em 1549

refere já as amendoeiras dos montes em torno de Freixo de Espada à Cinta (Rebanda, 2003: 251). É, no entanto, no século XVIII que se dissemina a cultura pela região. Das freguesias que compõem o concelho de Vila Nova de Foz Côa são referidas, como produtoras de amêndoa, nas Memórias Paroquiais de 1758 as seguintes: Almendra, Castelo Melhor, Mós, Murça do Douro, Muxagata, Santo Amaro, Seixas do Douro e Vila Nova de Foz Côa (Coixão e Trabulo, 1999: 146, 175, 288, 300, 316, 367, 394, 424). Já em 1790, na Descrição do Rio Douro para cima do Cachão da Valeira, efectuada por José Vítor de Magalhães e Manuel Moreira Garcês, são as mesmas nomeadas, à excepção de Muxagata por a essa povoação não se referirem (Oliveira e Costa, 1996: 239-243). Nos finais do século XIX a exploração do amendoal é também referida na freguesia de Freixo de Numão por Affonso do Valle Coelho Pereira Cabral na obra A região vinhateira do Alto Douro (Trabulo e Coixão, 1998: 23). A cultura foi crescendo exponencialmente, observando-se um pico nas décadas de 60-70 do século XX (Rebanda, 2003: 292). Iguualmente em parceria com a Fundação do Museu do Douro, pretende-se criar um núcleo museológico da Amêndoa na aldeia de Almendra, concelho de Vila Nova de Foz Côa, projecto também integrado na estratégia de Museu de Território do Museu do Douro. Naquele equipamento o visitante será enquadrado no contexto histórico-etnográfico da exploração da amêndoa. Deverá relevar-se sobretudo o património imaterial existente, nomeadamente as histórias das terrincas, dos bruiços e outras do mesmo tipo. A recontextualização deste rico e pouco conhecido imaginário na teia da pós-modernidade é certamente uma das estratégias que a par da publicação de uma monografia sobre o tema servirá para potenciar ainda mais um produto que ajudou também ele a construir este cenário dramático que é o Alto Douro.

Bibliografia

- COIXÃO, A. N. de S.; TRABULO, A. A. R. (1995) - *Evolução político-administrativa na área do actual concelho de Vila Nova de Foz Côa*. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa.
- COIXÃO, A. N. de S. (1998) - *Toponímia do concelho de Vila Nova de Foz Côa*. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa.
- FELD, S.; BASSO, K. H., eds. (1995) - *Senses of Place*. Santa Fe; New Mexico: School of American Research Advanced Seminar Series.
- FERREIRA, P. A. (1890) - *Portugal Antigo e Moderno. Vol. XI*. Lisboa: Editora de Mattos Moreira.
- TRABULO, A. A. R. (1982) - O Sumagre. *Nauman*. Freixo de Numão. 4, p. 6-9.
- COIXÃO, A. do N. S.; TRABULO, A. A. R. (1999) - *Por terras do Concelho de Foz Côa: Subsídios para a sua História: Estudo e inventário do seu Património*. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal de Foz Côa [2.ª Edição].
- OLIVEIRA, A.; COSTA, N. F. da (1996) - Um manuscrito inédito sobre o Douro Superior em finais do século XVIII. *Douro: Estudos & Documentos*. Porto. 1: 1, p. 196-258.
- REBANDA, N. (2003) - A evolução da paisagem agrária no Douro Superior. *Viver e Saber Fazer: Tecnologias Tradicionais na Região do Douro: Estudos Preliminares*. Peso da Régua: Museu do Douro, p. 241-3015.
- TRABULO, A. A. R.; COIXÃO, A. N. S. (1998) - *São Pedro de Freixo: Raízes e Identidade*. Freixo de Numão: Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão.

ficha técnica

Editor

Associação Cultural Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão

Título

Actas do Forum Valorização e Promoção do Património Regional

Coordenação do Congresso

Alexandra Cerveira Lima, António Martinho Baptista, António do Nascimento Sá Coixão, Miguel Rodrigues

Coordenação Editorial das Actas

Alexandra Cerveira Lima, António Martinho Baptista, António do Nascimento Sá Coixão, Luís Luís, Miguel Rodrigues

Coordenação Científica da Sessão

António Martinho Baptista, António Sá Coixão, Francisco Sande Lemos

Coordenação da Publicação

André Tomás Santos, Luís Luís

Autores

André Tomás Santos, António Martinho Baptista, Ana Margarida Vale, Sérgio Gomes, Bárbara Carvalho, João Muralha, Leonor Sousa Pereira, Gonçalo Leite Velho, Vítor Oliveira Jorge, Sofia Soares de Figueiredo, João Mário Martins da Fonte, Pedro Sobral de Carvalho, Rui Filipe Mendes Barbosa, Marcos Osório, Ricardo Costeira da Silva, Dário Neves, Paulo Pernadas, Mafalda Nicolau de Almeida

Revisão de Textos

André Tomás Santos e Luís Luís. Ana Vale (texto de que é co-autora).

Design

Gina Ferreira

Pré-Impressão, Impressão e Acabamentos

?????

1ª Edição, 2008. Porto

ISBN: 978-972-99799-4-1

Depósito Legal

????

Tiragem

1000 Exemplares